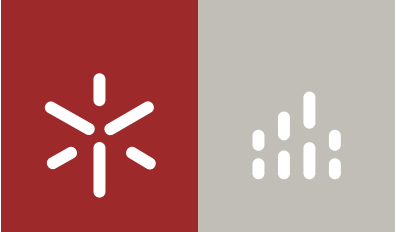


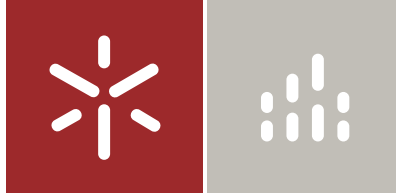


Maria Manuel Branco Ramos

Casa da Torre de Lanhelas – Análise espacial
retrospectiva e estudo tipo-morfológico

Universidade do Minho
Escola de Arquitectura





Universidade do Minho
Escola de Arquitectura

Maria Manuel Branco Ramos

Casa da Torre de Lanhelas – Análise espacial
retrospectiva e estudo tipo-morfológico

Dissertação de Mestrado
Ciclo de Estudos Integrados Conducentes ao
Grau de Mestre em Arquitectura
Ramo de conhecimento: Cultura Arquitetónica

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Doutor Jorge Manuel Simão Alves Correia

DECLARAÇÃO

Nome: Maria Manuel Branco Ramos

Endereço eletrónico: mariamanuelramos@gmail.com

Telefone: 967340832

Número do Bilhete de Identidade: 13920984

Título dissertação: *Casa da Torre de Lanhelas* – Análise espacial retrospectiva e estudo tipo-morfológico

Orientador: Professor Doutor Jorge Manuel Simão Alves Correia

Ano de conclusão: 2017

Ramo de Conhecimento: Cultura Arquitetónica

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA TESE/TRABALHO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho,

Assinatura: *Maria Manuel Branco Ramos*

"Aprender é a única coisa de que a mente nunca se cansa,
nunca tem medo e nunca se arrepende."

Leonardo da Vinci

AGRADECIMENTOS

Ao professor doutor Jorge Correia pelo acompanhamento e partilha de conhecimentos indispensáveis para a realização deste trabalho de investigação.

Aos proprietários, Rocio e Pepe Regojo, pela pronta disponibilidade e simpatia e ao Miguel, pelo acompanhamento e esclarecimento em todas as visitas à casa.

Ao Luís, pela indispensável ajuda no levantamento.

Aos meus pais, por todos os sacrifícios e apoio incondicional.

À minha família por todo o carinho e por sempre acreditarem em mim.

Aos meus amigos e a todos aqueles que contribuíram com a sua amizade, paciência e compreensão para que o trabalho fosse possível,

muito obrigada.

RESUMO

A “Casa da Torre de Lanhelas”, foi construída em meados do século XVI, na freguesia de Lanhelas concelho de Caminha, tendo passado por várias configurações ao longo dos séculos. Durante a transição de torre a casa senhorial, foi residência de famílias da alta sociedade portuguesa e abrigou grandes figuras.

A presente dissertação estuda a evolução tipo-morfológica enquadrada em diferentes correntes e modos de construção, característicos de diferentes épocas, e visa fixar o estado atual da casa, de modo a tornar este documento uma ferramenta útil para futuras intervenções, conscientes do valor patrimonial do conjunto edificado em estudo.

A escassez de informação relativa ao tema tornou necessária a realização de um levantamento métrico e fotográfico, elementos essenciais na interpretação das fases. A representação tridimensional, para além de complementar os levantamentos realizados, auxilia na compreensão da volumetria do edifício e permite transmitir a informação relativa às fases de um modo mais simples e direto.

O cruzamento de informação gráfica com informação escrita (referências bibliográficas) e a comparação com casos de estudo semelhantes, torna possível a criação de uma linha cronológica que sintetiza as várias fases pelas quais o edifício pervagou e as enquadra histórica e artisticamente. Por último, a análise e interpretação de cada fase e a contextualização das mesmas, torna possível a reconstituição da casa quer a nível tipológico quer morfológico.

A investigação procura alertar também para o reconhecimento do valor patrimonial do edificado em Portugal, contribuindo para o enriquecimento da historiografia da arquitetura no contexto regional e nacional.

ABSTRACT

The "Casa da Torre de Lanhelas" was built in the middle of the sixteenth century, in Lanhelas, Caminha and it has had several configurations throughout the centuries.

The present dissertation studies the morphological evolution framed in different styles and modes of construction, characteristics of different epochs and aims to fix the current state of the house, in order to make this document a useful tool for future interventions, conscious of the value of the built under study.

The scarcity of information on the subject made it necessary to carry out the metric and photographic surveys, essential elements in the interpretation of the phases. The three-dimensional representation, besides complementing the realized surveys, helps in understanding the volumetry of the building and allows to transmit the information about the phases in a simpler and direct way.

The crossing of graphic information with written information (bibliographical references) and the comparison with similar case studies makes it possible to create a chronological line that synthesizes the various phases through which the building has passed and frames it historically and artistically. Finally, the analysis and interpretation of each phase and the contextualization of the same, makes possible the reconstitution of the house both typologically and morphologically.

The research also seeks to warn to the recognition of the heritage value of the building in Portugal, contributing to the enrichment of the historiography of architecture in the regional and national context.

SUMÁRIO

0 INTRODUÇÃO	1
- Objeto de estudo	2
- Objetivos	3
- Metodologia	4
- Estado atual do conhecimento e estrutura de fontes	7
 1 DA HISTÓRIA DO LUGAR	 13
 2 DA QUINTA	 25
- Localização	26
- Implantação	28
- Limites	33
- Infraestruturas de transportes terrestres e acessos	36
- Visibilidade	41
 3 DA CASA	 45
- Proprietários	46
- Árvore genealógica	50
- Brasões	52
- Estado atual	54
- Levantamento	55
. Levantamento arquitetônico	57
. Levantamento fotográfico	65
. Modelo tridimensional	71
 4 DA EVOLUÇÃO HISTÓRICO-CONSTRUTIVA DA CASA	 75
- Preâmbulo e método de interpretação	76
- Fases	81
. FASE 1 séc. XV	82
- Análise	83
- Contexto histórico-artístico / Comparação	89
- Reconstituição	90
. FASE 2 séc. XVI – 1ª metade	94
- Análise	95
- Contexto histórico-artístico / Comparação	101
- Reconstituição	108

. FASE 3 séc. XVI – 2ª metade	116
- Análise	117
- Contexto histórico-artístico / Comparação	130
- Reconstituição	134
. FASE 4 séc. XIX	143
- Análise	144
- Contexto histórico-artístico / Comparação	156
- Reconstituição	163
. FASE 5 séc. XX/XXI	182
- Síntese cronológica e evolução estratigráfica	195
5 COMPREENSÃO DO VALOR PATRIMONIAL DO CONJUNTO EDIFICADO	205
6 CONCLUSÃO	223
7 BIBLIOGRAFIA	227
8 ÍNDICE DE FIGURAS	233
9 ANEXOS	240

0 | INTRODUÇÃO

OBJETO DE ESTUDO

A dissertação tem como objeto de estudo a “Casa da Torre”, localizada em Lanhelas, Caminha. Partindo de um apuramento preliminar do estado atual do conhecimento sobre esta casa, pode afirmar-se que o seu conjunto edificado é composto por várias torres e pelos respetivos corpos de ligação, que apresentam datas de diferentes épocas.

A construção da primeira torre ter-se-á iniciado no século XVI e após esta, foram edificadas duas outras. Para se articularem foram construídos corpos de ligação já no século XIX. Desde a sua construção até aos dias de hoje, foi sofrendo várias alterações, quer ao nível da arquitetura, quer a nível da relação com a envolvente.

A “Casa da Torre” de Lanhelas revelou-se um objeto de estudo bastante interessante pela importância que tem na região e por ainda estar pouco explorado a nível do seu passado histórico-arquitetónico. Uma das suas principais características, para além do ambiente místico em que está inserida e da forma como é descrita nos documentos da época, é o seu lado eclético. Prova da evolução da arquitetura desde o século XVI até à atualidade, a casa atravessou vários períodos, correspondentes a diferentes correntes arquitetónicas e de todas elas herdou características particulares. A combinação de todos estes aspetos desencadeou a vontade de compreender na totalidade a sua história espacial e construtiva, bem como a sua evolução tipo-morfológica, enquadrada em diferentes tempos artísticos e modos de construção.

O estudo vai ocorrer a dois níveis - histórico e arquitetónico - com vista à análise espacial retrospectiva e ao estudo da casa enquanto objeto estratificado. Pretende-se, subsequentemente, alertar para o reconhecimento do valor patrimonial deste conjunto edificado em Portugal, contribuindo para o enriquecimento da historiografia da arquitetura no contexto regional e nacional.

OBJETIVOS

O património e a sua conservação, têm sido dos temas mais assíduos na discussão atual em arquitetura, já abordados por vários autores, de Françoise Choay, nos seus livros *"A Alegoria do Património"* (1992) e *"As Questões do Património: Antologia para um Combate"* (2009), a Ignasi Solà Morales em *"Património arquitetónico ou parque temático?"* (2002). Todavia, com eles surgem algumas problemáticas. Perante isto, quão importante é o reconhecimento do valor patrimonial do edificado em Portugal, de modo a conduzi-lo para uma estratégia de intervenção consciente? Quão importante é refletir sobre a preservação de valores histórico-espaciais?

Com o objetivo de, no final, responder às perguntas acima apresentadas e legar uma análise o mais completa e acurada possível, será necessário extrair de cada fase do trabalho o máximo de informação útil.



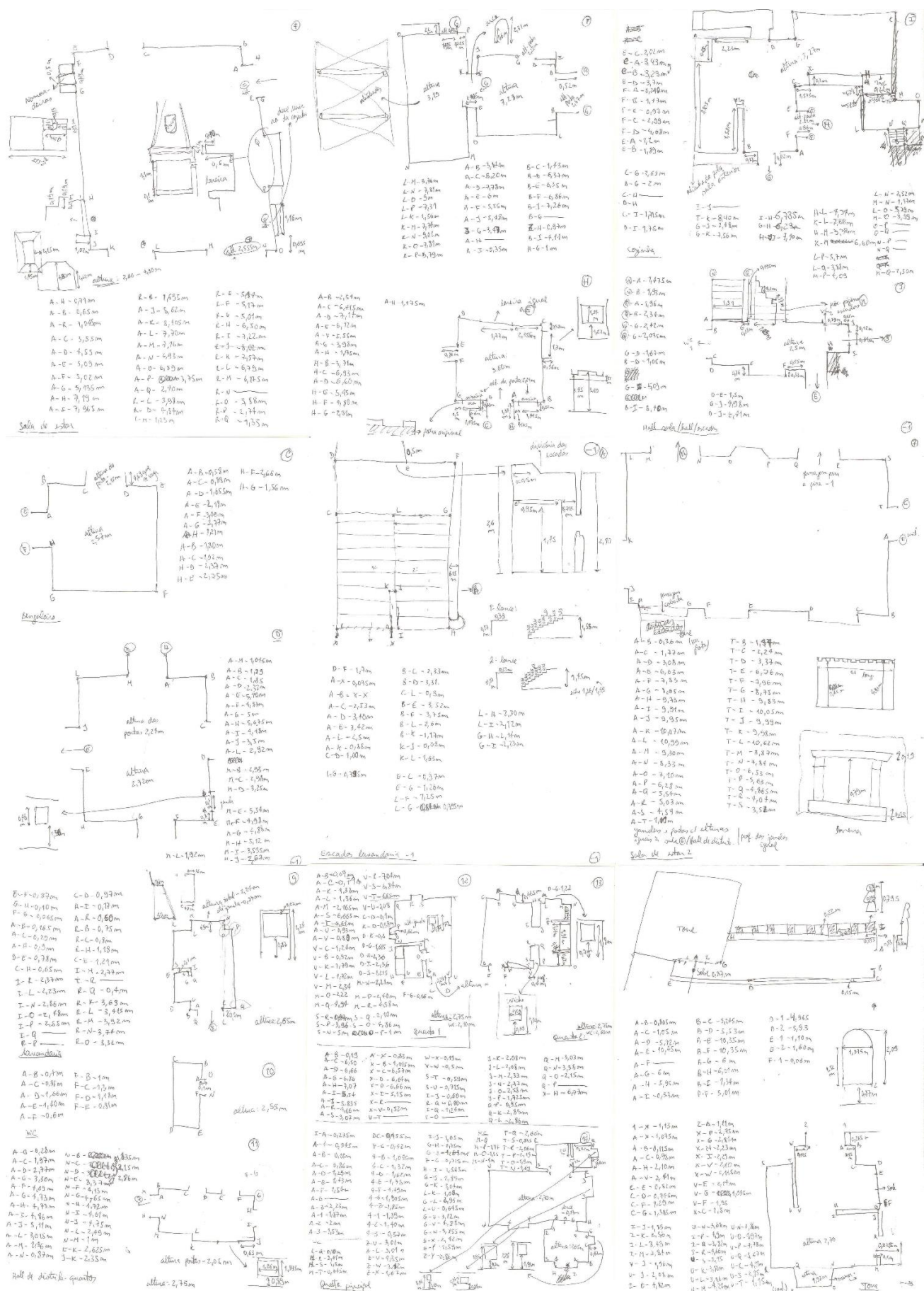
METODOLOGIA

A metodologia aplicada à presente dissertação decorre da realização de duas tarefas em simultâneo. A primeira consiste na recolha de fontes, sejam elas escritas (diretas ou indiretas), orais ou visuais, seguindo-se a compilação das mesmas para posterior análise do objeto arquitetónico e da sua evolução construtiva. A segunda baseia-se na interpretação das informações recolhidas tendo em vista a criação de narrativas relativas à evolução do objeto de estudo e da sua envolvente, bem como o seu enquadramento no contexto histórico/artístico da época.

O cruzamento destas duas tarefas resultará na realização de uma cronologia com a datação das fases pelas quais o edifício terá passado. No entanto, será apenas possível com o auxílio da representação 2D e 3D, que resultam de um levantamento métrico e fotográfico intensivos. O levantamento métrico é realizado por meio de instrumentos de medição (fita métrica e distanciómetro) tendo como base a triangulação, que consiste na localização de um ponto através da medição de três distâncias que formam um triângulo entre si. A imagem e o desenho revelam-se, até ao final da investigação, uma ferramenta de trabalho essencial para a apresentação, análise e reconstituição do caso de estudo.

Os capítulos organizam-se diacronicamente e por aproximação ao conjunto edificado, partindo da análise da freguesia até à casa:

- No capítulo “Da história do lugar” procede-se ao enquadramento histórico-geográfico da “Casa da Torre” na freguesia de Lanhelas, fazendo uma breve alusão à ocupação dos terrenos desde a pré-história até à implantação da casa no local onde se encontra atualmente.



- “Da quinta” abrange informações relativas à implantação, limites, infraestruturas de transportes terrestres, acessos e visibilidade da mesma, procedendo-se à comparação destas no passado e na atualidade, resultando na criação de uma imagem síntese de todos estes temas, antes e após a aparição das infraestruturas de transportes terrestres, elementos que introduzem alterações em todos os outros.

- O capítulo “Da Casa da Torre” consiste numa breve introdução à história da casa, proprietários e figuras que a frequentaram, localização e estado atual da mesma, acompanhados pelo levantamento (métrico e fotográfico), programa funcional e uma representação tridimensional.

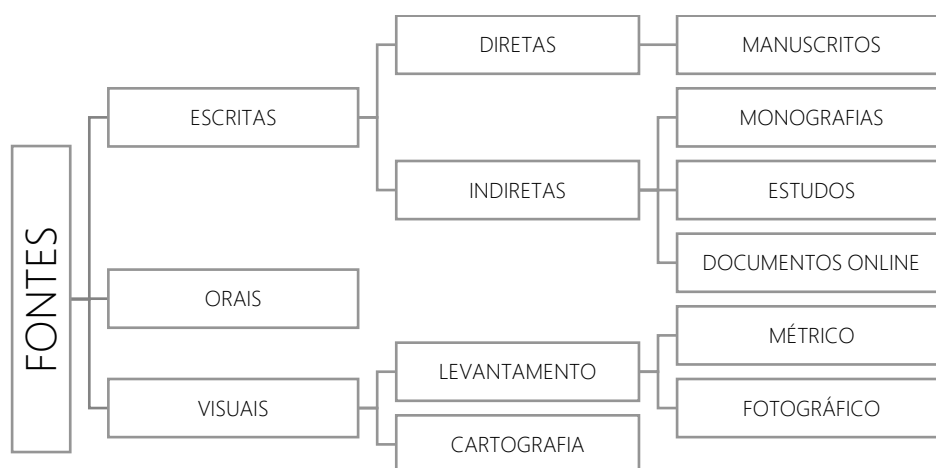
- “Da evolução histórico-construtiva da casa” analisa os constituintes do objeto de estudo, comentados numa sequência de 5 fases, posteriormente subfaseadas consoante a necessidade de explicação de cada uma delas. Cada fase requer que seja inicialmente realizada uma análise detalhada, seguida da contextualização histórico-artística e comparação, de modo a obter as informações necessárias para que seja realizada a reconstituição. Com base nas informações recolhidas – registos escritos e orais, observação de marcas arqueológicas, vestígios e comparação com casos de estudo contemporâneos - em cada fase, é construída no final uma síntese cronológica e estratigráfica do edifício. Neste capítulo, é de salientar o auxílio dos perfis horizontais e verticais, essenciais para a compreensão de diferenças de cota e de espessuras, características de diferentes modos de construção.

Por fim, a “compreensão do valor patrimonial do conjunto edificado” realiza uma reflexão acerca do conceito de património, dos modos de intervenção no mesmo e, tal como o título indica, procede à compreensão do valor patrimonial da casa, quais os elementos que lhe conferem mais valor e qual o seu contributo para a história da arquitetura portuguesa.

ESTADO ATUAL DO CONHECIMENTO e ESTRUTURA DE FONTES

As fontes existentes disponíveis para a realização desta investigação podem agrupar-se em três categorias: escritas, visuais e orais. Nesta última, destacam-se maioritariamente, testemunhos reais que, apesar de se tratarem de uma fonte oral, revelam-se uma parte essencial para o estudo do caso.

As fontes escritas podem ser diretas ou indiretas. Nas primeiras encontramos os manuscritos e nas indiretas têm lugar as monografias, estudos e documentos online. Como fontes visuais temos presentes os levantamentos realizados (métrico e fotográfico), bem como a cartografia.



Devido à existência de um grande número de fontes dispersas temporalmente, será apresentada uma síntese dos documentos mais importantes, organizados cronologicamente, e a respetiva descrição de uma forma concisa, de modo a ajudarem a narrar a história da "Casa da Torre".

Mais do que um estudo focado unicamente no edifício, torna-se essencial alargar a área de observação e estudar o desenvolvimento do local onde o mesmo está inserido, de modo a que território e objeto dialoguem na sua evolução. Desta forma, para além de documentação específica, é necessária também documentação

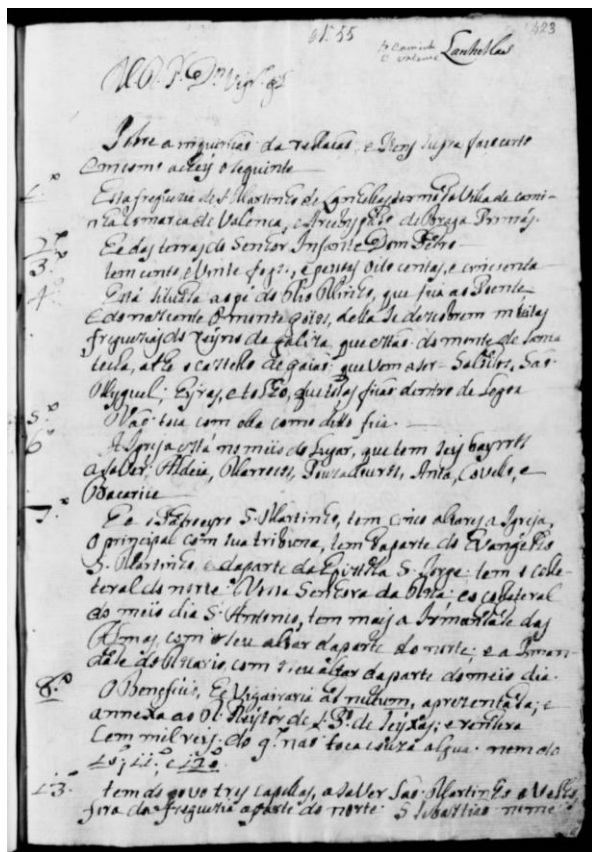
mais geral que indiretamente contribuirá para acrescentar conteúdo (tipológico, construtivo e artístico) à investigação, como casos de estudo coevos, em que se retira informação a partir da sua comparação.

O século XVIII representa uma importante fase para a bibliografia específica, devido ao facto de ser nesta época que começa a surgir a maioria das fontes escritas e visuais relativas ao tema.

Na "Corografia portuguesa e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal", António Carvalho da Costa, torna público, em 1706, os rendimentos da freguesia, o seu local de maior importância ("Casa & Torre de Lanhelas") e os seus proprietários. "A descripção da Villa de Caminha" (1739), de autor anónimo, congrega um conjunto de informações gerais acerca de cada uma das freguesias do concelho e os julgados a que pertencem, bem como os locais mais importantes de cada uma. As "Memórias Paroquiais de 1758" (fig. 2A/anexo I) reúnem as respostas (dadas pelo pároco da freguesia) ao inquérito realizado nesse ano, a mando de Marquês de Pombal. Com o objetivo de obter informações detalhadas sobre as paróquias, o inquérito foi dividido em três partes: terra, serra e rio. Os dados que se retiram deste documento contribuem unicamente para complementar as informações relativas ao território onde a casa se encontra inserida.

De todas as monografias consultadas ressalta-se "O Minho Pittoresco" (1886), onde José Augusto Vieira descreve os monumentos históricos do Alto Minho, acompanhados de tradições e lendas dos respetivos locais; os "Cadernos Vianenses" publicação periódica que aborda problemáticas e pontos de interesse do distrito de Viana do Castelo. A "Caminiana", publicação periódica, e "Caminha e o seu Concelho (Monografia)", são ambas detentoras de textos importantes para este estudo, acerca de feitos do concelho e das freguesias que lhe pertencem; e "Lanhelas- monografia", onde João Ramalhosa faz referência ao surgimento da freguesia, à demografia, arquitetura, pontos de interesse, lendas, entre outros. Todos eles, apesar de fazerem referência à freguesia de Lanhelas e em particular à "Casa da Torre", são importantes

A.



B.

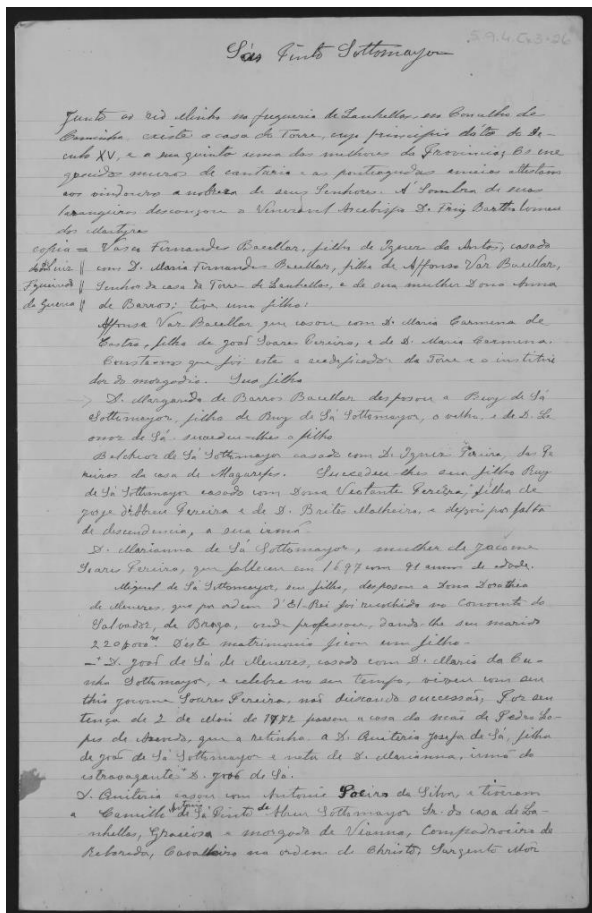


Fig. 2 - Manuscritos do século XVIII/XIX

no que respeita à contextualização da mesma no local, porém icónicos no que respeita a informação sobre a datação histórica dos acontecimentos.

Documentos presentes no arquivo da família Sá Pinto Abreu Sottomayor (fig. 2B) (consultados no arquivo distrital de Viana do Castelo/anexo II) constituem, por sua vez, um apoio essencial a nível cronológico, acrescentando vínculos e dados acerca dos proprietários e suas famílias.

Estudos como “A Casa Senhorial em Portugal”, de Hélder Carita; “A arquitectura Senhorial do Minho”, de Anne de Stoop e principalmente “Solares Portugueses: introdução ao estudo da casa nobre”, de Carlos de Azevedo, aportam informações específicas sobre o objeto de estudo e casos análogos, que quando comparadas e estudadas resultam em conteúdo útil, a partir do qual se procede à compreensão das fases pelas quais as casas terão passado. Contudo, em nenhum deles é realizada uma análise arqueológica do objeto de estudo.

Para além de todos os documentos apresentados, recorre-se igualmente a fontes mais generalizadas que ajudam à contextualização do objeto de estudo na história de Portugal, a nível arquitetónico, construtivo, artístico e social. Posteriormente à leitura e análise destes, dá-se o cruzamento entre as informações recolhidas, o levantamento métrico e fotográfico original, realizado pela própria, e a leitura arqueológica do edifício.

Das fontes visuais fazem ainda parte a cartografia (impressa e digital). Para além do recurso a mapas e cartas militares, úteis para a localização da casa, bem como para a compreensão da evolução da envolvente ao longo dos anos, incluímos ainda nesta categoria gravuras. É de salientar o “Mappa da Quinta de Lanhellas”, de autor desconhecido, por representar, ainda que figurativamente, os limites da quinta no séc. XIX, bem como os volumes que constituíam o conjunto edificado na época, importante para a confirmação de conjeturas acerca das suas fases.

Apenas através do cruzamento de todas as fontes mencionadas é possível alcançar aquela que se pensa ter sido a morfologia da casa em cada época, o modo de vida em cada uma delas e o seu faseamento, preenchendo assim as lacunas encontradas nas fontes existentes até à data.

No que diz respeito à compreensão do valor patrimonial do caso de estudo destacam-se fontes mais generalistas como *"A Alegoria do Património"* e *"As Questões do Património: Antologia para um Combate"*, onde se aborda o conceito de património e a sua história, as normas internacionais para salvaguarda do mesmo, os órgãos responsáveis em Portugal e a posição de diversos arquitetos, desde Françoise Choay a Viollet-le-Duc, perante a problemática, compreendendo de que modo isso se reflete no objeto de estudo e nas suas transformações.

ESTRUTURA DE FONTES

As fontes apresentadas na tabela seguinte cingem-se aos principais documentos, supracitados, em que aparece referenciada a “Casa da Torre de Lanhelas”.

	ANO	TIPO	AUTOR	TÍTULO	SUBTÍTULO	EDITORIA	LOCAL DE PUBLICAÇÃO
DIRETAS	1739	DOCUMENTO DA ÉPOCA		A Descrição da Villa de Caminha			
INDIRETAS	1706	MONOGRAFIA	António Carvalho da Costa	Corografia portuguesa e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal	Tomo I	Oficina de Valentim da Costa Deslandes	Lisboa
	1886	MONOGRAFIA	José Augusto Vieira	O Minho Pittoresco		Livraria António Maria Pereira	Lisboa
	1969	ESTUDO	Carlos de Azevedo	Solares Portugueses	Introdução ao estudo da casa nobre	Livros Horizonte	Lisboa
	1980	MONOGRAFIA PERIÓDICA	António Guerreiro Cepa	Caminiana	Revista de cultura histórica, literária, artística, etnográfica e numismática		Caminha
	1983	MONOGRAFIA PERIÓDICA	Guilherme Felgueiras	Cadernos Vianenses	Castelos, torres e solares acastelados do distrito de Viana	Câmara Municipal de Viana do Castelo	Viana do Castelo
	1985	MONOGRAFIA	Lourenço Alves	Caminha e o seu Concelho			Caminha
	2015	ESTUDO	Anne de Stoop	Arquitectura Senhorial do Minho		Caminhos Romanos	Braga
	2015	ESTUDO	Hélder Carita	A Casa Senhorial em Portugal		Leya	Alfragide
	2015	MONOGRAFIA	João Ramalhosa	Lanhelas	<i>Monografia</i>		

1 | DA HISTÓRIA DO LUGAR

Lanhelas teve a sua origem no paleolítico e faz “parte de um conjunto de estações paleolíticas que Abel Viana¹ identificou, no Alto Minho”². No monte Goios, local escolhido para implantação, podem encontrar-se gravuras rupestres “das mais variadas e perfeitas do Alto Minho”³, marcas perenes dos acontecimentos da época, onde eram representadas cenas relativas à agricultura e caça, principais atividades dos povos que lá habitavam.

Há também vestígios de que tenha sido trabalhado o granito do monte Goios durante a Idade do Bronze (cerca de 3000 a.C.). Aquando da extração da pedra para a ponte de Valença, foram encontrados machados de bronze, a nascente da capela do Senhor da Saúde, e também fragmentos de fundição do metal utilizado nesses mesmos machados.

Diz-se que a Idade do Bronze foi de curta duração na Península Ibérica e a esta sucedeu a idade do ferro. As primeiras invasões romanas, cuja ocupação se prolongou por seis séculos, deixaram alguns vestígios na zona. No monte Crasto, comum a Lanhelas e Vilar de Mouros, foram encontrados vários objetos que indiciam que tenha existido, no local, um centro metalúrgico de grande importância para a época.

Após a época dos metais, a zona foi povoada pelo povo celta, por volta do séc. II a.C., tendo também passado por lá, embora de forma transitória, fenícios (800 a.C.) e gregos (400 a.C.). Os primeiros foram considerados os mais relevantes, por contribuírem para o estabelecimento do comércio com os habitantes locais; já os gregos dedicaram-se à exploração mineira e foram estabelecendo pequenas colónias.

¹ Abel Viana (1896-1964) – figura incontornável da arqueologia portuguesa, que contribuiu com estudos originais no mesmo campo. Nasceu em Viana do Castelo e foi lá que realizou os seus primeiros estudos etnográficos e arqueológicos.

² ALVES, Lourenço - *Caminha e o seu Concelho (Monografia)*, 1985, p.179

³ Idem, p.180

Já no início do século X d.C., os árabes invadiram a península ibérica e ocuparam um lugar a que deram o nome de "Aldeia" (palavra de origem árabe). Como consequência dessa mesma invasão deu-se a reconquista dos territórios que estavam no poder dos muçulmanos (reconquista cristã) e lentamente este povo foi obrigado a retirar-se para o norte de África. A ocupação destes foi curta, mas extremamente violenta.

A primeira referência a Lanhelas – Sancti Martini de Laynellas - enquanto paróquia surge na Idade Média, no *"Inventário Coletivo dos Arquivos Paroquiais"*⁴, em resposta às Inquirições de D. Afonso III (1258), onde se dizia que *"Lanhelas era uma vila que pagava, pelas calendas de janeiro, quatro soldos ao Rei. Não era um reguengo, embora recaísse sobre ela a obrigação de ajudar na reparação de castelos e casas senhoriais, desde que nele se aposentasse o rei quando passava na região."*⁵

Nesta época, Lanhelas era pertence do julgado de Cerveira - o julgado de Caminha não passava as margens do rio Coura - e fazia parte dos benefícios eclesiásticos da margem esquerda do rio Minho pertencentes à Sé de Tui.

Geograficamente Lanhelas era composta por três zonas distintas: a veiga, a poente, considerada o celeiro da terra, *"(...) fértil em cereais, sobretudo milho, produtos hortícolas e algum vinho, nos sítios mais soalheiros"*⁶; imediatamente depois da veiga, *"a parte que fica a nascente (...), mais suave, razão pela qual se dão melhor as frutas, o vinho e os produtos hortícolas e cujas condições climáticas são mais benéficas, devido às defesas naturais do monte de Goios e do monte do Crasto"*⁷ (zona 3). É nessa zona a nascente, mais plana, fértil e protegida pela topografia que se começam a implantar as primeiras casas.

⁴ *Inventário Coletivo dos Arquivos Paroquiais*, vol. II Norte – Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo (online)

⁵ RAMALHOSA, João – *Lanhelas – Monografia*, 2015, p.8

⁶ ALVES, Lourenço - *Caminha e o seu Concelho (Monografia)*, 1985, p.173

⁷ Idem

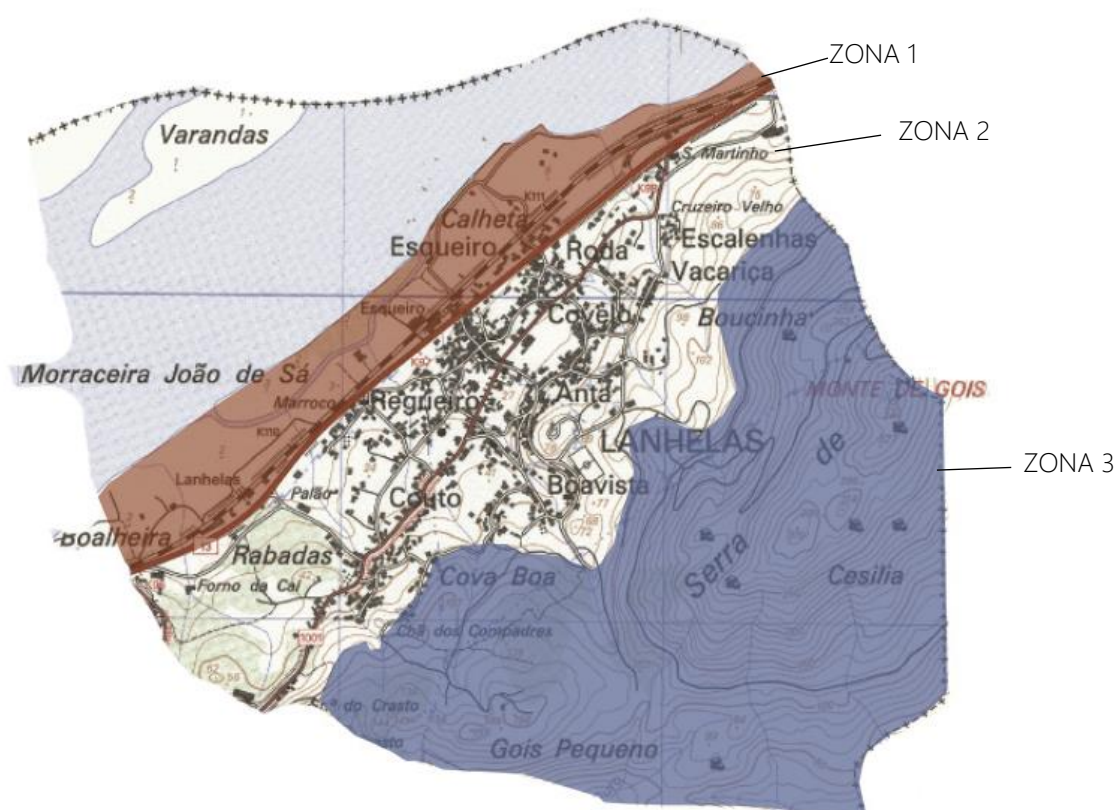


Fig. 3 - Mapa da freguesia de Lanhelas dividida em 3 zonas
Adaptação da "Carta Militar de Caminha – 1995"

Cerca de duzentos anos depois, em meados do século XV, dá-se a construção de um pequeno volume na propriedade, no entanto, a construção da primeira torre, medieval, localizada na veiga junto ao rio Minho, apenas tem lugar no séc. XVI. Apesar do seu posicionamento numa zona fronteiriça, esta torre não tinha um fim exclusivamente militar, de defesa e vigia, tinha sido construída tendo como base os princípios das casas-forte⁸ e destinava-se a fins residenciais. A torre de Lanhelas fazia parte do conjunto de *“edifícios construídos para fins essencialmente residenciais ou de afirmação de prestígio pessoal e não destinadas a objetivos estritamente militares ou administrativos (...)”*⁹

Em 1431, El-Rei D. João I e o seu filho D. Duarte escrevem uma carta, *“(...) concedendo a João Gomes da Silva, do seu Conselho e senhor da “Quinta da Torre”, designada nesta época por “Quinta de Lanhelas”, para que até ao número de 15 lavradores que nela trabalhassem, fossem isentos da prestação ordinária dos serviços militares de galiotes, besteiros do conto, de velar e rondar os muros, pontes e fontes da vila, guardar presos ou escoltá-los, etc.”*¹⁰ Já no final do século XV, mais precisamente no ano de 1489, podia-se encontrar Lanhelas no rol de bens que o Marquês de Vila Real e Conde de Caminha possuía, como estando anexa a S. Pedro de Seixas.

Após a construção da primeira torre, tiveram lugar duas outras torres, geograficamente próximas da primeira, mas temporalmente distantes uma da outra, sendo que uma viu a sua construção no século XVI e a outra no séc. XIX. “Através dos censos de 1513 sabemos que havia em Lanhelas cerca de 23 moradores”¹¹, sendo eles 21 do sexo masculino e 2 do sexo feminino. Sabemos também, através da carta de El-Rei D. João I, que a “Quinta da Torre” contava com 15 lavradores, pelo que se pode

⁸ Casas-forte - residências senhoriais fortificadas, de raiz ou de feição medieval, geralmente de planta quadrangular, edificadas pela nobreza nas suas terras e honras, durante o período final da Idade Média e períodos históricos posteriores. (MACEDO, Fernando - *Proteção e valorização de Paisagens associadas às casas-forte medievais*, 2012)

⁹ MACEDO, Fernando - *Proteção e valorização de Paisagens associadas às casas-forte medievais*, 2012

¹⁰ CEPA, A. Guerreiro – *Caminiana*, 1980, p.208

¹¹ *Banda Musical Lanhelense – 152 anos*, 2002, p.7

depreender que, por esta altura, grande parte dos habitantes de Lanhelas viam na "Quinta da Torre" a sua forma de rendimento.

"No censual¹² das igrejas de Entre Lima e Minho, mandado elaborar por D. Diogo de Sousa, arcebispo de Braga, entre 1514 e 1532, Lanhelas já estava integrada no Concelho de Caminha. (...) Foi com este arcebispo que as freguesias de entre Lima e Minho pertencentes à Sé de Tui foram integradas na Arquidiocese de Braga. (...) Entre 1545 e 1549 estava anexa à paróquia de Seixas juntamente com a de São Bento de Caminha."¹³

"Em 1550, frei António de Sá, D. Abade comendatário dos mosteiros de Tibães, Santa Maria de Carvoeiro e S. João de Arnoia, institui uma capela, que nomeou em seu sobrinho, Ruy de Sá Pereira e declara em seu testamento, que esta capela, andarà na geração dos Sás."¹⁴ O escudo colocado sobre o portal de entrada da quinta, perto da capela referida anteriormente, é também da mesma época e representa os apelidos Vaz, Bacelar, Sá e Sotomaior.

Decorria o início da prolongada Guerra da Restauração (1640-1668) - que pôs termo a 60 anos do domínio Filipino em Portugal (1580-1640) - e era recorrente que *"grupos piratas provenientes da vizinha Galiza viessem à margem esquerda do Rio Minho saquear e incendiar as povoações ribeirinhas, entre as quais Lanhelas."*¹⁵ De entre os ataques organizados, um deles foi descoberto a tempo dos moradores de Lanhelas reunirem prontamente um grupo de 60 homens que se *"entrincheirou desde o esteiro¹⁶ até à "Casa da Torre" onde aguardaram o temível capitão Toro, mais conhecido por Trovão."*¹⁷

¹² Censual – "inventário ou registo de prestações periódicas devidas à Santa Sé, às catedrais e outras entidades" religiosas. (RAMALHOSA, João – *Lanhelas – Monografia*, 2015, p.9)

¹³ RAMALHOSA, João – *Lanhelas – Monografia*, 2015, p.9

¹⁴ ALVES, Lourenço - *Caminha e o seu Concelho (Monografia)*, 1985, p. 27

¹⁵ *Banda Musical Lanhelense – 152 anos*, 2002, p.7

¹⁶ Esteiro - espécie de molhe ou cais de alvenaria que entra pelo rio Minho; atualmente dão-lhe o nome de Pesqueira de Lanhelas

¹⁷ *Banda Musical Lanhelense – 152 anos*, 2002, p.7



Fig. 4 - Interpretação dos episódios da Guerra da Restauração
Montagem de fotografia de autor com gravura retirada de: CEPA, A. Guerreiro – *Caminiana* –
Revista de Cultura histórica, literária, artística, etnográfica e numismática, vol.XV. Caminha: [s.n.],1980

*"À sua chegada, os bravos lanhelenses saltaram para fora das trincheiras e receberam o capitão Toro e os seus marinheiros com chuços, dardos, partasanas e mosquetes. Esta receção nada amistosa aos 'nuestros hermanos' saldou-se em mais de 600 mortos, feridos e prisioneiros entre os quais o próprio capitão Toro."*¹⁸

Este episódio encontra-se descrito na *História de Portugal Restaurado*¹⁹, onde se podem encontrar relatados grande parte dos feitos militares daquele período, de uma forma não muito distante do que se cria ser a realidade dos factos.

Este acontecimento de 23 de Abril de 1644, por ser testemunho da bravura e coragem dos lanhelenses, mereceu desde logo ver-se retratado. Construiu-se, no cimo, com vista para toda a aldeia, um cruzeiro, sob a base de um moinho já existente, onde foi gravado o ano do feito heroico. O episódio viu-se também representado num quadro (fig. 5), de data e pintor desconhecidos, situado numa primeira instância na capela-mor - em 1739 já se encontrava lá - e atualmente na parede lateral da Igreja Paroquial. Na pintura encontra-se representado S. Jorge a cavalo a lutar contra um dragão - o que introduz o conceito de milagre - e aparece também representada, no canto inferior direito, parte da Casa da Torre, local estratégico de defesa, dos mais importantes para a população na época e cenário de todo este episódio. Em segundo plano, podemos também ver retratados os habitantes de Sopo e de Vilar de Mouros que se mantiveram atrás dos seus respetivos montes aquando do ataque, sem prestarem auxílio ao povo vizinho.

*"Nascia deste modo a lenda negra do evento de 1644 que, durante os séculos seguintes, alimentou uma acesa disputa entre os lanhelenses e os seus mais próximos vizinhos. Era tão intensa a rivalidade entre Lanhelas e as freguesias ao seu redor, alimentada por esta lenda negra, que impediu por muito tempo os casamentos de naturais seus com gente do Sopo ou de Vilar de Mouros."*²⁰

¹⁸ *Banda Musical Lanhelense – 152 anos*, 2002, p.7

¹⁹ Obra de Luís de Menezes, Conde da Ericeira, originalmente publicada em 1679

²⁰ BENTO, Paulo – *A lenda negra do Quadro de Lanhelas*. <http://www.caminha2000.com/jornal/n542/cmc3.html>. Acesso a 4 de Janeiro de 2017



Fig. 5 - Quadro representativo do episódio de 23 de Abril de 1644 ("Casa da Torre" no canto inferior direito)
 retirada de: BENTO, Paulo – *A lenda negra do Quadro de Lanhelas*.
<http://www.caminha2000.com/jornal/n542/cmc3.html>. Acesso a 4 de Janeiro de 2017. 14h38

Já no século XVIII, o abade de Vilar de Mouros redigia um documento *"onde era referida a quinta da Torre como uma das mais belas e bem situadas de todo o Alto Minho."*²¹ E ainda: *"Junto à primeira torre estão as casas de habitação, também antigas, mas não tanto como as torres, que igualmente são habitadas e estão muito bem reparadas. Das casas para o rio há um passeio com um mirante de cantaria, terraplanado, (...) onde existem duas laranjeiras, ali mandadas plantar pelo arcebispo de Braga, D. Frei Bartholomeu dos Martyres. (...) Ao sul tem um bom pomar de espinho"*²², (...) *guarnecido de um alto muro ameado, com janelas deitando para o rio; de modo que, quem por ele navega lhe parece isto, um formidável castelo. (...) Supõe-se (...) que as casas desta quinta foram edificadas mesmo sobre a margem esquerda do Minho, que amontoando por este sítio grande depósito de terra, se foi distanciando."*²³

Ainda no mesmo século, Pinho Leal escrevia no seu livro²⁴, que Lanhelas estava situada *"(...) em fertilíssima e formosíssima planície, na margem esquerda do rio Minho. (...) Mesmo ao pé do rio está uma quinta, com sua torre ameada de pequenas dimensões, toda de cantaria, que denota muita antiguidade. Era o solar dos Abreus, de Merufe, mas passou a outra família. É a casa da residência de Camillo de Sá e sua família. Chama-se mesmo quinta da Torre."*²⁵

Em 1839, trinta anos depois da resistência bem-sucedida à tentativa da entrada em Portugal das tropas napoleónicas comandadas por Soult, Lanhelas pertencia à comarca de Monção; treze anos depois, em 1852 à de Vila Nova de Cerveira e em 1878 passou a fazer parte da comarca de Caminha. Em 1860 foi necessário dividir a quinta em duas partes, de modo a tornar possível a passagem da "nova estrada de 1ª classe" que ligava Lisboa ao Norte, atualmente denominada EN13. Os proprietários da quinta cederam então, parte da propriedade para o bem comum da freguesia.

²¹ RAMALHOSA, João – *Lanhelas – Monografia*, 2015, p.14

²² Pomar de espinho – local onde se cultivam árvores de espinho como a cidreira, o limoeiro e a laranjeira, entre outros.

²³ RAMALHOSA, João – *Lanhelas – Monografia*, 2015, p.14

²⁴ PINHO LEAL, Augusto - *Portugal Antigo e Moderno*, vol. IV, 1874

²⁵ RAMALHOSA, João – *Lanhelas – Monografia*, 2015, p.13

Doze anos mais tarde, a quinta foi de novo segmentada, desta vez para tornar real a passagem do caminho-de-ferro. Lanhelas passava agora a ter uma estação que a tornava mais acessível. Esse corte, acabou por separar a capela de Sto. António e o portal de entrada na quinta (a nascente), do restante conjunto (a poente). Todavia, na época dizia-se que *"este córte, (...) em vez de a prejudicar a tornou mais bonita e valiosa (...)"*²⁶, sendo que passou a ter duas vias de acesso a alguns metros da casa.

Para criar relação entre as torres existentes, foram construídos, no século XIX, corpos de ligação. Para a construção do conjunto houveram *"3 campanhas de obras, 2 em estilo renascentista e a terceira de cunho romântico."*²⁷

Lanhelas fica assim *"servida pela estrada internacional que a secciona a meio, estabelecendo duas zonas bem distintas: o povoado, a nascente, e a veiga com o rio, a poente. Paralelamente a esta, segue a via férrea, com uma estação em Lanhelas, onde param quase todos os comboios."*²⁸ Devido a esta divisão 'involuntária', a "Casa da Torre", apesar de fisicamente perto e de ter a sua cerca no meio da povoação – identificável através da antiga entrada na quinta, de terrenos sem construção e de nomes de ruas – encontra-se isolada do resto da freguesia.

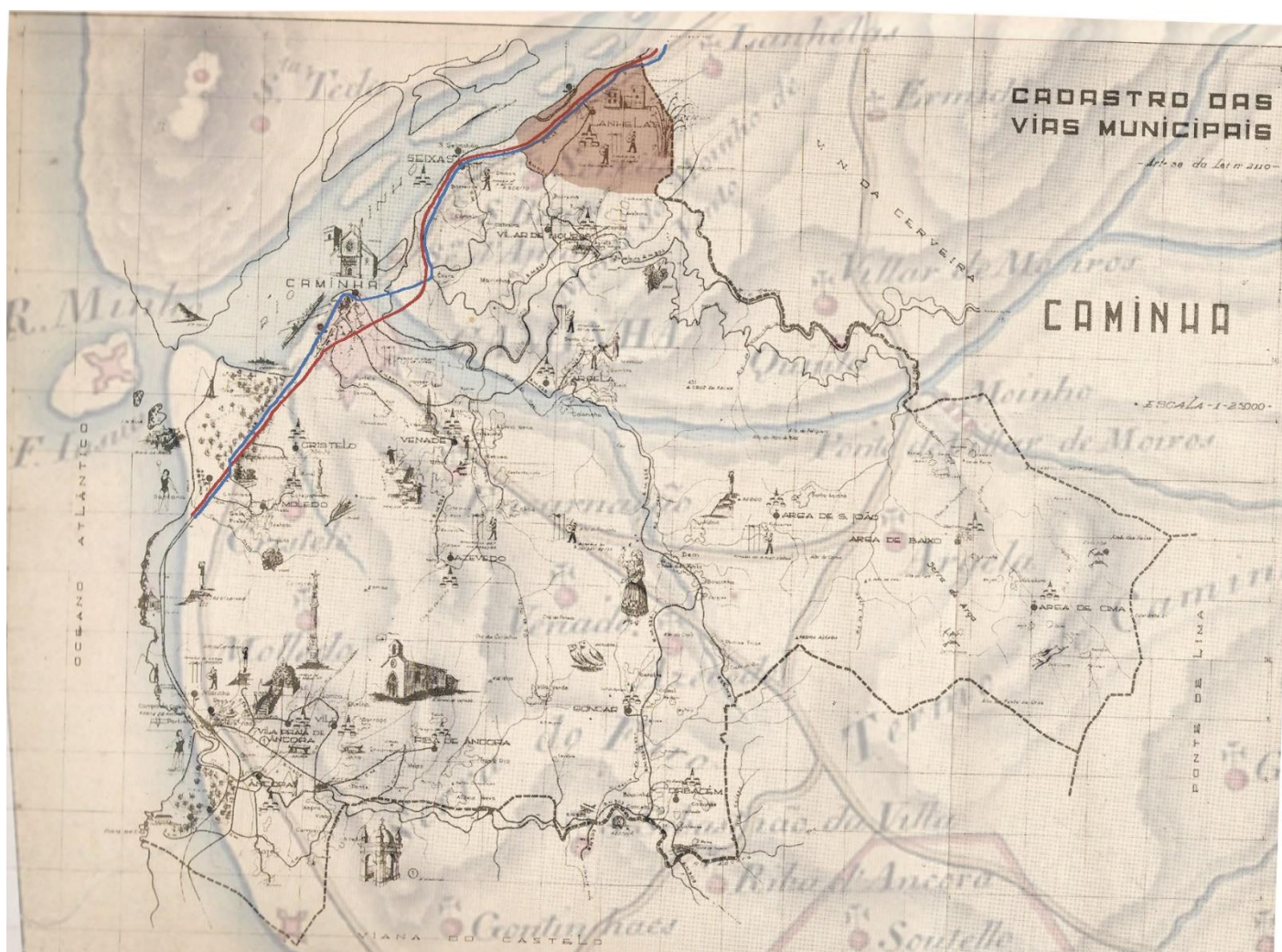
A chegada de novas vias a Lanhelas veio acompanhada da criação de novos fogos. No final do século XIX, existiriam em Lanhelas 170 habitantes²⁹. Segundo os censos, em 1960, a aldeia contava com 1196 habitantes, distribuídos por 303 fogos. Com a emigração para a França, Alemanha e América, houve um decréscimo de habitantes e em 1980, existiriam apenas 295 fogos habitados por 1045 residentes. Atualmente, essa inconstância de números vai-se mantendo ano após ano, reflexo dos dias que vivemos.

²⁶ *Enciclopédia luso brasileira da cultura*, vol. XI. Verbo, 1998, p.1432-1434

²⁷ RAMALHOSA, João – *Lanhelas – Monografia*, 2015, p.28

²⁸ ALVES, Lourenço – *Caminha e o seu Concelho (Monografia)*, 1985, p.173

²⁹ PINHO LEAL, Augusto – *Portugal Antigo e Moderno*, vol. VI, p. 45



2 | DA QUINTA

LOCALIZAÇÃO

Lanhelas localiza-se no concelho de Caminha, distrito de Viana do Castelo, é a sua freguesia mais a Norte. É delimitada a Sul pela freguesia de Seixas, a Nascente por Vilar de Mouros - pertencentes ao mesmo concelho - e Sopo e a Norte por Gondarém, sendo estas pertencentes ao concelho de Vila Nova de Cerveira. A ponte corre o rio Minho, que faz a fronteira entre Portugal e Espanha, separando Lanhelas de San Miguel de Tabagón, concelho do Rozal, Galiza.

É uma das freguesias do Norte de Portugal cujas heranças arquitetónicas deixadas pelos antepassados têm como principal material o granito. De entre os seus monumentos mais afamados (Cruzeiro da Independência, Igreja de S. Martinho, Capela do Senhor da Saúde e Casa da Anta), encontra-se a "Casa da Torre", objeto sobre o qual vai incidir a investigação.

Situada na margem do Minho, numa zona de exploração agrícola onde os terrenos férteis eram aproveitados para plantação de árvores de fruto e produtos hortícolas para consumo - correspondendo os cereais a uma grande percentagem -, a casa concilia o sossego à proximidade dos serviços.

Estrategicamente posicionada para defesa do território, a casa permitiu-lhes outrora uma visão sobre o rio, de modo a controlar os ataques vindos de Espanha. Hoje em dia a sua localização continua a ser privilegiada por se encontrar próxima dos serviços necessários, isolada e com vista para o rio e monte.

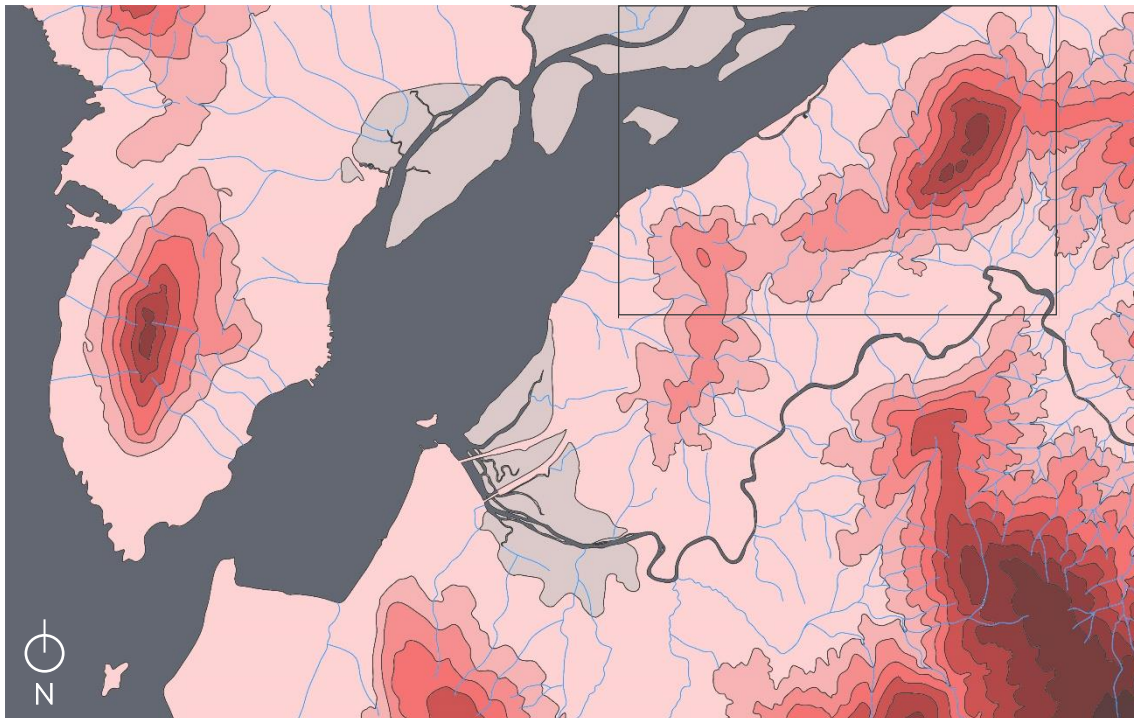


Fig. 7- Fronteira entre Portugal e Espanha - Localização da "Casa da Torre" na topografia de Lanhelas

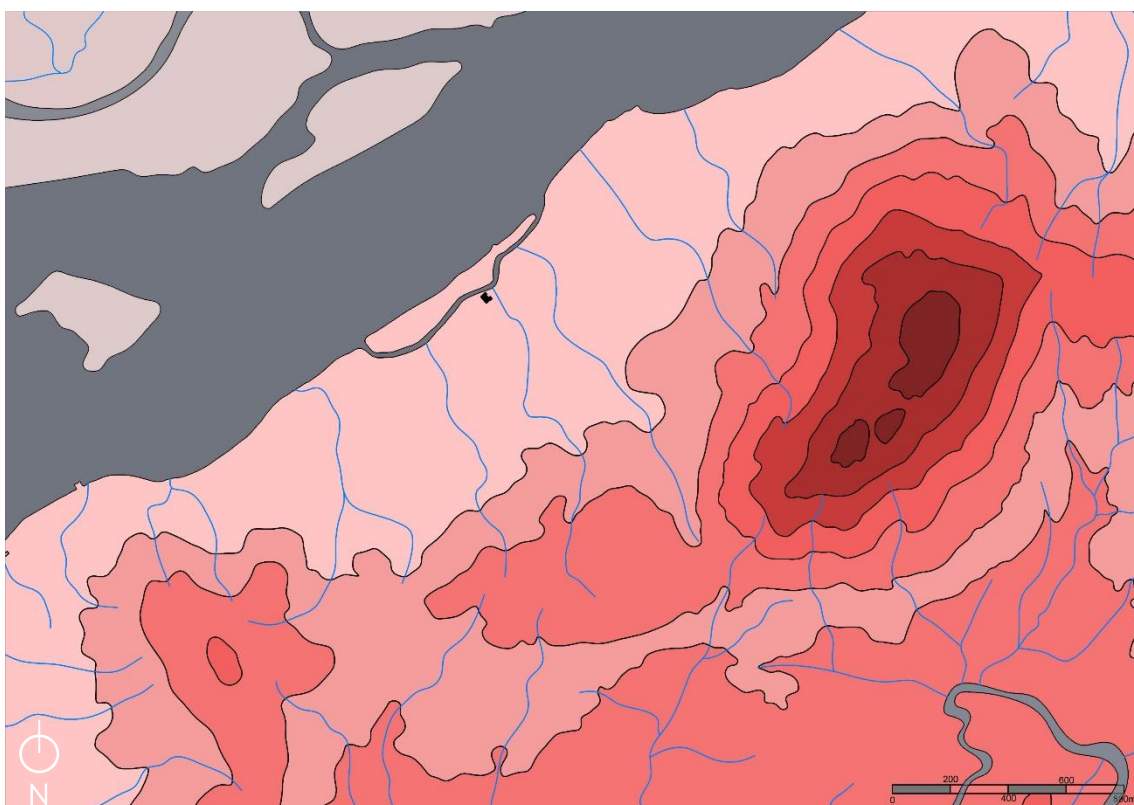


Fig. 8- Fronteira entre Portugal e Espanha - Localização da "Casa da Torre" na topografia de Lanhelas

IMPLANTAÇÃO

Implantada na veiga, junto a um curso de água e próxima de vários meios de transporte, a Casa da Torre encontra-se numa posição privilegiada da freguesia de Lanhelas, podendo chegar-se até ela quer por terra (a pé, de carro ou de comboio) quer por água (de barco).

Apesar de se encontrar isolada do resto da aldeia, está em permanente contacto com a Natureza. Nos pisos térreos a casa apresenta-se encerrada pelos muros ameados, existindo pontualmente namoradeiras que enquadram o rio e proporcionam uma relação direta com o mesmo (fig. 9). Nos pisos superiores, à relação com a Natureza soma-se a vista privilegiada. As suas aberturas para o exterior enquadram e dialogam com o rio (a Norte - fig. 10) e com o cruzeiro (a Sul - fig. 11), importante marco da independência da freguesia situado na falda do monte Góis.

Inserida numa zona quase plana, a casa prolonga-se para o exterior através de plataformas sustentadas por muros de suporte, que resultam da modificação e artificialização do solo. Nesses espaços exteriores vivem-se diferentes ambiências, dependendo do uso que lhes foi dado. Atualmente existem jardins, o terreiro e zonas de pomar.

O conjunto edificado é composto não só pela casa como também pela capela de Santo António, por um pavilhão destinado a eventos, pela casa do guarda e por anexos. Encerrada a toda a volta com muros encimados por ameias, exceto a Sul, encontra-se 'intramuros' apenas o pavilhão, a casa e os compartimentos anexos.

A capela de Santo António, pertencente à Quinta, encontra-se implantada a Sul, junto à EN13 e é a primeira construção visível quando nos dirigimos à entrada da Quinta. Situada no alinhamento de uma das antigas entradas da "Quinta" e recuada relativamente à estrada, a capela encontra-se ainda protegida em dois dos seus lados, por muros primitivos. Ainda fora dos muros podemos encontrar a casa do guarda, no lado da estrada oposto à capela, paralela a um caminho de acesso.



Fig. 9 – Existência de muros ameados a encerrar a casa com a presença pontual de namoradeiras



Fig. 10 – Relação da casa com o rio

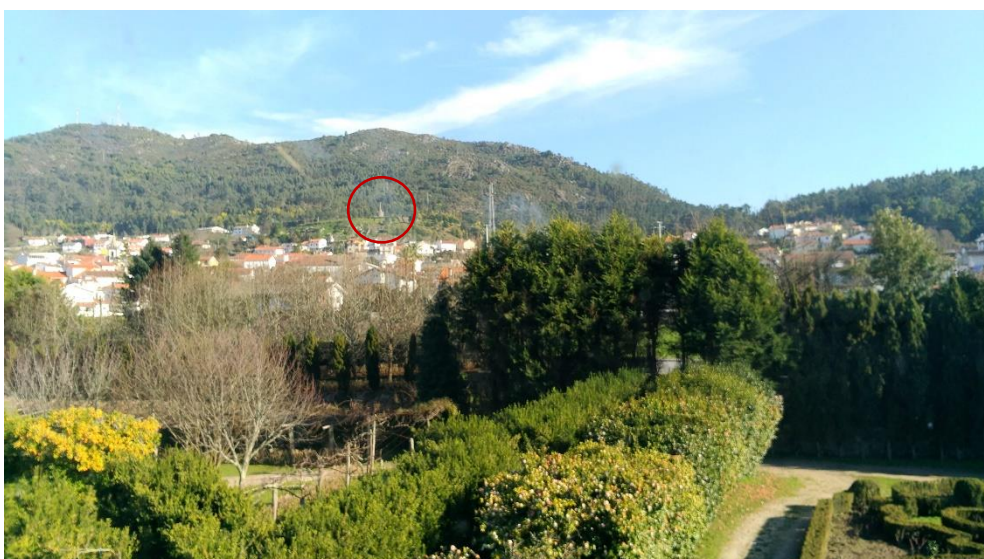


Fig. 11 – Relação da casa com o cruzeiro / monte Góis

'Intramuros' situa-se o pavilhão destinado a eventos, seguido da casa e das suas torres que conformam vários espaços exteriores à mesma. O terreiro, conformado pelo muro ameado a Norte, pelo pavilhão a Este e pela casa a Oeste, era o local por onde se fazia a entrada dos carros, situando-se, por isso, perto das cavalariças. Já numa cota superior, em frente à porta de entrada na casa, encontra-se um jardim de buxo e, não muito distante do mesmo existem várias zonas de pomar, não comparáveis às de outrora na quantidade e importância que tinham para a "Casa".



Fig. 12 – Conjunto edificado da “Casa da Torre”

- A- Capela de Santo António
- B- Casa do guarda
- C- Pavilhão
- D- Casa da Torre
- E- Anexo
- F- Estrada Nacional 13
- G- Linha de caminho-de-ferro
- H- Rio Minho



Fig. 13 – Área de implantação da quinta

LIMITES

A Norte delimita-a um braço de rio e a Sul, a via férrea e a estrada nacional, que tiveram o seu aparecimento alguns séculos após a construção da casa, o que veio alterar o seu funcionamento no que respeita aos acessos/percursos, limites, visibilidade e integração da capela de Santo António (pertencente à Quinta).

À exceção do aparecimento das infraestruturas de transportes terrestres - e do que lhe advém - e das várias transformações que a Casa foi sofrendo ao longo dos séculos, também se deu um distanciamento natural ao rio. "Supõe-se, com bons fundamentos, que as casas d'esta quinta foram edificadas mesmo sobre a margem esquerda do Minho, que amontoando por este sitio grande deposito de terra, se foi distanciando. Não só os terrenos adjacentes são de aluvião, e por isso feracíssimos, como já em nossos dias se tem conhecido diferença maior, das casas ao Minho."³⁰

Sabe-se então que os atuais limites da Quinta não correspondem aos originais. A partir da delimitação atual da propriedade, da observação de muros primitivos, de terrenos pertencentes à família, de nomes de caminhos, de desenhos da época e de testemunhos reais, conseguiu chegar-se à delimitação original.

Adossado ao terreno assinalado (fig. 14A), pertença da família, encontra-se um caminho, que se pensa ter separado os terrenos da Quinta do resto da aldeia. Este caminho, delimitado por um muro de pedra em continuidade com o da porta principal, denomina-se de "Caminho entre muros", o que reforça esta possibilidade (fig. 14B). Sabe-se, também, segundo testemunhos reais, que os muros que encerram a Quinta a Este e a Oeste foram rebatidos 90 graus (fig. 14C), existindo no passado, em continuidade com o muro a Norte, que faz frente ao rio. A juntar a esta informação existe também uma gravura da época (fig. 15) – de autor desconhecido – que, apesar de não se encontrar com as proporções exatas, dá algumas noções acerca da configuração dos limites e confirma as suposições levantadas anteriormente.

³⁰ *Enciclopédia luso brasileira da cultura*, vol. XI. Verbo, 1998. ISBN: 9789722218504. p.1434



Fig. 14 – Análise dos limites da propriedade antes da passagem das infraestruturas de transportes terrestres
 A- Terreno pertencente aos mesmos proprietários; B- "Caminho entre muros"; C- Rebatimento dos muros delimitadores

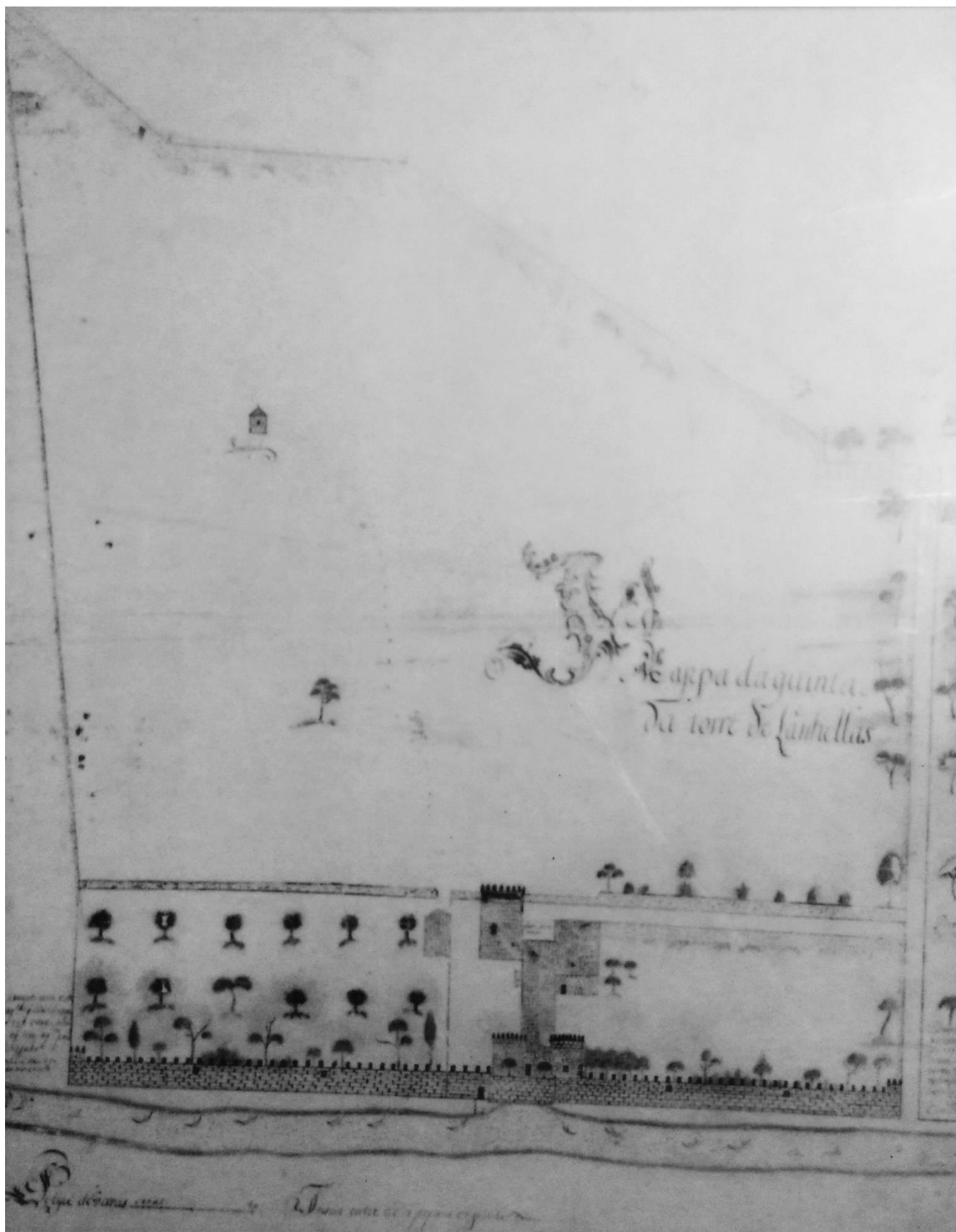


Fig. 15 – "Mappa da quinta da torre de Lanhellas" - gravura do século XIX, autor anónimo

INFRAESTRUTURAS DE TRANSPORTES TERRESTRES E ACESSOS

Em 1781, foi criado por Miguel Pereira Pinto Teixeira, o plano sobre aquela que deveria ser a rede nacional de estradas. "Desse plano constavam sete eixos fundamentais, quatro a partir de Lisboa e três do Porto. (...) Dos eixos centrados no Porto irradiam vias para Caminha, Chaves e Bragança."³¹

Através da análise da Carta Militar das Estradas de Portugal de 1808³² (fig. 16), pode constatar-se que já existia um grande número de estradas construídas e outras tantas planeadas, nomeadamente a que passa por Lanhelas; no entanto, ainda não chegara a Caminha.

Em 1835 foi apresentada uma proposta para a introdução do caminho de ferro em Portugal e iniciaram-se os trabalhos, mas só na década de 50 do mesmo século avançou em definitivo a construção do mesmo. *"Considerado como um meio de transporte de longa distância, as estradas de ferro como muitos lhe chamaram foram sendo traçadas de acordo com as direcções definidas pelas localidades mais importantes onde se supunha existir uma procura mais intensa, ou seja, muito próximas dos anteriores eixos rodoviários."*³³

"Em 1860 [a quinta] foi cortada pela nova estrada real de primeira classe, que vem de Lisboa ao Porto, Barcellos, Vianna, Ancora, Caminha, Vila Nova de Cerveira, Vallença, Monção e Melgaço." "(...) a estrada vem agora a passar a uns 50 ou 60 metros apenas, em frente das casas(...)".³⁴ Apesar de serem importantes elementos para a organização e articulação do território, na "Quinta de Lanhellas" tiveram o efeito inverso, acabando por dividi-la em duas partes (fig. 17).

³¹ PACHECO, Elsa - *Alteração das acessibilidades e dinâmicas territoriais na Região Norte: expectativas, intervenções e resultantes*. 2004, pág.6

³² <https://www.loc.gov/resource/g6691r.hl000021/>. Acesso a 20 de Maio de 2017

³³ PACHECO, Elsa - *Alteração das acessibilidades e dinâmicas territoriais na Região Norte: expectativas, intervenções e resultantes*. 2004, pág.14

³⁴ *Enciclopédia luso brasileira da cultura*. 1998, p.1432



Fig. 16 – parte da Carta Militar das Estradas de Portugal de 1808



Fig. 17 – Passagem da via férrea pela quinta”
<http://cidadeinfinita.blogspot.pt/2015/11/torre-de-lanhelas.htm>. Acesso a 14 Junho de 2017 I

Através de uma carta escrita por Miguel de Novais ao seu cunhado Machado de Assis, em resposta à questão da abolição da escravatura, pode-se confirmar a presença de infraestruturas de transportes terrestres no final do século XIX, em Lanhelas:

" Lanhelas, 6 de agosto [de] 1888.

Amigo Machado de Assis, / (...) Basta de escravatura, eu talvez dissesse para aí muita tolice, não duvido, mas enfim o amigo a desculpará (...) Não me fala muito no seu projeto de viagem – muito bem – não fale, não diga-me nada mas venha. Estou convencido que gostará, depois de ter percorrido esse mundo europeu de vir descansar aqui, um pouco em Lanhelas. É uma aldeia lindíssima, mas uma aldeia onde tenho oito comboios, linha férrea, a passar pela porta todos os dias, uma estrada de rodagem igualmente a passar-me pela porta e paralela ao caminho de ferro com distância de 5 ou 6 metros, e na mesma distância de poucos metros da linha férrea – de modo que posso andar no mesmo dia em caminho de ferro, carruagem e barco tudo em frente de casa. Adeus. Lembranças de todos nós e creia-me seu: / Amigo e criado / Miguel de Novais"³⁵

Como referido anteriormente (ver *Implantação*), pode aceder-se à Quinta a partir de diferentes meios de transporte e através de várias entradas. Com a passagem dos anos e devido a fatores externos, os acessos à casa foram sofrendo várias alterações.

A entrada principal, antes situada junto à capela de Santo António, mudou de sítio devido à chegada das infraestruturas de transportes terrestres, situando-se atualmente a Este da "Quinta". A entrada secundária tem lugar a Oeste, oposta à entrada principal. Existem ainda duas entradas, a Norte, de menor dimensão para

³⁵ VILARINHO, Murilo Chaves - *O negro-cativo, o negro-alforriado e o negro-abandonado no realismo machadiano (1881-1908)*. 2015, pág. 215

receber quem chega por rio. Com o passar dos anos, estas foram-se distanciando do mesmo, ganhando mais terreno.

Através da sinalização presente nos caminhos da envolvente, sabe-se da passagem do caminho de Santiago (fig. 18), mais propriamente do “caminho português da costa”, pelo local. O ritual é anterior ao século XII, tendo visto aumentado o fluxo de peregrinos nos séculos XIII, XIV e XV.³⁶

Pode afirmar-se então, que a estrada assinalada seria a principal até à chegada das novas infraestruturas de transporte terrestre, acedendo-se à quinta através de um pórtico situado junto à capela de Santo António ou capela de Marrocos, como é por vezes referida.

³⁶ El Camino de Santiago ayer y hoy - http://www.premioiberoamericano.cz/documentos/13raedicion/1erPremioXIII_MiladaPichova.pdf. Acesso a 17 de Agosto de 2017



Fig. 18 – Caminho de Santiago – caminho português da costa



Fig. 19 – Sinalização do caminho de Santiago – caminho português da costa

VISIBILIDADE

Com a passagem pelo caminho mencionado anteriormente, a visibilidade para a casa era praticamente nula, apenas era possível observar o pórtico de entrada na quinta e a capela que se encontrava fora dos muros da mesma. Com a mudança dos limites e aparecimento de novas infraestruturas de transportes terrestres, existe consequentemente uma mudança na percetibilidade da casa por parte de quem atravessa a aldeia.

A chegada das infraestruturas de transportes terrestres trouxe com ela uma barreira física perante a casa, tornando-a de difícil acesso. No entanto, apesar de isolada, ainda se encontrava bastante visível (fig. 20). Mais tarde, no final do século XX, a introdução da vegetação veio criar uma barreira visual, acrescentando à dificuldade de acesso à casa, a pouca (ou nenhuma) visibilidade.

Consoante o meio de transporte que se usa para aceder à casa, o grau de visibilidade e a proximidade à mesma variam. A partir da estrada não é possível ver o que se encontra para lá da entrada devido à grande massa arbórea (fig.21 e 22). À medida que nos vamos aproximando do interior, a visibilidade vai aumentando, como acontece a partir do comboio, em que é possível ver a Torre por entre as árvores. (fig. 23).

Já pelo rio, a visibilidade é maior, devido a uma maior proximidade à casa e à escassa vegetação (fig. 24). No entanto, os grandes muros erguidos junto à casa e as escassas aberturas mantêm a privacidade da mesma, para além de se tratar de um canal do rio utilizado apenas por quem tiver o intuito de aceder à Quinta.



Fig.20



Figs.21 e 22

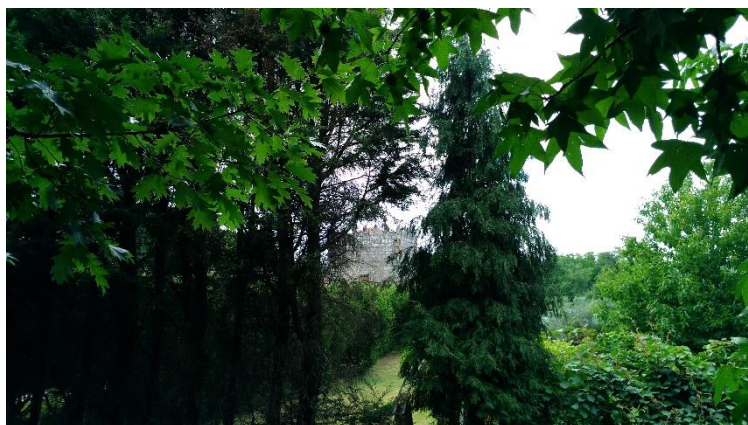


Fig. 23



Fig. 24

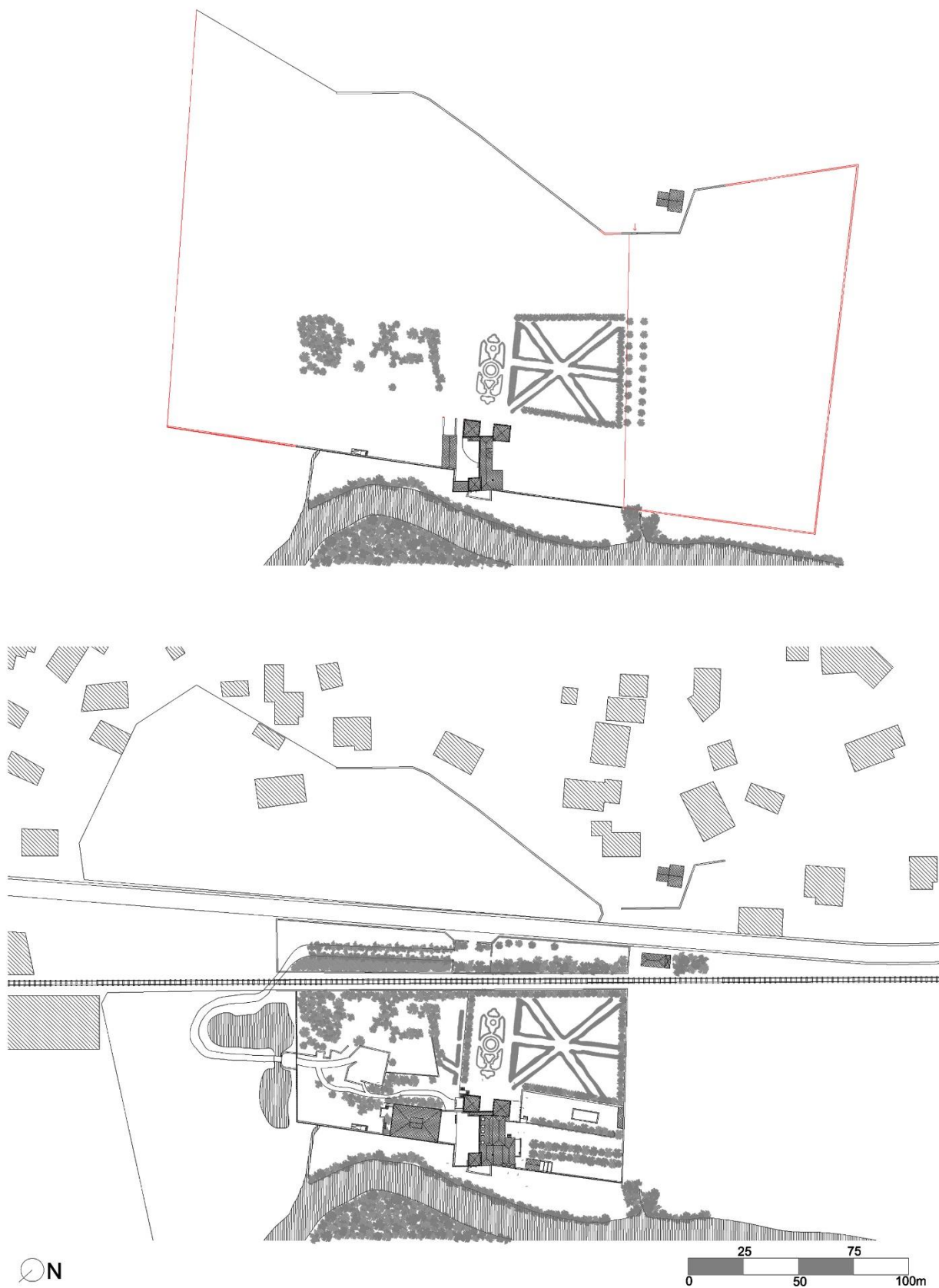


Fig. 25 – Alteração dos limites da quinta antes e após a passagem das infraestruturas de transportes terrestres

PROPRIETÁRIOS

A “Casa da Torre” pertence atualmente a Rocio e Pepe Regojo que a retiraram do estado de abandono em que se encontrava no final do século XX. Durante os primeiros seis séculos da sua existência, a casa manteve-se na mesma família.

Supõe-se ter sido Affonso Vaz Bacellar, casado com D. Maria Carmina de Castro, o primeiro proprietário do objeto de estudo: *“consta-nos que foi este o reedificador da Torre e o instituidor do morgadio.”*³⁷ O segundo proprietário em linha reta terá sido a sua única filha, Margarida de Barros Bacellar, casada com Ruy de Sá Sottomayor, que ganhou importância por ser a primeira mulher detentora da quinta. Da união dos dois nasceu Belchior de Sá Sottomayor – que contraiu matrimónio com D. Inez Pereira – que lhes sucedeu. A propriedade passa assim da família Bacellar – detentora de várias edificações de particular interesse no Norte de Portugal – para a Sottomayor por descendência.

A D. Inez Pereira e Belchior de Sá Sottomayor *“sucedeu-lhes seu filho Ruy de Sá Sottomayor casado com D. Violante Pereira (...) e depois por falta de descendência, a sua irmã D. Marianna de Sá Sottomayor, mulher de Jacome Soares Pereira (...). Miguel de Sá Sottomayor, seu filho, desposou a Dona Dorotheia de Meneres (...). D'este matrimonio ficou um filho. D. João de Sá de Meneres, casado com D. Maria da Cunha Sottomayor, e celebre no seu tempo, viveu com seu avô (?) Jacome Soares Pereira, não deixando sucessão.”*³⁸ *“O ultimo possuidor d'ella foi João de Sá de Meneres bem conhecido n'este reino pelas suas extravagantes empresas, e hoje se acha litigiosa a sucessão d'ella entre uma bastarda e os senhores da casa de Azevedo.”*³⁹

³⁷ In Arquivo Distrital de Viana do Castelo – Família Sá Pinto Sottomayor 5.9.4. cx3.-26

³⁸ Idem

³⁹ *Descrição da Villa de Caminha*. Viana, 1882, pág.94

Após este período, sabe-se então da existência de uma demanda entre Pedro Lopes de Azevedo - detentor da propriedade na altura – e D. Quitéria Josefa de Sá, filha de João de Sá Sottomayor, saindo esta vencedora. *“Por sentença de 2 de Maio de 1772 passou a casa da mão de Pedro Lopes de Azevedo, que a retinha, a D. Quitéria Josefa de Sá, (...) casou com Antonio Soeiro da Silva, e tiveram a Camillo Antonio de Sá Pinto de Abreu Sottomayor Sr. Da casa de Lanhellas, Graciosa (?) e morgado de Vianna, compadroeiro de Reboreda, cavalleiro na ordem de Christo, Sargento Môr das ordenanças de Vianna, que casou com D. Clara ou Maria Clara de Azevedo e Araujo, Tiveram Antonio de Sá Pinto de Abreu Sottomayor, Senhor de Lanhellas, Cavalleiro da Ordem de Christo, Coronel de Voluntarios Realistas de Vianna, e Procurador por esta Villa, ás côrtes de 1828 que desposou a D. Candida Rachel de Barros de Mesquita Pimentel.”*⁴⁰

Em 1897 falece Camillo António de Sá Pinto de Abreu Sottomayor, deixando a casa ao seu filho João José de Sá Pinto de Abreu Sottomayor. João de Sá, como ficou perpetuado na toponímia de Lanhelas, nasceu em 1861 e foi uma das mais importantes figuras políticas do concelho de Caminha. Eleito presidente da Câmara Municipal de Caminha aos vinte e seis anos de idade (1887), era à data Comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição. Reeleito por duas vezes, em 1888 e 1889, vê-se obrigado a abandonar o cargo em 1890 por motivos familiares. Em 1905 voltou à presidência, sendo reeleito em 1906 e 1907.

Devido à sua posição desfavorável face à Implantação da República, a “Casa da Torre” foi assaltada por agentes da Polícia e marinheiros da Armada no Verão de 1912, altura em que este se encontrava ausente do país. Diz-se⁴¹ que o Cavaleiro da Ordem de Cristo e da Sagrada Ordem Militar se tenha refugiado na Galiza durante algum tempo como modo de proteção perante a sua oposição à República

⁴⁰ In Arquivo Distrital de Viana do Castelo – Família Sá Pinto Sottomayor 5.9.4. cx3.-26

⁴¹ BENTO, Paulo – *A lenda negra do Quadro de Lanhelas*. <http://www.caminha2000.com/jornal/n542/cmc3.html>. Acesso a 4 de Janeiro de 2017

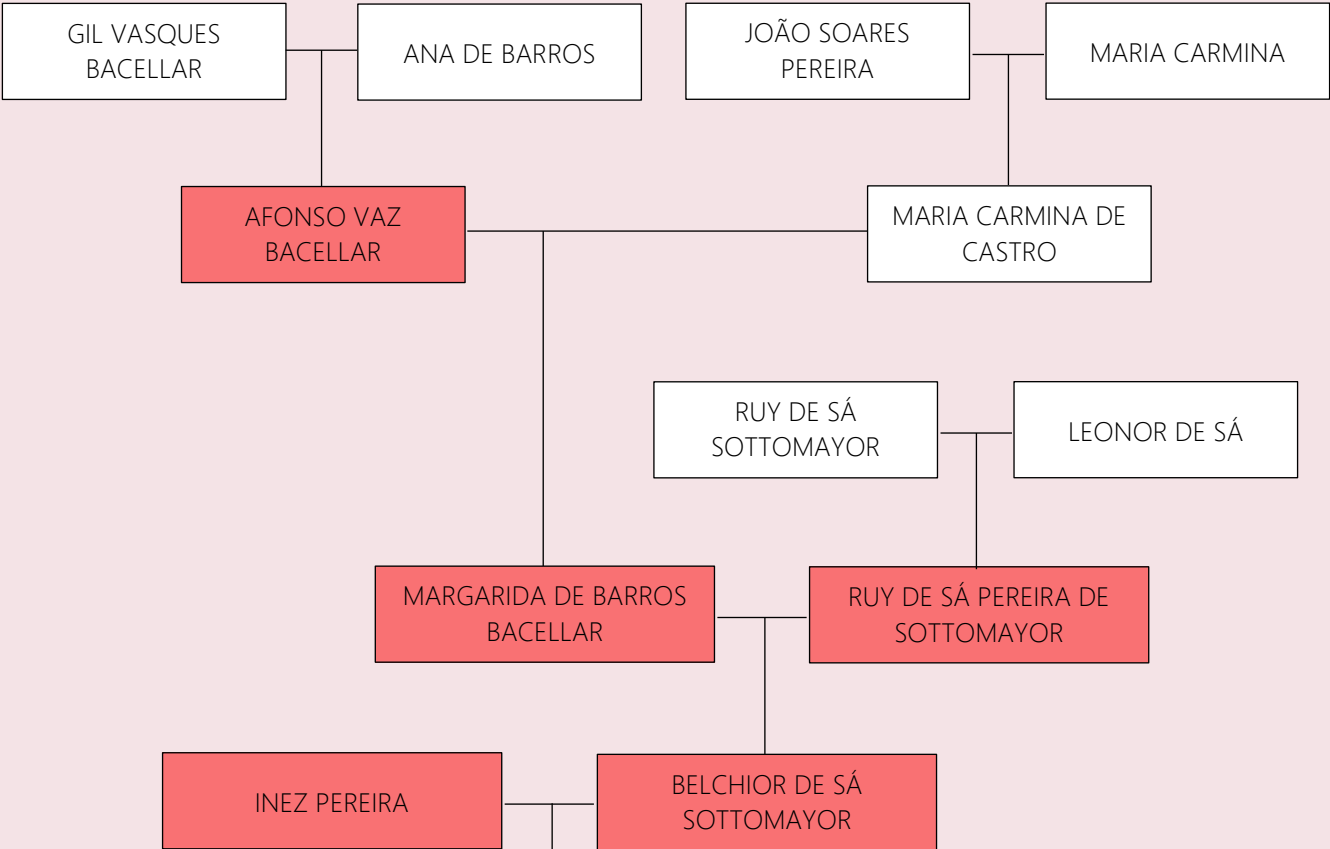
Portuguesa. Em 1923 volta ao cargo de presidente da Câmara, tendo sido reeleito nos três anos seguintes.

Sete meses após a morte de sua mãe Maria Clara de Azevedo e Araújo, em 1929 - com sessenta e oito anos de idade - faleceu João de Sá, tendo sido sepultado na capela de Santo António, pertencente à quinta, sucedendo a este o seu irmão mais novo, Primo de Sá Pinto de Abreu Sottomayor.

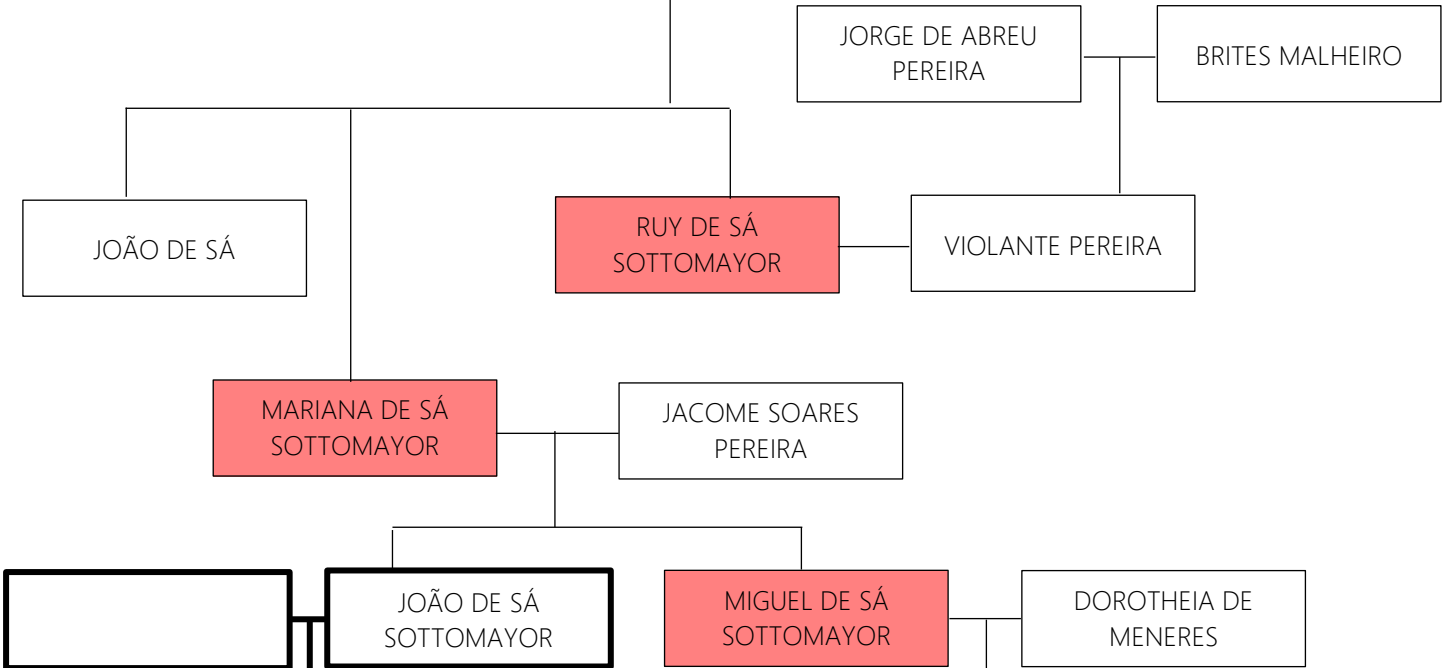


Fig. 26 - João de Sá
BENTO, Paulo – *A lenda negra do Quadro de Lanheles*.
<http://www.caminha2000.com/jornal/n542/cmc3.html>. Acesso a 29 de Agosto de 2017

SÉCULO XVI



SÉCULO XVII



SÉCULO XVIII



BRASÕES

"A pedra de armas, na qual o brasão da família é envolto em cartelas mais ou menos complicadas, é um elemento fundamental do solar".⁴³

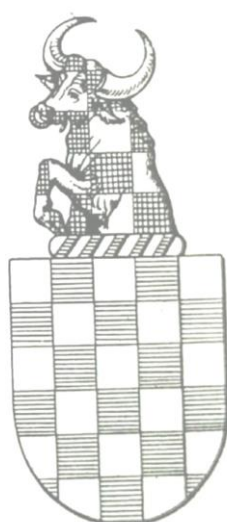
O brasão, para além de um elemento identificador das famílias, assumiu uma acrescida importância nas casas senhoriais portuguesas do séc. XVI, quando se passou a valorizar a fachada e aquilo que ela transmitia a quem apenas visse a casa a partir do exterior. *"Esta cultura de fachada imitativa do senhor reconhecível pelos comportamentos de rua, nasceu no séc. XVI com a instauração do brasão enquanto «sinal exterior de fidalguia» (...) O brasão era um sinal de afirmação, de distinção social e de diferenciação. (...) Cada brasão era um sinal de autonomia e de individualização: nomeava, diferenciava e separava, como um cartão de identidade. Representava uma história de vida, um projecto e até um pensamento secreto."*⁴⁴ A casa da Torre, não fugiu a esta tendência e ostentou a partir desta época o seu brasão na primeira e principal torre da casa, com a representação de 4 famílias importantes para o seu tempo, entre elas a família Abreu e Bacelar, podendo ler-se sobre estas n"*"O Brasonário português e a cultura hebraica"*. A família Abreu *"(...) vivia no Minho na época de D. Afonso Henriques (século XII), sendo proprietária de várias terras"*⁴⁵ e Bacelar teria surgido *"de uma família do séc. XIII"*⁴⁶.

⁴³ BINNEY, Marcus – *Casas Nobres de Portugal*. 1987, pág. 6

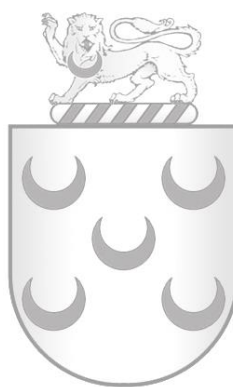
⁴⁴ ESPÍRITO SANTO, Moisés – *O Brasonário português e a cultura hebraica*. 1997, págs. 55/56

⁴⁵ Idem, pág. 108

⁴⁶ Idem, pág. 122



SÁ



PINTO



BACELAR



VAZ



ABREU



SOTTOMAYOR

Fig. 27 -Brasões das famílias que habitaram a casa
Retirado de ESPÍRITO SANTO, Moisés – *O Brasonário português e a cultura hebraica*. 1997

ESTADO ATUAL

A “Casa da Torre” de Lanhelas chega ao presente habitada e em boas condições, apesar de terem existido períodos de abandono.

Muitas foram as obras de restauro e reabilitação realizadas, com o intuito de evitar que a casa se descaracterizasse e, mais do que isso, se perdesse com a passagem do tempo. As intervenções realizadas na casa foram sempre influenciadas pelas referências históricas disponíveis (a própria casa, documentos da época, monografias), numa tentativa de a manter fiel à sua imagem. Atualmente continuam a ser realizadas obras de reabilitação e manutenção, para evitar que a casa volte ao estado em que foi encontrada pelos atuais donos na década de 90.

O conceito de *edifício palimpsesto* assume grande importância, pois “registra a evolução” e marcas das transformações que vai sofrendo, sendo interpretado como síntese de várias épocas construtivas, apelando à sua preservação. Apesar da tentativa de assemelhar as duas construções, as diferenças entre a nova e a antiga são notórias e representativas dos diferentes modos construtivos entre torres e corpos de ligação. Através do uso de pedras irregulares nos pisos térreos e de fiadas mais regulares nos pisos superiores, podem distinguir-se diferentes épocas. No interior dos pisos superiores foram utilizadas paredes de tabique e nos pisos térreos pedras de grande espessura, com aberturas de menor dimensão para sustentar o peso do resto da estrutura.

O escoamento das águas pluviais é feito através de gárgulas presentes nas torres, nos corpos de ligação foi introduzido o escoamento pelo interior da fachada, não existindo, portanto, vestígios de escoamento na pedra.

Para além das alterações referidas, foram acontecendo também algumas modificações na relação da casa com elementos da sua envolvente, como as infraestruturas, os limites e os acessos/percursos, que têm influência na visibilidade da casa a partir do seu exterior.

LEVANTAMENTO

De modo a prosseguir a investigação tornou-se necessário fixar o estado atual da casa; para isso procedeu-se ao levantamento métrico e fotográfico do objeto de estudo. A complementaridade de ambas as formas de levantamento revela-se fundamental na compreensão do edifício e da sua envolvente próxima.

O levantamento fotográfico - organizado em espaços 'extramuros' e 'intramuros' - transmite a ambiência dos mesmos e o levantamento métrico alia à mesma a precisão e o detalhe.

Procedeu-se ao levantamento métrico intensivo do objeto arquitetónico, de modo a ser possível a representação do edifício em secções horizontais e verticais. Foram produzidas cinco plantas, sendo uma delas de cobertura e as restantes respetivas ao número de pisos da casa. O piso 0 foi considerado segundo a entrada na casa através do *piano nobile*. A planta de cobertura, onde se compreende a totalidade do conjunto, permite também relacionar o objeto arquitetónico com o rio e com as infraestruturas que atravessam a propriedade. As plantas dos pisos foram desenhadas a partir de um plano de corte situado aproximadamente a 1,5m de altura do chão do respetivo piso, de modo a tornar possível a representação dos vãos existentes e ser mais eficaz a leitura da espacialidade de cada compartimento representado.

Das secções verticais fazem parte os cortes e alçados. Através dos cortes é possível ver a relação entre pisos, interior-exterior, a altimetria dos espaços e o modo como estão organizados verticalmente, bem como a forma e tipo dos tetos e pavimentos. Os locais escolhidos para fazer passar o corte apresentam uma boa relação entre os programas do interior, a sua relação com o exterior e procuram também esclarecer pormenores que não estejam explícitos em planta. Os alçados, por sua vez, revelam-nos o aspeto exterior do edifício, os vãos, as diferenças de

linguagem entre partes, o tipo de construção e as estereotomias, representativas de cada época construtiva.

A partir do cruzamento de informação das secções horizontais e verticais dispomos das condições para proceder à análise mais detalhada do objeto em estudo, no que respeita a espessuras e altimetrias, métricas e formas, entre outras, ao mesmo tempo que conseguimos criar uma imagem mental do mesmo.

Após o levantamento métrico e a partir do mesmo, produz-se o modelo tridimensional do objeto arquitetónico, que permite ter a perceção da articulação entre partes e da sua implantação no local, de maneira a chegar mais facilmente a conjeturas acerca das transformações e evolução do edifício.

LEVANTAMENTO ARQUITETÓNICO

Planta de cobertura

Planta piso -1

Planta piso 0

Planta piso 1

Planta piso 2

Cortes e alçados

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

EXTRAMUROS

Capela



Casa do guarda



Antiga entrada da quinta



CASA

Interior

Piso -1



Piso 0





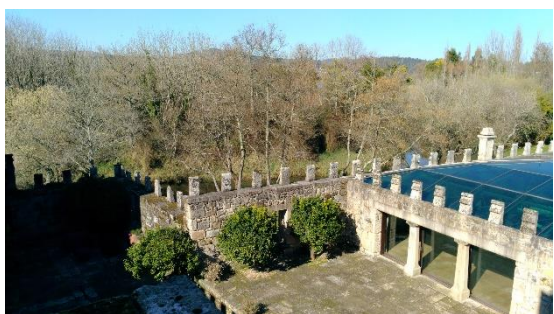
Piso 1



TORRE



ESPAÇOS EXTERIORES





MODELO TRIDIMENSIONAL

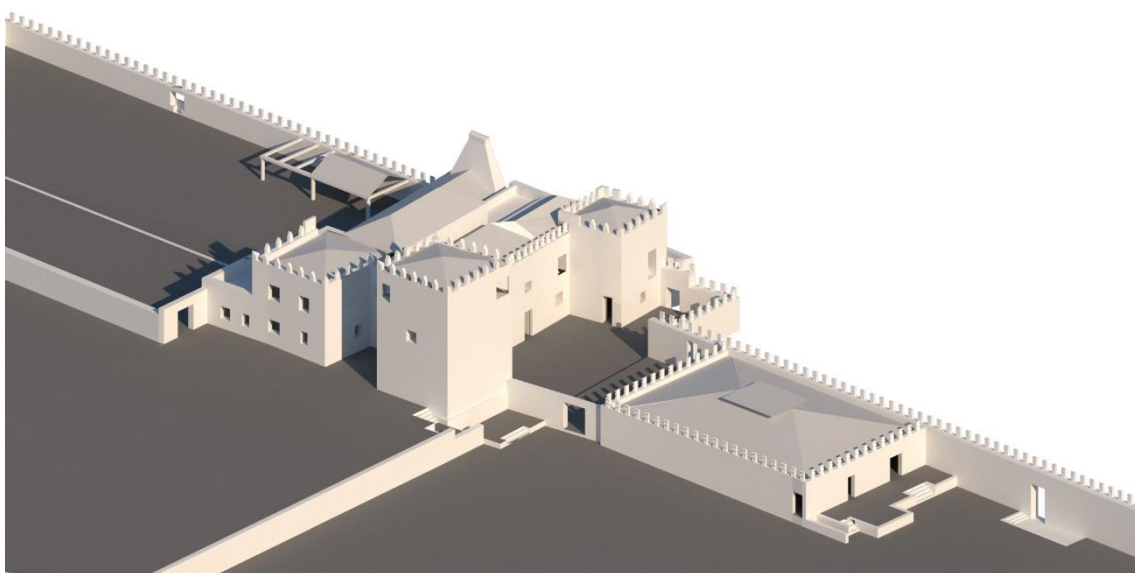
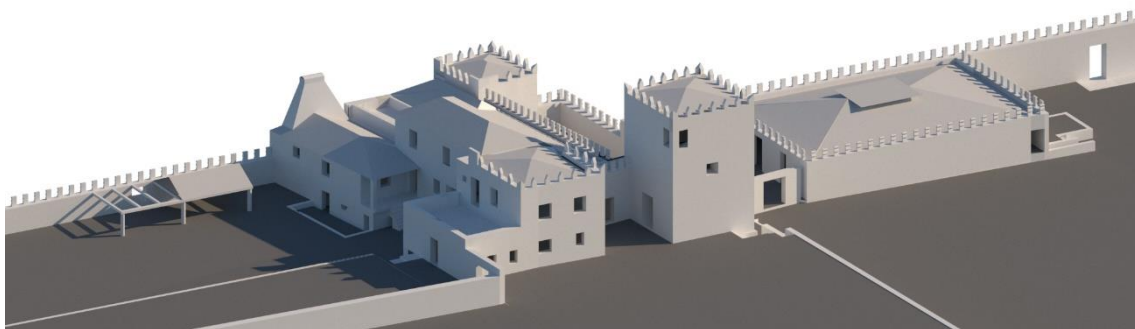


Fig. 28 – Modelo tridimensional – Vista Sul

Fig. 29 – Modelo tridimensional – Vista Nascente

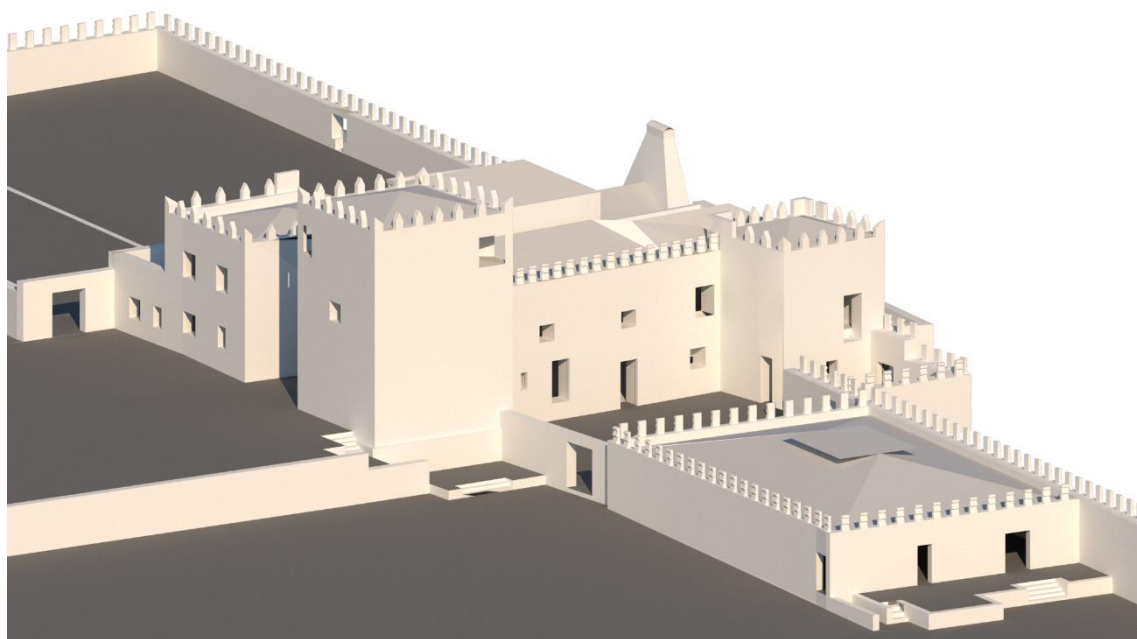


Fig. 30 – Modelo tridimensional – Vista Sudoeste
 Fig. 31 – Modelo tridimensional – Vista Nascente

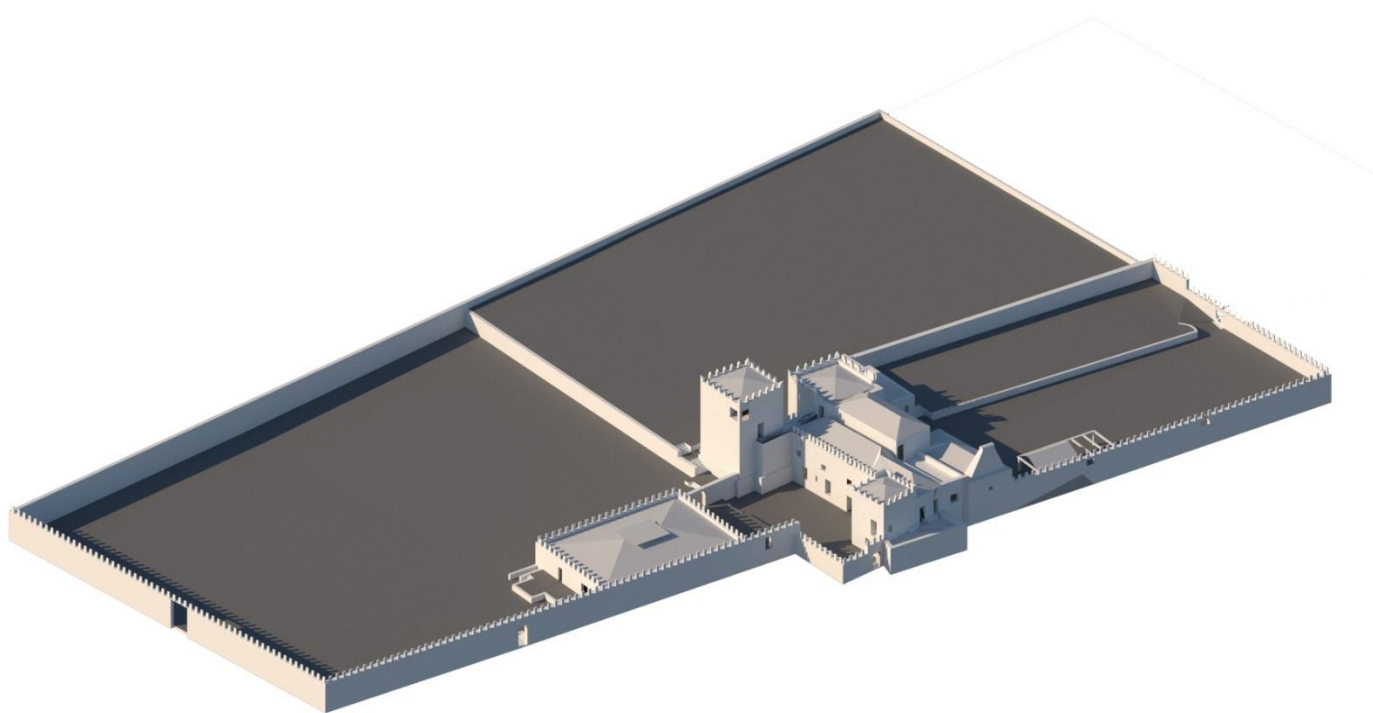


Fig. 32 – Modelo tridimensional – Vista Norte

4 | DA EVOLUÇÃO HISTÓRICO-CONSTRUTIVA DA CASA

PREÂMBULO E MÉTODO DE INTERPRETAÇÃO

O estudo que se segue parte da análise de todas as fontes, juntamente com a análise arqueológica da “Casa da Torre de Lanhelas” e levantamento da mesma, para uma posterior contextualização histórico-construtiva (no tempo e espaço) e comparação, de modo a estabelecer um fio condutor na história do edifício, desde a sua fundação até aos dias de hoje, passando pela criação de uma linha cronológica para as várias fases, que resulta na reconstituição de cada uma delas.

A análise e interpretação das fases requer que se faça, não só o registo do que ainda permanece da casa como também se retrate o passado da mesma, estudando a sua evolução durante os sete séculos de existência, através de documentos originais, do levantamento e do cruzamento com casos de estudo coevos que partilhem características tipo-morfológicas. Durante este processo revela-se essencial fixar as certezas que se alcançam e as dúvidas que permanecem, de maneira a deixar em aberto todas as hipóteses existentes. A necessidade de realização deste processo torna-se maior devido à inexistência de documentos que comprovem as obras realizadas na casa. *“É evidente (...) que a existência de qualquer documento tratando da fundação duma casa em época mais remota pode não provar nada, porque o que importa é o edifício que hoje se nos depara. Devemos tomar em conta esta mistura de estilos, portanto, ao visitarmos qualquer casa.”*⁴⁷

Mais importante do que registar as informações encontradas é fazer o cruzamento entre as mesmas, o levantamento realizado, a leitura arquitetónica do existente e o conhecimento acerca do tema, de modo a acrescentar saber e evitar fazer uma compilação da informação encontrada.

O levantamento métrico e o modelo tridimensional são realizados através de relatos verbais, da análise de documentos (bibliografia local e fotografias da época) nos quais sejam feitas referências ao objeto de estudo, diretas ou indiretas, e do cruzamento do saber adquirido com a nova informação recolhida, em paralelo com

⁴⁷ AZEVEDO, Carlos de - *Solares Portugueses: introdução ao estudo da casa nobre*. Lisboa, 1969, pág.15

pistas físicas, encontradas nos vários estratos do edifício. Através destes é possível 'desconstruir' a casa até alcançar as fases iniciais, tendo sempre a noção da espacialidade dos compartimentos, bem como a sua lógica de organização. A representação tridimensional acrescenta conteúdo na medida em que simplifica a compreensão dos volumes em cada fase.

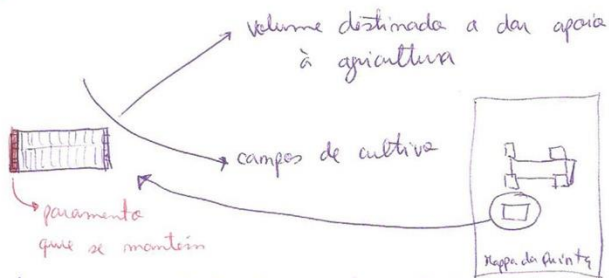
Tão importante como o levantamento métrico é o levantamento fotográfico e a observação 'in situ', atentos a pormenores relacionados com as formas, estereotomias e diferenças de modos de construção e de materiais.

Desde a construção da primeira torre, no século XVI, a casa adquiriu várias formas. Hoje em dia, a que apresenta é muito diferente da inicial, reflexo da adaptação do objeto de estudo às várias épocas.

Muitas foram as partes que ruíram, que foram demolidas ou que foram construídas de raiz adossadas à construção primitiva. Para sistematizar e melhor compreender estas discontinuidades procede-se numa primeira instância à definição do início e do fim de uma linha cronológica (intervalo de tempo em que terá existido o edifício até à atualidade); este período cronológico é preenchido com dados relativos à construção da casa, vínculos, proprietários e envolvente da "Casa da Torre".

A construção do conjunto edificado desenvolveu-se em 5 fases, sendo que a cada uma delas corresponde uma época: século XV; século XVI – 1ª metade; século XVI – 2ª metade; século XIX e século XX. As fases foram distribuídas por séculos, consoante o número das construções que tinham lugar e a importância das mesmas para a imagem do conjunto edificado. A cada uma delas corresponde um intervalo de 100 anos, à exceção das fases 2 e 3, que dizem respeito ao mesmo século por se tratarem de 2 momentos importantes para a formalização do objeto de estudo, sendo por isso necessário compreendê-las singularmente.

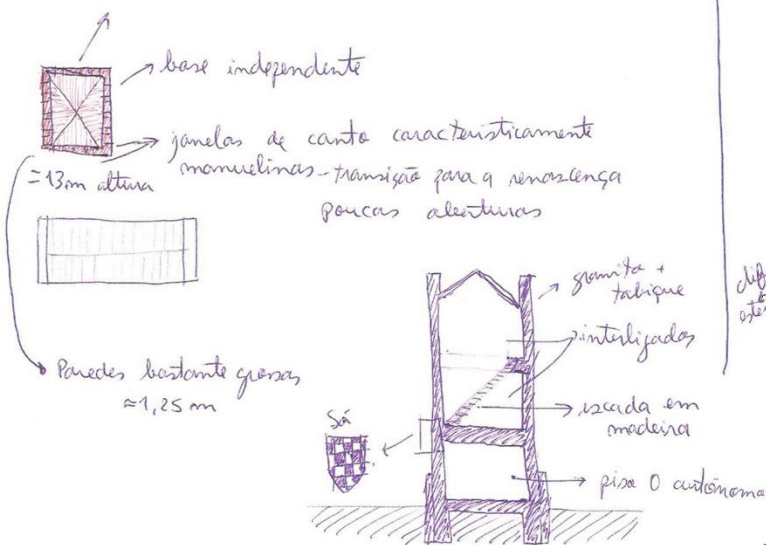
Fase 1: séc. XV



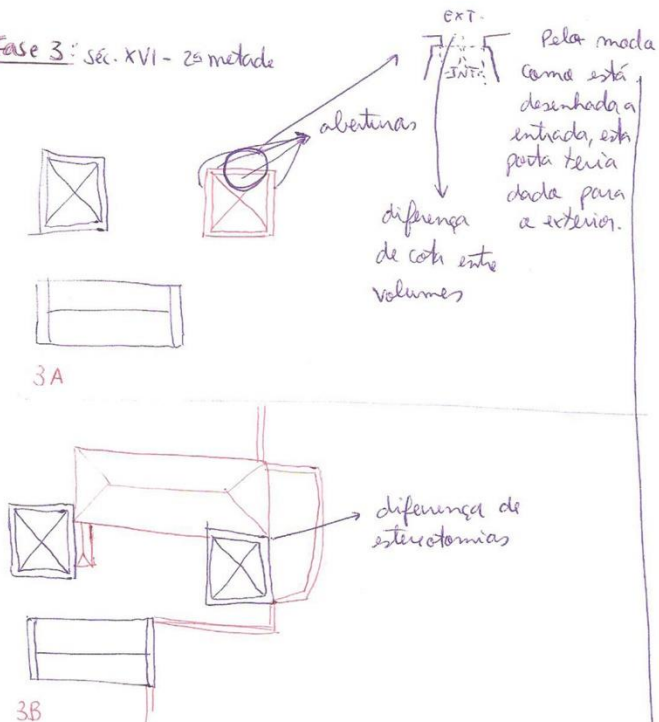
"A quinta era a sustenta de grande parte de lãnhelas no início da séc. XV - 15 lavandares"

Fase 2: séc. XVI - 2ª metade

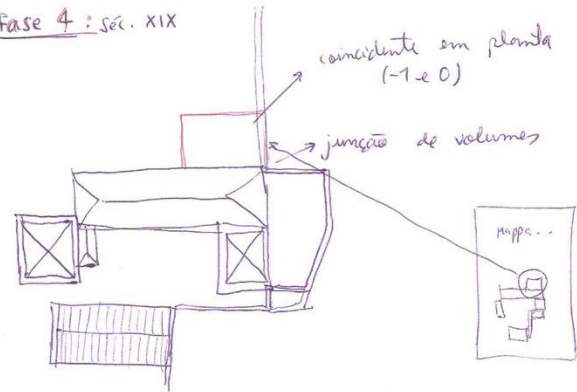
diferente aparelhamento da granita listriotomia



Fase 3: séc. XVI - 2ª metade



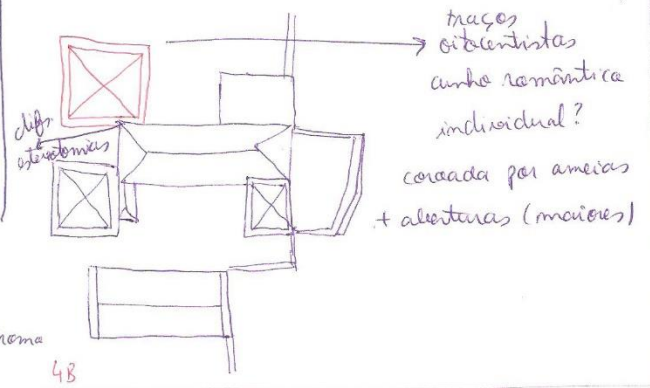
Fase 4: séc. XIX



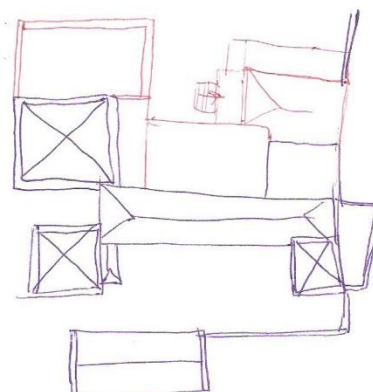
cozinha + cote?

diferente aparelhamento da fecha

4A



4B



4C

Fig. 33 – Estudo das fases

De modo a obter um quadro verídico para cada fase tornou-se necessário organizar a informação em 3 categorias: *Análise*, *Contexto histórico-artístico/Comparação* e *Reconstituição*. Numa primeira instância procede-se à análise das fontes disponíveis, contextualizando e comparando com casos de estudo coevos numa segunda etapa, de modo a que seja possível chegar a hipóteses morfológicas, acompanhadas de factos históricos para cada fase. Constitui exceção deste método interpretativo a fase 5, por se revelar temporalmente pouco distante à época em que nos encontramos.

A origem da casa senhorial surge com uma configuração simples onde apenas existia uma torre "(...) e é no Norte, na região de Entre Douro e Minho – berço da nacionalidade -, onde vamos encontrar os primeiros exemplos deste tipo de construção (...)."⁴⁸ "Embora reproduzindo a estrutura de torre de menagem dos castelos, as casas-torre não são, no entanto, construções de carácter militar, destinando-se, sim, a habitação senhorial (...)"⁴⁹. A torre é o elemento que desencadeia todos os outros volumes que lhe são anexados e tem um domínio sobre a paisagem, contrastando com as casas tipicamente mediterrâneas.

No século XIII, "a política encetada por D. Afonso III e D. Dinis de controlo da construção de torres, tendo mesmo proibido a sua edificação sem a sua expressa autorização, tem como consequência uma certa contenção deste fenómeno ao longo dos séculos XIV e XV."⁵⁰ Durante este período a casa passa a ser encarada como um privilégio para quem a constrói. No seu livro *A Casa Senhorial em Portugal*, Helder Carita diz ter-se mantido a estrutura das torres, mas as proporções viram-se aumentadas e o aparelhamento do granito passou a ser mais regular. Contudo, não há exemplares que tenham permanecido para testemunhar as características deste tipo de casas antes do século XIV.

⁴⁸ AZEVEDO, Carlos de - *Solares Portugueses: introdução ao estudo da casa nobre*, 1969. pág. 19

⁴⁹ CARITA, Helder – *A Casa Senhorial em Portugal*, 2015. pág. 25

⁵⁰ AZEVEDO, Carlos de - *Solares Portugueses: introdução ao estudo da casa nobre*, 1969. pág. 46

Apesar da existência de casas-torre construídas de raiz, também se procedeu à complementação das torres já existentes tendo como base três tipologias, que marcaram as casas senhoriais do Norte do país nos séculos XVI e XVII: uma em que se adossa um corpo longitudinal à torre, uma segunda em que o corpo longitudinal é ladeado por duas torres – e que vai ser analisado posteriormente - e uma terceira em que são construídos vários volumes à volta da torre.

O século XVIII, época de maior riqueza, revela-se *"(...) nas imponentes e ricas fachadas, nas dimensões totais da casa, na multiplicação das divisões e no requinte da decoração, (...) que vai ao ponto de aproveitar a natureza para a tornar extensão da própria casa através de sombreados jardins, arvoredos e lagos"*⁵¹. A "Casa da Torre de Lanhelas" não foi exceção e refletiu este período através das suas dimensões, das majestosas fachadas, do tipo de decoração e da relação interior-exterior, criando-se grandes jardins como forma de contacto direto com a Natureza. No século XIX grande parte das casas foram alvo de campanhas de obras visando o aumento das mesmas.

Este trabalho encontra-se aberto a futuros estudos que pretendam aprofundar as narrativas, pelo facto de se poderem encontrar marcas cuja fase não esteja bem determinada, sendo por isso referidos como uma possível interpretação.

⁵¹ AZEVEDO, Carlos de - *Solares Portugueses: introdução ao estudo da casa nobre*. Lisboa, 1969. pág. 15

FASES

FASE 1 | séc. XV

. ANÁLISE

A "(...) *Honra de Lanhelas pertencente à família Bacellar (...) em princípio do séc. XIV por herança estava em mão de Vasco Gil Bacellar, neto de D. Martim(?) Afonso Bacellar, o primeiro Bacellar de que há notícia(...).*"⁵², no entanto ainda não teria neste século qualquer tipo de construção.

A primeira referência à existência de construção na quinta recua ao século XV. *"Junto ao rio Minho na freguezia de Lanhellas, no Concelho de Caminha, existe a casa da Torre, cujo principio data do século XV, e a sua quinta uma das melhores da Provincia; (...).*"⁵³ A grande produção de cereais, carne, peixe, azeite e mel, significavam um período de abundância para o reino, em que era possível exportar muitos dos produtos aqui produzidos, resultantes de uma grande exploração de propriedades de Norte a Sul de Portugal, inclusive os terrenos férteis de Lanhelas.

Em 1431, foi escrita uma carta por El-Rei D. João I e o seu filho D. Duarte, "(...) *concedendo a João Gomes da Silva, do seu Conselho e senhor da "Quinta da Torre", designada nesta época por "Quinta de Lanhelas", para que até ao número de 15 lavradores que nela trabalhassem, fossem isentos da prestação ordinária dos serviços militares de galiotes, besteiros do conto, de velar e rondar os muros, pontes e fontes da vila, guardar presos ou escoltá-los, etc.*"⁵⁴, reforçando assim a existência de uma propriedade de grandes dimensões sob exploração.

*"Através dos censos de 1513 sabemos que havia em Lanhelas cerca de 23 moradores"*⁵⁵, 21 do sexo masculino e 2 do sexo feminino. Cruzando esta informação com a acima citada, pode depreender-se que, nesta fase grande parte dos habitantes de Lanhelas viam na "Quinta da Torre" a sua forma de rendimento.

⁵² In Arquivo Distrital de Viana do Castelo – Família Sá Pinto Sottomayor 5.9.4. cx3.-38

⁵³ Idem

⁵⁴ CEPA, A. Guerreiro – *Caminiana*, 1980, p.208

⁵⁵ *Banda Musical Lanhelense – 152 anos*, 2002, p.7

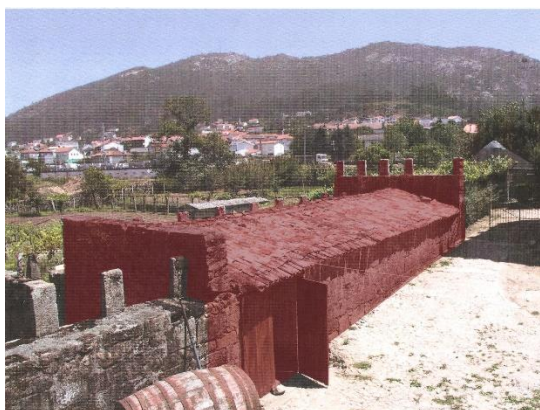


Fig. 34 – Fotos da casa em 1996

A respeito deste período pouco mais se sabe. A propriedade terá surgido no princípio do século XV e mantido a sua forma até ao século XX, como é possível comprovar pela observação de fotografias do final do milénio (fig. 34). Através da leitura de documentos do arquivo da família Sá Pinto de Abreu Sottomayor e do cruzamento com a leitura histórica e arquitetónica do construído, acredita-se ter sido edificado um pequeno volume longitudinal, com telhado de duas águas antes de ser edificada a primeira torre, quinhentista. Essa especulação ganha fundamento quando se lê que *"O senhorio de Lanhelas foi constituído por Gil Vasques Bacelar no final do século XV, quando herdou as terras correspondentes ao senhorio e aí edificou uma casa"*⁵⁶.

No *Mappa da Quinta da Torre de Lanhellas*, (fig. 35), gravura de autor desconhecido do século XIX, pode comprovar-se a existência do volume em questão, no mesmo local onde se sabe ter permanecido até ao século XX. Atualmente apenas se mantém uma das paredes correspondente à entrada da casa (fig. 36). Na figura 37 encontra-se assinalado no alçado o muro existente que dava acesso ao volume em questão e em planta a área outrora ocupada por ele.

⁵⁶ SIPA online - <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/73793>. Acesso a 20 de Julho de 2017

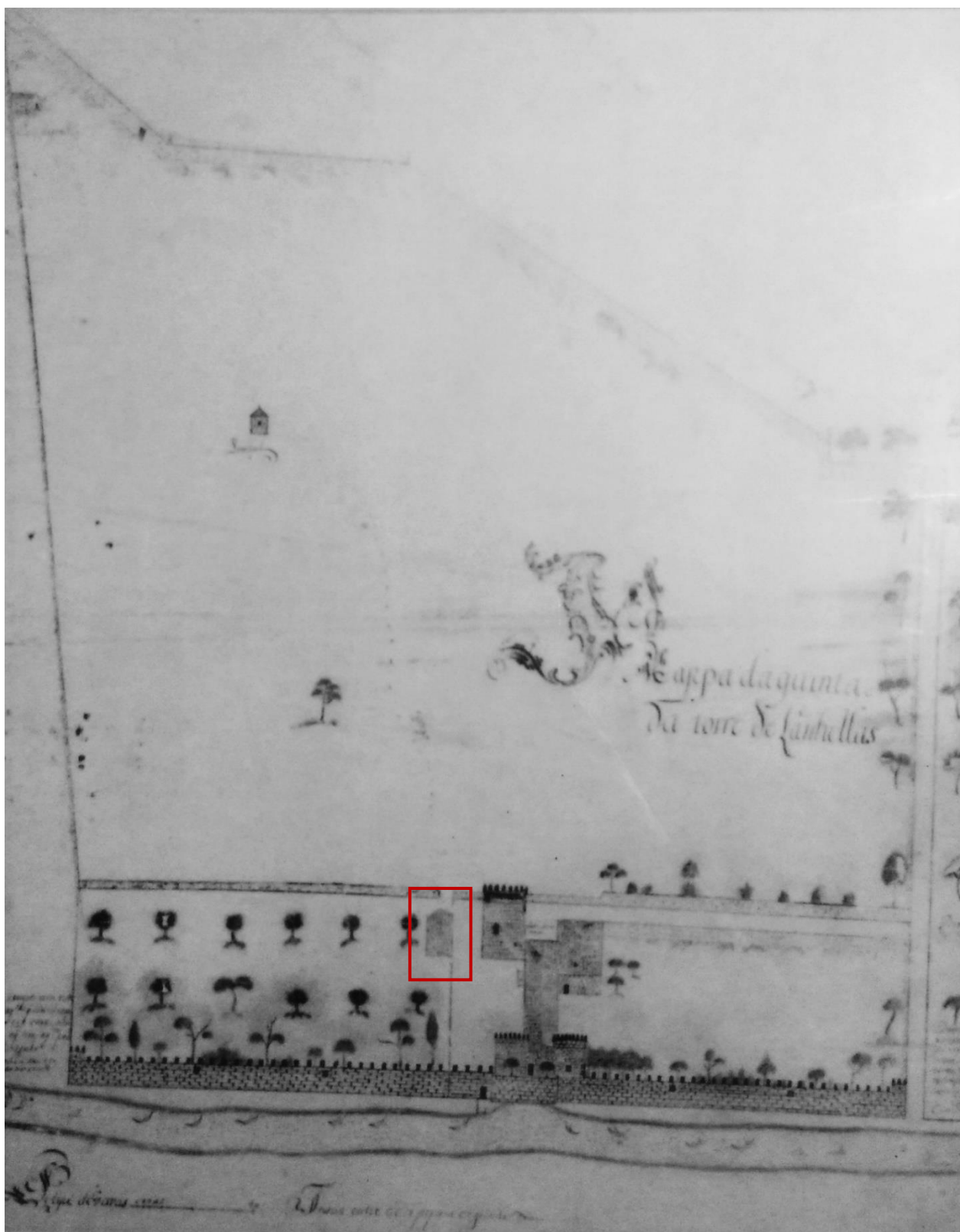
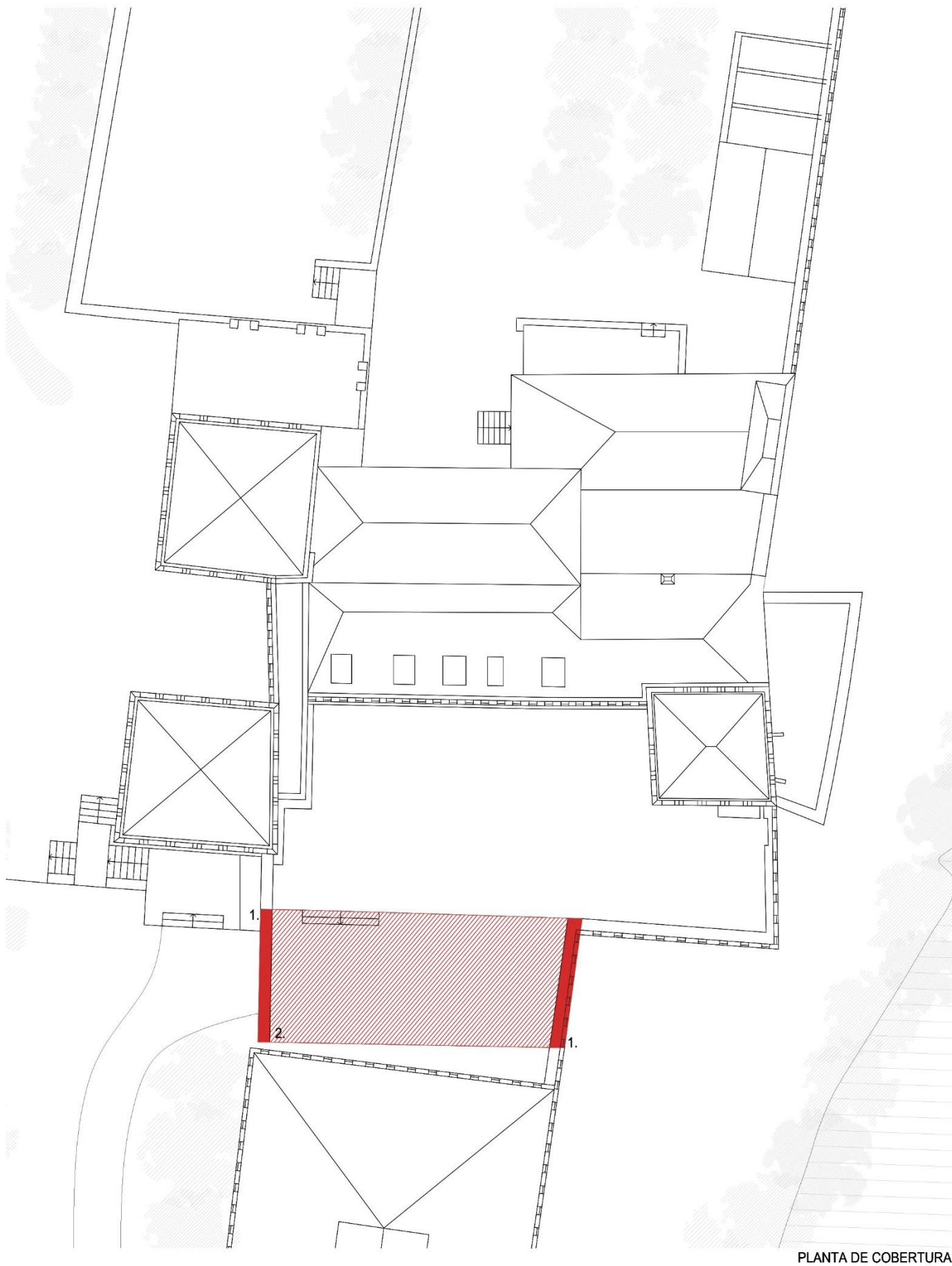


Fig. 35 – "Mappa da quinta da torre de Lanhellas" - gravura do séc. XIX, autor anónimo



Fig. 36 – Parede que se mantém atualmente



PLANTA DE COBERTURA

Fig. 37

"CASA DA TORRE DE LANHELAS" NQ CAMINHA
ANÁLISE FASE 1 ESCALA 1/250

LEGENDA

1. Paramentos existentes 2. Área ocupada outrora pelo volume

. CONTEXTO HISTÓRICO-ARTÍSTICO / COMPARAÇÃO

"No início do século XV, o reino teria vivido em abundância, na produção de cereais, na fartura da carne e de peixe e na exportação de azeite, vinho e mel (...)"⁵⁷, resultado de um grande número de propriedades exploradas de Norte a Sul de Portugal, inclusive nos terrenos férteis de Lanhelas. A agricultura e pecuária constituíam, nesta época, uma das maiores fontes de rendimento do reino.

"A casa-torre, ou casa forte, desenvolve-se como modelo da casa senhorial do Norte, a partir do século XII"⁵⁸, permanecendo até ao século XV como uma constante. Os merlões de tipo paramilitar eram empregues, nesta época, em diversas construções, sendo questionável em edifícios desta índole. A presença deste volume e não da casa-torre, como era habitual, indicia que a quinta seguia os modelos empregues, no entanto não se encontrava na vanguarda e demonstra o valor que o cultivo representava para os proprietários. A plantação de frutos e legumes, base da subsistência, impulsionou as grandes construções.

Tal como referido anteriormente, parte dos lavradores da quinta estavam isentos da prestação ordinária de serviços militares, o que enfatiza a importância da quinta para a economia do reino.

⁵⁷ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*, Vol. II, 1980, pág. 24

⁵⁸ CARITA, Helder – *A Casa Senhorial em Portugal*, 2015. pág. 25

. RECONSTITUIÇÃO

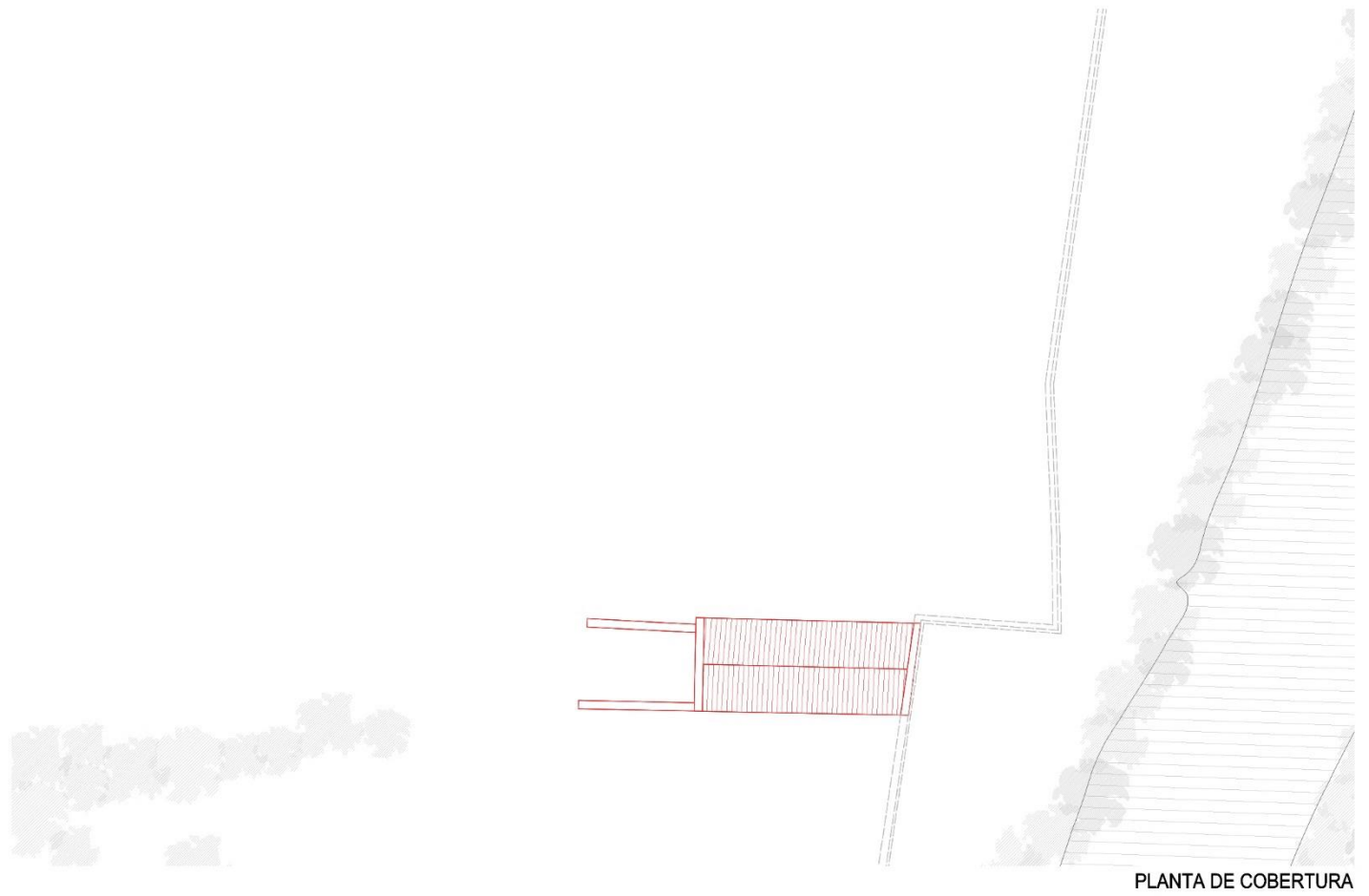
No século XIV a propriedade já era constituída 'Honra' e pertencia a Vasco Gil Bacellar. No entanto não lhe era conhecida nenhuma construção até à data. Apenas a partir do século XV começaram a edificar-se construções na quinta, sendo a primeira um volume de dimensões reduzidas, longitudinal, de apenas um piso e telhado de duas águas, que serviria de mote para toda a construção que se avizinhava.

No início do século XV, a agricultura e pecuária constituíam uma das maiores fontes de rendimento do reino, o que revela a importância deste setor na época. É nestas circunstâncias que se dá a construção do volume de apoio à agricultura. Sobre este volume pouco se pode afirmar devido à inexistência de documentação em que o mesmo apareça referenciado. Contudo, pode especular-se qual tenha sido a sua função através do que se sabe ter chegado até ao século XX.

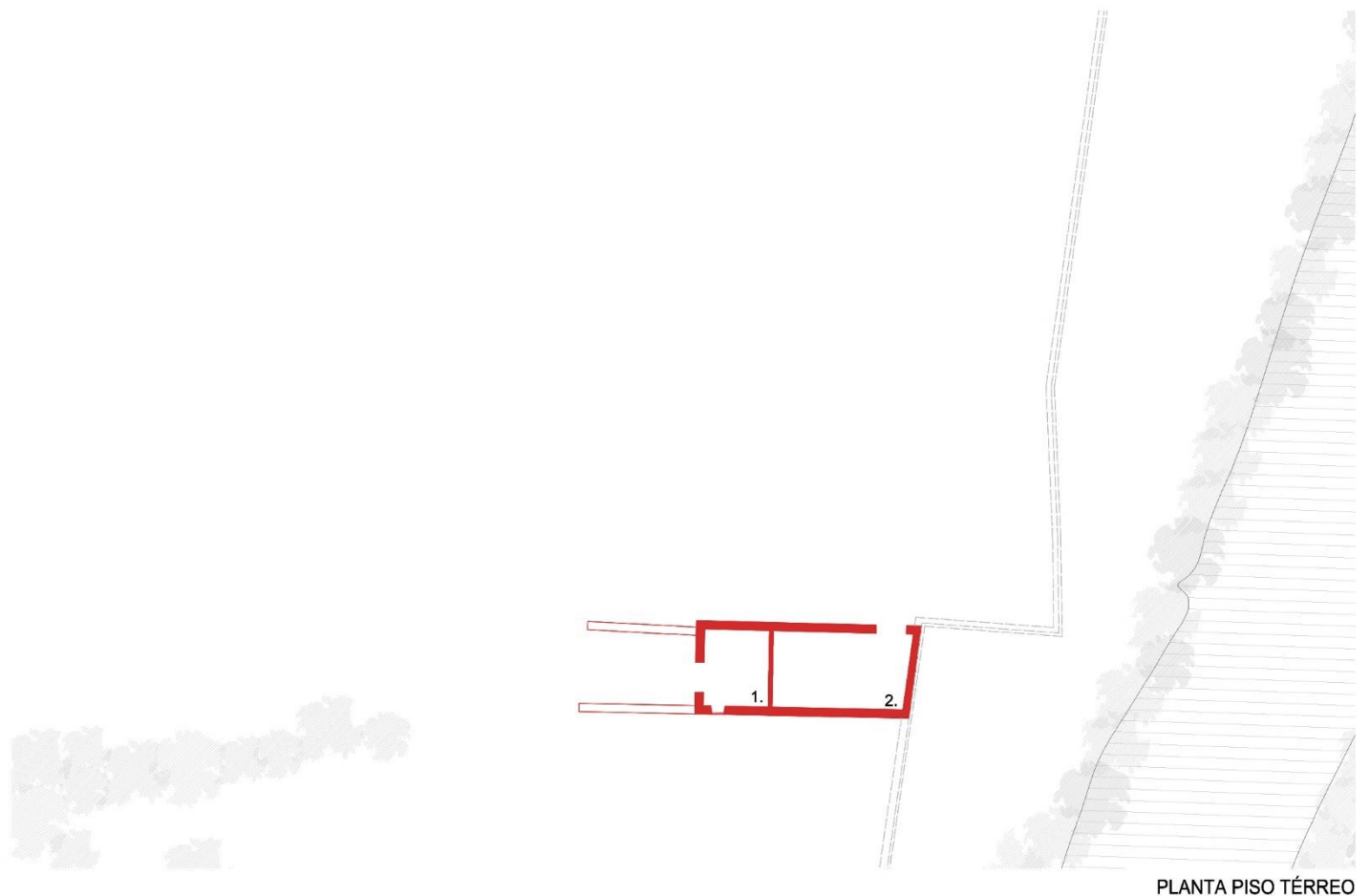
A isenção de prestação de serviços militares concedida a 15 lavradores que trabalhavam na "Quinta da Torre", enfatizava o facto de a propriedade ser de grandes dimensões, de modo a conseguir empregar quinze habitantes; pode depreender-se também, que nesta data, possivelmente já existiria este volume, devido à necessidade da existência de um espaço de apoio.

Com a finalidade de colmatar essa necessidade terá sido construído, então, um volume composto por duas divisões, onde teriam lugar as cavalariças (1) e o lagar (2). Numa primeira divisão, mais próxima da porta de entrada, situar-se-iam as cavalariças. No compartimento mais a Norte situar-se-ia o lagar, sinal da abundância de vinhas e/ou oliveiras. Os merlões visíveis nas fotografias do século XX, parte deles ainda existentes atualmente, já seriam empregues em edifícios do século XV, no entanto não eram comuns em construções desta índole, sendo possível terem sido acrescentados na campanha de obras do século XIX, existindo o volume apenas com telhado de duas águas, tal como é visível na gravura do século XIX.

Através das informações cedidas pelos censos, em 1513 Lanhelas tinha cerca de 23 moradores. Destes, mais de metade – 15 - trabalhavam na propriedade de Gil Vasques Bacellar, pelo que se pode depreender que, desde o século anterior, grande parte dos habitantes de Lanhelas viam na “Quinta da Torre” a sua forma de rendimento.



PLANTA DE COBERTURA



PLANTA PISO TÉRREO

Fig. 38

"CASA DA TORRE DE LANHELAS" NQ CAMINHA
RECONSTITUIÇÃO FASE 1 ESCALA 1/500

LEGENDA

1. CAVALARIÇAS 2. LAGAR

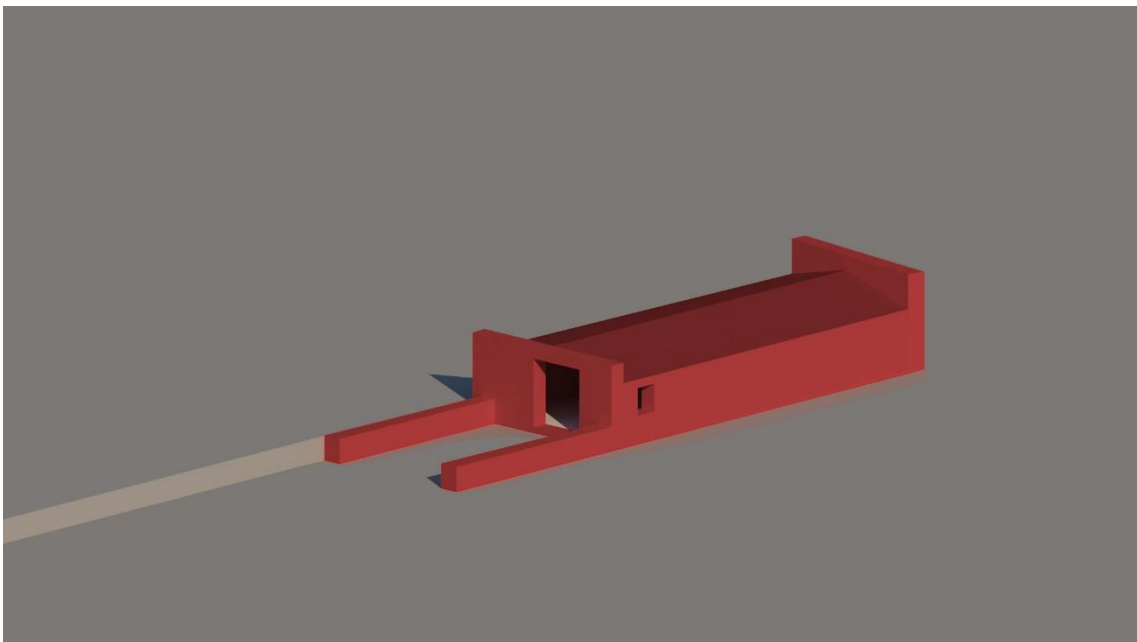
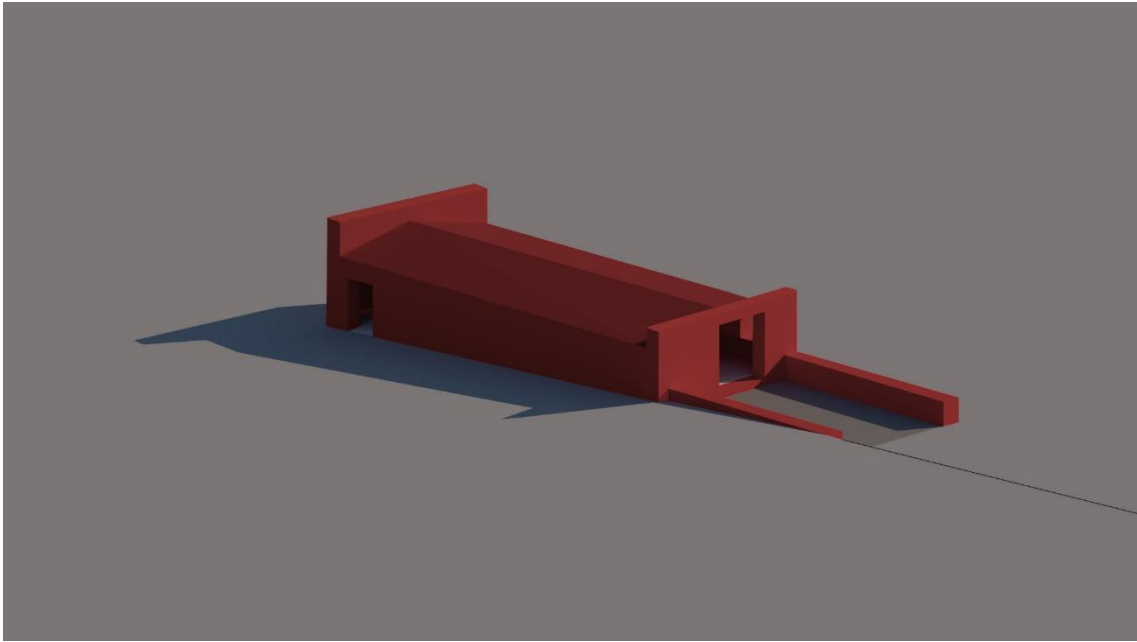


Fig. 39 – Modelo tridimensional fase 1 – Vista Sul

Fig. 40 – Modelo tridimensional fase 1 – Vista Nascente

FASE 2 | séc. XVI – 1ª metade

. ANÁLISE

Num segundo momento destaca-se primeiramente um nome pela importância que teve: *"Affonso Vaz Bacellar. Consta-nos que foi este o edificador da Torre e o instituidor do morgadio"*⁵⁹, *"(...) constrói junto à casa uma torre (a torre mais alta) de tipo militar"*⁶⁰.

A partir da análise do levantamento métrico consegue ler-se junto ao volume analisado na fase anterior, um outro de base quadrangular que revela alguma independência sobre as construções que lhe estão próximas, quer pela sua estrutura autónoma quer pela forma adquirida. O modo de construir também se revela distinto dos outros volumes, sejam eles alas de ligação ou até mesmo torres, o que indicia que tenha sido esta a primeira torre a ser construída.

A diferença entre as estereotomias da torre em questão e do volume que se encontra adossado à mesma é perceptível nos alçados norte e nascente (fig. 41), onde se compreendem diferentes modos de aparelhamento do granito, reforçando a sua autonomia.

Na torre - apesar de existirem poucas aberturas - podem distinguir-se 4 tipos: janelas de canto, janelas centradas no alçado, entrada regular ao nível do rés-do-chão e em arco de volta perfeita no primeiro piso, estes últimos alinhados ao centro. O primeiro tipo de janelas encontra-se em todos os alçados; o segundo, de maior largura do que as primeiras, pode ver-se apenas no alçado nascente, composto no interior por uma namoradeira, e as entradas situam-se nos alçados sul e poente, respetivamente.

As janelas de canto, *"caracteristicamente manuelinas, mas que demonstra já uma transição para a renascença (...) prefiguram um tipo, que por todo o lado se irá espalhar, vindo por via de Itália e da maneira moderna de fazer arquitectura - o*

⁵⁹ In Arquivo Distrital de Viana do Castelo – Família Sá Pinto Sottomayor 5.9.4. cx3.-26

⁶⁰ SIPA online - <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/73793>

Renascimento."⁶¹ Estas tiram partido da altura que lhes é conferida e enquadram a paisagem, quer para Norte (rio Minho) quer para Sul (monte Góis). Outro elemento comprovativo do estilo artístico em questão são as gárgulas de canhão.

Com cerca de 13 metros de altura, a torre encontra-se coroada por ameias e merlões e tem uma posição dominante sobre a paisagem. Os materiais empregues na construção da mesma são o granito, utilizado em abundância, e o tabique, aplicado apenas na parede divisória de suporte das escadas interiores em madeira (fig. 43). Numa das suas esquinas, está presente a marca heráldica da família Sá (fig. 45).

Através da observação das plantas dos vários pisos sabe-se que as paredes da torre apresentam uma forte espessura, com cerca de 1,25m, aumentando ligeiramente conforme nos vamos aproximando do piso térreo, chegando a alcançar 1,4m. Estas paredes conformam as divisões quadrangulares que a torre alberga. São 3 divisões, situadas nos 3 pisos existentes, sendo o piso térreo autónomo e os outros dois interligados por uma escadaria em madeira.

⁶¹ BINNEY, Marcus – *Casas Nobres de Portugal*. 1987, pág.9

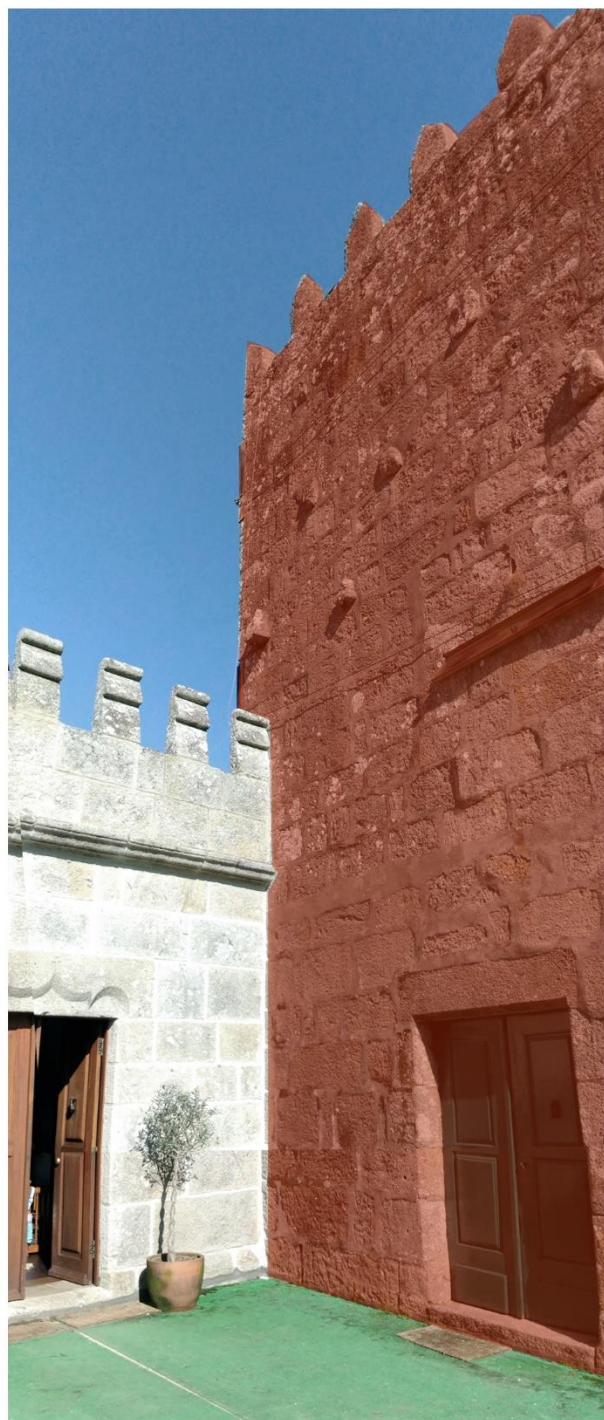
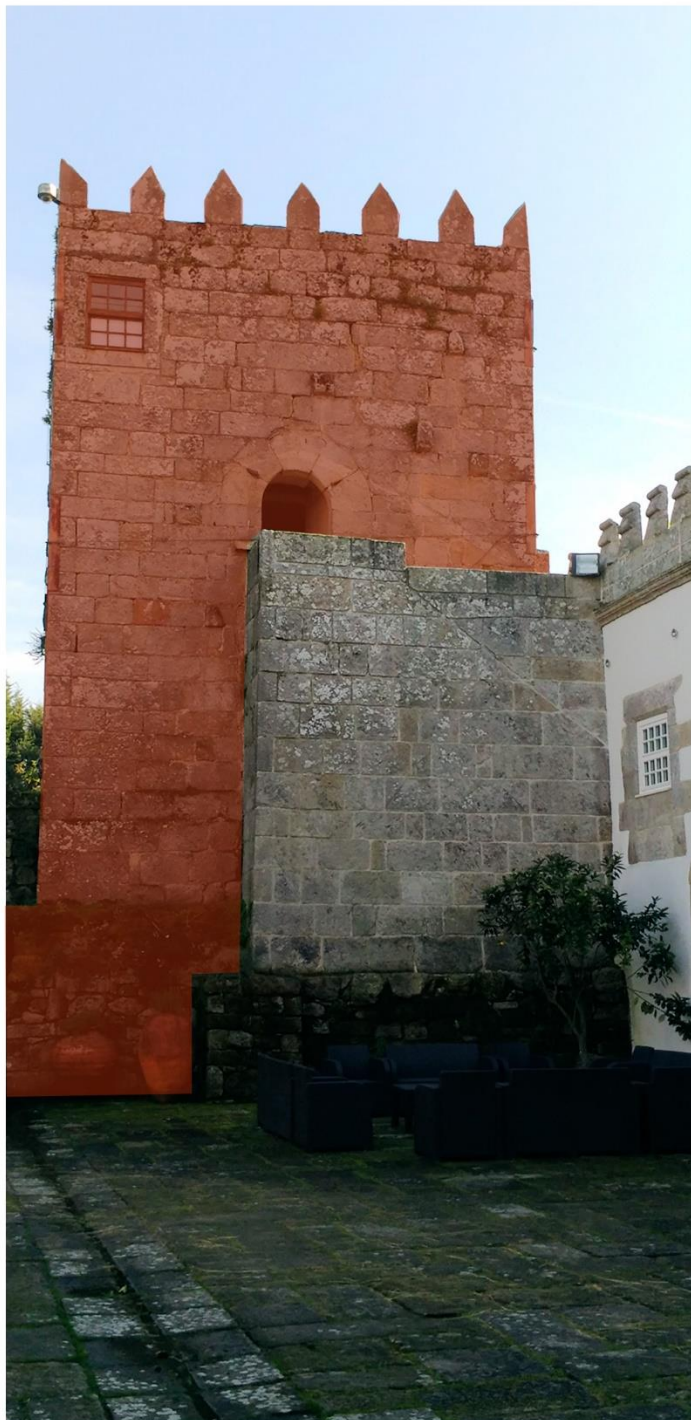
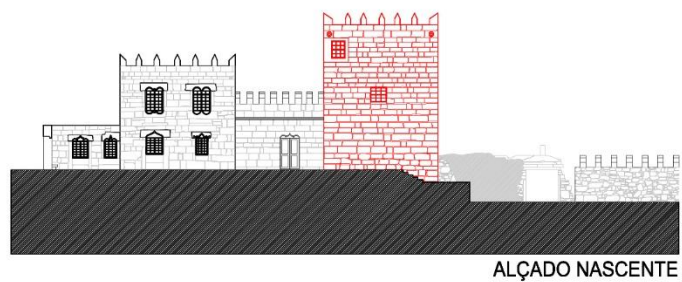
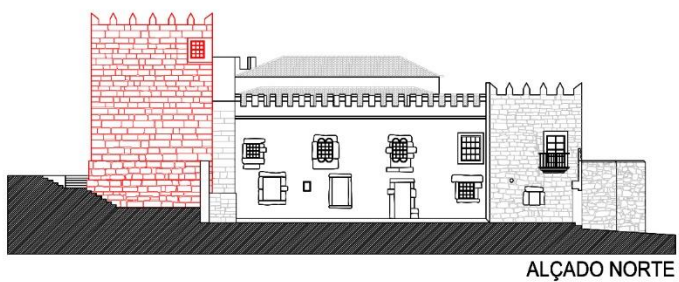


Fig. 41

"CASA DA TORRE DE LANHELAS"

CAMINHA

ANÁLISE FASE 2

ESCALA 1/500



Fig. 42 – Janela com namoradeira



Fig. 43 – Utilização do tabique no interior da torre



Fig. 44 – Janelas de canto

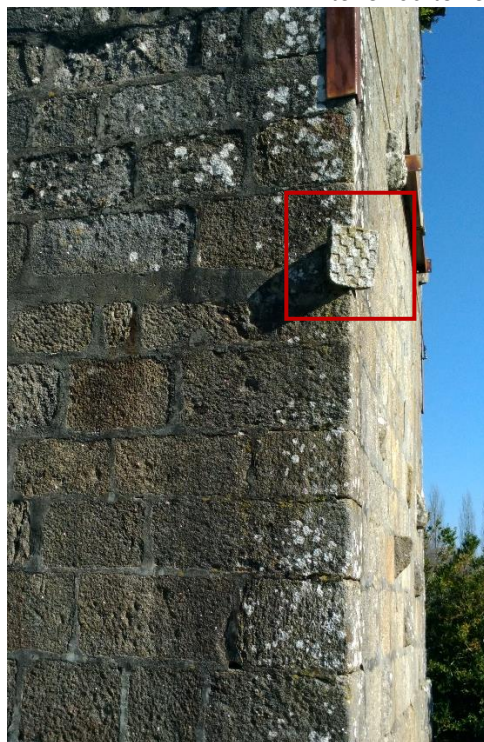


Fig. 45 – Marca heráldica da família Sá

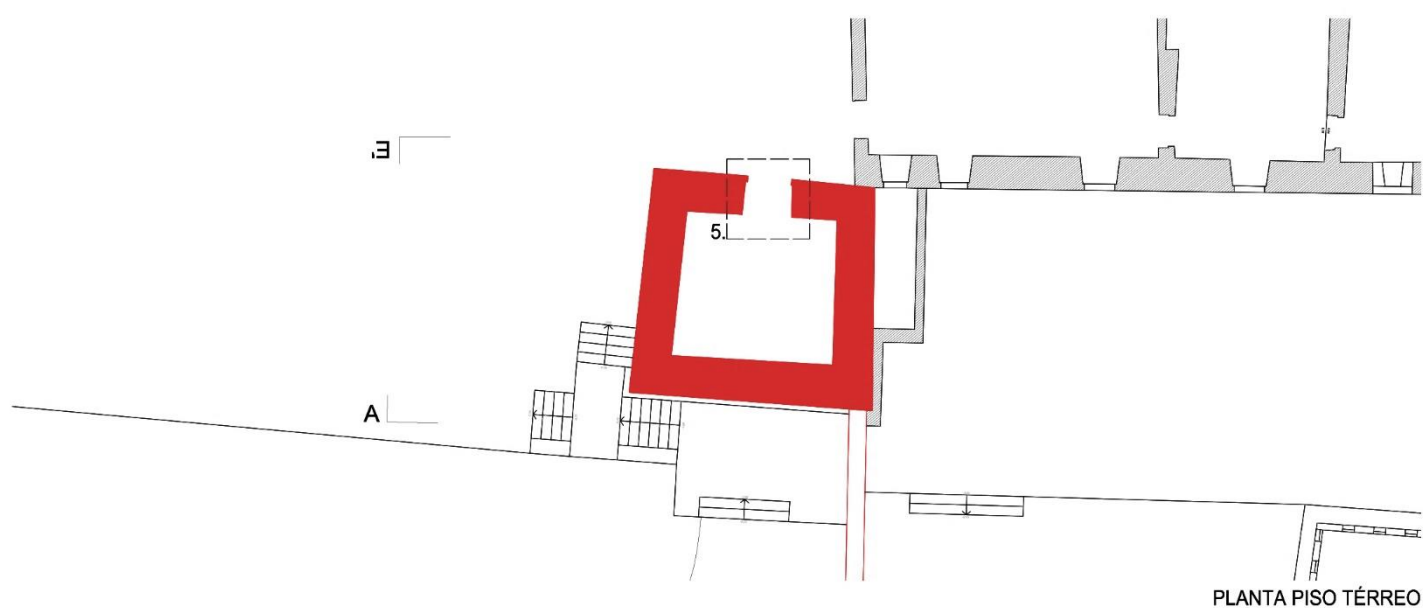
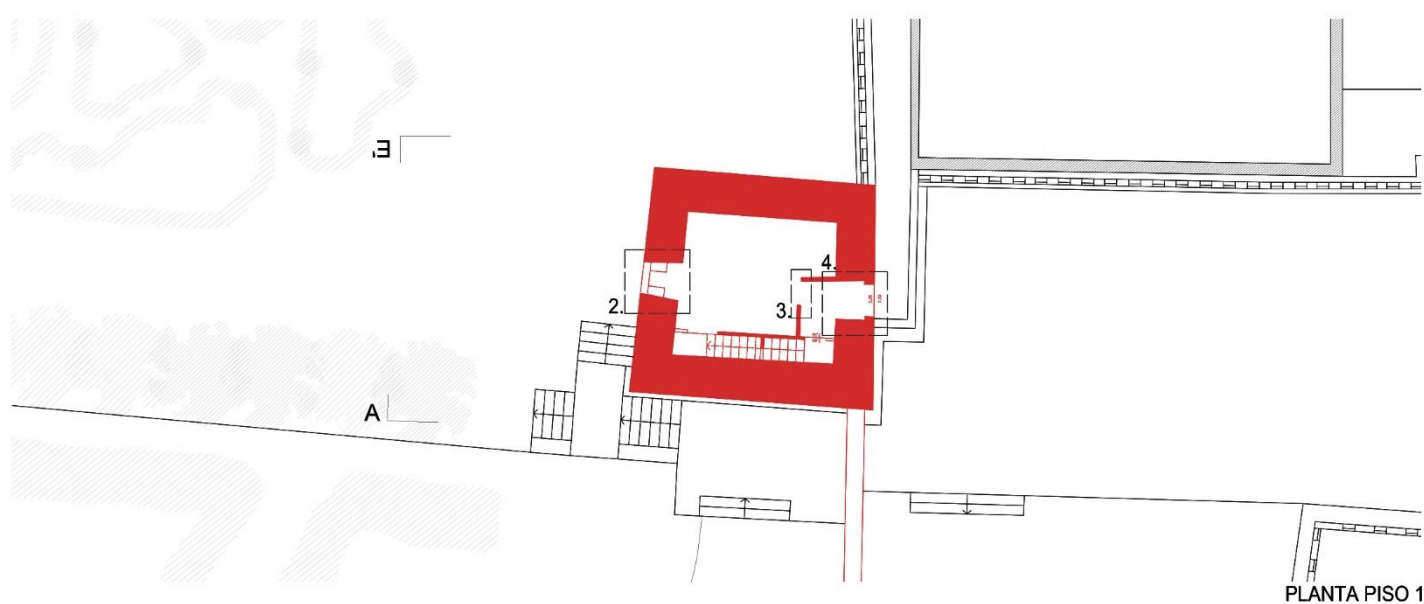
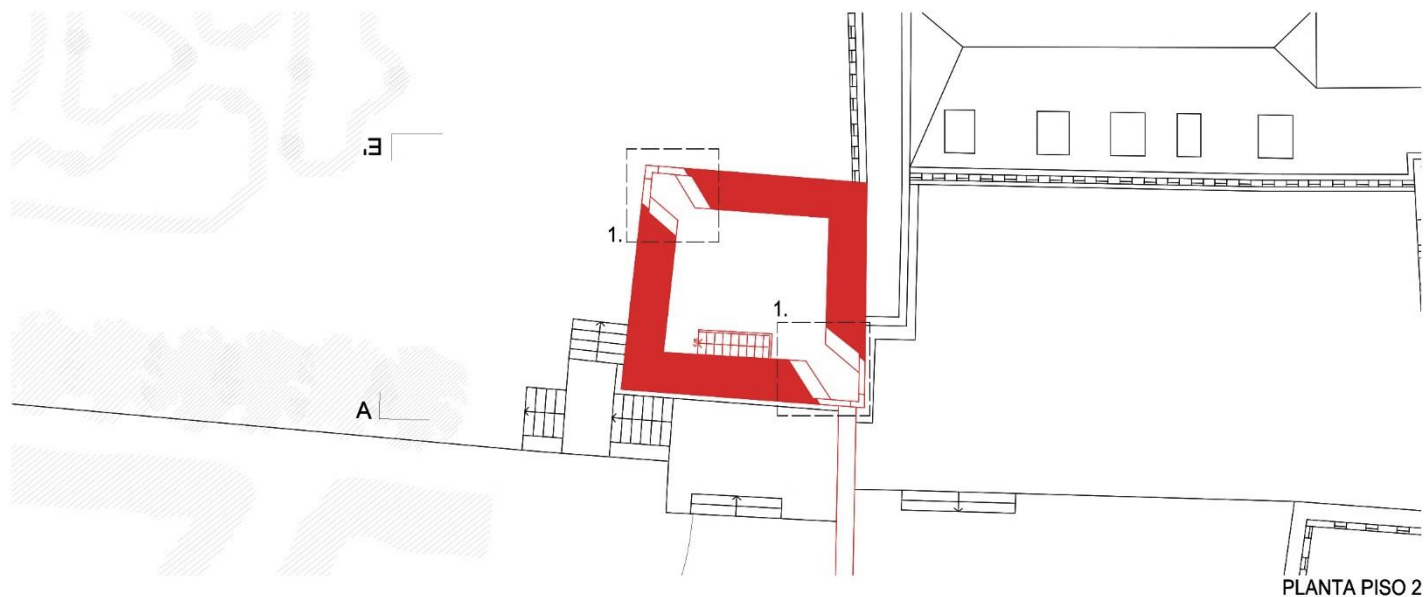


Fig. 46
 "CASA DA TORRE DE LANHELAS" NQ CAMINHA
 ANÁLISE FASE 2 ESCALA 1/250

LEGENDA 1. Janelas de canto 2. Janela com namoradeira
 3. Paredes de tabique 4. Entrada piso 1 5. Entrada piso 0



Fig. 47 – Namoradeira; janelas de canto; escadas interiores e porta com arco de volta perfeita

. CONTEXTO HISTÓRICO-ARTÍSTICO / COMPARAÇÃO

A proposta para aquela que é a segunda fase construtiva corresponde à criação de uma torre de carácter militar, quinhentista. Apesar da sua aparência, estas torres diferem dos castelos, embora sejam uma reprodução fiel da torre de menagem. Estas serviam de base às casas senhoriais que surgiram um pouco por todo o país. *"Os primeiros solares eram simples torres quadrangulares, extremamente pesadas nos seus grossos muros, com poucas aberturas, (...) não seriam nem palácios acastelados, nem torres de menagem de castelos já desaparecidos, mas tratar-se-ia de novos edifícios destinados a suprir um determinado número de solicitações, nomeadamente como fortaleza e casa de habitação. (...)"*⁶²

Embora a política de controlo da construção de torres fosse levada a cabo por D. Afonso III e D. Dinis a partir do século XIII, *"(...) as torres solarengas continuaram a construir-se, e uma vez que a situação política evoluía, (...) depressa a torre se tornou mero símbolo senhorial erguida com autorização régia (...). A torre solarenga tornou-se, pois, no mais nobre e evidente sinal do senhorio sobre uma terra"*⁶³. Preservou, todavia, o seu carácter de habitação e o aspeto de fortificação marcado pela existência de ameias e de paredes espessas com poucas aberturas.

O renascimento, surgido em Itália no século XV, foi introduzido tardiamente em Portugal - a partir da década de 1530 - por arquitetos estrangeiros, chegando à arquitetura civil na sua vertente decorativa. *"Os solares e palácios, especialmente os do Norte, mantiveram durante muito tempo uma estrutura gótica, sendo apenas adaptados ao novo estilo. Assim, rasga-se aqui e além uma janela de canto, aplica-se um medalhão ou uma balaustrada, mas o "racionalismo" da estrutura renascentista não é apreendido nem empregue."*⁶⁴

⁶² BINNEY, Marcus – *Casas Nobres de Portugal*. 1987, pág. 7

⁶³ AZEVEDO, Carlos de - *Solares Portugueses: introdução ao estudo da casa nobre*. 1969, pág. 22

⁶⁴ BINNEY, Marcus – *Casas Nobres de Portugal*. 1987, pág. 9



Fig. 48 - D. Dinis
http://www.arqnet.pt/portal/artigos/jss_monarquia1.html.
Acesso a 24 de Agosto de 2017



Fig. 49 - D. Afonso III
<http://revelarlx.cm-lisboa.pt/gca/?id=867>.
Acesso a 24 de Agosto de 2017

Na mesma época em que se dava a construção da torre, a igreja Matriz de Caminha via a sua construção ser terminada por Diogo Eanes. *"Apesar de D. Manuel ter lançado a primeira pedra em 1488, por ocasião de uma peregrinação à Galiza, a construção deve ser muito mais recente, (...) [acredita-se que] o grosso da construção será de cerca de 1530 (...)."*⁶⁵

Devido à proximidade com a Galiza e ao grande número de construtores espanhóis, *"foi grande a contribuição dos [mesmos] para o desenvolvimento da arquitectura portuguesa do século XVI. Dezenas ou centenas eram anónimos pedreiros e lavrantes que se integraram em estaleiros portugueses, espalhados por todo o território, sob a orientação de mestres nacionais. (...) Acresce ainda que, nas zonas fronteiriças, as empreitadas eram apregoadas de ambos os lados da linha demarcatória, sendo frequente que os arrematantes fossem galegos, leoneses ou estremenhos."*⁶⁶

Os casos de estudo escolhidos para sustentar a segunda fase construtiva são a Torre de Giela, a Torre de Quintela e a Torre de Azevedos. Todas elas partilham várias características entre si, partindo da sua implantação e morfologia, encontrando-se todas elas inseridas em meio rural. A partir do cruzamento da análise anterior com a comparação de casos de estudo semelhantes, chegar-se-á a uma reconstituição o mais fiel possível do existente na época em questão.

A Torre de Giela, caso de estudo coevo, situada em Arcos de Valdevez, de carácter militar e planta quadrangular, data do século XV. Apesar de diferenças visíveis na fenestração e no propósito da sua construção, partilham características como a presença de ameias e merlões no topo, a cércea e, principalmente, a sua morfologia.

A Torre de Quintela, cuja construção se pressupõe entre os séculos XIII e XV, localiza-se em Vila Real. De planta quadrangular, atualmente difere das restantes pela

⁶⁵ HAUPT, Albrecht – *A arquitectura do Renascimento em Portugal*. 1986, págs. 246 e 247

⁶⁶ DIAS, Pedro – *A Arquitectura Manuelina*. 1988, pág. 125

sua organização interior em 4 pisos, sendo considerada a possibilidade da sua organização espacial ter sofrido alterações nos últimos séculos. O acesso seria feito através de uma porta de entrada em arco de volta perfeita, elevada em relação à cota do terreno onde se colocaria uma escadaria de madeira que fazia a ligação entre as duas cotas. Dos elementos decorativos presentes: matacões, frestas e merlões, apenas os últimos são partilhados com o caso de estudo em análise. Os restantes são testemunhos do carácter defensivo da torre.

A Torre de Azevedos, implantada em Barcelos no início do século XVI, é desde cedo considerada arquitetura civil, apesar de partilhar algumas características com torres militares da época. Embora possua uma altura mais reduzida do que as torres referidas até então, possui aberturas maiores, sinal de que não se trata de uma torre de carácter militar. Dos casos apresentados, esta é a que se aproxima mais cronologicamente e é um modelo de referência das *casas-torre*, muito comuns no Alto Minho.

*"Todas estas torres são constituídas por grossos muros, têm geralmente dois ou três andares e a entrada alta, em ponto acessível por meio de estreita escadaria de pedra ou por escada de madeira, que se perdeu com o tempo, e que de princípio seria móvel por razões de segurança. De altura relativamente modesta (...) são geralmente de planta quadrada (...) possuem poucas aberturas e são coroadas de ameias. (...) Quanto ao acesso de andar para andar, fazia-se na maioria destas torres também por intermédio de escadas de madeira (...). Os pisos sobrepunham-se, sem divisões internas, sendo, portanto, cada um ocupado por uma única sala."*⁶⁷

⁶⁷ AZEVEDO, Carlos de - *Solares Portugueses: introdução ao estudo da casa nobre*. 1969, págs. 23 e 24



Fig. 50 – Torre de Giela
<https://arcosnocoacao.wordpress.com/2013/12/22/paco-de-giela-recuperacao-ou-ruina/>
 Acesso a 24 de Agosto de 2017



Fig. 51 – Torre de Quintela
<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70323>
 Acesso a 24 de Agosto de 2017



Fig. 52 – Torre de Azevedos
<http://geneall.net/pt/familia/96/azevedo/>
 Acesso a 24 de Agosto de 2017



Fig. 53 – Torre de Lanhelas

Apesar de todas terem como base uma planta quadrangular, a Torre de Giela e a de Quintela crescem mais em altura, tal como a de Lanhelas. As portas de entrada são todas elas em arco de volta perfeita, exceto na Torre dos Azevedos, que partilha com o caso de estudo a fenestração, mais aberta para o exterior e de planta quadrangular. A Torre do Solar de Bertiandos, contemporânea da “Casa da Torre de Lanhelas”, que comunga com esta o seu carácter nobre, assemelha-se no tipo de aberturas que possui, mais concretamente as janelas de canto. Todas elas são coroadas por merlões, sejam eles chanfrados ou não. Apesar de terem bastantes características em comum, podem-se distinguir diferentes tipos de construção: militar - a Torre de Giela e a Torre de Quintela; civil - a Torre dos Azevedos e civil de carácter militar - a de Lanhelas.

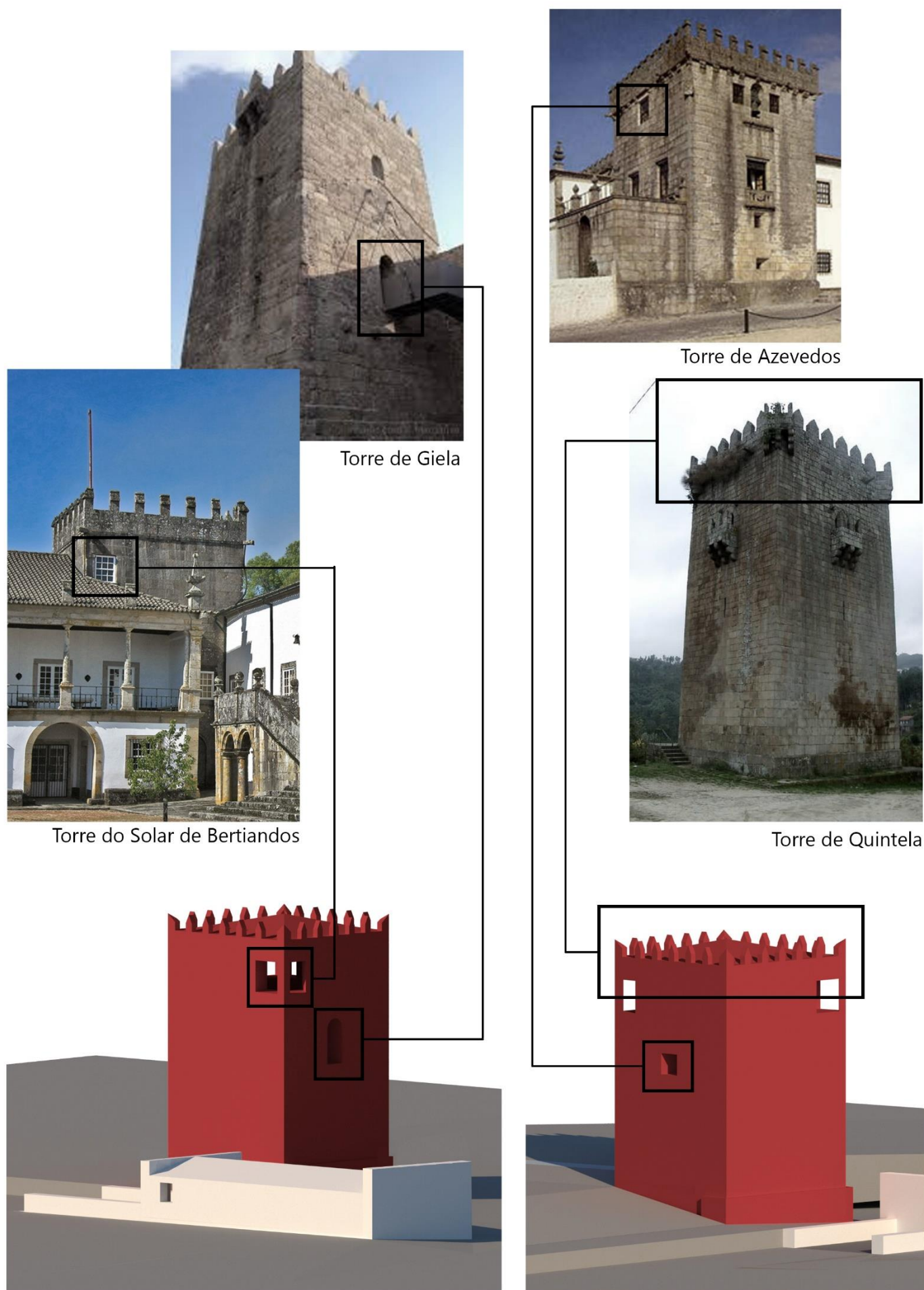


Fig. 54 – Semelhanças morfológicas – modelo tridimensional da fase 2

. RECONSTITUIÇÃO

Após a análise e comparação da torre com casos de estudos análogos e dominado o seu contexto histórico-artístico, consegue reconstituir-se, de forma mais aproximada, o surgimento da torre.

No início do século XVI, mais concretamente em 1531, como é referido em várias fontes⁶⁸, Affonso Vaz Bacellar edifica junto à casa uma torre, de carácter militar, ainda muito agarrada às concepções medievais, mas já com elementos decorativos significativos da chegada do Renascimento a Portugal.

Tanto o caso de estudo como as torres analisadas anteriormente, encontram-se implantadas no Norte de Portugal, fazendo parte da zona onde a proliferação das casas-torre foi mais acentuada. A pequena nobreza, grande parte em fase de ascensão, viu na construção das 'casas-torre' uma maneira de se afirmar perante a sociedade. Parafraseando José Mattoso⁶⁹, "a torre é o símbolo e a materialização dos poderes senhoriais" e partilha bastantes semelhanças com as torres de menagem construídas até então.

A busca pelo poder, autoridade e prestígio é partilhada pela nobreza desde muito cedo e são estes os valores morais que se mantêm inalterados através dos tempos, atravessando vários modelos arquitetónicos que vão surgindo, dando resposta às necessidades de habitabilidade em constante mudança. Após a política de controlo da construção de torres levada a cabo a partir do século XIII por D. Afonso III e D. Dinis, as torres construídas a partir dessa altura, afirmavam o poder económico dos seus proprietários e a nobreza da família.

⁶⁸ AZEVEDO, Carlos de - *Solares Portugueses: introdução ao estudo da casa nobre*. Lisboa, 1969; SIPA online - <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/73793>. Acesso a 24 de Agosto de 2017

⁶⁹ MATTOSO, José - *Ricos-Homens, Infâncias e Cavaleiros. A Nobreza Medieval Portuguesa nos séculos XI e XII*, Lisboa, Guimarães Ed., 1982, pág. 150 citado em BARROCA, Mário Jorge - *"EM TORNO DA RESIDÊNCIA SENHORIAL FORTIFICADA, Quatro Torres Medievais na região de Amares"*, 1989, pág. 14

A torre de Lanhelas, autónoma, de base quadrangular e carácter militar, coroada por ameias e merlões, eleva-se a 13 metros de altura, o que lhe confere uma posição dominante sobre a paisagem.

A estrutura das torres seguia alguns padrões estipulados entre si, que passava pela construção de muros de pedra de grande espessura, sendo utilizado o granito nos locais onde o houvesse em abundância; três pisos, em que no rés-do-chão se encontrava um armazém, no primeiro andar – a entrada - uma sala e no segundo um quarto, onde existia mais privacidade, e normalmente com a sua altura a rondar entre os 10 e os 15m, conferindo algum domínio sobre a paisagem envolvente. A torre de Lanhelas não era exceção, possuía, portanto, três pisos, sendo um deles autónomo (piso 0) e os outros dois interligados por uma escada de madeira. A entrada principal, situada no piso 1 (característica das construções militares), crê-se ter sido feita através de uma escada de madeira móvel - que se julga ter perdido com o tempo - devido à necessidade de defesa da construção e do território. Dividido pelos três pisos, o programa consistia em apenas três divisões. No piso 1 encontrava-se uma sala, com ligação para o piso de cima, onde tinha lugar o quarto; por sua vez, no piso 0 encontrava-se o armazém. O acesso ao armazém era independente do resto da torre, acedido pelo piso da sala, interligado com o quarto por meio de umas escadas interiores em madeira.

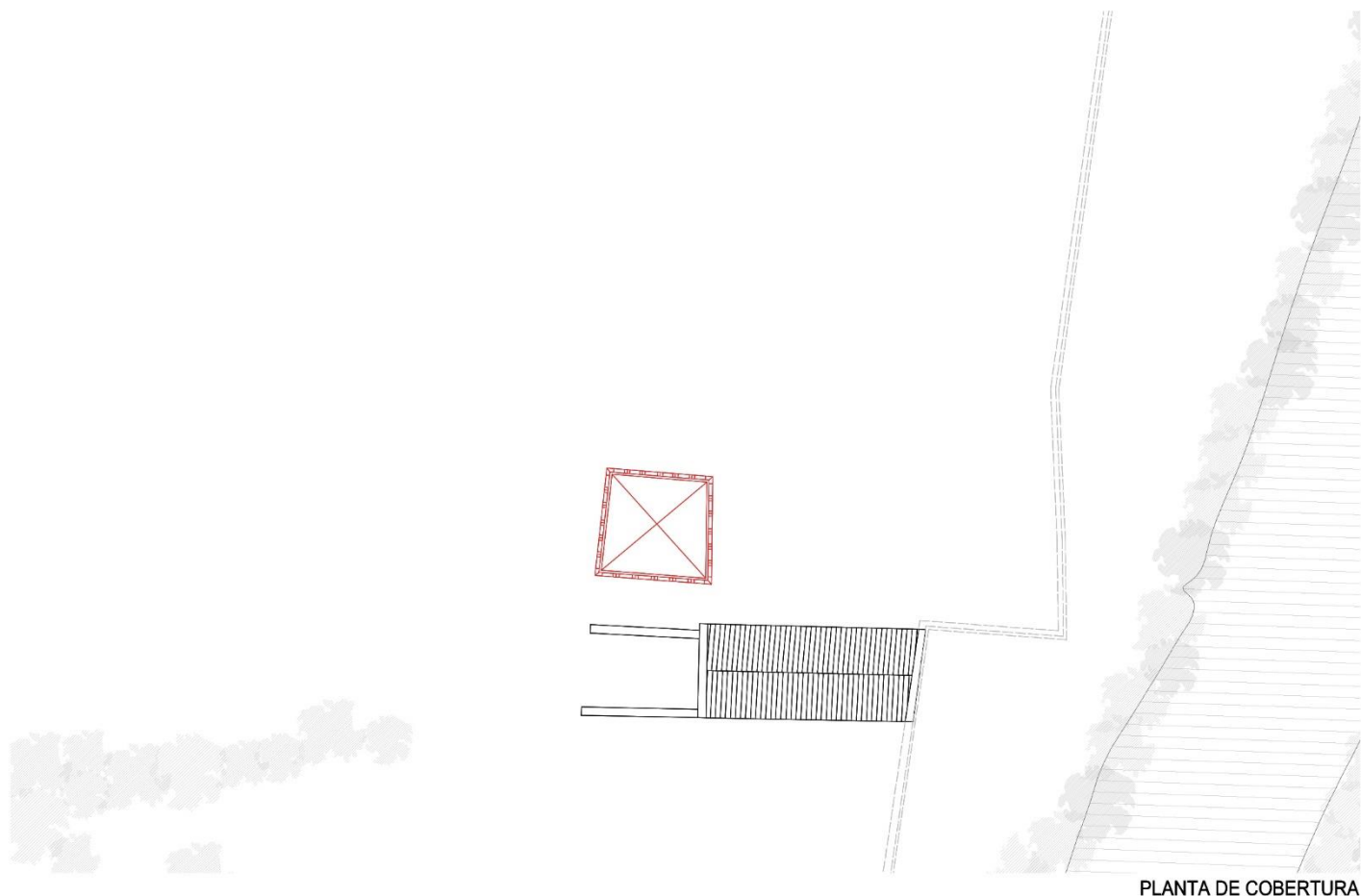
Das poucas aberturas existentes destacam-se as janelas de canto, manuelinas (mas que anunciam já a chegada do Renascimento) e a janela com namoradeira. Existiam também duas entradas de acesso à torre, uma situada no primeiro piso, com um arco de volta perfeita, a vários metros do chão e uma segunda, situada a pouca distância do piso térreo, que dava acesso ao piso 0.

A presença de merlões no topo da torre é uma constante em todos os casos analisados, reflexo da influência da arquitetura militar nas construções da época. Apesar de possuírem elementos característicos de construções com funções militares, como o tipo de construção, a espessura das paredes e a entrada no primeiro piso,

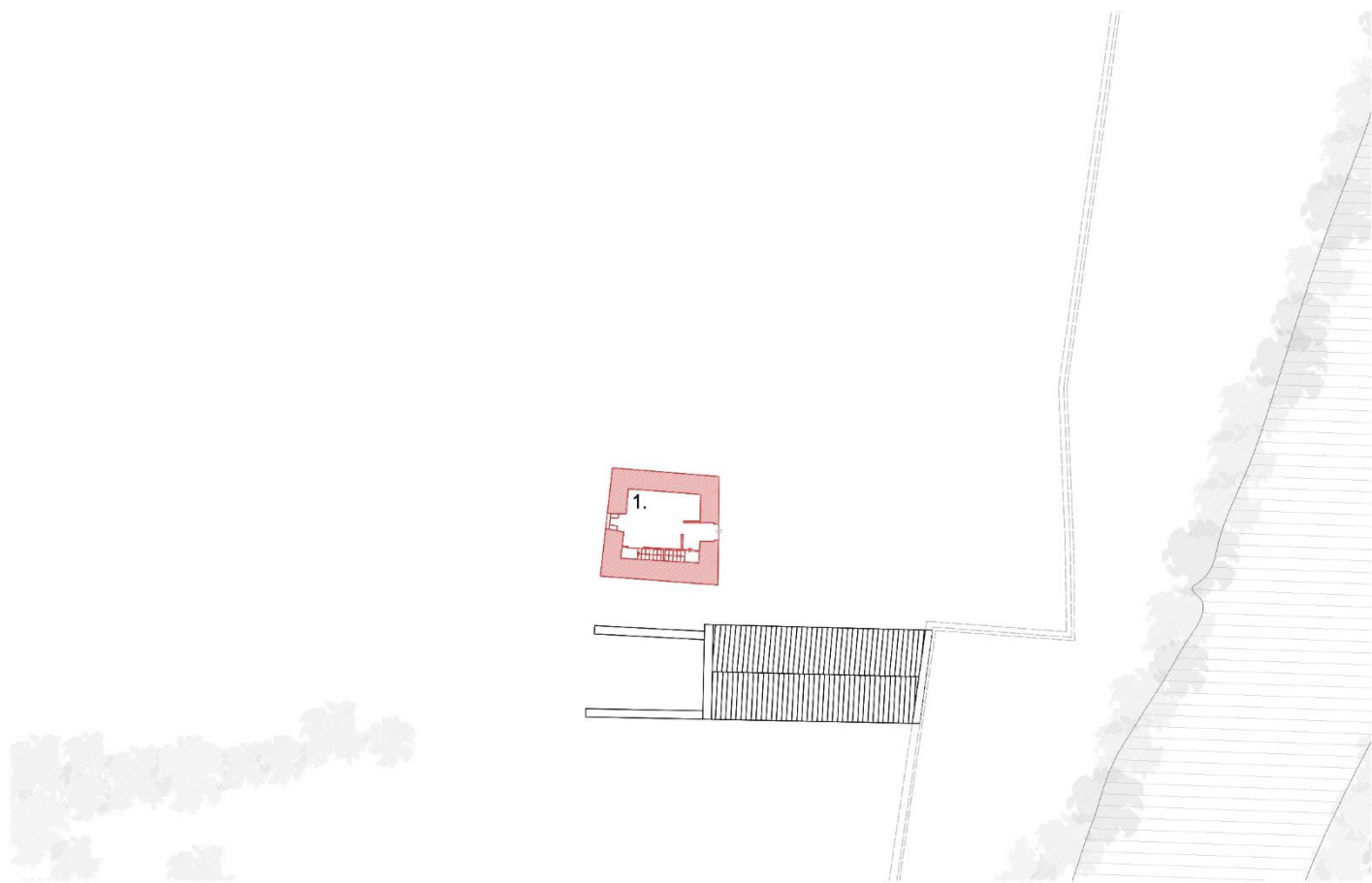
trata-se de habitação, onde se observa já uma diferença na fenestração, quer na dimensão quer na quantidade. As gárgulas de canhão, presentes nestes casos, são a prova da chegada da arquitetura renascentista a Portugal. Para além da utilização do granito no seu exterior, era maioritariamente usada a madeira no interior, quer nas escadas quer nas paredes de tabique. Acerca da cobertura pouco se pode afirmar, apenas que existe a hipótese de esta ter sido em colmo ou em madeira, por serem os materiais mais utilizados neste período.

No exterior da torre, virada Sul, encontra-se a marca heráldica da família Sá, pensando-se, por isso, que terá sido adicionada posteriormente por Ruy de Sá Pereira de Sottomayor, marido de Margarida de Barros Bacellar, filha do edificador da torre.

Nesta época era comum a grande contribuição dos construtores espanhóis em edificações do Norte, devido à proximidade com a Galiza e ao facto de estes existirem em grande número. Pensa-se que a construção da torre tenha, de igual modo, mobilizado construtores espanhóis, tal como aconteceu em muitas outras construções contemporâneas, inclusive a Igreja Matriz de Caminha.



PLANTA DE COBERTURA



PLANTA PISO 2

Fig. 55

"CASA DA TORRE DE LANHEAS" NQ

CAMINHA

RECONSTITUIÇÃO FASE 2

ESCALA 1/500

LEGENDA

1. QUARTO



PLANTA PISO 1



PLANTA PISO 0

Fig. 56

"CASA DA TORRE DE LANHELAS" NQ

CAMINHA

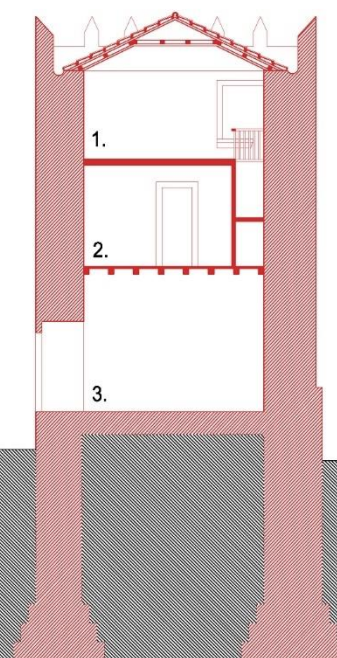
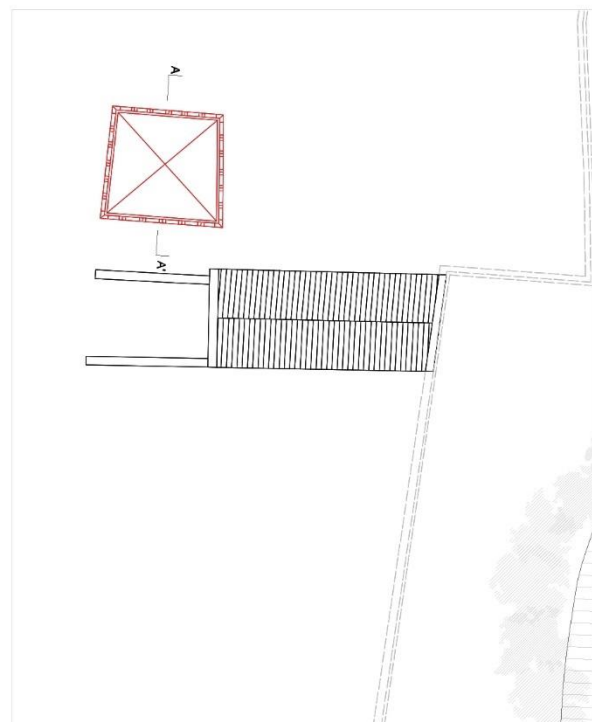
RECONSTITUIÇÃO FASE 2

ESCALA 1/500

LEGENDA

2. SALA

3. ARMAZÉM



CORTE AA'

Fig. 57
 "CASA DA TORRE DE LANHELAS"
 RECONSTITUIÇÃO FASE 2
 CAMINHA
 ESCALA 1/500 e 1/200

LEGENDA
 1.QUARTO 2.SALA 3.ARMAZÉM

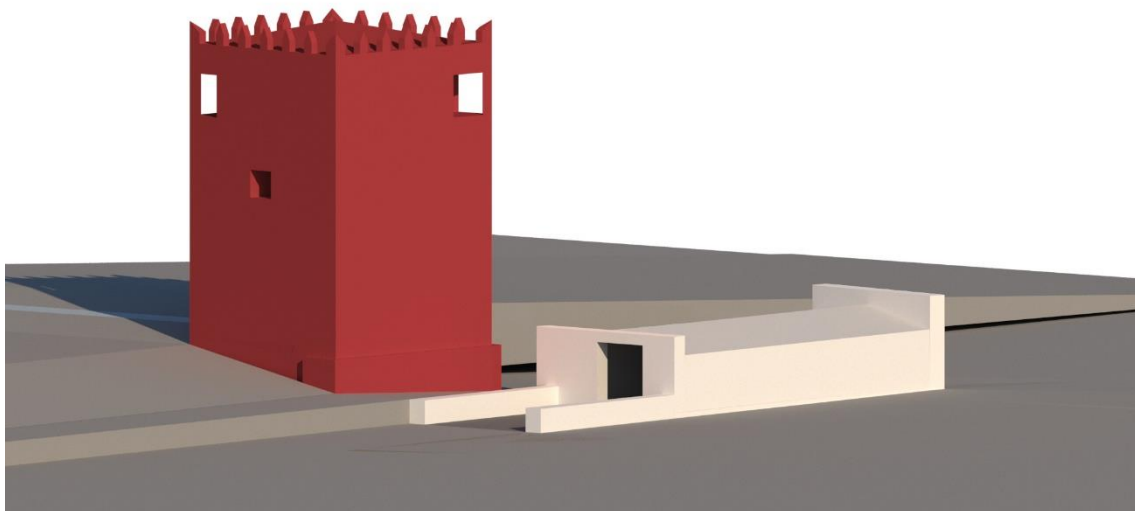
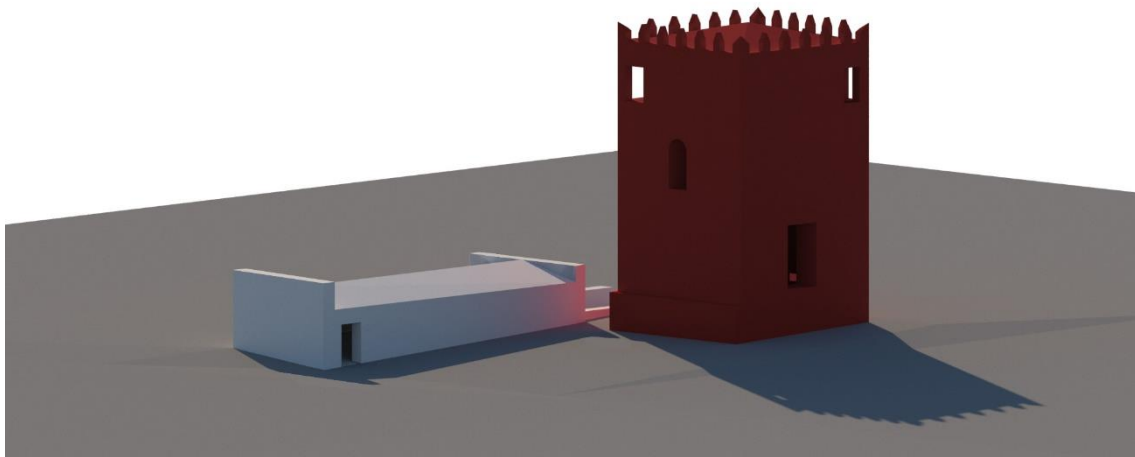


Fig. 58 – Modelo tridimensional fase 2 – Vista Poente
Fig. 59 – Modelo tridimensional fase 2 – Vista Nascente

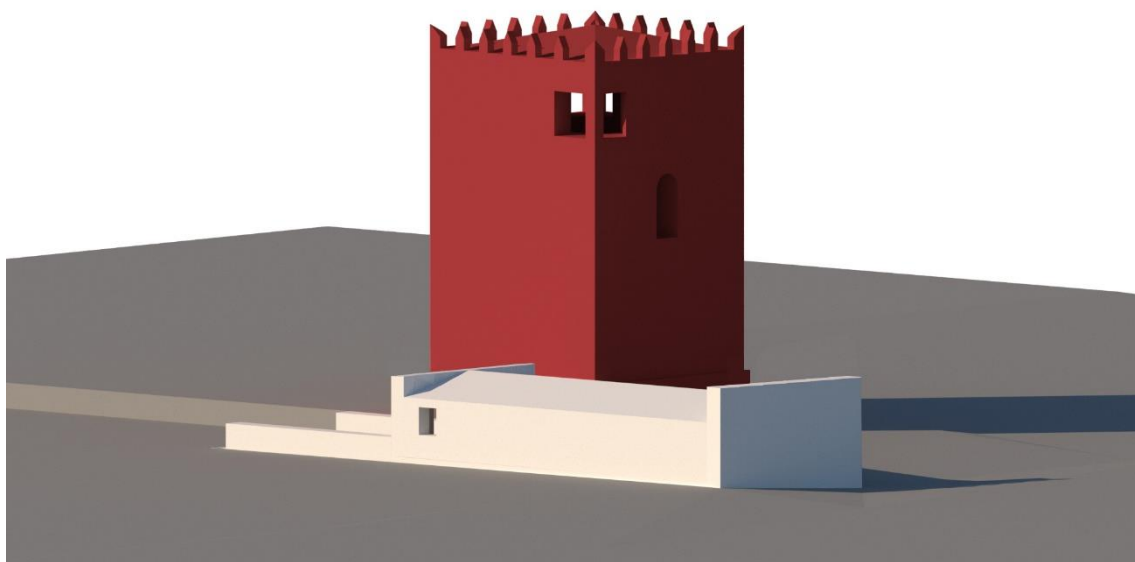


Fig. 60 – Modelo tridimensional fase 2 – Vista Norte

FASE 3 | séc. XVI – 2ª metade

. ANÁLISE

Nesta terceira fase, podem retirar-se várias conclusões acerca da época de construção das suas partes, a partir da análise morfológica da casa, da observação arqueológica de sinais presentes na mesma, de informações recolhidas a partir da história das casas senhoriais e de fotografias antigas.

Após a construção da torre principal, a análise do levantamento métrico do restante corpo, indica que no século XVI foram edificados dois volumes em anos próximos, partilhando, por isso o mesmo estilo artístico. Na mesma época teve lugar também a edificação da capela, situada à entrada da propriedade, fora de muros.

Apesar de se tratarem de construções individuais, com datas de construção distintas, a sua proximidade temporal (cerca de um quarto de século) e o facto de ter lugar nesta época a sua passagem de *casa-torre* a paço, leva a que sejam entendidas como pertencentes a apenas uma fase autónoma e distinta da anterior.

A segunda torre existente na casa situa-se sobre o braço do Rio Minho, no alinhamento da primeira. Possui dimensões menores do que a primitiva. Segundo excerto da *Descrição da villa de Caminha*, havia na época "*n'esta quinta duas antigas torres, uma maior ao pé da qual se faz a entrada das casas com magnificencia, e outra menor que entesta quasi com o rio, e ambas ficam cobrindo as mesmas casas que com ellas representam grande respeito e majestade.*"⁷⁰ A diferença de cota e estereotomia entre este volume e o que lhe está adossado, visível no alçado Norte, a posição da porta de acesso (fig. 61), bem como a existência de aberturas no interior da torre (fig. 62) que outrora teriam dado para o exterior, levam a crer que esta tenha existido durante algum tempo de forma autónoma.

⁷⁰ *Descrição da Villa de Caminha*. Viana, 1882, pág.93

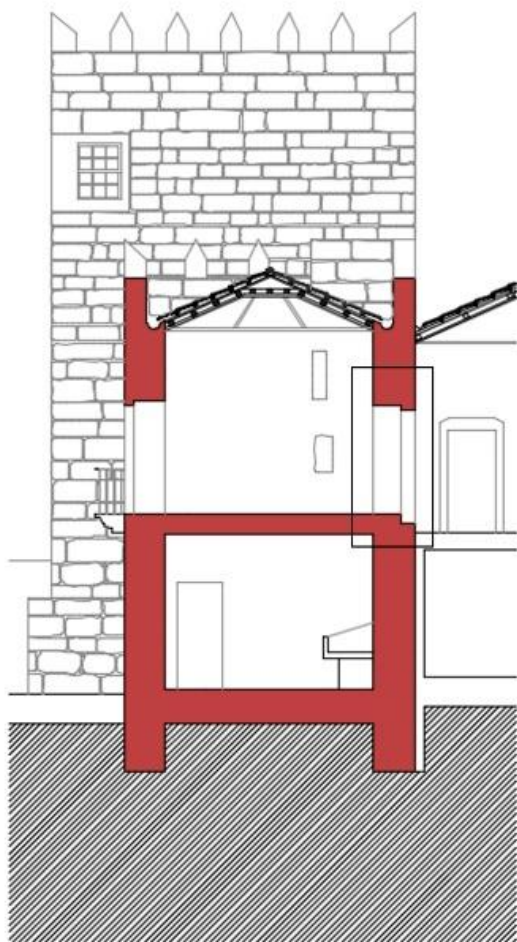


Fig. 61 – Diferença de cota; porta de acesso à torre e diferença de estereotomias



Fig. 62 – Aberturas presentes na torre

Constituída por dois pisos que funcionam como autónomos, a torre tem a particularidade de manter atualmente o teto do primeiro piso, de madeira (fig. 63) - "masseira" – em forma de gamela, que contém o brasão das famílias dos seus proprietários – Sá, Pinto, Abreu e Sottomayor.

"Devido às exíguas dimensões destas torres, torna-se necessária uma dependência, geralmente mais confortável, e em anexo comunicante com esta, destinada a habitação, passando a torre a ser utilizada como lugar de assembleia. (...) Nem sempre a torre servia de habitação ao senhor e, com o correr dos séculos, ela perde mesmo a função, desenvolvendo-se à sua volta uma ou mais alas residenciais e de serviços"⁷¹, constituídas por dois pisos, "ocupando o primeiro piso as dependências nobres; o piso térreo seria, naturalmente, para serviços referidos nos inventários como estrebarias, cavalaria ou simplesmente 'logeas'."⁷²

A torre em questão e a ala de ligação a ela adossada partilham alguns elementos, como as varandas presentes no primeiro piso (fig. 64), o que indica terem sido construídas sob as mesmas influências artísticas. As janelas são, também, reveladoras do seu estilo artístico: o manuelino; visível através das bordaduras. O acesso à primeira torre faz-se, nesta época, pelo interior, a partir da ala residencial, ao contrário do que acontecera até à data.

Adossado à torre e ao topo da ala de ligação, tem lugar um mirante de cantaria, voltado para o rio, onde se encontram plantadas duas laranjeiras. A propriedade possui um muro quebrado que define os seus limites e confere segurança à casa.

"Sem que possamos precisar o aspecto da sua edificação, por falta de documentos, constava ella porém de duas torres e uma câmara sobradada⁷³ entre elas. No ano de 1516, ano em que D. M^a Fernandes, viúva de Vasco Fernandes de Bacellar

⁷¹ BINNEY, Marcus – *Casas Nobres de Portugal*. 1987, pág.7

⁷² CARITA, Helder – *A Casa Senhorial em Portugal*, 2015. pág. 54

⁷³ Sobradada – que tem soalho / pavimento feito de madeira



Fig. 63 – Brasão presente no teto da segunda torre



1996



Torre - 1996



Torre - 2017

Fig. 64 – Comparação entre varandas do mesmo estilo presentes em corpos distintos

*mandou proceder ao tombo da Quinta da Torre, para que (de futuro?) seus filhos não venham a ter questões; (...) feito em 15 de 1 de 1576. Portanto, nesta data já a casa estava edificada na honra de Lanhelas com as 2 torres (...)."*⁷⁴

Entre a data de construção da primeira e da segunda torre, tem lugar a edificação da capela de Santo António, dedicada ao mesmo, situada à entrada da quinta, fora dos muros da propriedade. O vínculo desta capela foi feito por *"Frei António de Sá, Abade Comendatário dos Mosteiros de Tibães, São João de Arnóia e Santa Maria da Carvoeiro, que nomeou para seu administrador o sobrinho Ruy de Sá Pereira de Sottomayor, casado com D. Margarida de Barros Bacelar (filha de Afonso Vaz Bacelar)"*⁷⁵, cerca de 1550. Porém, a data da fundação da capela por D. Inez e pelo seu marido Belchior surge datada de 1582⁷⁶. *"Em paralelo com a torre (...), a capela constitui um elemento estruturante e caracterizador da casa senhorial ao longo de séculos. Para além do seu significado estético, a importância que a capela adquire nas morfologias arquitectónicas transparece como um privilégio senhorial"*⁷⁷ que espelha a nobreza da família e o seu prestígio social.

A capela de Santo António (fig. 65), também conhecida como capela de Marrocos, separada da casa pela EN13 (ver *Da Quinta*), caracteriza-se pela singularidade da sua composição, cuja capela-mor é de maior largura do que o restante corpo, ao contrário do que é habitual. De pequenas dimensões e com o seu altar em talha, a capela possui poucas aberturas, apenas duas portas e duas janelas. O portal principal, centrado na fachada, é em arco de volta perfeita; a entrada secundária, direta para a capela-mor efetua-se pela saliência de volumes e as únicas janelas existentes, de pequenas dimensões, mais altas do que largas, situam-se na capela-mor.

⁷⁴ In Arquivo Distrital de Viana do Castelo – Família Sá Pinto Sottomayor 5.9.4. cx3.-38

⁷⁵ SIPA online - <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/73793>. Acesso a 25 de Agosto de 2017

⁷⁶ "1582 - A D. Inez e marido Belchior fundaram a capella de Santo Antonio de Lanhelas" - In Arquivo Distrital de Viana do Castelo - Vínculos da família Sá Pinto Abreu Sottomayor

⁷⁷ CARITA, Helder – *A Casa Senhorial em Portugal*, 2015. pág. 29

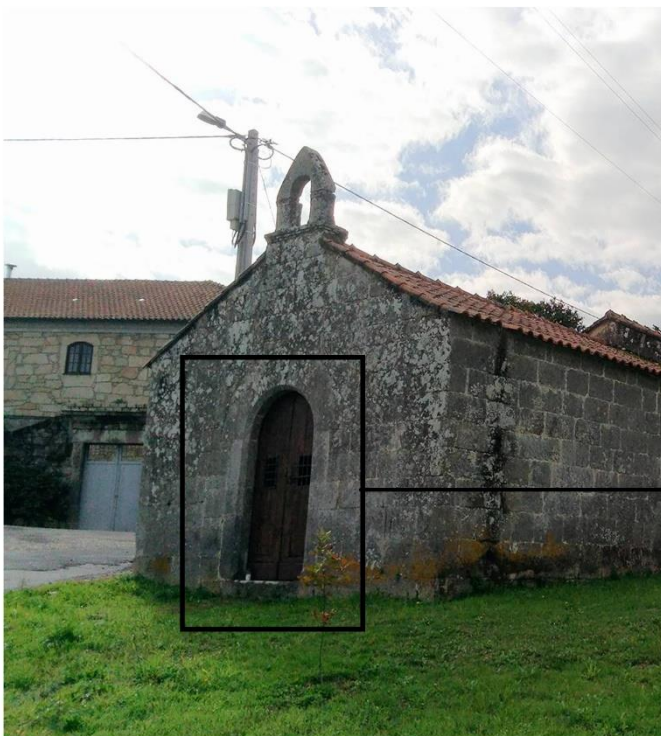


Fig. 65 – Análise dos elementos constituintes da capela



Fig. 66 – Santo António presente na capela

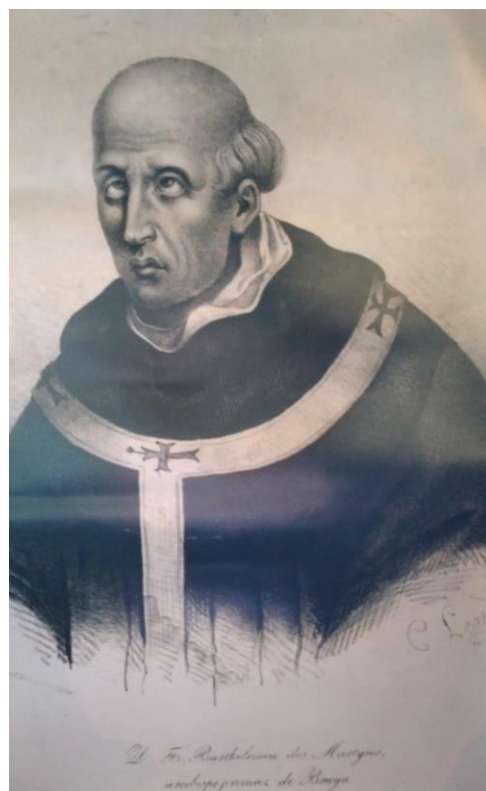
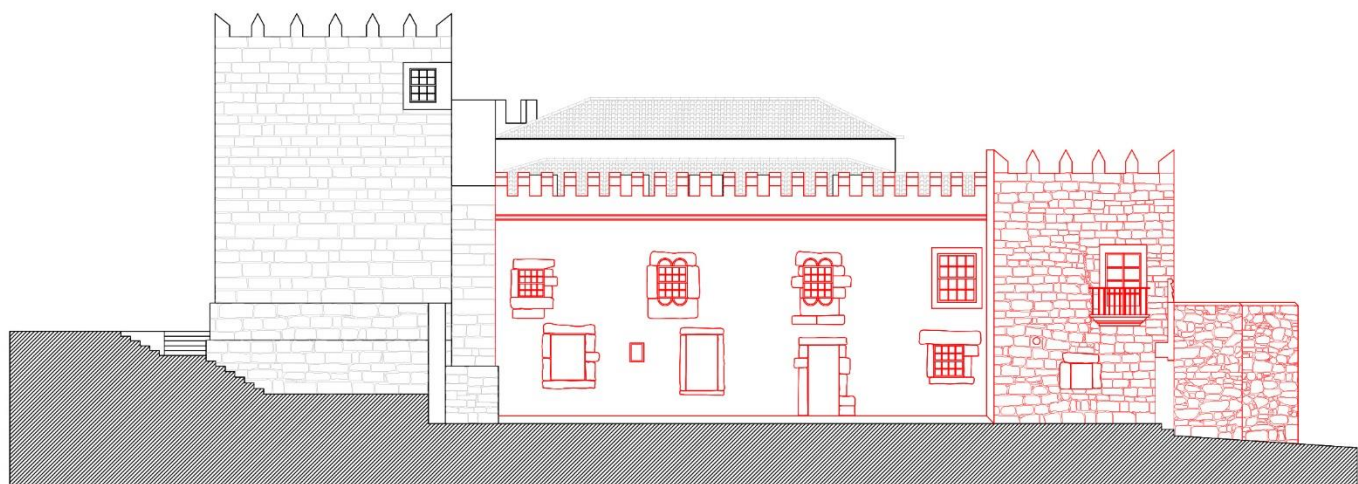


Fig. 67 – Frei Bartolomeu dos Mártires

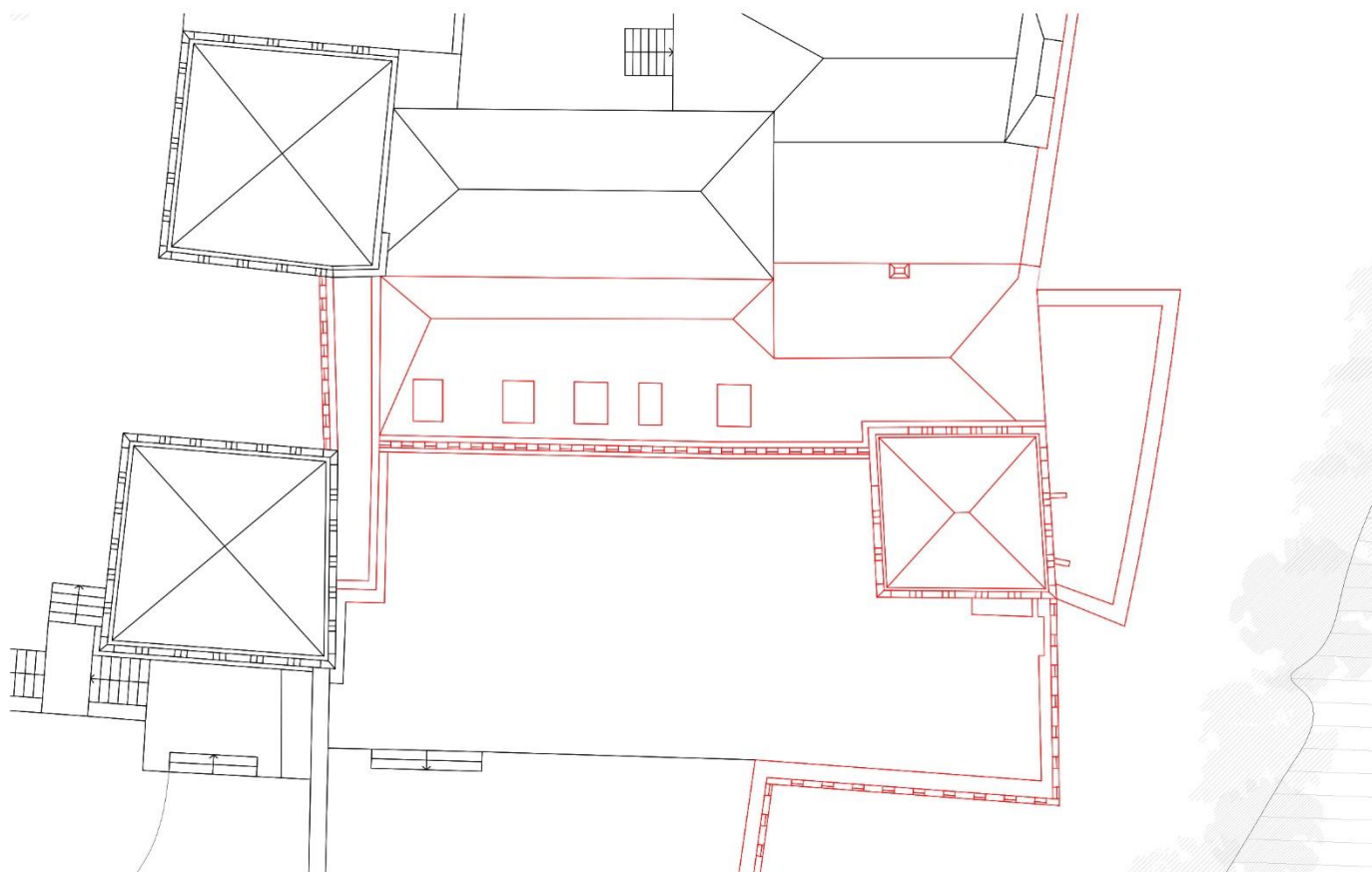
Por esta altura, o arcebispo Frei Bartolomeu dos Mártires faz a sua primeira passagem pela “Casa da Torre” visando o descanso, altura em que manda plantar duas laranjeiras no mirante de cantaria situado no piso térreo, junto ao rio. *“O sitio, a vista, o terreno, a antiguidade e a beleza a constituem a quinta essencia das quintas: é quinta verdadeiramente de senhor. O aprazivel da ribeira é tão acomodado para excitar saudades da celeste pátria, que o arcebispo sancto vinha a ella alguns tempos do anno descansar das suas tarefas da vida activa no ócio da sancta contemplação.”*⁷⁸ Anos mais tarde, Frei Bartolomeu dos Mártires voltou à “Casa da Torre” como se pode comprovar pelo excerto retirado de um dos documentos da família Sá Pinto Sottomayor. *“Á sombra de suas laranjeiras descansou o Venerável Arcebispo D. Frei Bartolomeu dos Martyres. (...)”*⁷⁹

⁷⁸ CARITA, Helder – *A Casa Senhorial em Portugal*, 2015. pág. 94

⁷⁹ In Arquivo Distrital de Viana do Castelo – Família Sá Pinto Sottomayor 5.9.4. cx3.-26



ALÇADO NORTE



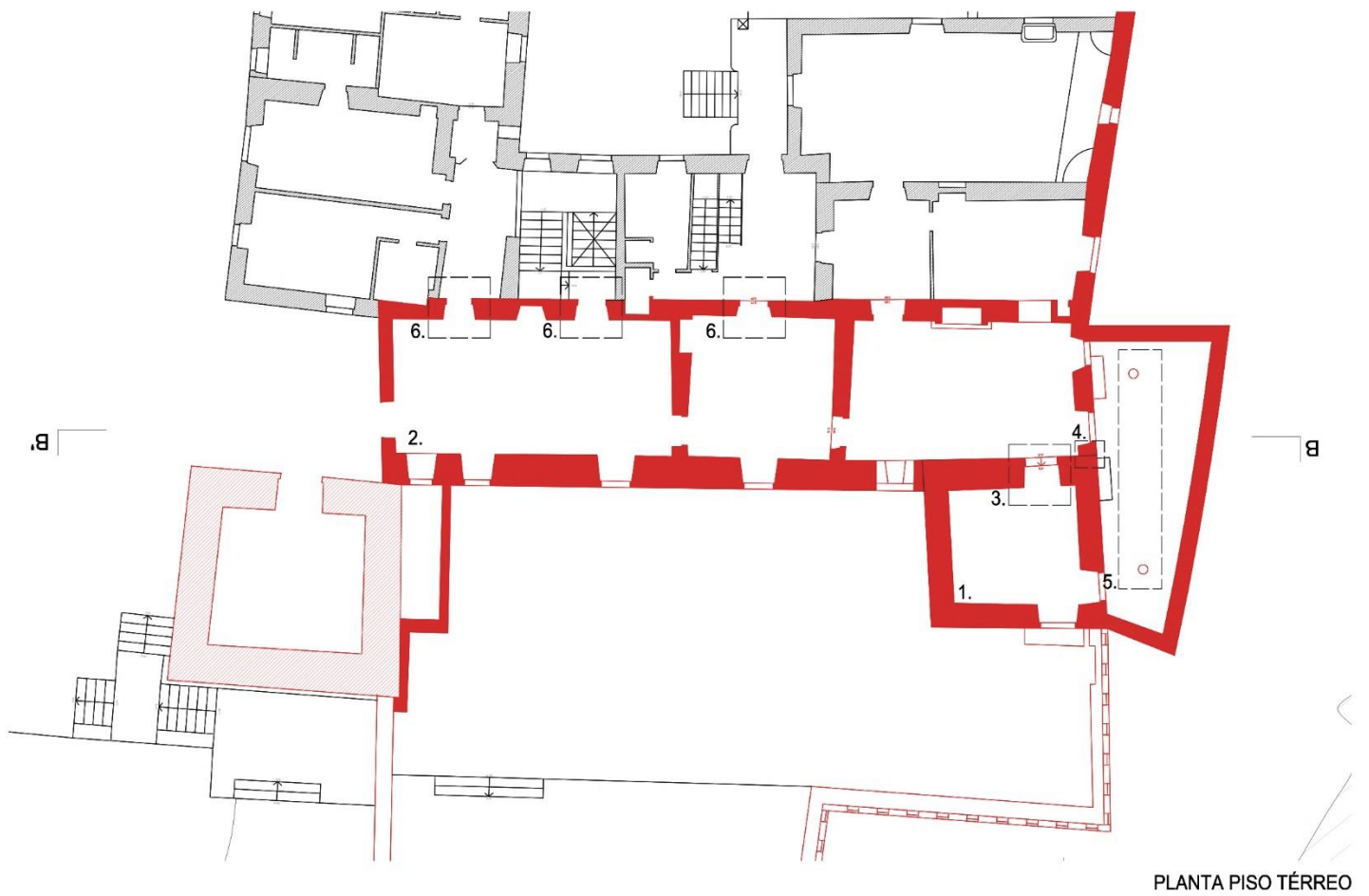
PLANTA DE COBERTURA

Fig. 68

"CASA DA TORRE DE LANHELAS" NQ CAMINHA

ANÁLISE FASE 3

ESCALA 1/250



PLANTA PISO TÉRREO



PLANTA PISO -1

Fig. 69

"CASA DA TORRE DE LANHELAS"

N

CAMINHA

ANÁLISE FASE 3

ESCALA 1/250

LEGENDA 1. Torre 2. Ala de Ligação 3. Diferença de cotas entre volumes 4. Local onde se pode observar a junção entre volumes 5. Laranjeiras 6. Acessos que se mantiveram 7. Pias



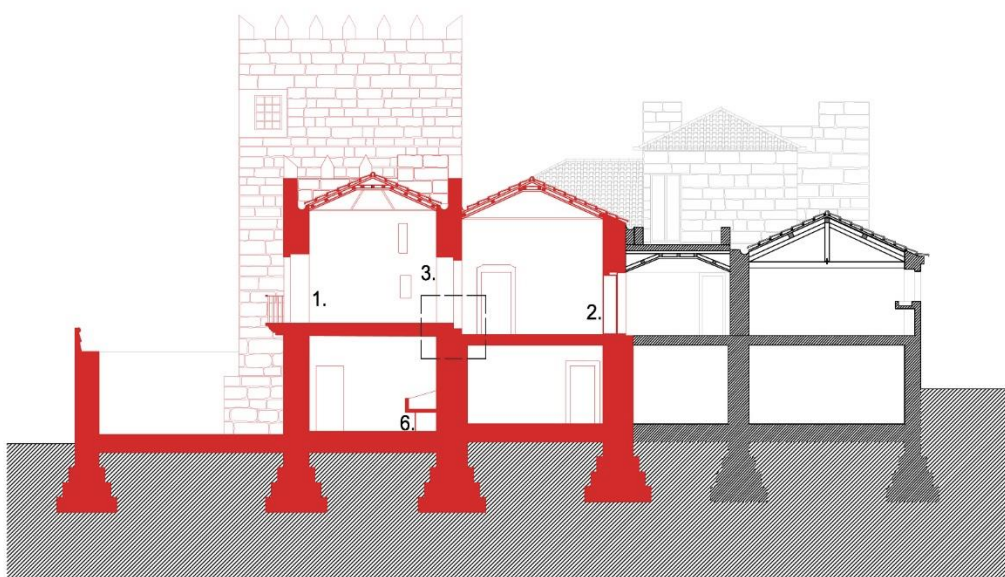
5.



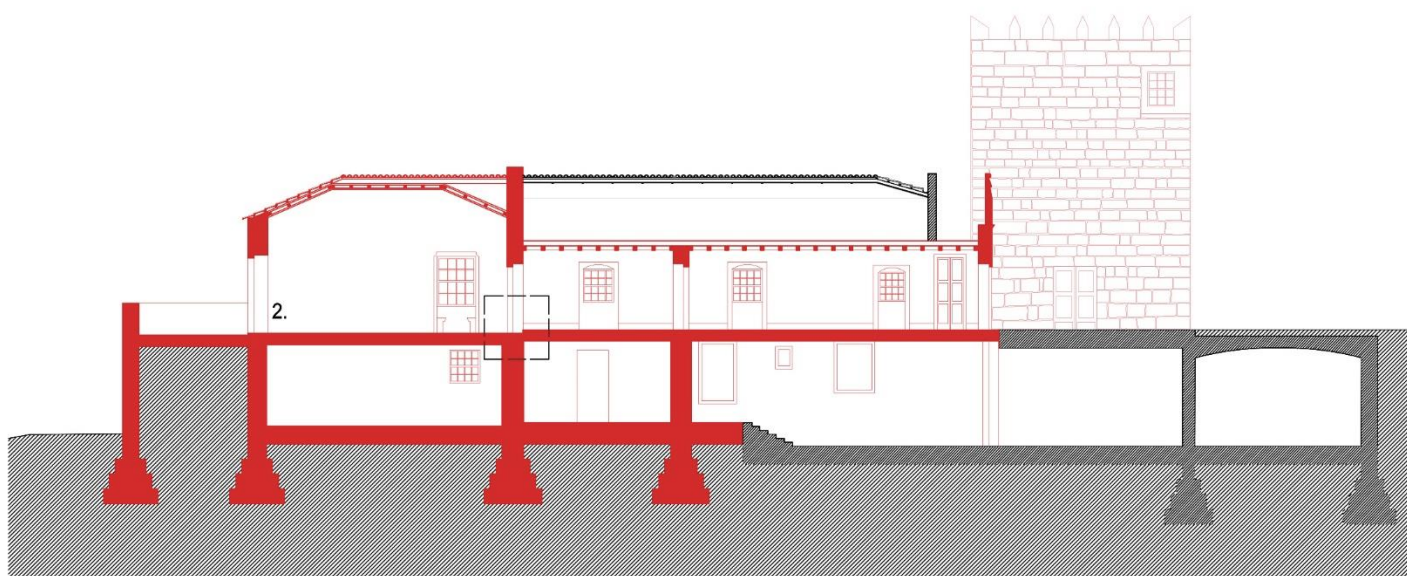
4.



5.



CORTE AA'



CORTE BB'

Fig. 70

"CASA DA TORRE DE LANHELAS"

CAMINHA

ANÁLISE FASE 3

ESCALA 1/250

LEGENDA

1. Torre 2. Ala de Ligação

3. Diferença de cotas entre volumes 4. Local onde

se pode observar a junção entre volumes 5. Laranjeiras 6. Pias

pertence a um segundo grupo de construções, já mais elaboradas. Aqui (...) a ala residencial faz a ligação entre as duas torres. Este tipo de solar será largamente seguido, estabelecendo mesmo um padrão que se manteve mesmo para além da Idade Média, atingindo o século XVIII ⁸¹; na terceira tipologia, a mais rara, a torre situa-se no centro e a casa vai-se desenvolvendo em seu redor.

*"A tipologia de paço marcado pela presença de uma torre como elemento gerador da morfologia arquitectónica, (...) marcará de forma contínua e quase sistemática os paços da nobreza do norte do País dos séculos XVI e XVII."*⁸² De modo a confirmar essa afirmação, procedamos à comparação do objeto de estudo com casos análogos.

Vejamos, por exemplo, o Solar dos Pinheiros. Construído no século XV, em Barcelos, é caracterizado pela presença de um pátio interior e existência de duas torres na fachada, interligadas posteriormente pela ala residencial, que dá unidade ao conjunto. Uma das suas torres é ligeiramente mais alta, característica partilhada com a "Casa da Torre de Lanhelas". A sua abundante fenestração, característica da vontade de voltar a casa para o exterior, após várias décadas de inexistência devido ao seu carácter militar, assemelha-se ao sucedido no corpo de ligação do caso de estudo.

O Solar dos Távoras, em Souropires, remonta ao final do século XV/ inícios do século XVI e é mais um dos exemplos da casa senhorial de duas torres que proliferou no Norte de Portugal. Seguindo ainda muito a construção medieval, o solar possui também elementos decorativos de estilo renascentista, como é o caso das aberturas na fachada, apesar de existirem em reduzido número. As duas torres que delimitam a fachada possuem a mesma altura, ladeando o corpo de ligação, de menor cércea. Estes são construídos tendo como base o modelo partilhado pelos outros casos de

⁸¹ BINNEY, Marcus – *Casas Nobres de Portugal*. 1987, pág. 7

⁸² DE STOOP, Anne – *Arquitectura Senhorial do Minho*. 2015, pág. 81



Fig. 71 – Solar dos Pinheiros
<http://geneall.net/pt/familia/734/pinheiro/>. Acesso
a 25 de Agosto de 2017



Fig. 72 – Solar dos Távoras
<http://mapio.net/pic/p-66504315/>.
Acesso a 25 de Agosto de 2017



Fig. 73 – Casa da Torre de Lanhelas (montagem do alçado nascente)

estudo, no entanto, o aparelhamento da pedra faz transparecer que tenha sido construída a sua totalidade na mesma campanha de obras, ao contrário dos outros, em que são facilmente visíveis as várias fases. A casa senhorial possui também um portal com arco de volta perfeita e janelas de canto, elementos partilhados pelo caso de estudo. Junto à casa encontra-se ainda, uma capela, de planta quadrada e sem decoração, dedicada a Nossa Senhora da Esperança.

Após a análise de ambos os casos, retiram-se os elementos comuns entre eles, que são a presença de duas torres na fachada – podendo ser da mesma altura ou não - interligadas por um corpo residencial, geralmente de menor cêrcea; o tipo de aberturas encontra-se diretamente ligado com a época da construção. Contudo, são visíveis janelas de canto e janelas centradas na fachada com elementos decorativos tipicamente manuelinos, tal como é visível no caso de estudo. Por sua vez, o Solar dos Pinheiros apresenta abundância de fenestração, ao contrário do Solar dos Távoras, onde são raros os momentos em que a casa se abre para o exterior.

Os casos análogos diferem da “Casa da Torre de Lanhelas” no coroamento das suas torres, sendo estes rematados apenas por telhados de quatro águas, sem a presença de ameias e merlões, afastando-se assim do carácter militar da construção medieval presente em Lanhelas pela sua proximidade ao rio e consequentemente a Espanha, sendo necessária proteção à data da sua construção. O local de implantação também difere, tratando-se o Solar dos Pinheiros e o Solar dos Távoras de construções urbanas, cuja adaptação ao terreno se faz de forma distinta da construção rural, característica pelas suas diferenças de cota e muros de suporte.

. RECONSTITUIÇÃO

A terceira fase pode subdividir-se em duas partes. Apesar de ser compreendida como um todo relativamente à tipologia estudada anteriormente, a data de construção dos seus constituintes foi desfasada, o que leva a que seja apresentada bipartida para um melhor entendimento do caso. Tal como analisado previamente, após a edificação da torre principal no século XVI teve também lugar a construção de dois outros volumes, sendo eles a segunda torre - junto ao braço de rio – e a ala de ligação entre as duas torres existentes. Durante a construção dos mesmos, foi edificada igualmente a capela de Santo António, situada à entrada da propriedade.

A partir da análise morfológica, da contextualização histórico-artística e da comparação com casos análogos, identifica-se a chegada de novas tendências, a construção de novos volumes e denotam-se algumas das vontades partilhadas na época que permitem a clara identificação da transformação da torre em solar.

A edificação da capela particular da casa, dedicada a Santo António, iniciou-se por volta de 1550, junto do pórtico de entrada da propriedade, num largo onde passam os caminhos de Santiago e era considerada *"a mais deleitosa d'esta provincia(...)"*⁸³. Encarada como um privilégio senhorial da época, a capela possui uma morfologia incomum, onde a capela-mor é mais larga do que o restante corpo. Esta destaca-se pelas suas reduzidas dimensões e consequentemente aberturas e pelo seu altar em talha. O portal principal é em arco de volta perfeita e a entrada secundária, direta para a capela-mor efetua-se lateralmente, através da saliência de volumes. As janelas existentes, de pequenas dimensões, situam-se na capela-mor.

⁸³ *Descrição da Villa de Caminha*. Viana, 1882, pág.93

Poucos anos mais tarde⁸⁴, tem lugar a construção da segunda torre, de dois pisos – tendo como proprietária D. Margarida de Barros Bacelar, esposa de Ruy de Sá Sottomayor - junto ao rio Minho, no alinhamento da torre já existente, mas de menores dimensões do que esta. A partir da análise da sua estrutura, vários são os indícios que apontam para que este volume tenha funcionado como independente durante alguns anos, até ser concluída a ala de ligação entre as duas torres. Apesar de construídos em fases distintas, estes volumes são da mesma época, construídas sob as mesmas influências artísticas.

A forma como o aro da porta da torre está esculpido, com a porta a abrir para o interior da torre, a diferença de cotas entre esta e a ala de ligação, a junção e diferença de estereotomias entre estes dois volumes e a existência de aberturas existentes na torre, levam a crer que esta tenha existido de forma autónoma durante um período de tempo.

Devido às reduzidas dimensões das torres, tornava-se necessária a construção de dependências anexas, com um maior nível de conforto, de modo a aumentar a área residencial. Com a construção da ala de ligação, de menor cércea do que as torres, a casa ganha elementos que reforçam a passagem de torre a casa senhorial. De forma retangular, o corpo de ligação funciona como ala residencial, com o intuito de aumentar a casa com área habitável adequada às condições da época e de lhe conferir unidade. O programa deste novo volume desenvolve-se em dois andares, encontrando-se as dependências nobres no sobrado e os serviços – estrebarias, cavalariças e arrumos - no piso térreo. Nestes últimos compartimentos, cuja maioria tinha ligação para o terreiro, conservavam-se os alimentos sazonais como o vinho, os cereais e o azeite, de modo a poderem ser consumidos durante o Inverno.

O piso nobre organizar-se-ia como uma transição das áreas públicas para as privadas, sendo as últimas de menores dimensões do que as primeiras. Este esquema distributivo consistia numa *"prymeira, salla, em que entram todollos do seu senhorio*

⁸⁴ Segundo a SIPA, acredita-se que a torre tivesse a sua construção em 1573

que omyzyados nom som, e assy os estrangeiros que a ella querem vir. Segunda, câmara de paramento ou antecâmara, em que costumam estar seus moradores e alguns outros notáveis do reyno [muitas vezes no canto do edifício para ter mais iluminação e uma maior relação com o exterior]. Terceira, câmara de dormyr, que os mayores e mais chegados de casa devem aver entrada. Quarta, trescamara, onde se costumam, que pera mais speciaais pessoas pera ello pertencentes se devem apropriar. Quinta, oratório, em que os senhores soos algumas vezes cada dia he bem de sse apartarem pêra rezar, ler per boos livros, e pensar virtuosos cuidados.”⁸⁵

O pavimento seria em madeira e os tetos de masseira, em forma de gamela invertida, trabalhados e decorados, por vezes com caixotões, outras pelo brasão das famílias dos proprietários. Este volume, tal como os construídos até então, encontrava-se coroado de ameias e merlões, apesar de diferentes dos presentes nas torres. É nesta fase também que se constrói a passagem interior, por meio de uma escadaria em pedra, entre a torre principal e o copo de ligação das duas torres.

Aquando a edificação da ala residencial, contendo os programas referidos, deu-se também a construção de um mirante de cantaria junto ao rio e dos muros que delimitam a propriedade, definindo assim algumas áreas exteriores, como é o caso do terreiro. Estes, coroados por merlões paramilitares, desencadearam a aplicação dos mesmos no volume mais antigo – século XV -, devido a este fazer parte de um dos muros. À semelhança da abundância de fenestração nos volumes construídos nesta época, também a construção do terraço retrata a vontade de contacto com o exterior.

Nesta época, Frei Bartolomeu dos Mártires, passava alguns dos seus dias na “Casa da Torre”, de modo a conseguir o tão pretendido descanso. Numa das suas primeiras passagens pela casa, mandou plantar duas laranjeiras no terraço existente, que lhe viriam a fazer sombra nas suas visitas passados alguns anos.

⁸⁵ Descrito por D. Duarte em ‘*Leal Conselheiro*’, apud CARITA, Helder – *A Casa Senhorial em Portugal*, 2015. pág. 48

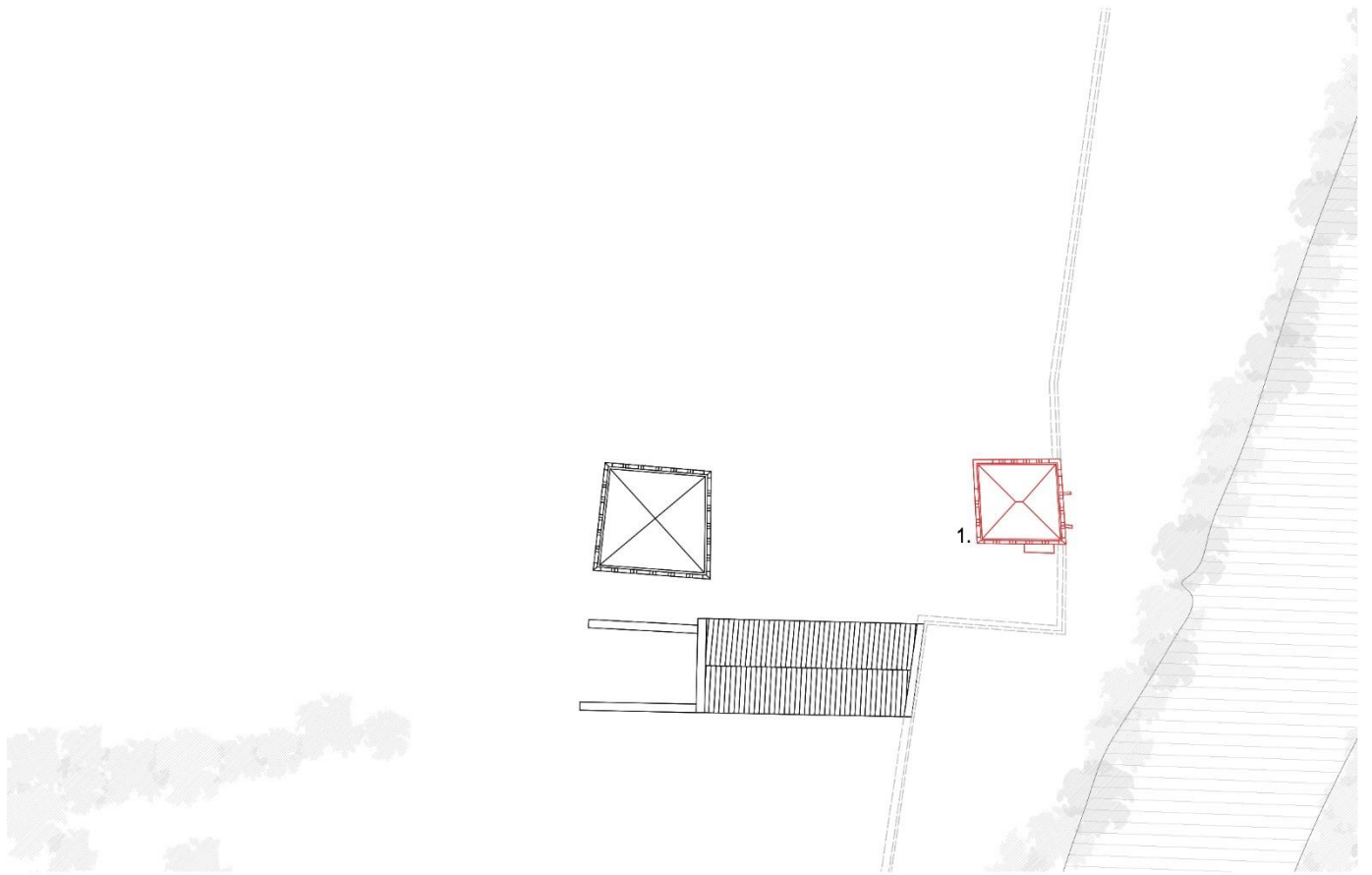
Confirmando as informações apresentadas, procede-se à transcrição de um excerto de um documento escrito no século XIX, que faz referência à fase em questão: Em Lanhelas, *"sem que possamos precisar o aspecto da sua edificação, por falta de documentos, constava ella porém de duas torres e uma câmara sobradada entre elas. No ano de 1516, ano em que D. M^a Fernandes, viúva de Vasco Fernandes de Bacellar mandou proceder ao tombo da Quinta da Torre, para que (de futuro?) seus filhos não venham a ter questões; (...) feito em 15 do 1 de 1576. Portanto, nesta data já a casa estava edificada na honra de Lanhelas com as 2 torres (...)." ⁸⁶* Este excerto confirma a construção da segunda torre no ano de 1573, segundo as fontes supracitadas.

A capela de Santo António teve a sua fundação em 1582⁸⁷ - ano em que se celebrou a primeira missa-, por D. Inez e pelo seu marido Belchior. Vinculada por Frei António de Sá, abade comendatário do Mosteiro de Tibães (Braga) e familiar dos proprietários da casa, *"(...) n'esta capella de Sancto Antonio que é d'esta quinta e onde estão sepultados alguns dos antigos senhores d'ella(...)" ⁸⁸*, celebrava-se todos os domingos, às 9h da manhã, uma missa, onde podiam aceder também os residentes da freguesia.

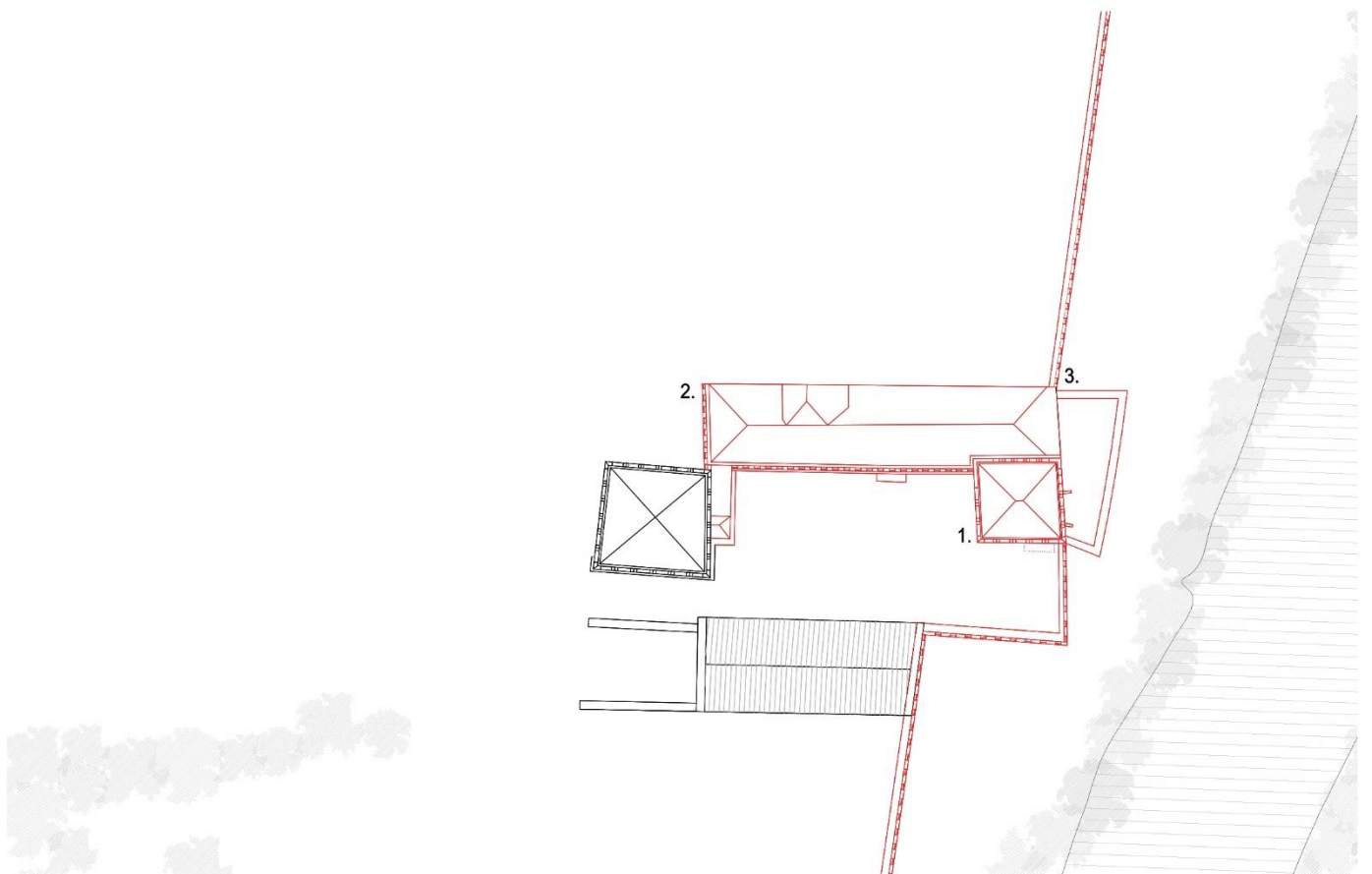
⁸⁶ In Arquivo Distrital de Viana do Castelo – Família Sá Pinto Sottomayor 5.9.4. cx3.-38

⁸⁷ Idem

⁸⁸ *Descrição da Villa de Caminha*. Viana, 1882, pág.94



FASE 3A - PLANTA DE COBERTURA

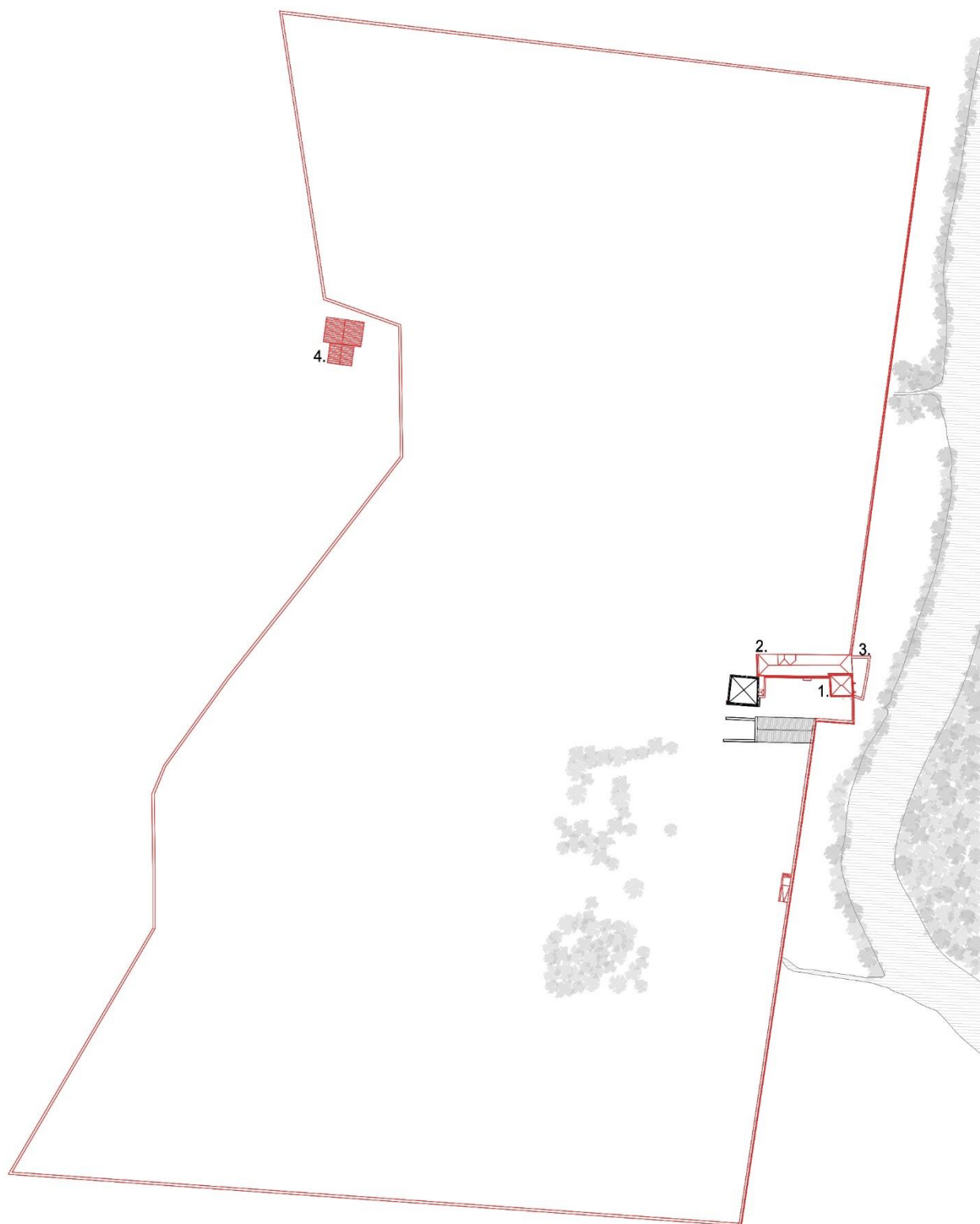


FASE 3B - PLANTA DE COBERTURA

Fig. 74

"CASA DA TORRE DE LANHELAS" NQ CAMINHA
RECONSTITUIÇÃO FASE 3 ESCALA 1/500

LEGENDA 1.TORRE 2.ALA RESIDENCIAL 3.MIRANTE
DE CANTARIA E MUROS ENVOLVENTES

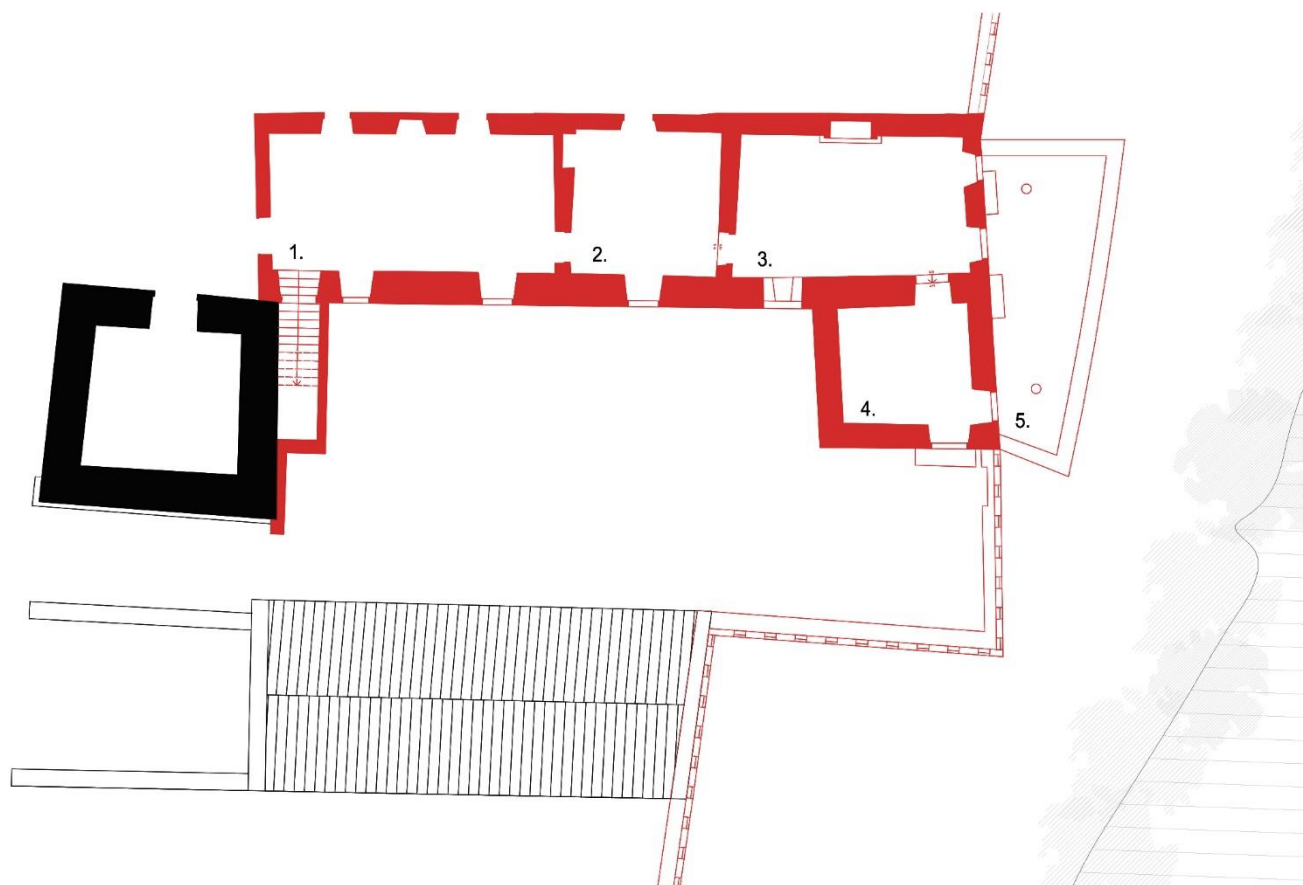


PLANTA DE COBERTURA

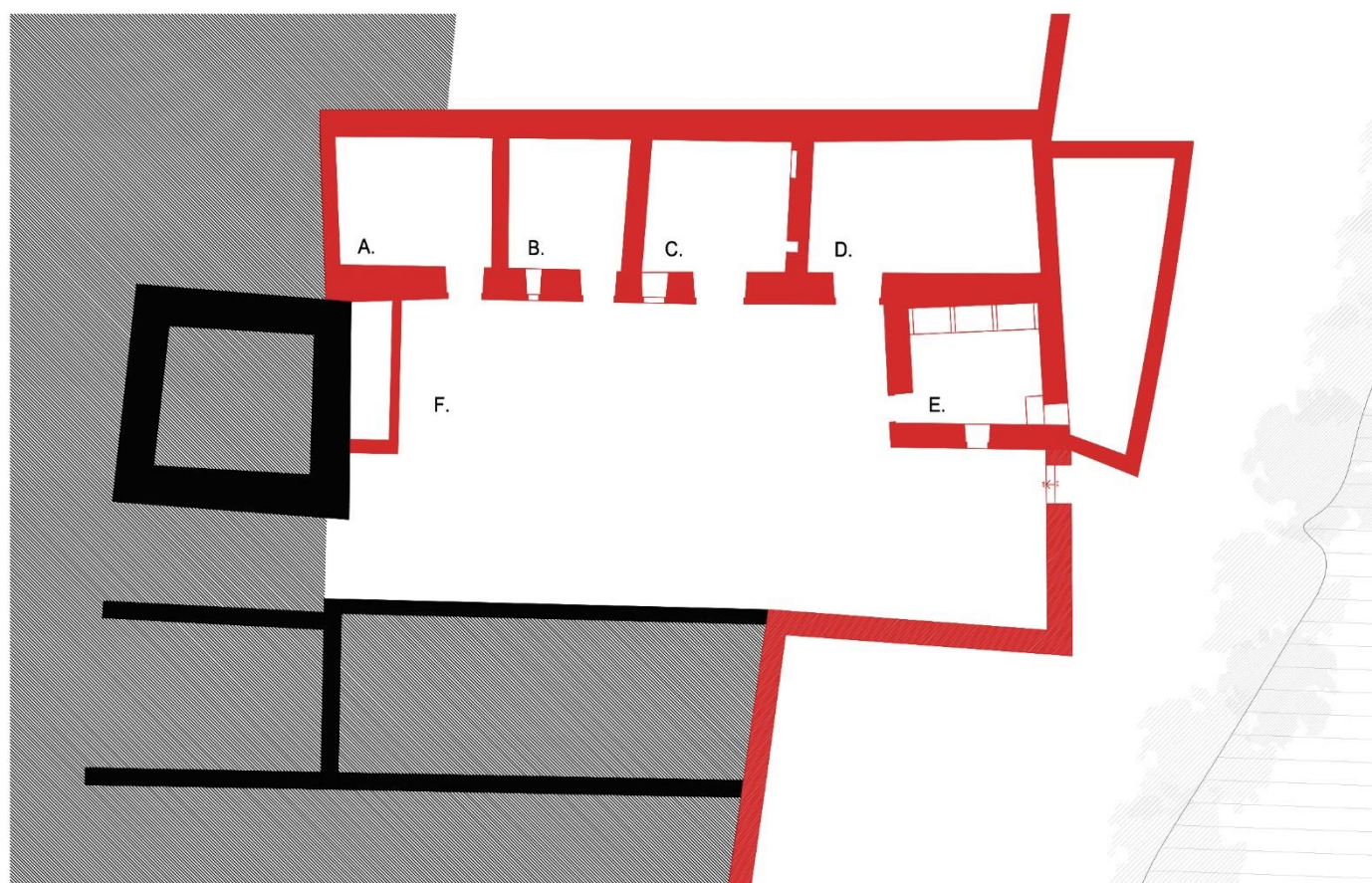
Fig. 75

"CASA DA TORRE DE LANHELAS" NQ CAMINHA
RECONSTITUIÇÃO FASE 3B ESCALA 1/1500

LEGENDA 1.TORRE 2.ALA RESIDENCIAL 3.MIRANTE
DE CANTARIA E MUROS ENVOLVENTES 4.CAPELA



PLANTA PISO 0



PLANTA PISO -1

Fig. 76

"CASA DA TORRE DE LANHELAS"

N Q

CAMINHA

RECONSTITUIÇÃO FASE 3B

ESCALA 1/200

LEGENDA

1.SALLA 2.ANTECÂMARA 3.CÂMARA DE DORMYR

4.TRESCÂMARA / ORATÓRIO 5.MIRANTE

A.CORTE B.CORTE C.ENTRADA DOS CARROS DE CAVALOS

D.ADEGA E.CAVALARIÇAS F.TERREIRO

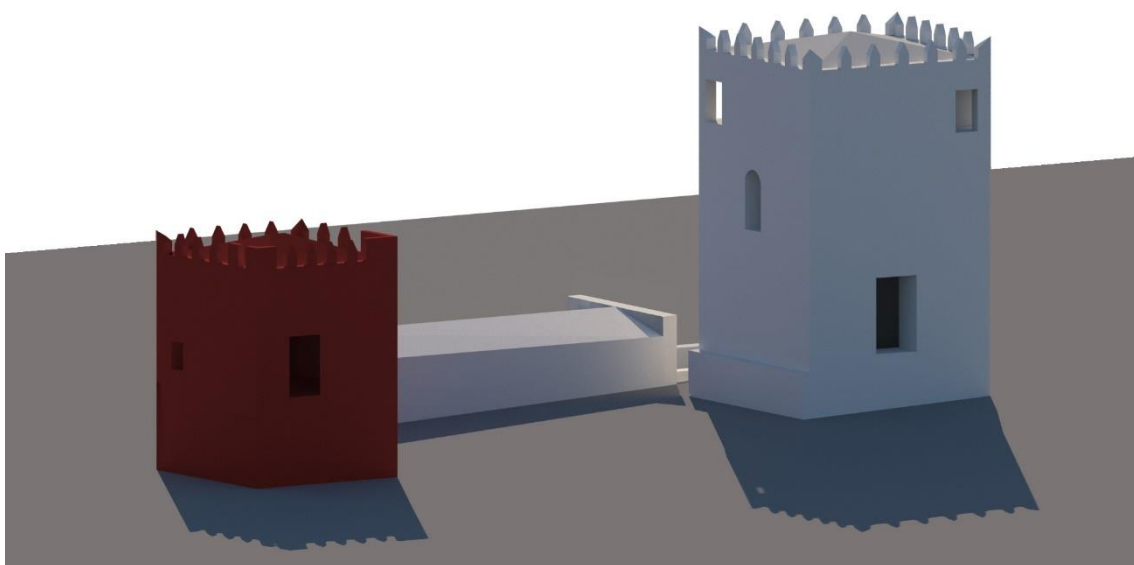
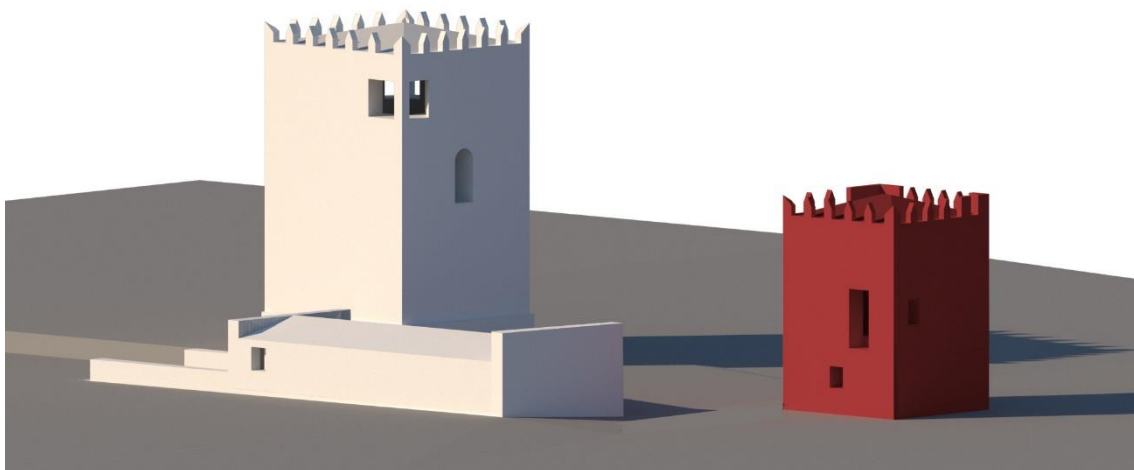


Fig. 77 – Modelo tridimensional fase 3A – Vista Norte

Fig. 78 – Modelo tridimensional fase 3A – Vista Poente

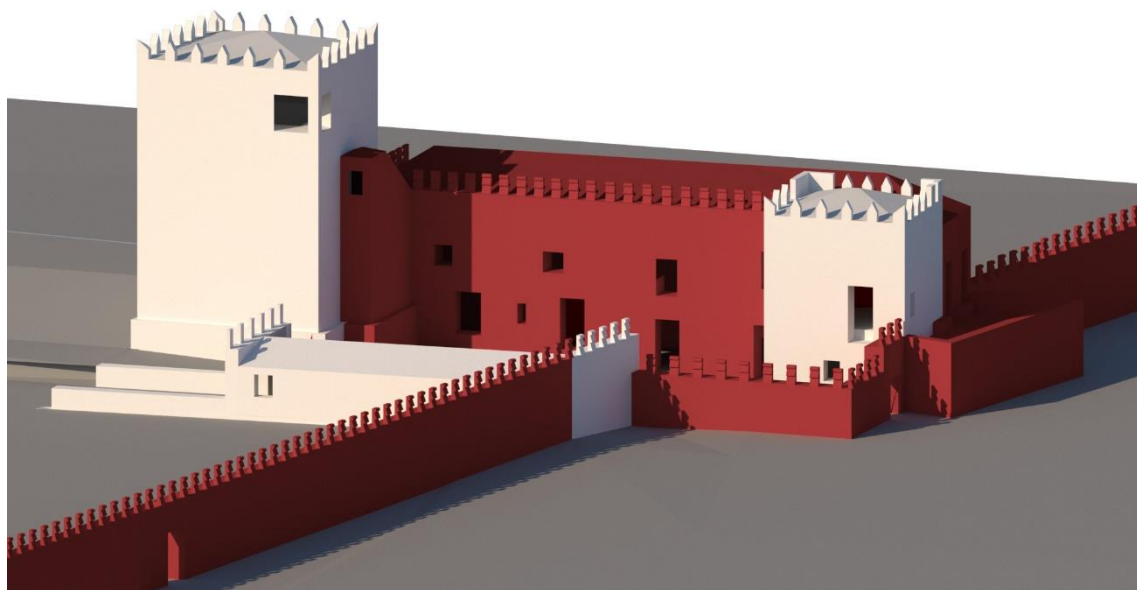


Fig. 79 – Modelo tridimensional fase 3B – Vista Norte

Fig. 80 – Modelo tridimensional fase 3B – Vista Nascente

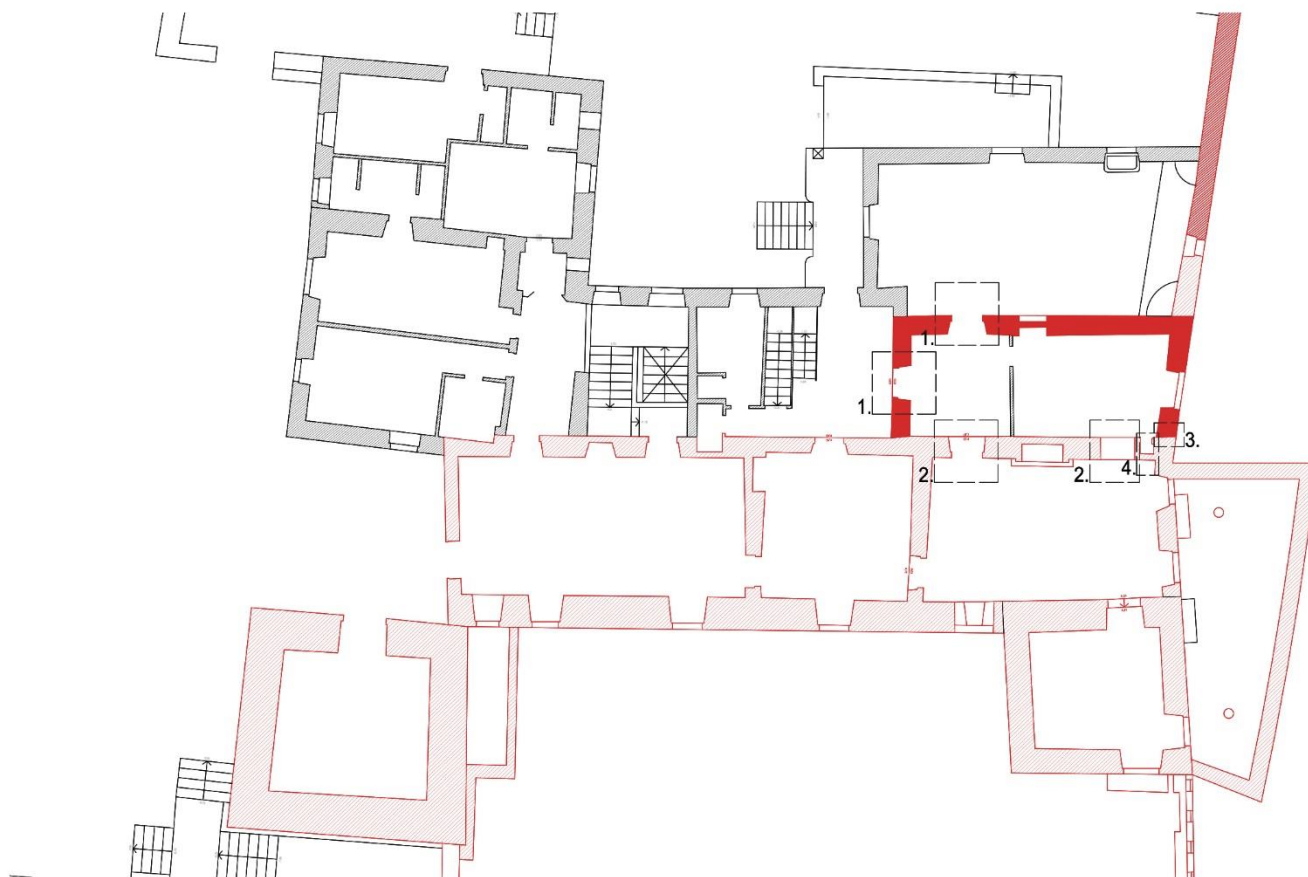
. ANÁLISE

A análise do objeto arquitetónico e dos elementos desenhados cruzada com a leitura de registos históricos constituem a principal ferramenta desta fase. A partir da leitura de marcas na casa e de indícios legíveis por planta, alcançar-se-á as diversas subfases em que a construção do caso de estudo se divide nesta época. Os principais registos são a espessura das paredes, a ligação com os volumes existentes na fase anterior - vista em planta e alçado -, o aparelhamento da pedra e o seu estilo artístico.

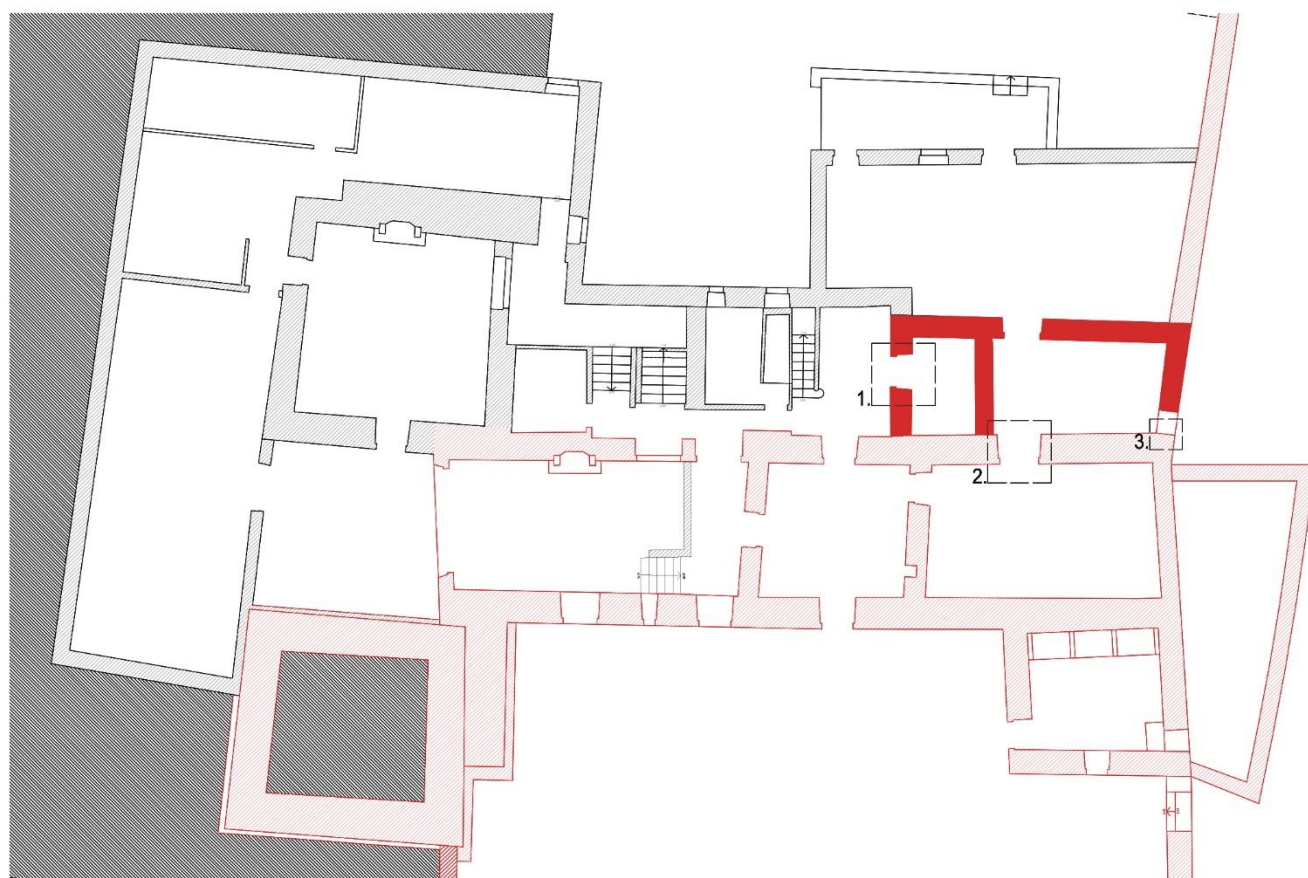
Numa primeira instância, nesta época denotam-se 3 fases de construção distintas, correspondentes a 4 volumes. Apesar de não serem facilmente detetáveis os sinais indicadores do início da construção, é necessário mencionar também a construção da estrada e da linha de caminho-de-ferro, bem como a plantação do jardim. Estes elementos terão a sua reconstituição com base na contextualização histórica e comparação com outros casos de estudo.

O primeiro volume a ser analisado é distinguível dos que o rodeiam pela sua posição em planta e pela diferença de estereotomia visível através da análise do alçado poente. A partir das plantas do piso -1 e 0, é possível perceber que o volume em questão se encontra adossado à ala residencial construída na fase anterior, indicando que se trata de um volume edificado 'a posteriori'. Esta afirmação é facilmente compreensível pela análise do alçado poente (fig. 82), voltado para o rio, em que é possível visualizar que se trata de uma parede construída por partes, sendo os encostos dos volumes claramente identificáveis.

A existência de uma gravura da casa realizado neste século, comprova a presença deste pequeno volume como fazendo parte do conjunto edificado e de um outro, construído opostamente a este, paralelo à torre mais alta, pertencente à subfase seguinte. Apesar de no desenho este aparecer coroado por merlões, as mesmas não chegaram até à atualidade, sendo, portanto, difícil provar a existência destas.



PLANTA PISO 0



PLANTA PISO -1

Fig. 81

"CASA DA TORRE DE LANHELAS" NQ CAMINHA
ANÁLISE FASE 4A ESCALA 1/250

LEGENDA

1. Entradas que se mantiveram 2. Novas aberturas entre o novo volume e o da fase anterior 3. Junção entre volumes 4. Nicho

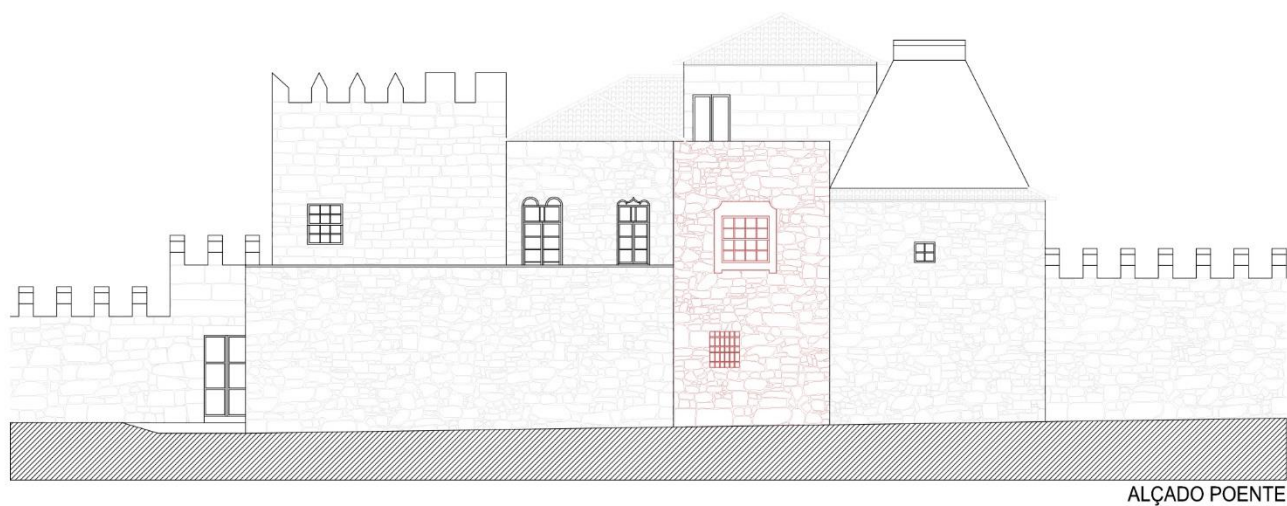


Fig. 82

"CASA DA TORRE DE LANHELAS"

CAMINHA

ANÁLISE FASE 4A

ESCALA 1/200

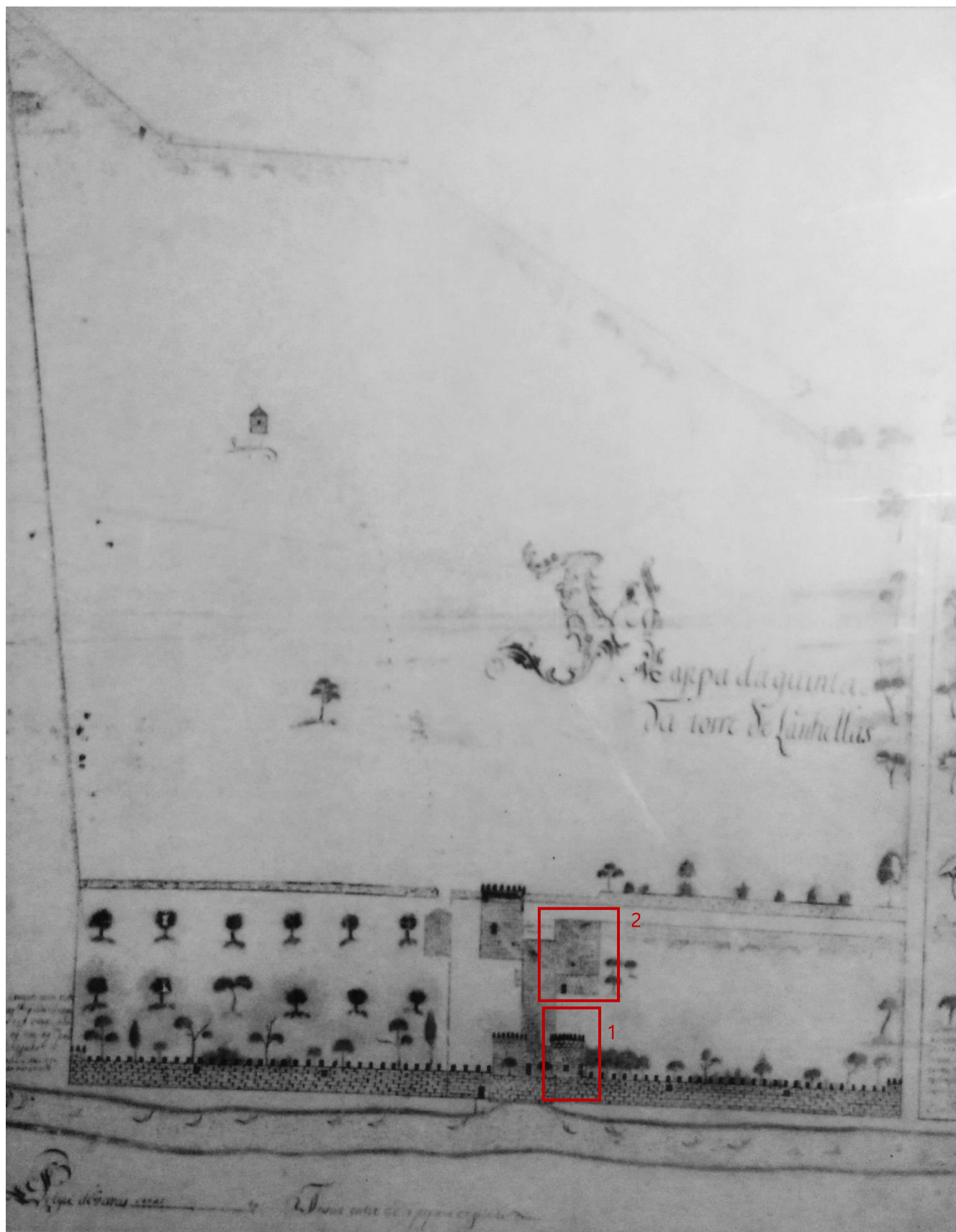


Fig. 83 – "Mappa da quinta da torre de Lanhellas" - gravura do séc. XIX, autor anónimo

A segunda subfase (4B) corresponde à construção da última torre e distingue-se facilmente por ter características oitocentistas que pretendem invocar o passado através de um revivalismo neomedieval e neomanuelino, tipicamente romântico. Esta implanta-se paralelamente à primeira torre, adossada à ala residencial, ampliando-a. A torre faz alusão às duas outras já construídas, através da sua coroação de ameias, que lhe incute um carácter militar e nobre. No entanto, o coroamento por merlões, o número e dimensão das aberturas e o aparelhamento mais regular do granito marcam a diferença dos modos de construção, conferindo-lhe um aspeto mais moderno, fazendo jus ao estilo artístico da época.

Segundo Carlos de Azevedo, *"o conjunto tem inegável equilíbrio - e muito pitoresco - e mostra bem como a casa nobre rural se desenvolve a partir da arquitectura militar."* A terceira torre teria sido *"construída exactamente três séculos depois [da primeira], em 1831, por Camilo António de Sá Sottomayor, de proporções menos elegantes e rasgadas por quatro janelas. A fachada principal, pois, tomou este aspecto apenas a partir do século XIX e a fachada nobre anterior era certamente com mais razão a que se estende até ao braço do rio Minho."*⁸⁹

É possível constatar também, a partir dos alçados apresentados (fig.82), que esta torre foi construída de forma independente, possuindo a sua estrutura autónoma, com três pisos e o seu próprio modo de construção, ligeiramente diferente do que fora feito outrora. O alçado nascente deste volume, apesar de ter sido construído na mesma época, possui diferentes características entre o piso 0 e o piso 1. Ambos os pisos são desenhados com bases regulares e possuem várias formas curvas talhadas na pedra, no entanto o piso superior possui bases simétricas. As suas paredes exteriores são em granito e rondam os 0,7m.

⁸⁹ AZEVEDO, Carlos de - *Solares Portugueses: introdução ao estudo da casa nobre*. Lisboa, 1969, pág. 150

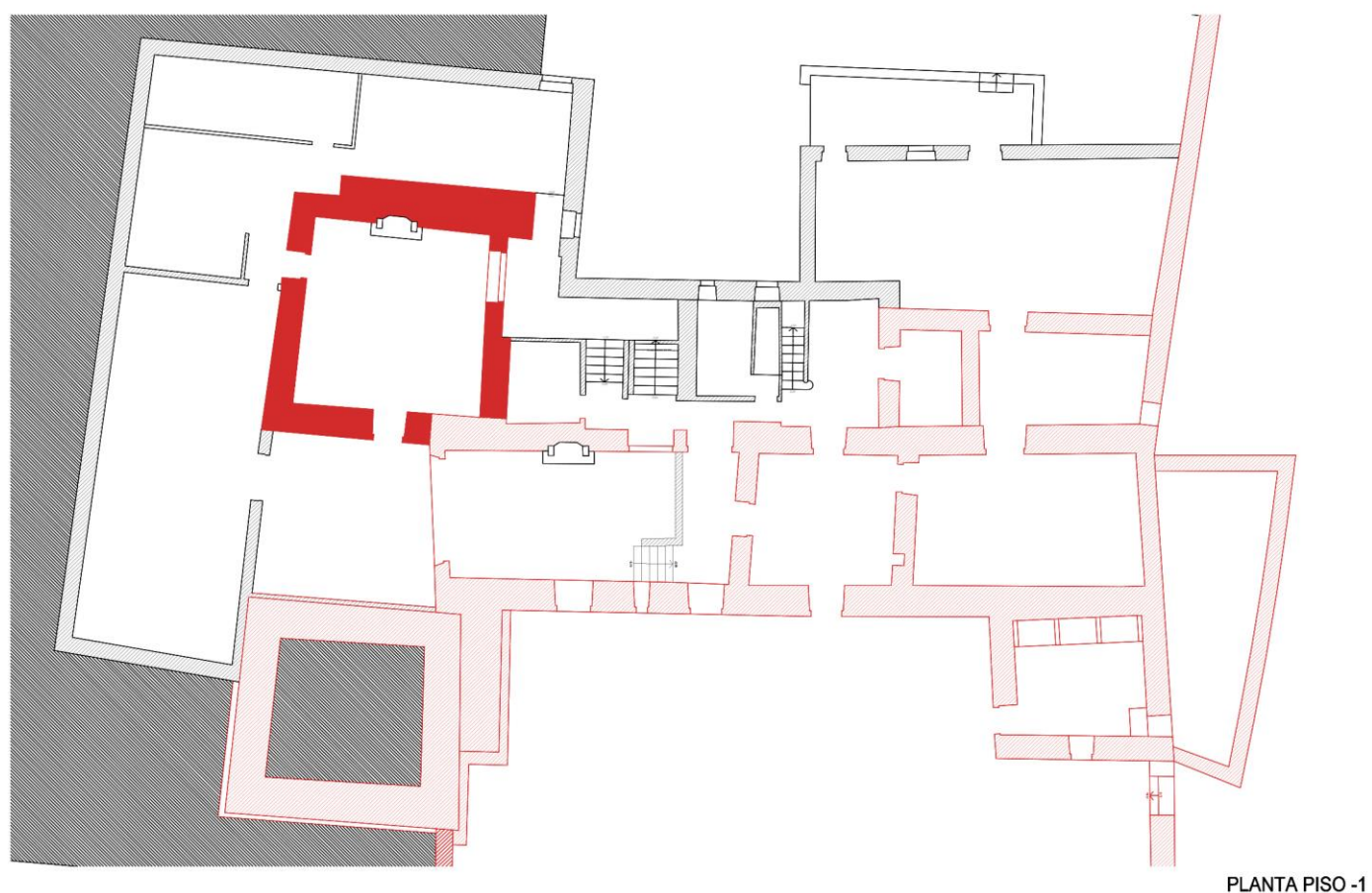
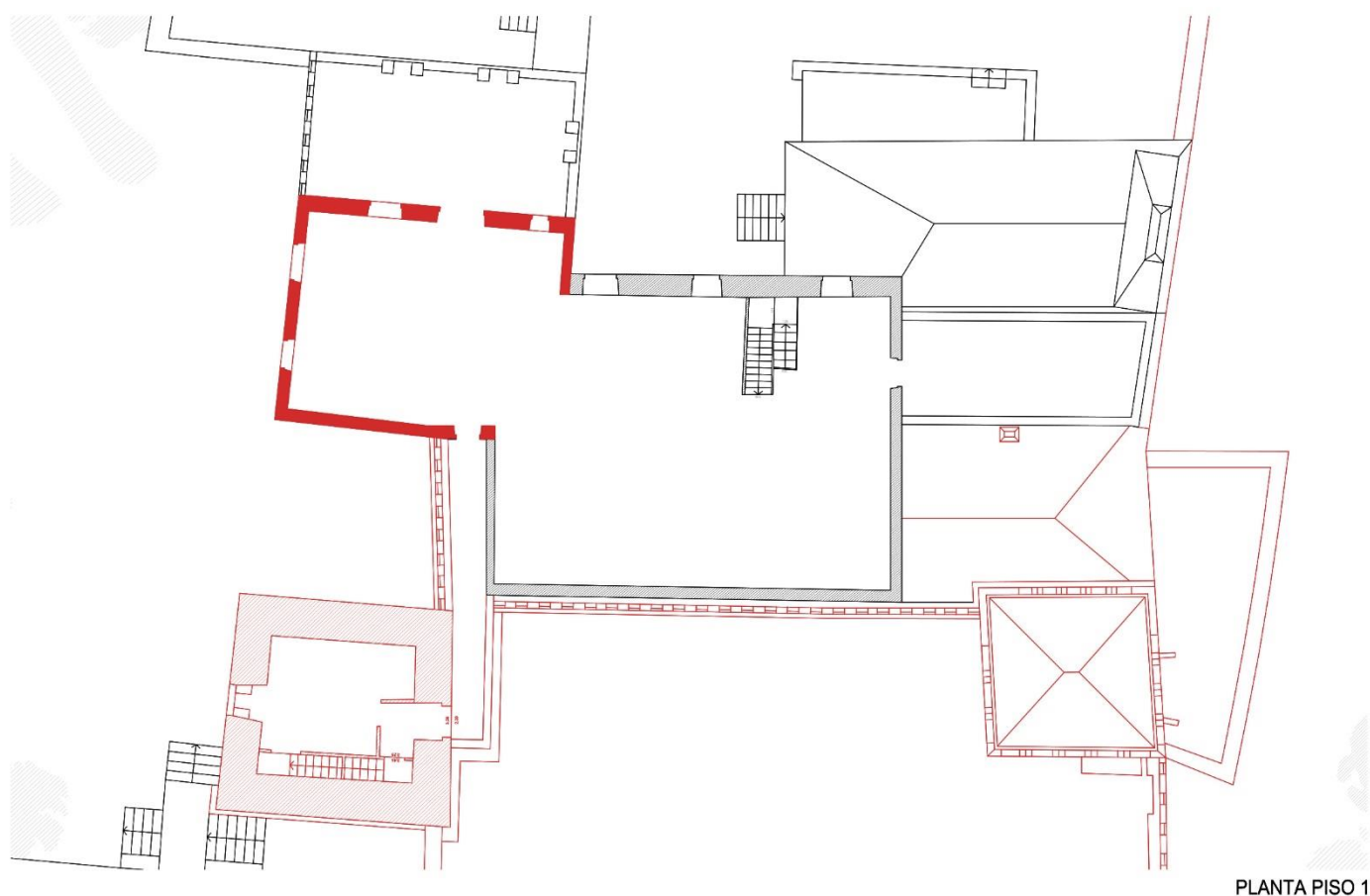


Fig. 84

"CASA DA TORRE DE LANHELAS" NQ CAMINHA
ANÁLISE FASE 4B ESCALA 1/250

LEGENDA

1. Entradas que se mantiveram 2. Nicho



PLANTA PISO 1

Fig. 85

"CASA DA TORRE DE LANHELAS"

NQ

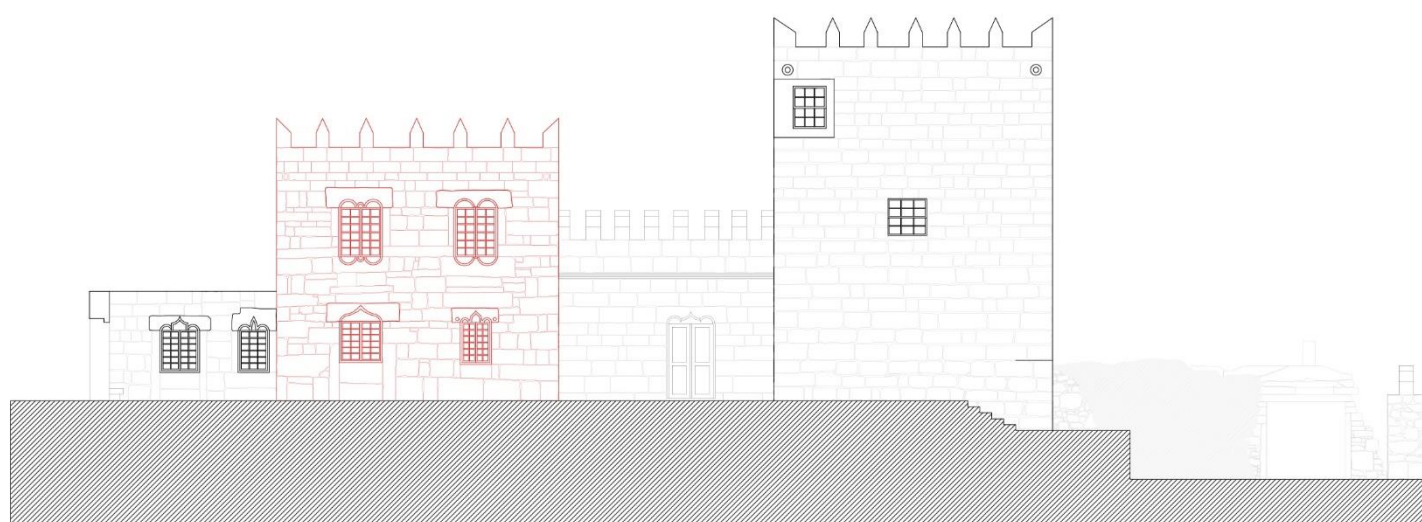
CAMINHA

ANÁLISE FASE 4B

ESCALA 1/250



ALÇADO SUL



ALÇADO NASCENTE



ALÇADO SUL



ALÇADO NASCENTE

Fig. 86

"CASA DA TORRE DE LANHELAS"

CAMINHA

ANÁLISE FASE 4B

ESCALA 1/200

A terceira e última subfase diz respeito ao aumento e modernização da casa, centrados principalmente no alçado Sul, sendo que os outros alçados poucas alterações sofreram nesta fase. Para uma maior relação entre os volumes existentes e de maneira a responder às necessidades da época, procederam à sua ampliação. As diferenças no modo de construção são representativas de duas fases construtivas, tendo sido uma delas a construção do piso 0 e -1 e um pouco mais recente a construção do piso 1, já com um aparelhamento de pedra bastante diferente do empregue até então (fig. 86).

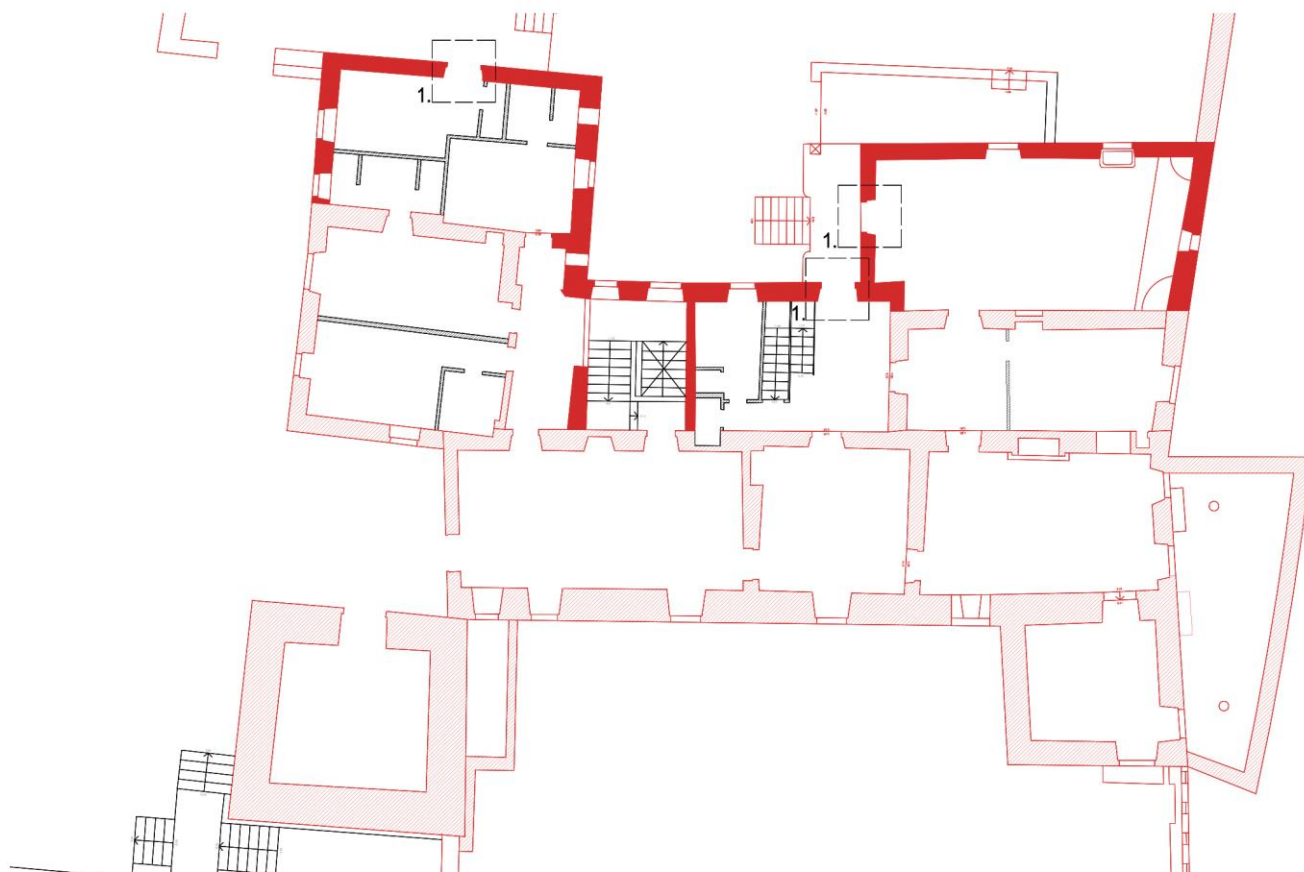
Os volumes pertencentes à fase 4 têm atualmente fins residenciais, como é o caso da torre e do seu volume de aumento; correspondem à cozinha e sala de jantar no piso 0 e o piso -1 alberga as zonas de serviço. O piso 1 encontra-se atualmente sem qualquer função evidente.

Segundo testemunho de Camillo de Sá Sottomayor, é confirmada a atividade e a importância da capela construída na fase anterior, para a freguesia.

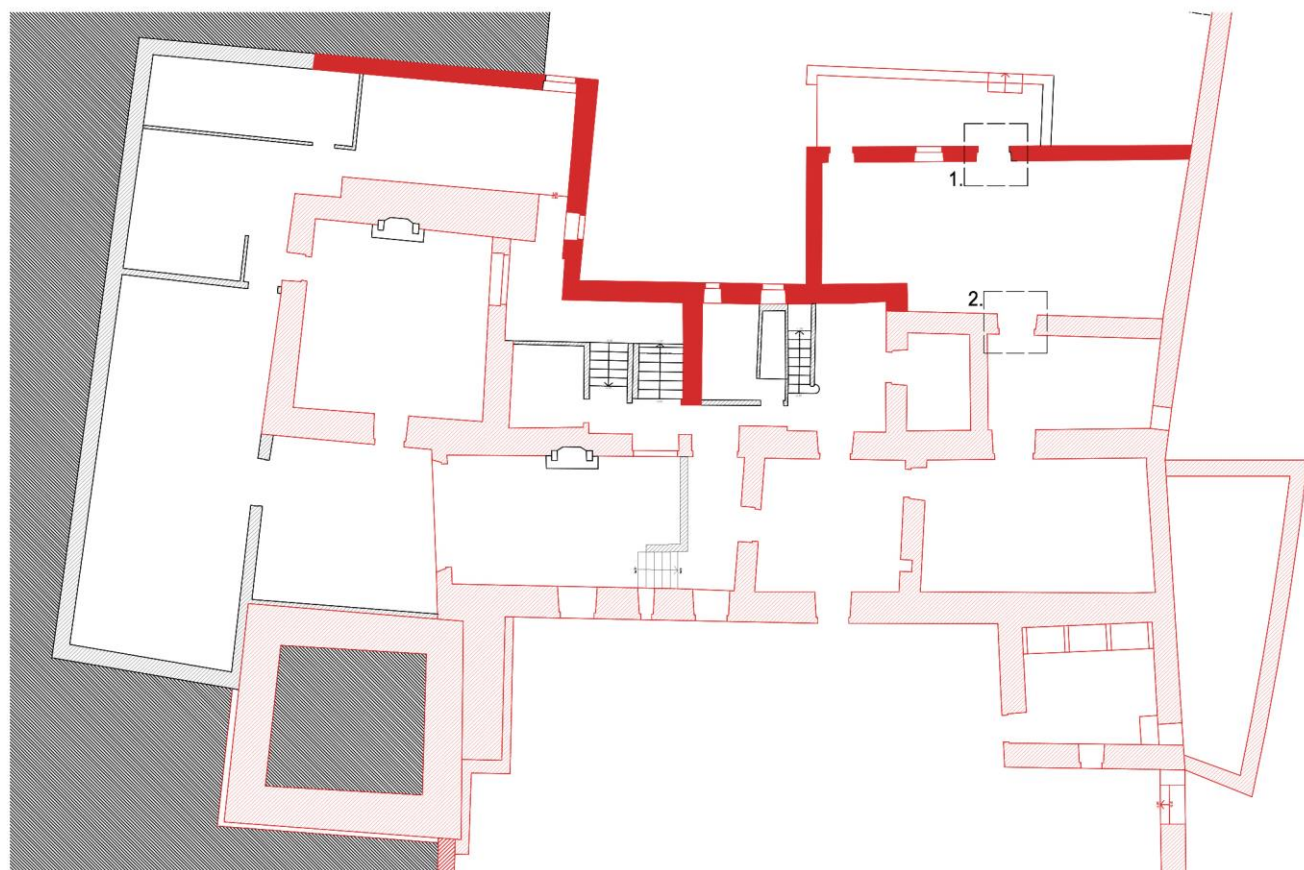
"Braga, 25 de Setembro de 1871

Diz Camillo de Sá Pinto Abreu Sottomayor, residente na sua Qta. E Caza da Fregza. De Lanhellas do conselho de Caminha, que passou na sua Fregza. Uma Capella, pertença do seu Morgado, aqual tem porta para o publico, e nella manda celebrar uma Missa rezada, todos os Domingos e dias santificados, pelas 9h. da manha. (...)"⁹⁰

⁹⁰ Arquivo da família Sá Pinto Abreu Sottomayor 5.9.4CX.3-11, 16 Maio 2017 in Arquivo Distrital de Viana do Castelo



PLANTA PISO 0



PLANTA PISO -1

Fig. 87

"CASA DA TORRE DE LANHELAS" NQ CAMINHA
ANÁLISE FASE 4C ESCALA 1/250

LEGENDA

1. Entradas que se mantiveram 2. Novas aberturas entre volumes

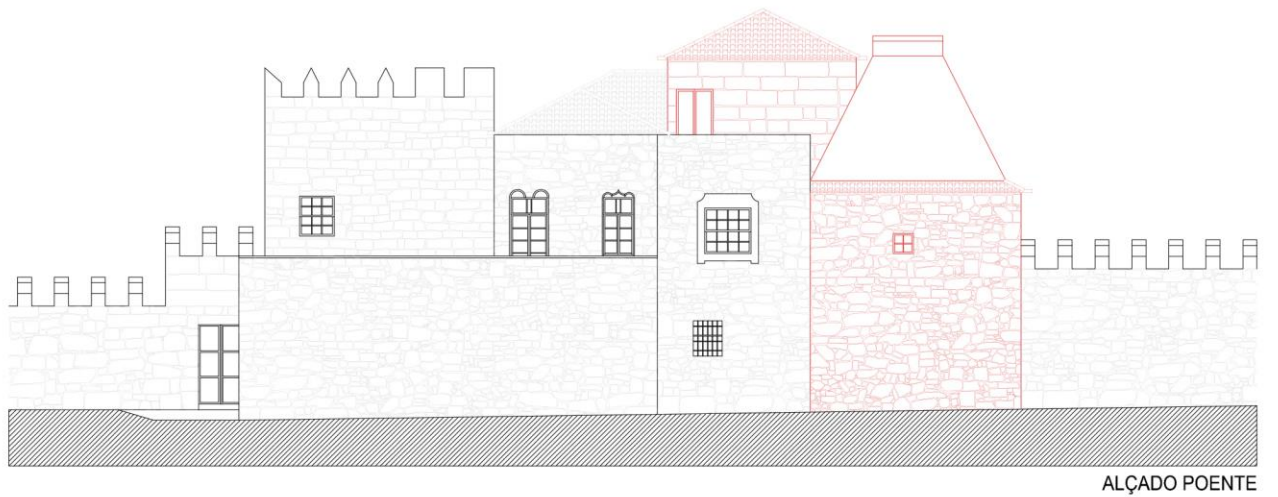


Fig. 88

"CASA DA TORRE DE LANHELAS"

CAMINHA

ANÁLISE FASE 4C

ESCALA 1/200



Fig. 89 – Realce do diferente aparelhamento da pedra e junção entre partes

. CONTEXTO HISTÓRICO-ARTÍSTICO / COMPARAÇÃO

*"O fenómeno arquitectónico que se desenvolveu desde os finais de Setecentos até ao primeiro quartel do século XX, [encerra] uma temática variada e rica, traduzida na construção de edifícios que aduzem os mais diversos estilos e [fala], simultaneamente, uma linguagem própria que tão bem se coaduna com o espírito e a mentalidade da época (...). O século XIX expressa o reviver simultâneo de vários tipos de arquitectura, sem que qualquer um deles tenha tido força suficiente para se impor, apesar do gótico ocupar lugar de destaque, sobretudo nos vários países europeus, com particular relevância para a Inglaterra, Alemanha, França e Itália."*⁹¹

Esta época caracteriza-se pela relação entre o ecletismo e a arquitetura historicista, revive-se a arquitetura antiga e criam-se novos estilos arquitetónicos, cujas bases vinham da arquitetura clássica, medieval, manuelina, renascentista e barroca, dando origem ao neoclássico, neomedieval, neomanuelino, à neorrenascença e ao neobarroco, respetivamente. Estes revivalismos *"(...) lançaram a perturbação, sobretudo no seio dos teorizadores (...) [que] não se coíbiam de, nos seus escritos, clamar repetidamente pela manifestação urgente de um novo estilo, capaz de imprimir carácter ao período; contudo, faziam-no sem se dar conta de que já se havia instalado uma nova estética, na medida em que o ecletismo preencheria esse vazio."*⁹²

Neste período cronológico – mais precisamente no início do século – surge a quarta e penúltima fase, bem documentada no que diz respeito à construção da terceira torre e da chegada das vias de transporte terrestre, o mesmo não acontecendo com os restantes elementos construídos na mesma época, sendo necessária uma análise e comparação mais pormenorizadas do mesmo.

Em meados do séc. XVIII, época de grande ostentação, *"(...) que se revela nas imponentes e ricas fachadas, nas dimensões totais da casa, na multiplicação das*

⁹¹ ANACLETO, Maria Regina D. B. Teixeira – *Arquitectura Neomedieval Portuguesa*. Lisboa, 1997, pág. 15

⁹² Idem, pág. 27

*divisões e no requinte da decoração, requinte que vai ao ponto de aproveitar a natureza para a tornar extensão da própria casa através de sombreados jardins, arvoredos e lagos.*⁹³, a casa passou da mão de Pedro Lopes de Azevedo (1747) para D. Quitéria de Sá Menezes. Em 1781, tem lugar a criação do plano da rede nacional de estradas, ficando pendente até ao século seguinte na zona onde se encontrada implantada a “Casa da Torre de Lanhelas”. Devido ao facto de ter mudado de proprietários nesta altura, as modificações que se conhecem através da história das casas senhoriais em Portugal têm lugar no século XIX, encontrando-se já a casa sob o poder de Camillo de Sá Pinto Abreu Sottomayor.

Com o país a ultrapassar anos conturbados, devido às invasões francesas, em 1820 a Revolução Liberal e, posteriormente a Constituição de 1822, marcam o início da monarquia constitucional liberal em Portugal. Entretanto ocorre a Contra-Revolução Absolutista, que o colocou em guerra civil (guerras liberais) até 1834, passando por um período menos favorável ao desenvolvimento artístico.

*“No Norte as torres continuam a ter grande importância. Nesta região passa-se do gótico ao barroco, sendo a etapa renascentista-maneirista pouco importante. Vemos que torres foram acrescentadas a casas que não as tinham (...) e casas novas serem edificadas junto a uma velha torre”*⁹⁴. Segundo Carlos de Azevedo, em meados do século XVIII e inícios do século seguinte, os proprietários das casas solarengas do Norte desejavam construir uma majestosa e romântica torre ameaçada, tal era a sua paixão por elas, acrescentando assim uma torre oitocentista a uma casa de origem seiscentista.

O século XVIII ficou também marcado por introdução de novidades ao nível da ornamentação, dos jardins e da sua relação com o interior. *“Uma novidade ao nível de decoração arquitectónica é o modo como os portugueses empregam o azulejo nas suas construções, sendo utilizado com a função que em Itália se dava aos frescos e*

⁹³AZEVEDO, Carlos de - *Solares Portugueses: introdução ao estudo da casa nobre*. Lisboa, 1969, pág. 15

⁹⁴ BINNEY, Marcus - *Casas Nobres de Portugal*. Lisboa, 1987, pág.11

baixos-relevos: revestindo salas e escadas. (...) Outra grande revolução dá-se nos jardins, que deixam de ser pequenas hortas e (...) passam nesta altura a ser objecto de uma maior preocupação plástica, ombreando com a arquitectura de interiores. Assim, aumenta a importância da função ornamental das plantas e flores, generalizando-se estas e passando a decorar pátios e claustros."⁹⁵

Ao nível dos transportes, Portugal esteve estagnado até meados do século XVIII, fazendo-se as deslocações a pé, por via fluvial e com recurso a animais. A viragem do século fica assim marcada pela introdução da nova rede de estradas, como se pode observar na Carta Militar das Principais Estradas de Portugal de 1808 (fig. 90), existia já uma grande quantidade de estradas que cobriam o país de Norte a Sul. *"Mas terá sido a partir do triunfo do Liberalismo, em 1834, que se verificou um surto de reflexões e acções que revelam o esforço de definir os objectivos e princípios orientadores da construção da rede viária. O ano de 1835 ficou ainda marcado pela proposta para a introdução do caminho de ferro em Portugal.*"⁹⁶

Passado este período, em que se centraram os esforços na construção de vias de transportes terrestres, as casas voltam ao seu auge, passando novamente por uma fase de ampliação, em que a *"única preocupação era o engrandecimento da morada régia, estendendo-se dependências enquanto houvesse terreno e, naturalmente, verbas para custear as obras.*"⁹⁷

Os exemplos seleccionados para se proceder à comparação da fase 4 sofreram alterações no séc. XIX e partilham ideais, a linguagem arquitetónica ou outros elementos em comum. Pretende-se que sejam casos de estudo com partes caracterizadoras da época em questão e que traduzam visualmente o que se pretendia alcançar neste período. Marcus Binney ressalta alguns dos edifícios mais importantes desta época, cujas características se assemelham à "Casa da Torre de

⁹⁵ BINNEY, Marcus – *Casas Nobres de Portugal*. Lisboa, 1987, pág. 10

⁹⁶ PACHECO, Elsa - *Alteração das acessibilidades e dinâmicas territoriais na Região Norte: expectativas, intervenções e resultantes*. Porto, 2004, pág. 11

⁹⁷ DIAS, Pedro – *A Arquitectura Manuelina*. 1988, pág. 55

Lanhelas". *"A paixão da torre, elemento arquitectónico altamente dignificante, é tal que em pleno século XIX se acrescenta uma torre oitocentista a um palácio seiscentista como aconteceu em Torre de Agrelos (Santa Cruz do Douro – Baião)."*⁹⁸ Deste modo, os casos escolhidos para se proceder à análise e comparação são a Torre de Agrelos e a Casa da Ínsua. Independentemente do estilo a que obedecem, os casos escolhidos possuem características reveladores do aspeto da casa nobre e das alterações sofridas nesta época.

A Torre de Agrelos (fig. 92), situada em Santa Cruz do Douro, Baião, teve o início da sua construção no século XVII, como sendo um corpo de baixa altura e dois pisos, tendo sido alvo de uma ampliação e remodelação na segunda metade do século XVIII. *"Mais tarde, já em pleno século XIX, a torre continuava ainda a ser adoptada desta forma [introduzida em corpos mais antigos], e o caso mais notável é o da Casa de Agrelos, na qual a meio dum corpo setecentista, se ergueu - em 1855 - uma elegante torre de boa cantaria, desenhada certamente por um arquitecto de muito merecimento"*⁹⁹, mandada efetuar por António Ferreira Cabral Paes do Amaral. Apesar de morfologicamente diferente da torre oitocentista da "Casa da Torre de Lanhelas", é característica de um tempo que recorre ao passado como base ideológica para as construções da época.

A Casa da Ínsua (fig. 93) assemelha-se com o objeto de estudo no que diz respeito ao seu interior e à relação deste com o exterior. Deste modo, torna-se essencial analisar a importância dos espaços exteriores à casa e a decoração do seu interior. Este caso de estudo viu a construção de um magnífico jardim romântico na centúria de oitocentos, ilustre pela sua extensão e variedade, que era encarado como um prolongamento do seu interior, que também se vira beneficiado na mesma época, como era frequente acontecer em vários solares distribuídos pelo país. Em

⁹⁸ BINNEY, Marcus – *Casas Nobres de Portugal*. Lisboa, 1987, pág. 11

⁹⁹ Idem, pág. 80

semelhança ao objeto de estudo desta investigação e a somar aos diversos jardins existentes, a Casa da Ínsua possui também um jardim de buxo.

Este período de ostentação tem origem em meados do século XVIII e revela-se *"(...) nas imponentes e ricas fachadas, nas dimensões totais da casa, na multiplicação das divisões e no requinte da decoração, requinte que vai ao ponto de aproveitar a natureza para a tornar extensão da própria casa através de sombreados jardins, arvoredos e lagos."*¹⁰⁰

¹⁰⁰AZEVEDO, Carlos de - *Solares Portugueses: introdução ao estudo da casa nobre*. Lisboa, 1969, pág. 15



Fig. 91 – Casa da Torre de Lanhelas



Fig. 92 – Torre de Agrellos
<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-o-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/156008>
 Acesso a 27 de Agosto de 2017



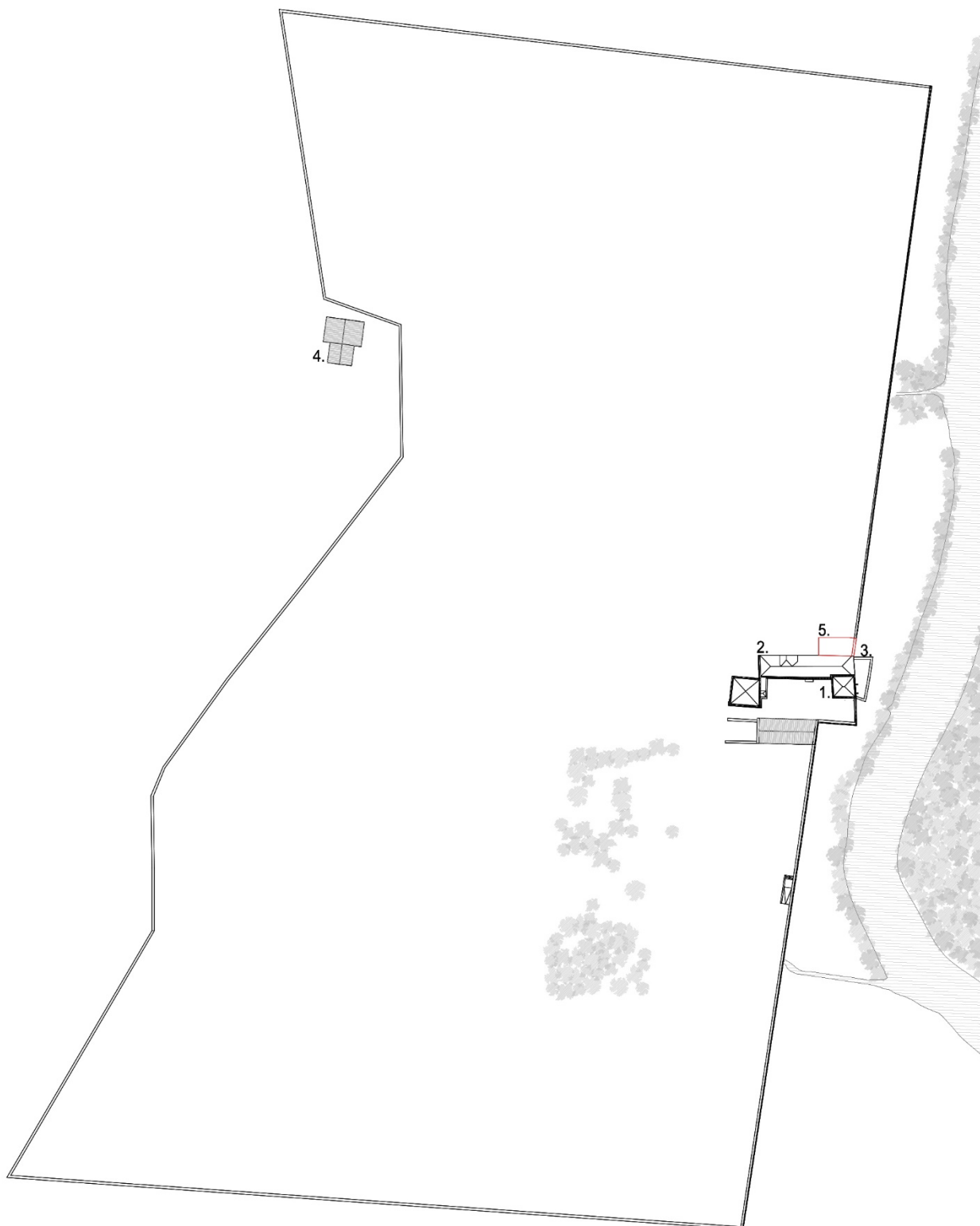
Fig. 93 – Casa da Ínsua
<http://www.portugalvia.com/hotel-casa-da-insua/>
 Acesso a 27 de Agosto de 2017

. RECONSTITUIÇÃO

Tal como fora analisado previamente, a quarta fase pode fracionar-se em três subfases: da primeira consta a construção do volume junto à ala residencial, voltado para o rio; à segunda diz respeito a construção da torre oitocentista e a passagem da linha de caminho-de-ferro pela quinta. Alguns anos mais tarde dá-se a construção da estrada nacional 13, paralela à linha do comboio e a plantação dos jardins de buxo (apesar de surgirem alguns anos mais tarde, encontram-se incluídos na mesma fase por não trazerem grandes alterações face à morfologia do caso de estudo e à sua relação com a envolvente); à terceira subfase diz respeito a ampliação do existente e construção de alas de ligação entre as torres, de modo a dar unidade ao conjunto.


Em 1747 a habitação passou da mão de Pedro Lopes de Azevedo para D. Quitéria de Sá Menezes. Devido a este acontecimento, o século XVIII representa um período de estagnação para a casa, não sendo possível encontrar vestígios de arquitetura barroca no local. Passados 34 anos foi criado o plano da rede nacional de estradas, no entanto a sua construção só teve lugar no século seguinte.

A primeira construção a ter lugar no século XIX (fase 4A) encontra-se adossada à ala residencial e é distinguível pela estereotomia do alçado - em que é possível ver a junção dos dois volumes - e pelo modo como as paredes destes se encostam. A existência de uma gravura da época em que se pode observar este volume, ameado, traz com ele a possibilidade de ter sido construído no início do século XIX como sendo uma torre. No entanto, devido à inexistência de documentos que o comprovem, à atual ausência de ameias, à sua altura, à forma longitudinal do volume em planta e à falta de base histórica e de casos de estudo análogos, optou-se por considerar que se trata de um volume simples, sem carácter militar. Este teve a sua construção antes de 1831, altura em que se deu a construção da terceira torre, de cunho romântico, primeira referência documentada a que se tem acesso após a 2ª metade do século XVI (fase 3).

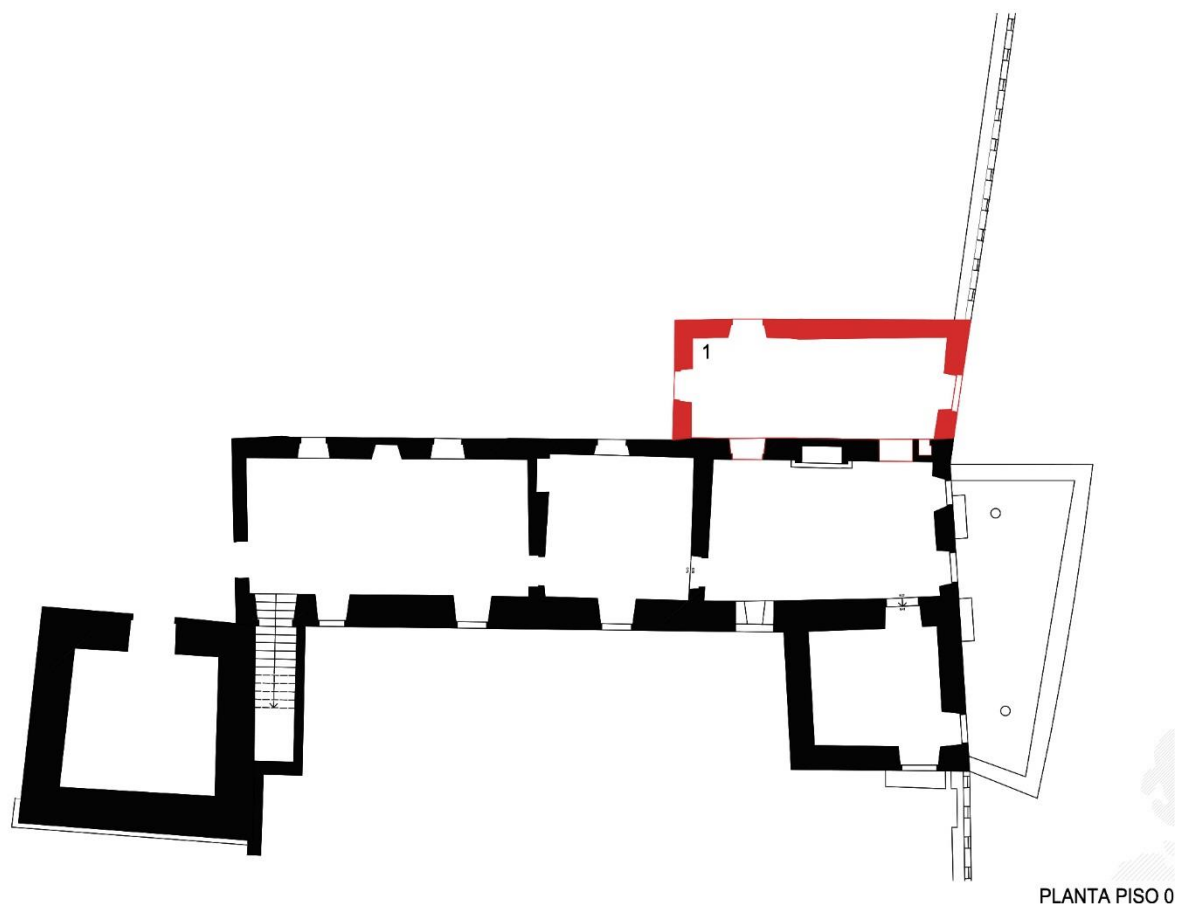


PLANTA DE COBERTURA

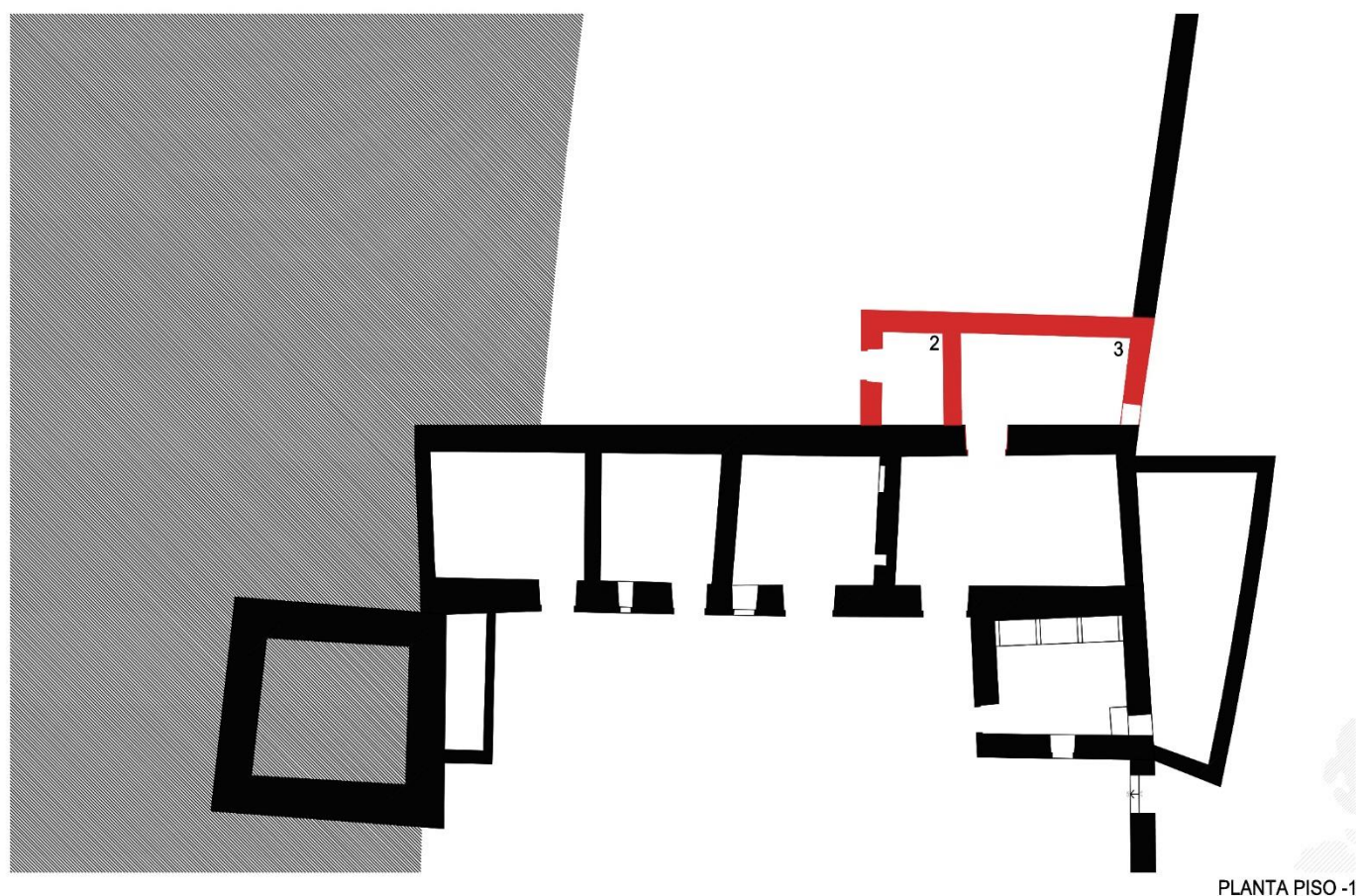
Fig. 94

"CASA DA TORRE DE LANHELAS" N  CAMINHA
RECONSTITUIÇÃO FASE 4A ESCALA 1/1500

LEGENDA
1.TORRE 2.ALA RESIDENCIAL 3.MIRANTE DE CANTARIA
E MUROS ENVOLVENTES 4.CAPELA 5.NOVO VOLUME



PLANTA PISO 0



PLANTA PISO -1

Fig. 95

"CASA DA TORRE DE LANHELAS" NQ CAMINHA
RECONSTITUIÇÃO FASE 4A ESCALA 1/250

LEGENDA
1.SALA DE REFEIÇÕES (?) 2.ARMazÉM DE CEREais 3.ADEGA

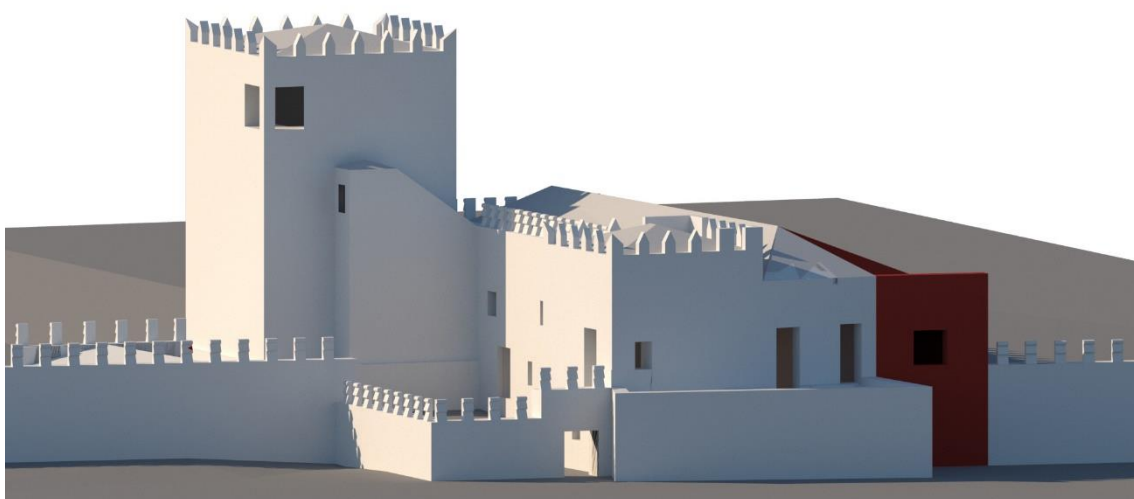
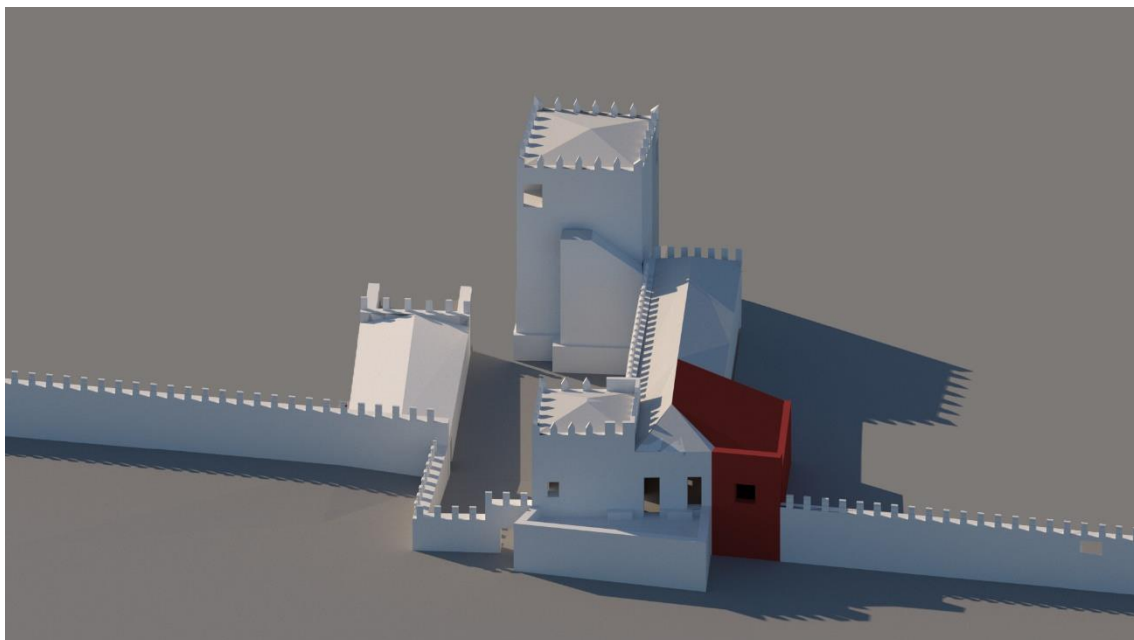


Fig. 96 – Modelo tridimensional fase 4A – Vista aérea Poente

Fig. 97 – Modelo tridimensional fase 4A – Vista Norte

Os séculos XVIII e XIX ficaram marcados pela introdução de uma torre romântica num corpo seiscentista, por novidades ao nível da decoração e pela plantação de jardins que funcionassem como uma extensão da casa para o exterior (fase 4B). Devido ao facto de a casa ter mudado de proprietários nesta altura, as modificações que se conhecem através da história das casas senhoriais em Portugal têm lugar alguns anos mais tarde, já no século XIX, encontrando-se já a casa sob o poder de Camillo de Sá Pinto Abreu Sottomayor.

A torre é, portanto, mais recente que o volume anterior, o que é perceptível pelo aparelhamento da pedra e estilo artístico. Para além de romântica, possui um aparelhamento do granito mais regular que os restantes volumes. Segundo Carlos de Azevedo, esta teria sido *"construída exactamente três séculos depois, em 1831, por Camilo António de Sá Sottomayor, de proporções menos elegantes e rasgadas por quatro janelas"*¹⁰¹.

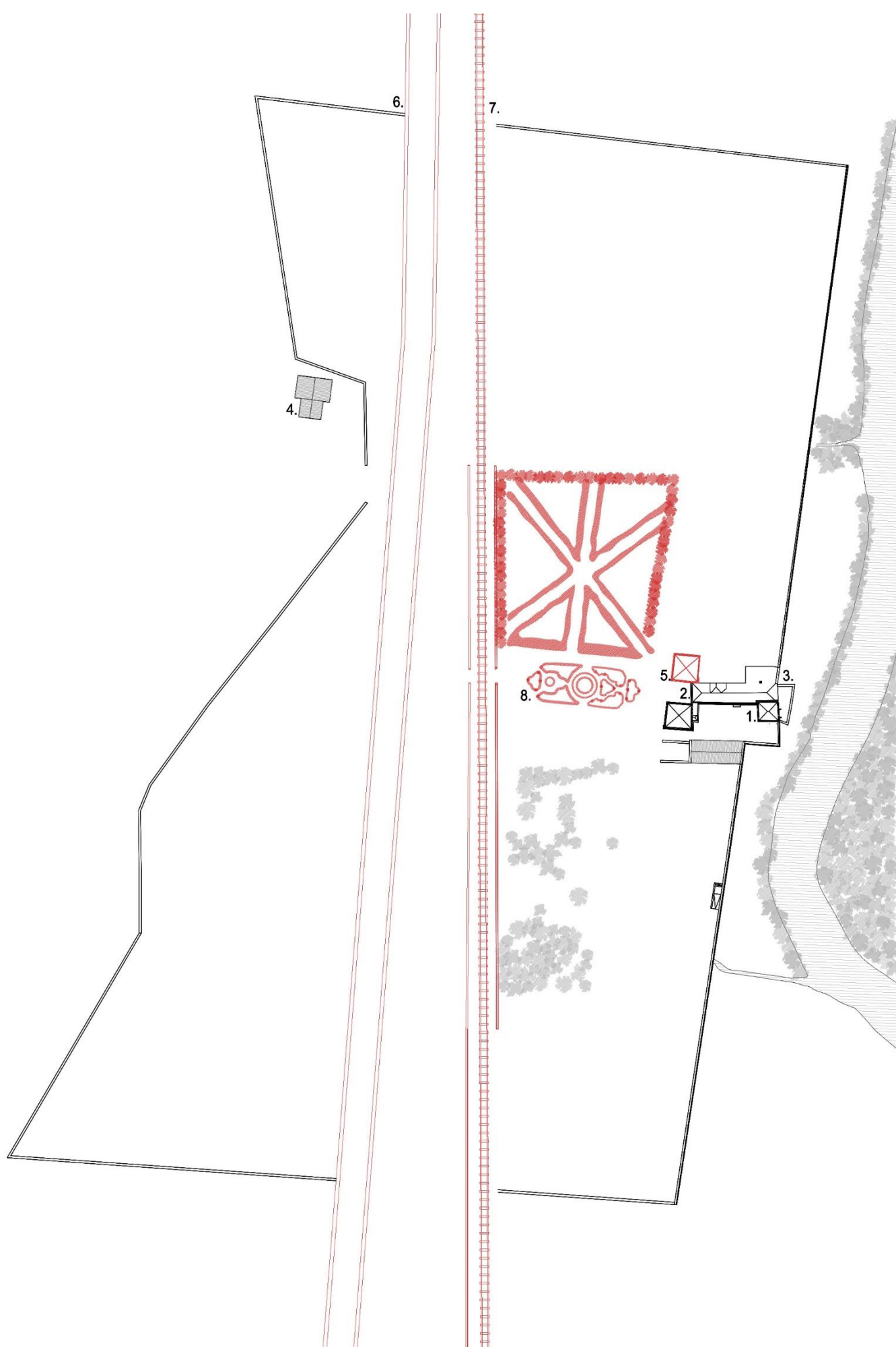
Constituída por dois pisos, crê-se que esta torre tenha funcionado como autónoma até à subfase seguinte, com acesso pelo exterior (piso 0) e ligação entre pisos através de uma escada de madeira, tal como era habitual. Descarta-se a possibilidade de existência de escadas em pedra devido à falta de vestígios da mesma no local. Esta fase foi de curta duração, tendo visto juntar-se aos volumes construídos posteriormente. Neste período não se pode afirmar qual tenha sido a sua função, no entanto pode apontar-se como sendo uma torre residencial.

Para uma melhor representação desta fase e de modo a tirar algumas ilações, recorre-se às fontes disponíveis, nomeadamente ao "Mappa da Quinta de Lanhellas", gravura do século XIX (fig. 98), anteriormente referido. Através do cruzamento deste com a análise dos restantes volumes, conclui-se que o mesmo foi desenhado entre 1831 (ano em que se deu a construção da terceira torre) e 1835, ano em que a linha do caminho-de-ferro passou por Lanhellas (devido à inexistência desta no desenho).

¹⁰¹ AZEVEDO, Carlos de - *Solares Portugueses: introdução ao estudo da casa nobre*. Lisboa, 1969, pág. 150



Fig. 98 – "Mappa da quinta da torre de Lanhellas" - gravura do séc. XIX, autor anónimo

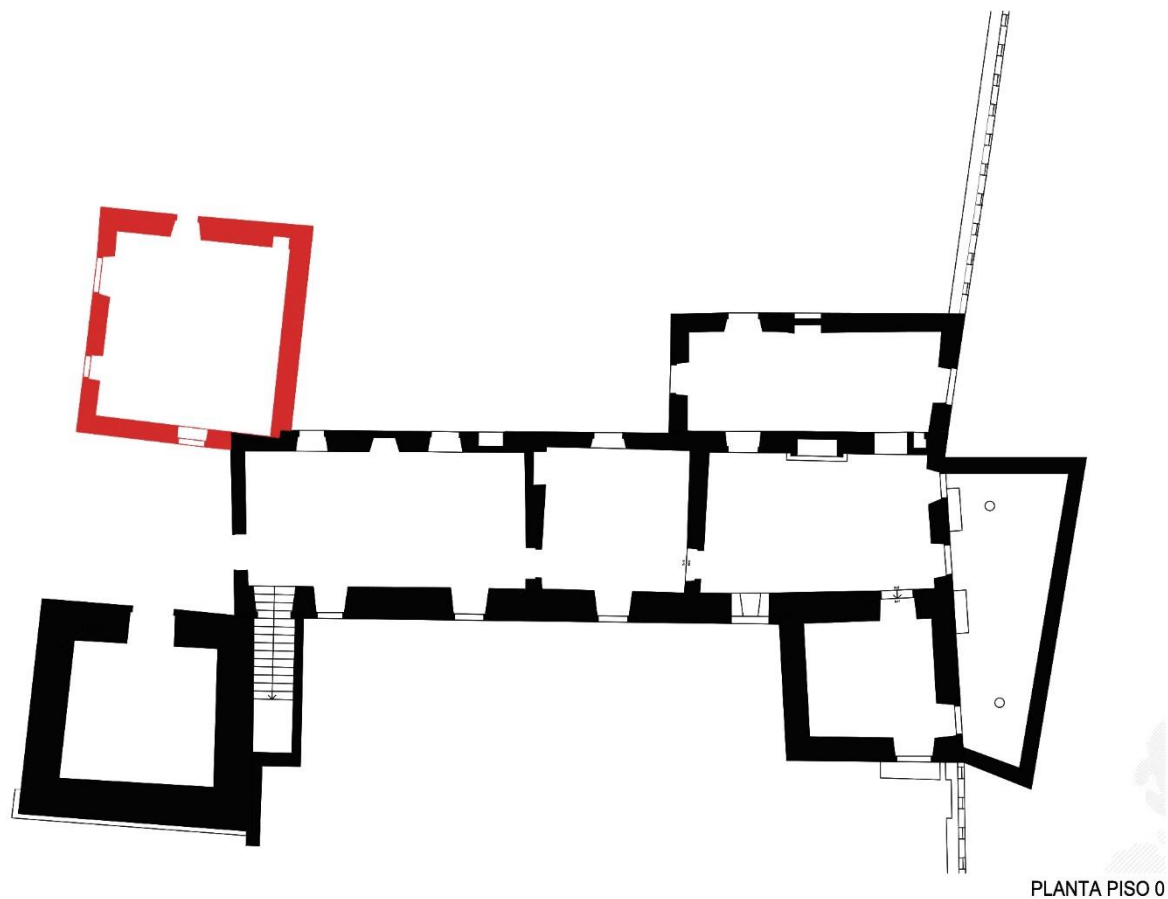


PLANTA DE COBERTURA

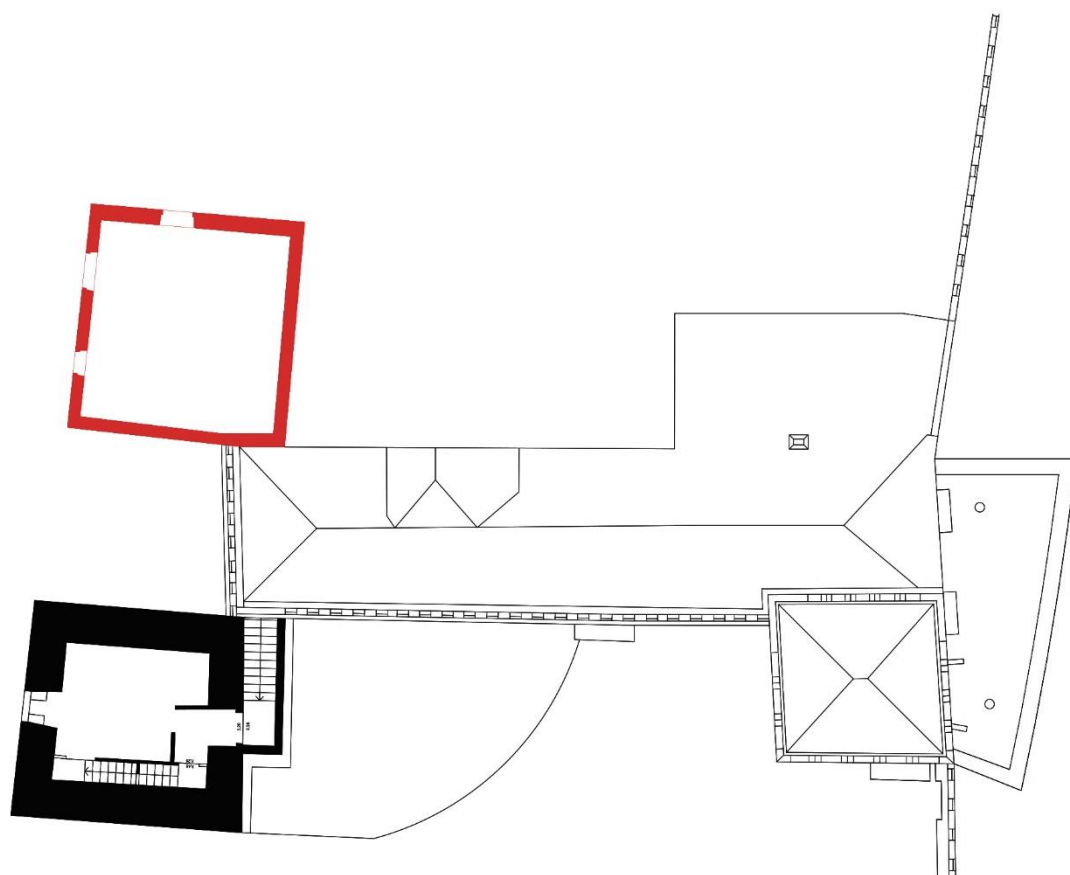
Fig. 99

"CASA DA TORRE DE LANHELAS" NQ CAMINHA
RECONSTITUIÇÃO FASE 4B ESCALA 1/1500

LEGENDA 1.TORRE 2.ALA RESIDENCIAL 3.MIRANTE
DE CANTARIA E MUROS ENVOLVENTES 4.CAPELA 5.TORRE
6.EN13 7.LINHA DE CAMINHO-DE-FERRO 8.JARDIM DE BUXO



PLANTA PISO 0



PLANTA PISO 1

Fig. 100

"CASA DA TORRE DE LANHELAS" NQ CAMINHA
RECONSTITUIÇÃO FASE 4B ESCALA 1/250

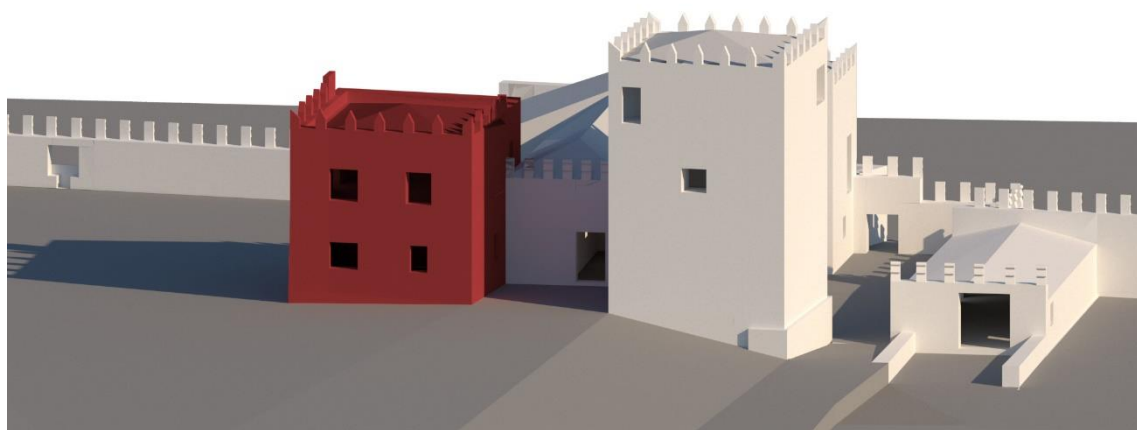
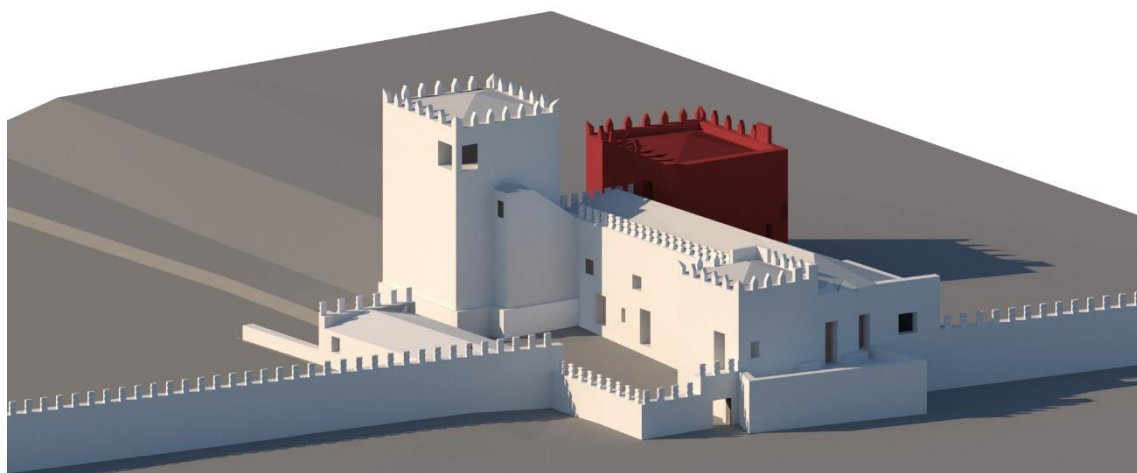


Fig. 101 – Modelo tridimensional fase 4B – Vista Norte

Fig. 102 – Modelo tridimensional fase 4B – Vista Nascente

Apesar da estagnação de Portugal ao nível dos transportes até ao século XVIII, este fica marcado pela introdução das infraestruturas de apoio a meios de transporte terrestres, mais precisamente da nova rede de estradas e da linha de caminho-de-ferro. Após a proposta para a introdução do caminho-de-ferro em Portugal e o início dos trabalhos de conceção em 1835, o reino começa a idealizar a melhoria nas estradas. Segundo se pode observar na *Carta Militar das Principais Estradas de Portugal de 1808*, nesta data Portugal já possuía caminhos que o atravessavam de Norte a Sul e de Este a Oeste, no entanto, apenas na década de 50 começaram os trabalhos para a sua construção, tendo passado pela quinta cerca de dez anos depois, em 1860. Por meio da carta de Miguel de Novais, de 1888, analisada anteriormente (ver *Da Quinta – infraestruturas de transportes terrestres e acessos*), sabe-se que já passariam pela quinta há alguns anos todos os meios de transporte, reforçando esta interpretação.

Aquando da passagem das vias de comunicação pela quinta, deu-se uma melhor delimitação da propriedade, bem como a plantação de jardins, parte essencial das casas senhoriais do século XIX. As hortas existentes até então dão lugar a grandes jardins, esteticamente bem cuidados, encarados como um prolongamento da casa para o exterior. Para além do cultivo de várias árvores de fruto, plantou-se também um jardim de buxo (fig. 103) em frente à porta de entrada, ainda existente.

Terminada esta fase de melhoria das vias de transporte terrestre, as casas alcançam o seu auge, entrando num período favorável ao aumento das suas condições e ampliação. Esta subfase (4C) consiste então no engrandecimento da casa através da edificação de novos volumes. Após a construção de um primeiro, entre os dois referidos nas fases anteriores (4A e 4B), procedeu-se à justaposição de um novo corpo junto ao rio, com acesso pelo interior e pelo exterior, através de uma escadaria de pedra e ao incremento de área à terceira torre, criando ligação com o restante conjunto. No entanto, dentro desta subfase, o volume que interliga o primeiro com a



Fig. 103 – Jardim de buxo situado a Nascente do conjunto

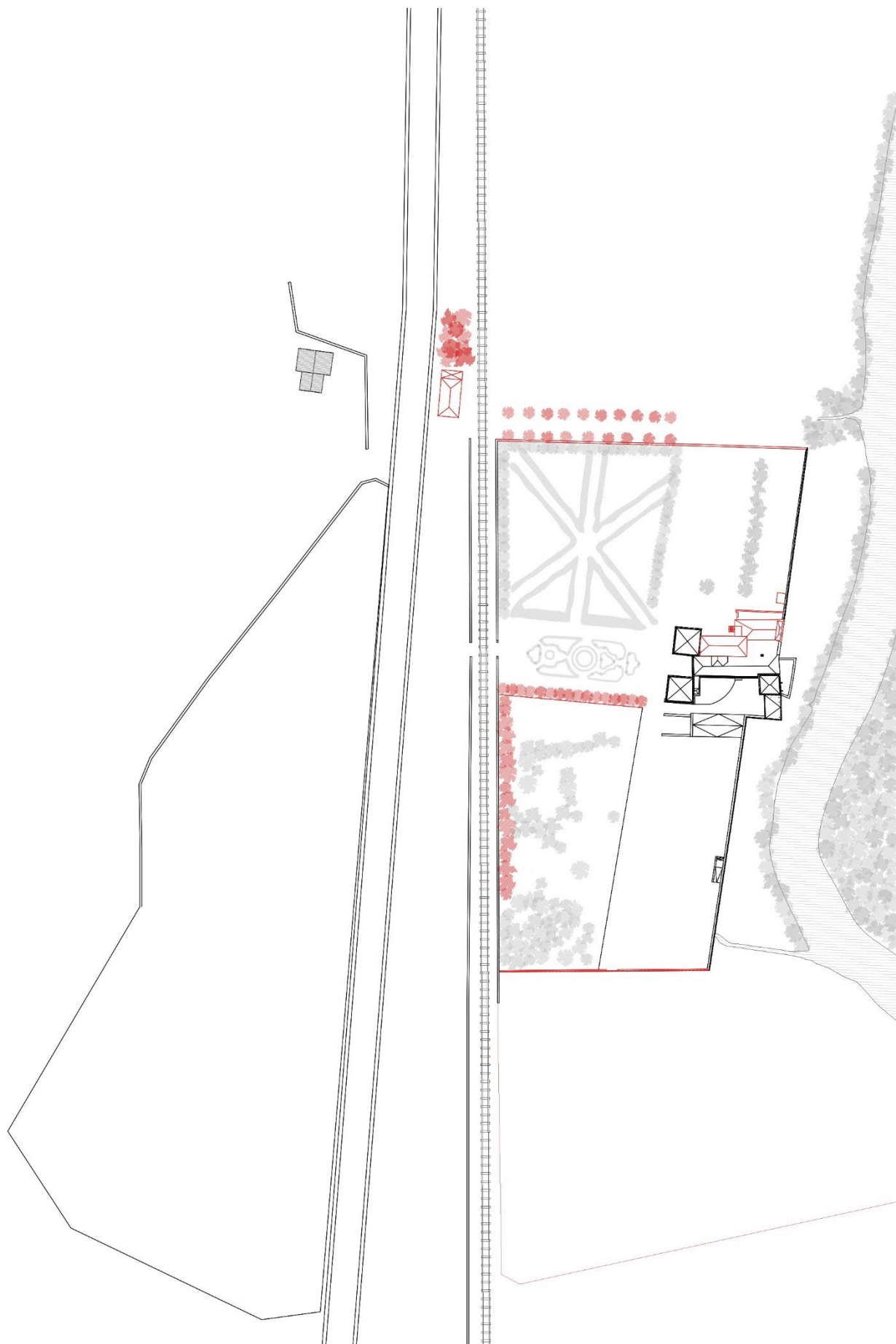


Fig. 104 – Plantações a Sudoeste

torre foi construído em duas partes, o que é visível pela diferença no aparelhamento da pedra.

Estes novos corpos albergariam cortes e uma adega no piso -1, a cozinha e *halls* de distribuição com presença de escadas de madeira no piso 0 e quartos no piso 1; aos criados eram destinados aqueles que possuíam menor pé-direito, reservando os espaços mais dignos para os senhores da casa. Estas especulações apenas são possíveis através do cruzamento da leitura de documentos com relatos verbais de quem presenciou o estado da casa no século XX, bem como os vestígios que ainda existiam. Através de um texto da época, publicado na *"Descrição da Villa de Caminha"*¹⁰², sabe-se que *"pela parte do norte dentro dos muros tem uma boa horta em que se cultivam por excellencia os melhores melões que há n'estas partes; o resto da quinta tem muita largura de terras em que se exercita a lavoura na cultura de grosso milho, feijões e excelente linho, cujas terras trazem os moradores arrendadas em 300\$000 rs"*, o que reforça a fertilidade dos terrenos onde a casa se encontra implantada e a capacidade de trabalho de quem a habitava.

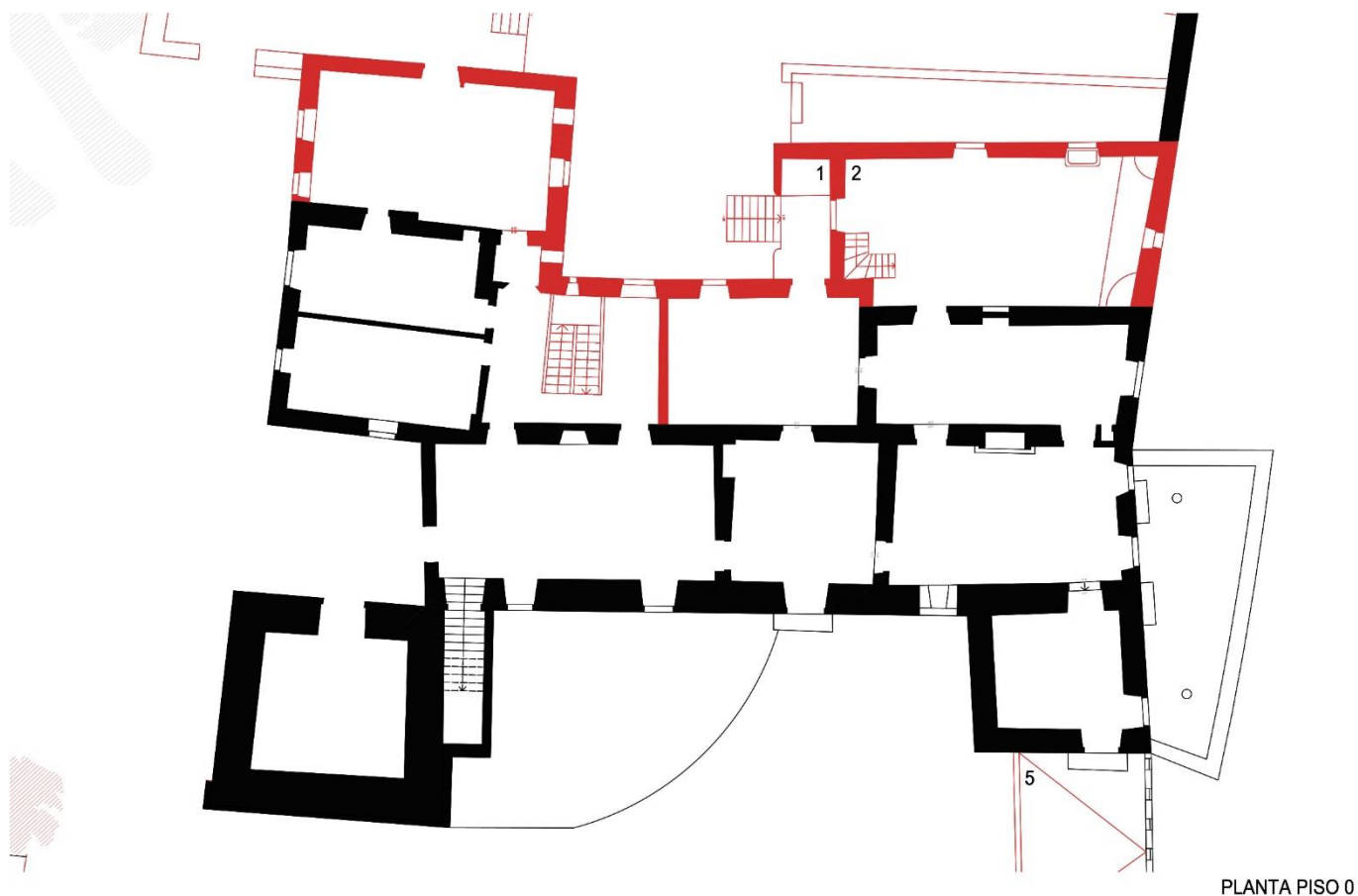
¹⁰² A *Descrição Da Villa De Caminha*, cap.II. Caminha, 1739, pág. 94



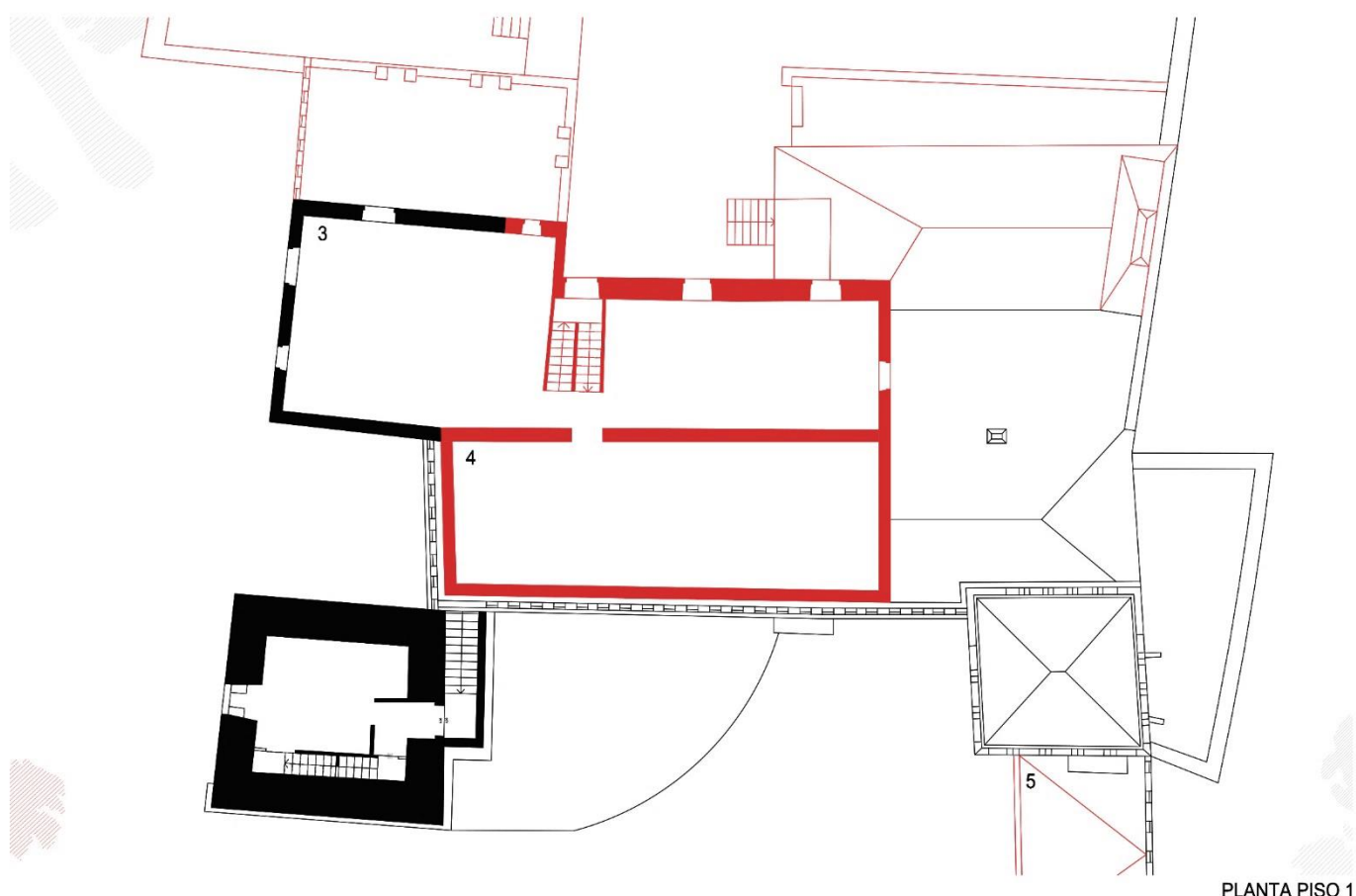
PLANTA DE COBERTURA

Fig. 105

"CASA DA TORRE DE LANHELAS" NQ CAMINHA
RECONSTITUIÇÃO FASE 4C ESCALA 1/1500



PLANTA PISO 0



PLANTA PISO 1

Fig. 106

"CASA DA TORRE DE LANHELAS" NQ CAMINHA
RECONSTITUIÇÃO FASE 4C ESCALA 1/250

LEGENDA
1.WC 2.COZINHA 3.QUARTOS DOS SENHORES
4.QUARTOS DOS CRIADOS 5.TELHEIRO



Fig. 107

"CASA DA TORRE DE LANHELAS" NQ CAMINHA
RECONSTITUIÇÃO FASE 4C ESCALA 1/250

LEGENDA

1.CORTE 2.CORTE 3.ADEGA 4.ANEXO

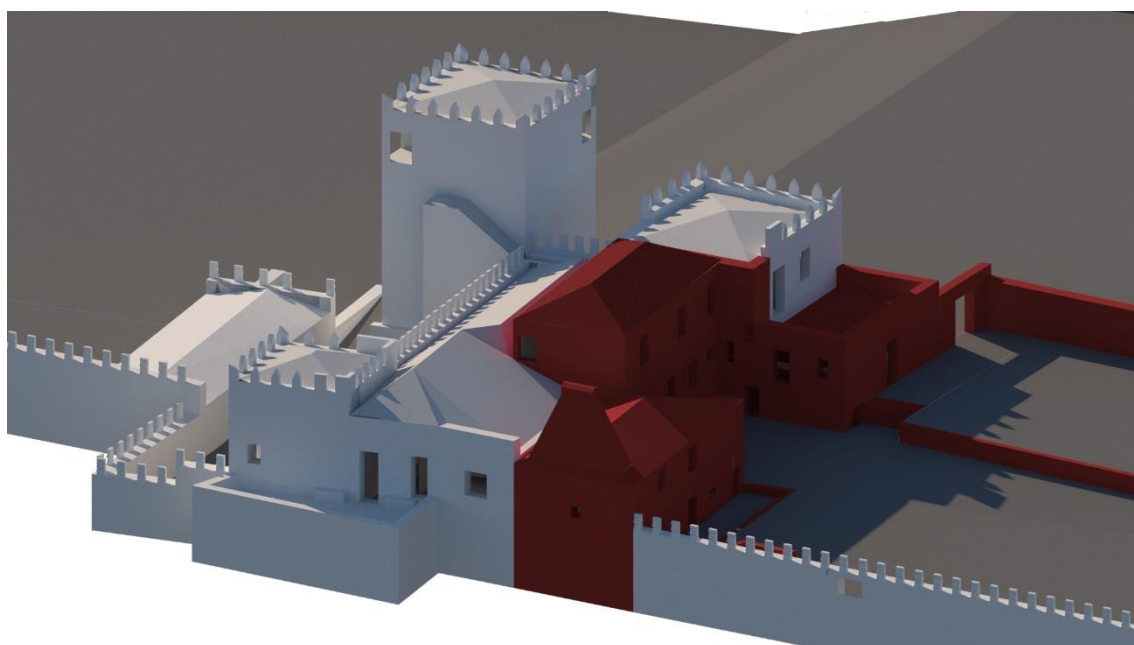
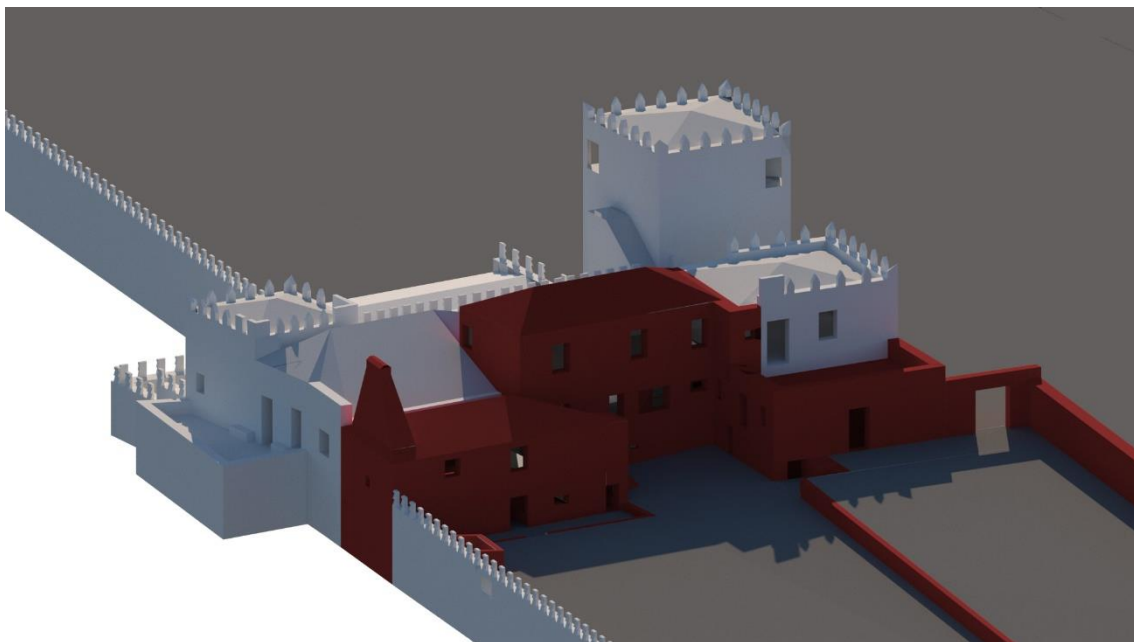


Fig. 108 – Modelo tridimensional fase 4C – Vista Poente
 Fig. 109 – Modelo tridimensional fase 4C – Vista Noroeste

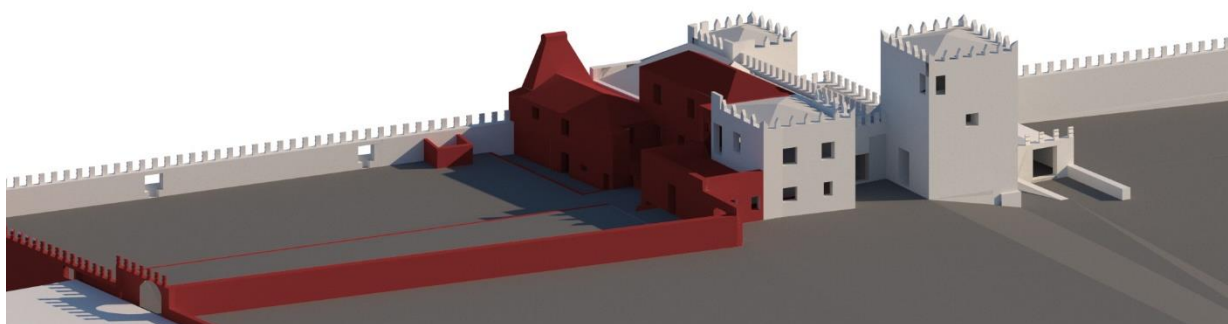


Fig. 110 – Modelo tridimensional fase 4C – Vista Sul



Fig. 111 – Adega (finais do séc. XX)

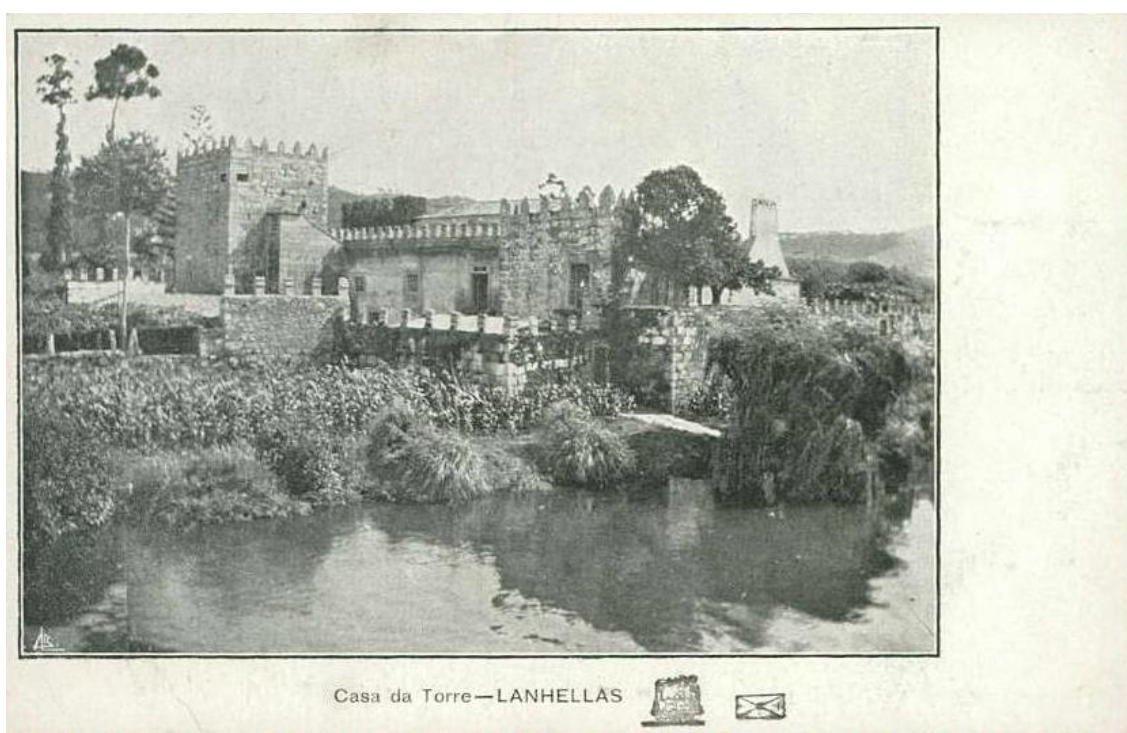


Fig. 112 – Representação da quinta através de postais dos séculos XIX/XX – Vista Norte
www.delcampe.net. Acesso a 6 de Maio de 2017

Tal como mencionado em “Preâmbulo e método de interpretação”, capítulo introdutório desta fase da tese, não se segue o mesmo modelo na fase 5, por se tratar de um conjunto de obras pontuais que não se enquadram em nenhum tipo de intervenção com repercussões em obras tipológicas semelhantes. Para proceder à análise desta fase recorre-se fundamentalmente ao estado atual do objeto de estudo e a fotografias do século XIX/XX, recurso essencial nestas fases mais recentes.

Após uma fase de abandono que durou até ao final do século XX, a “Casa da Torre de Lanhelas” foi comprada e sofreu várias intervenções por parte dos atuais donos, que permitiu a sua adaptação a habitação no século XXI.

Inicialmente procedeu-se à limpeza do espaço, alteraram-se alguns elementos de local, fizeram-se algumas demolições, mas na sua maioria tiveram lugar construções de raiz, mantendo sempre o caráter da casa. Estas transformações são visíveis através de marcas presentes em alguns locais e fotografias, no entanto os relatos verbais constituem também uma importante fonte.

O primeiro volume a ter lugar na quinta, que albergava o lagar e as cavalariças foi demolido, bem como o anexo que se encontrava adossado ao muro ameado a Norte, o volume do wc no alpendre a Poente, a escada de acesso da cozinha para a adega e o telheiro destinado ao armazenamento de palha junto às cavalariças (torre 2). Como construção de raiz teve lugar o pavilhão para eventos no local do antigo volume da fase 1, a piscina, o anexo junto à mesma e um telheiro. Procedeu-se também à ampliação do piso 1 e à construção de paredes divisórias em tijolo, ao encerramento das escadas interiores de acesso à torre principal e da janela nela existentes, à deslocação do arco de entrada a poente para o piso 1, à abertura e encerramento de vãos e à deslocação do portal de acesso da quinta que se situava entre o jardim de buxo e a linha de caminho-de-ferro para junto da EN13. O antigo portal de acesso à capela através da propriedade desmoronou-se durante as obras, tendo sido reconstruído, ficando a sua imagem ligeiramente diferente.

Por vontade dos atuais proprietários, os espaços exteriores sofreram alterações, nomeadamente as cotas do terreno. Procedeu-se também à terraplanagem do pátio Nascente, à construção de muros de suporte e lances de escadas como acesso entre plataformas, de um pátio de receção aos carros, da passagem por baixo da linha de comboio, à implantação do lago na entrada nascente, ao desenho do percurso desde a entrada até ao conjunto e à plantação de árvores a poente.



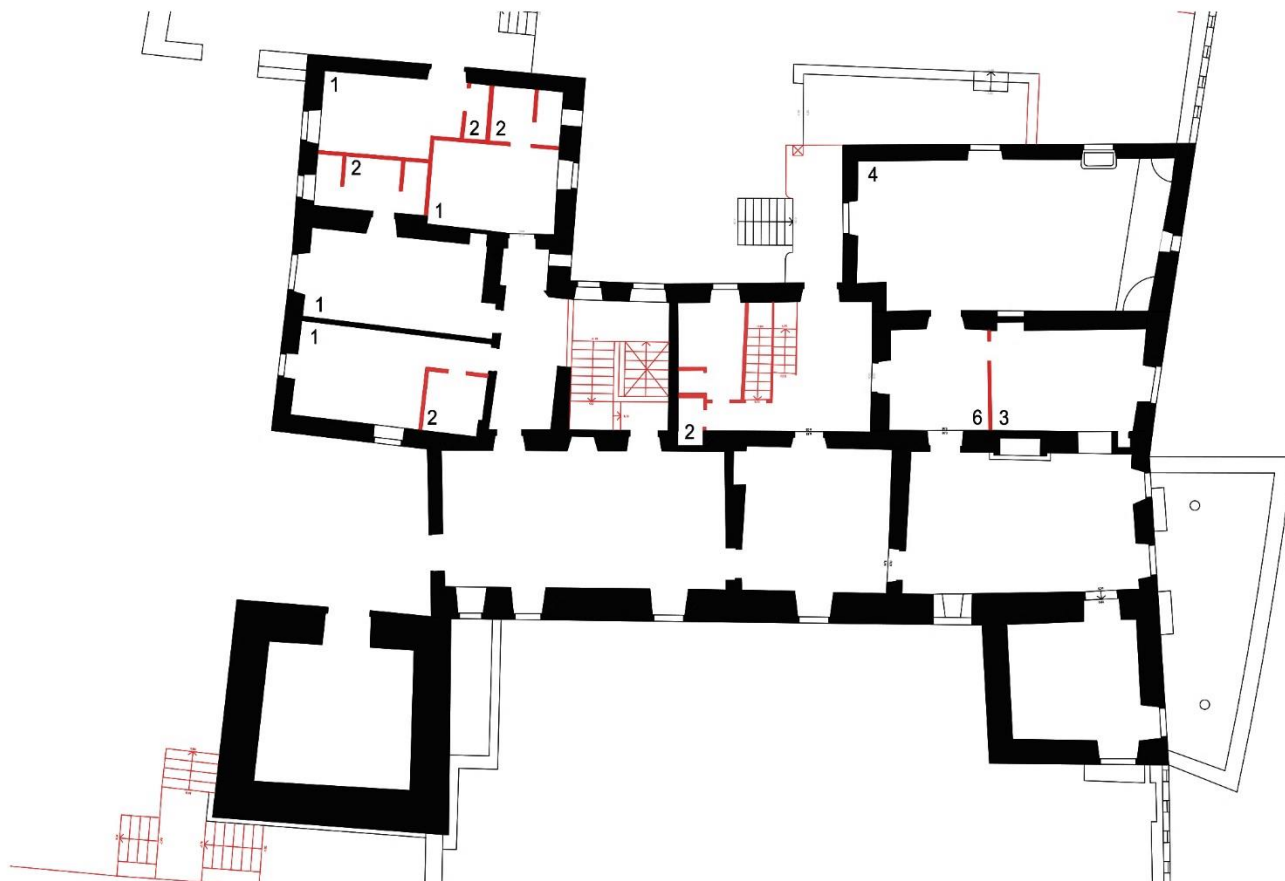
PLANTA DE COBERTURA

LEGENDA

1. ENTRADA 2. PASSAGEM INF. À LINHA DO COMBOIO 3. LAGO
4. PERCURSO DE CHEGADA À CASA 5. PÁTIO DE RECEÇÃO A VEÍCULOS 6. PAVILHÃO DESTINADO A EVENTOS 7. TERRAÇO
8. TELHEIRO 9. PISCINA 10. ACESSO À TORRE (EXTERIOR)

Fig. 113

"CASA DA TORRE DE LANHELAS" NQ CAMINHA
RECONSTITUIÇÃO FASE 5 ESCALA 1/1500



PLANTA PISO 0



PLANTA PISO -1

Fig. 114

"CASA DA TORRE DE LANHELAS" NQ CAMINHA
RECONSTITUIÇÃO FASE 5 ESCALA 1/250

LEGENDA
1.QUARTO 2.WC 3.COZINHA 4.SALA DE JANTAR
5.SALA DE ESTAR 6.HALL DE DISTRIBUIÇÃO

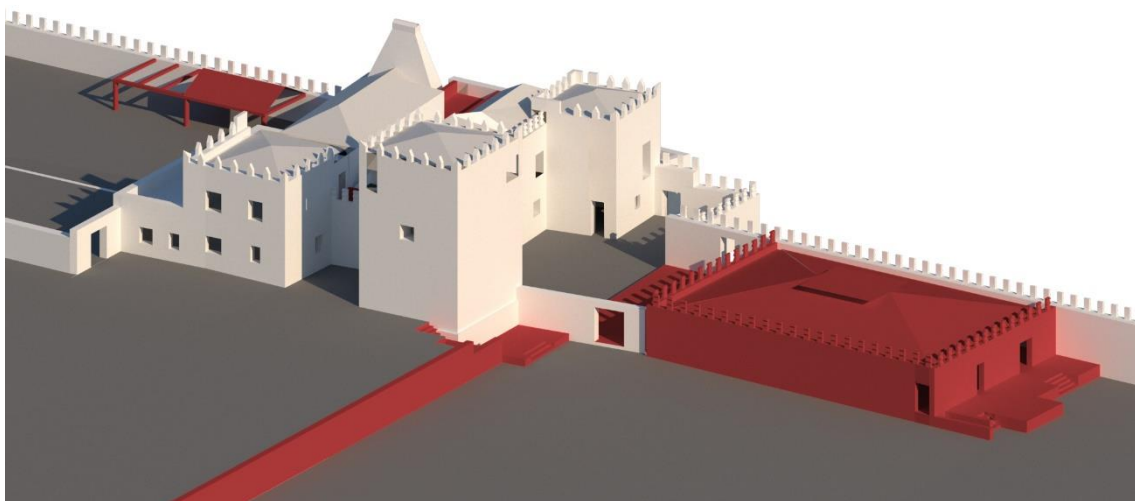
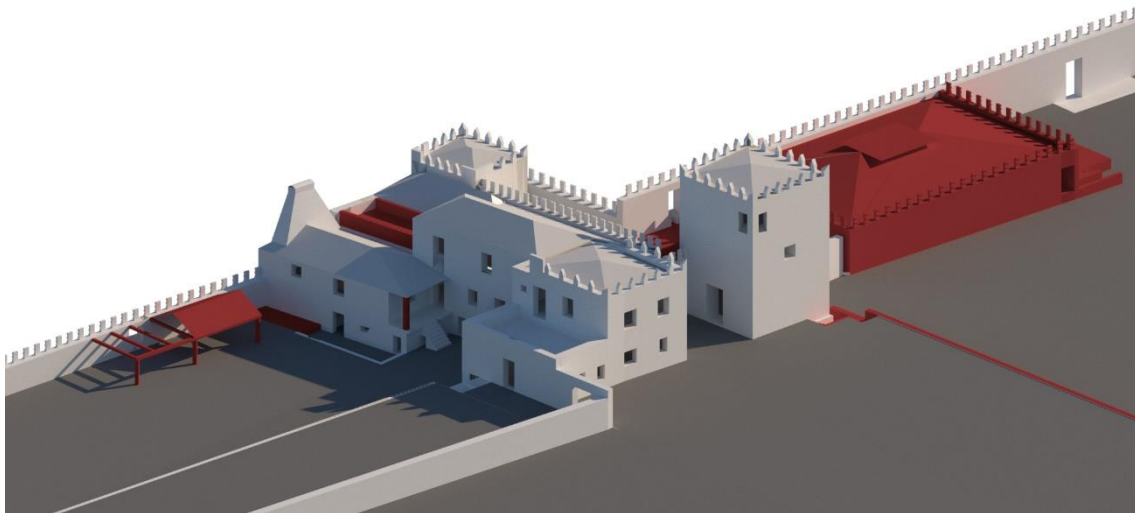


Fig. 115 – Modelo tridimensional fase 5 – Vista Sul

Fig. 116 – Modelo tridimensional fase 5 – Vista Nascente

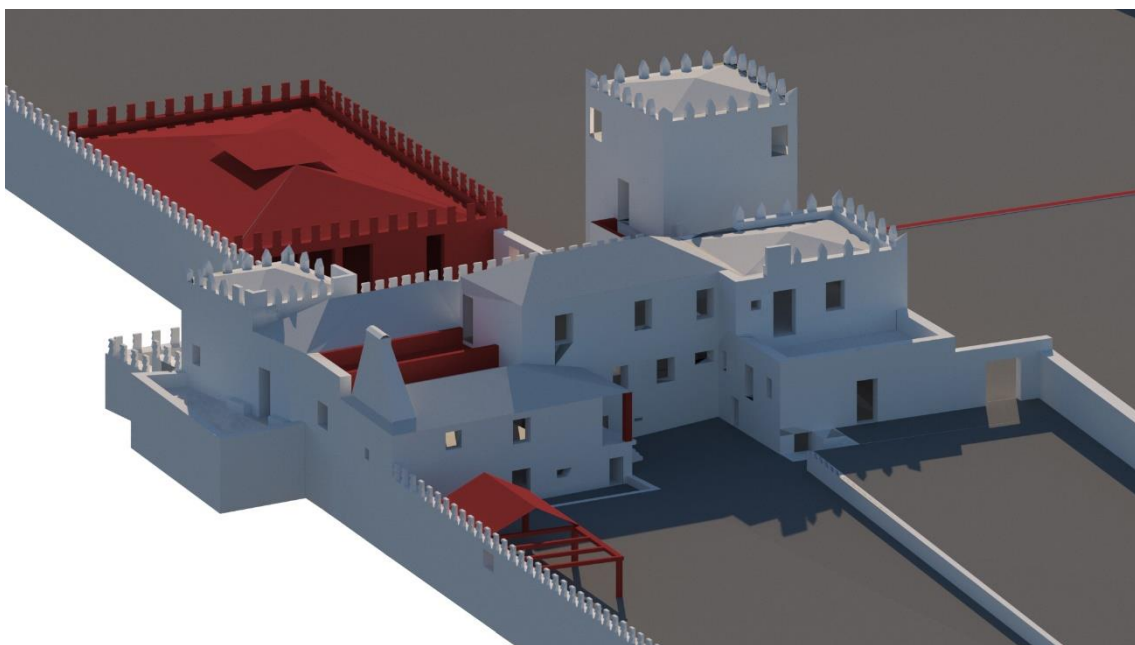
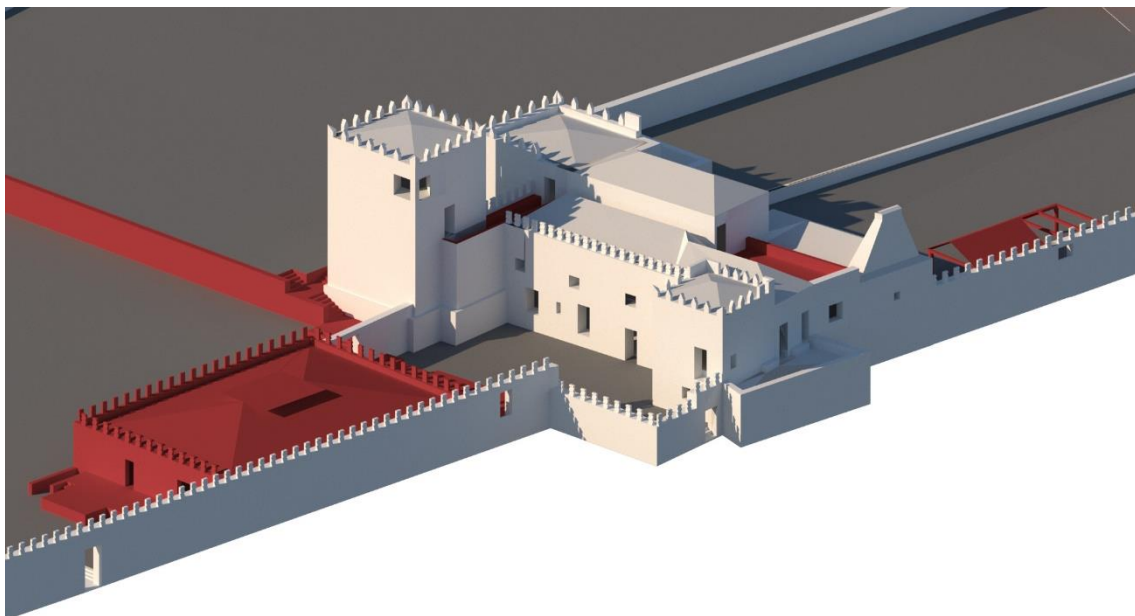


Fig. 117 – Modelo tridimensional fase 5 – Vista Norte

Fig. 118 – Modelo tridimensional fase 5 – Vista Poente

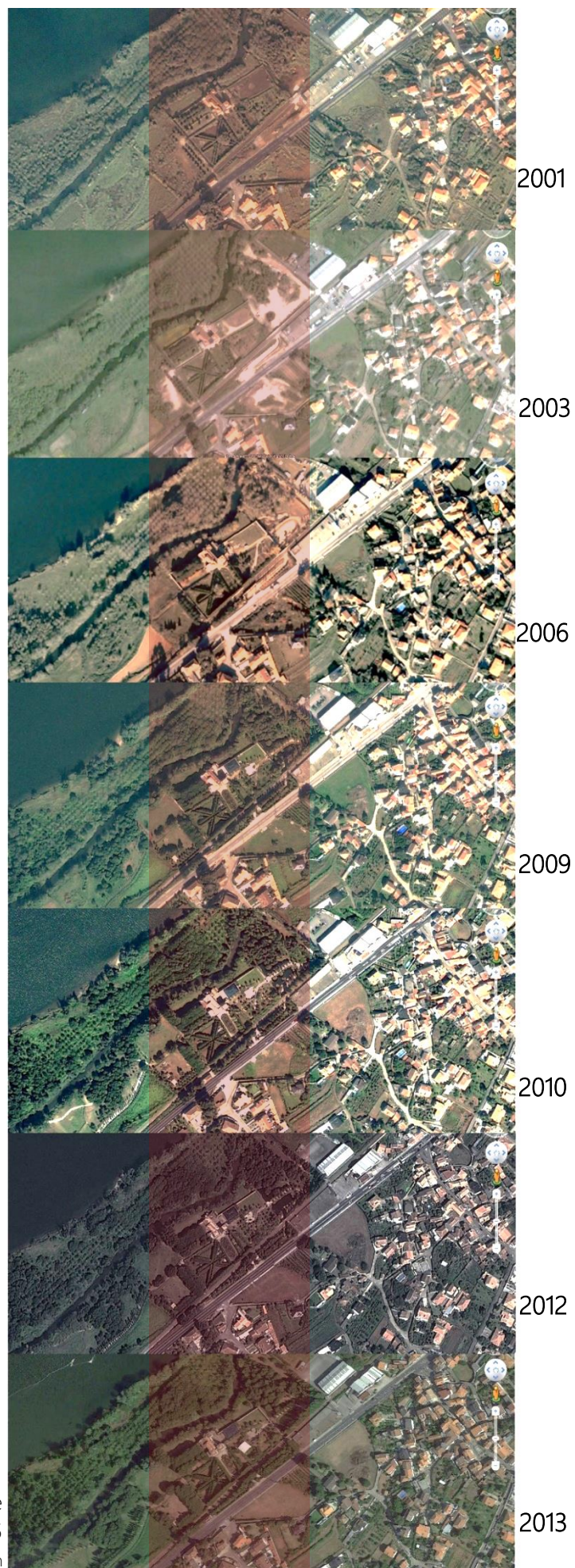
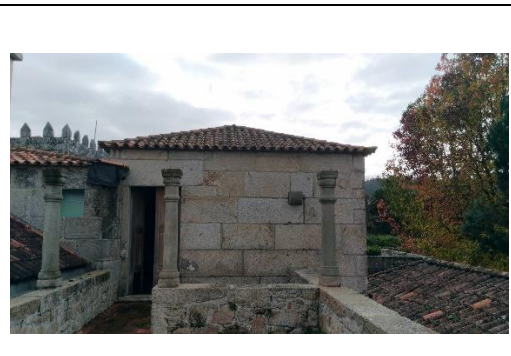
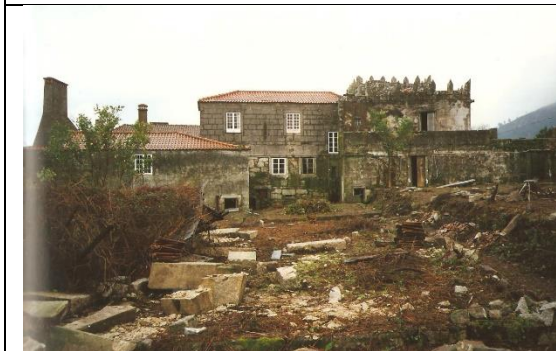


Fig. 119 – Evolução da propriedade e transformações realizadas na fase 5 (2001-2013) – imagens GoogleEarth

ANTES (1996?)	DEPOIS (2017)
	
 	 
	



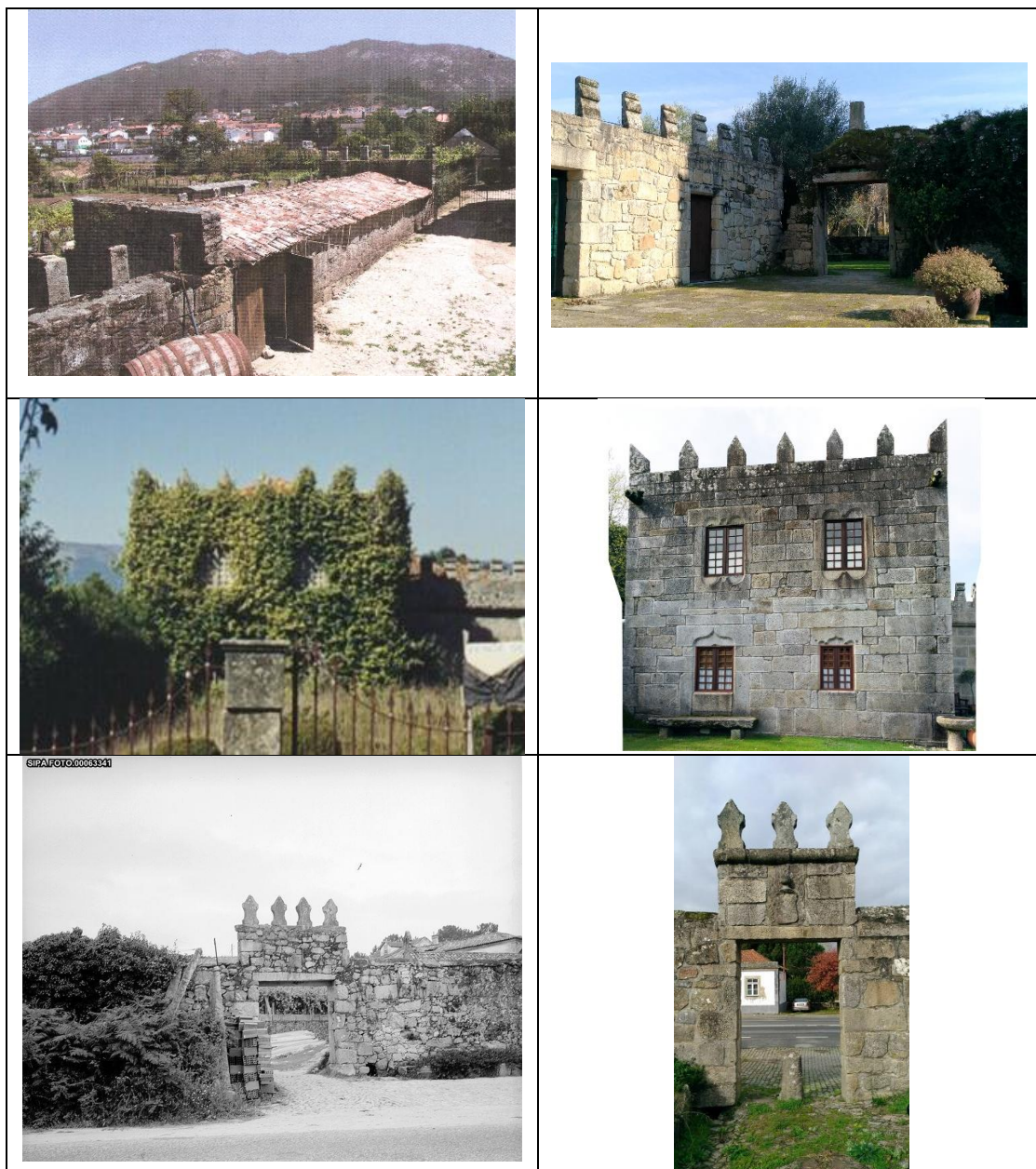


Fig. 120 – Tabela com imagens antes e após as transformações da fase 5



ANTES



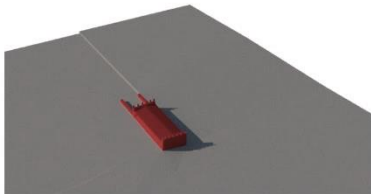
DEPOIS

Fig. 121 – Mudanças no alçado – antes e após a fase 5

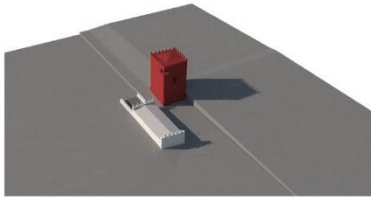
SÍNTESE CRONOLÓGICA

Finalizada a reconstituição das fases pode constatar-se que do século XV poucos elementos chegaram até aos dias de hoje, sendo o alçado Sul o único a permanecer. A segunda fase revelou-se essencial para estabelecer a imagem da casa como “casa-torre”, sendo que se ergueu, nesta época, a torre principal, que atualmente se mantém com pouca intervenção, tornando possível admirar a sua autenticidade e genuinidade. Do terceiro período de obras mantêm-se todos os volumes construídos, correspondentes à segunda metade do século XVI, responsáveis pela passagem de ‘casa-torre’ a solar e pelo enriquecimento do seu interior. A maior alteração do conjunto edificado foi introduzida pela quarta campanha de obras, sendo esta também responsável por um maior número de elementos construídos remanescentes até à atualidade. A quinta e última fase diz respeito às transformações efetuadas na quinta desde a compra da propriedade por parte dos atuais proprietários.

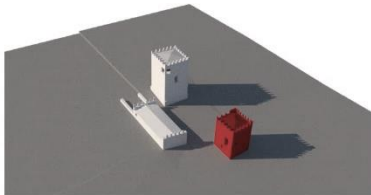
A conclusão do estudo de cada fase individualmente resulta na compilação das mesmas numa única imagem, capaz de sintetizar todos os estratos existentes, ferramenta útil em futuras intervenções.



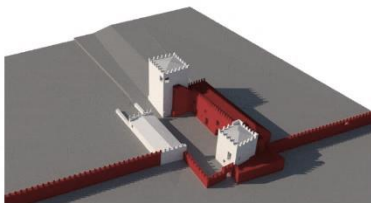
FASE 1



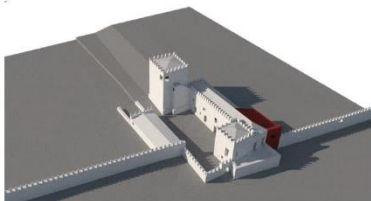
FASE 2



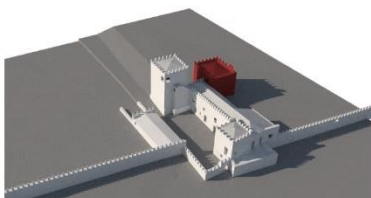
FASE 3A



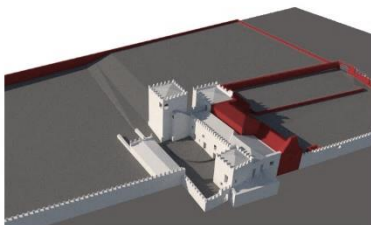
3B



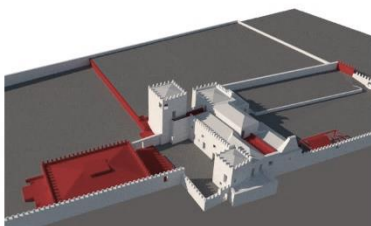
FASE 4A



4B



4C



FASE 5



PLANTA DE COBERTURA

Fig. 122

"CASA DA TORRE DE LANHELAS" NQ CAMINHA

SÍNTESE ESTRATIGRÁFICA ESCALA 1/1500

LEGENDA

FASE 4

FASE 5



LEGENDA

FASE 1	FASE 2	FASE 3	FASE 4	FASE 5
--------	--------	--------	--------	--------



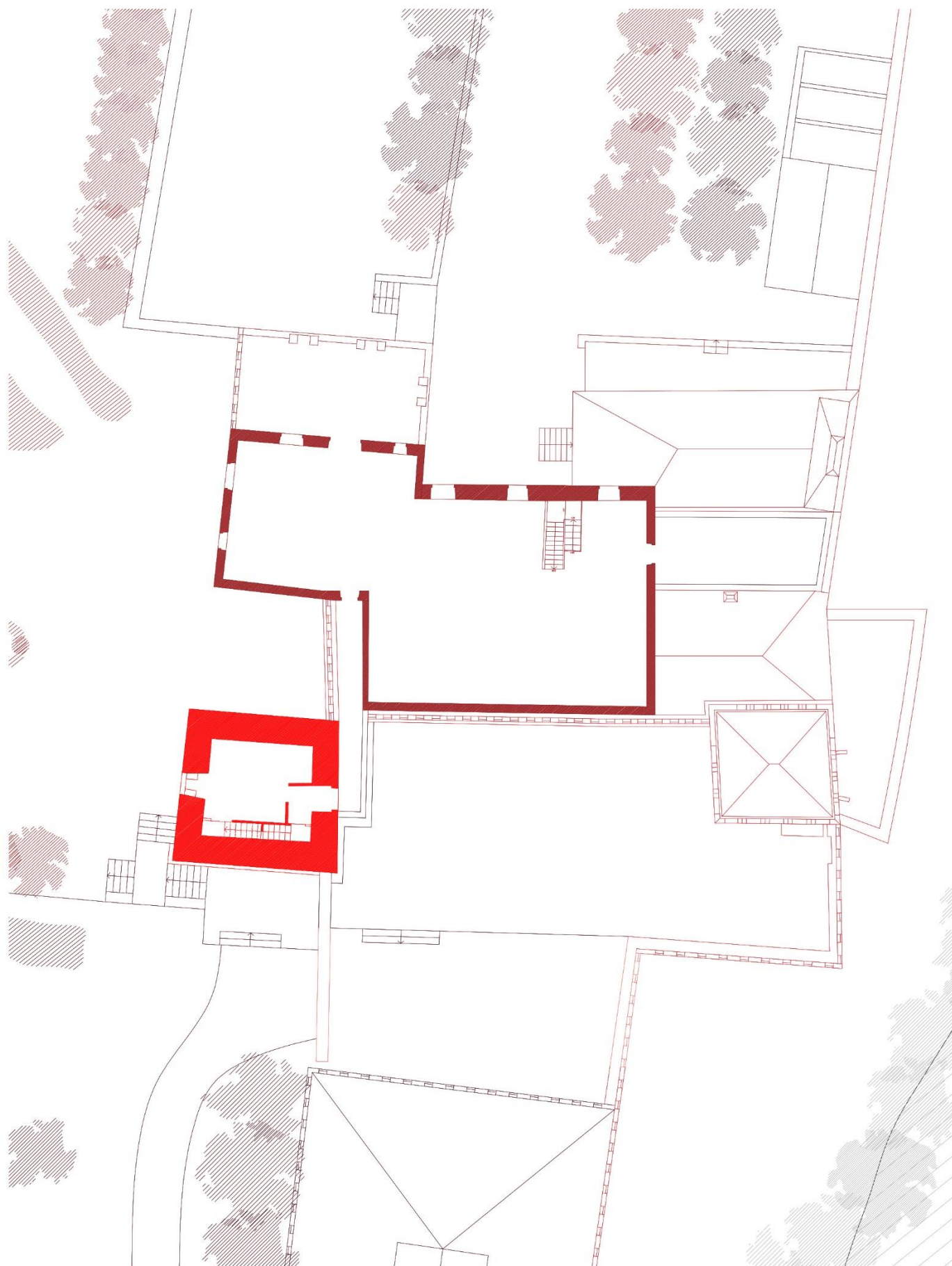
PLANTA PISO 0

Fig. 124

"CASA DA TORRE DE LANHELAS" NQ CAMINHA
SÍNTESE ESTRATIGRÁFICA ESCALA 1/250

LEGENDA

FASE 1	FASE 2	FASE 3	FASE 4	FASE 5
--------	--------	--------	--------	--------



PLANTA PISO 1

Fig. 125

"CASA DA TORRE DE LANHELAS" NQ CAMINHA
SÍNTESE ESTRATIGRÁFICA ESCALA 1/250

LEGENDA

FASE 1	FASE 2	FASE 3	FASE 4	FASE 5
--------	--------	--------	--------	--------



LEGENDA

FASE 1

FASE 2

FASE 3

FASE 4

FASE 5

Fig. 126 – Identificação dos elementos da casa por fases

Tabeladeconteúdos3DA3aobaixo – FINALÍSSIMA pdf

FIG. 127

ANÁLISEESTRATIGRÁFICAtudojuntoRR_PDF - FINALÍSSIMA

FIG. 128

5 | COMPREENSÃO DO VALOR PATRIMONIAL DO EDIFICADO

Este capítulo tem como principal objetivo compreender qual a identidade patrimonial da “Casa da Torre de Lanhelas”, sendo para isso necessário proceder ao entendimento do conceito de património para posteriormente entender em que categoria se insere o caso de estudo e identificar quais os elementos de maior valor.

O conceito de património é abordado desde o século XIX - tendo evoluído significativamente durante o século XX - e apenas ganha sentido quando contextualizado e relacionado no tempo e no espaço. Este é definido, por várias fontes e organizações como sendo o testemunho transversal a gerações, *“que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às futuras gerações”*¹⁰³, um *“(...) bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes (...)”*¹⁰⁴.

A noção de património abrange também várias vertentes: arquitetónica, cultural, artística, arqueológica, histórica, paisagística, paleontológica, etnográfica, entre outras, interligando-se em alguns casos entre si. *“Integram o património cultural imóvel os bens imóveis que assumem relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura. São bens que constituem testemunhos com valor de civilização ou de cultura. O interesse cultural relevante (...) destes bens reflete valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade.”*¹⁰⁵

De modo a garantir a salvaguarda do património e responder aos desafios que dela advêm, convencionaram-se regras. As primeiras normas internacionais relativas à defesa do património surgiram em 1918, após o fim da I Guerra Mundial. Para dar continuidade a estas procedeu-se à eleição de órgãos regentes responsáveis pela

¹⁰³ UNESCO - <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/cultura/world-heritage/heritage-legacy-from-past-to-the-future>. Acesso a 2 de Outubro de 2017

¹⁰⁴ CHOAY, Françoise – *A alegoria do Património*. Lisboa, 1999, pág.11

¹⁰⁵ DGPC - <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/>. Acesso a 2 de Outubro de 2017

criação e cumprimento de regras relativas à intervenção, preservação e restauro dos edifícios.

Em 1931 foi redigida a Carta de Atenas, considerada o primeiro documento normativo internacional, que continha as conclusões da Conferência Internacional de Atenas sobre o Restauro dos Monumentos. Esta recomendava o respeito pela obra preservando o estilo artístico e defendia que se mantivesse o uso e ocupação dos edifícios, de modo a assegurar a sua manutenção, e o restauro como consequência à destruição ou degradação.¹⁰⁶

Após a I Guerra Mundial (1914-18) foi criada a Sociedade das Nações (1919), que começou a sua atividade em 1920, tendo vindo a deixar de exercer as suas funções alguns anos mais tarde. A última reunião teve lugar em 1946. Ainda antes de perder as suas funções em definitivo, foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU), uma das principais entidades no contacto com questões relativas ao património - fundada em 1945, após a II Guerra Mundial -, criou um ano mais tarde a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), com o principal objetivo de veicular e regular as normas internacionais. A par desta, também outras organizações foram sendo criadas, tendo como foco a salvaguarda do património. Em 1949 o Conselho da Europa foi criado por dez países; Portugal aderiu apenas em 1976.

Em 1965, um ano após a criação da Carta de Veneza (Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios), surge o Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios, vulgarmente conhecido por ICOMOS. Sete anos mais tarde, consequentemente à Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, organizada pela UNESCO, instituem-se novos critérios centrados na proteção do património e estabelecem-se os deveres de cada estado-membro. Portugal tornou-se membro em 1979. Ainda no século XX, mais precisamente em

¹⁰⁶ Carta de Atenas (1931) - Conclusões da Conferência Internacional de Atenas sobre o Restauro dos Monumentos (Princípios Gerais) - <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeAtenas.pdf>. Acesso a 12 de Outubro de 2017

1975, surge a Declaração de Amsterdão e a Carta Europeia do Património Arquitetónico. Em 2000, destaca-se a Carta de Cracóvia, vista como uma atualização e melhoria da Carta de Veneza, que incidia nos Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído.

Em Portugal, o órgão máximo responsável pela gestão do património cultural é a Direção Geral do Património Cultural (DGPC), com sede no Palácio Nacional da Ajuda. Funciona associada às Direções Regionais Culturais para uma otimização do trabalho. Esta é responsável pelo *"estudo, investigação e divulgação do Património imóvel, móvel e imaterial, pela gestão do património edificado arquitetónico e arqueológico no território e nas cidades, pela realização de obras de conservação nos grandes monumentos e pela gestão dos Museus Nacionais e dos monumentos classificados como Património Mundial."*¹⁰⁷ Dependendo do valor que lhes é inerente, as construções podem integrar-se numa de três classificações possíveis, sendo estas: Imóvel de Interesse Municipal, Imóvel de Interesse Público ou Monumento Nacional.

A "Casa da Torre de Lanhelas" está atualmente classificada como IIP - Imóvel de Interesse Público. *"Um bem considera-se de interesse público quando a respetiva proteção e valorização represente ainda um valor cultural de importância nacional, mas para o qual o regime de proteção inerente à classificação como de interesse nacional se mostre desproporcionado."*¹⁰⁸

A classificação teve lugar em 1993, através do decreto nº 45/93 de 30 de Novembro, apresentado em Diário da República. *"Sendo a projecção e valorização do património histórico e cultural nacional um dos objectivos inseridos no Programa do Governo e nas Grandes Opções do Plano para 1993, nomeadamente pelo recurso à classificação patrimonial, o presente diploma visa classificar diversos imóveis arqueológicos ou de relevante valor arquitectónico como monumentos nacionais,*

¹⁰⁷ DGPC - <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/quem-somos/>. Acesso a 2 de Outubro de 2017

¹⁰⁸ DGPC - <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/classificacao-de-bens-imoveis-e-fixacao-de-zep/>. Acesso a 2 de Outubro de 2017

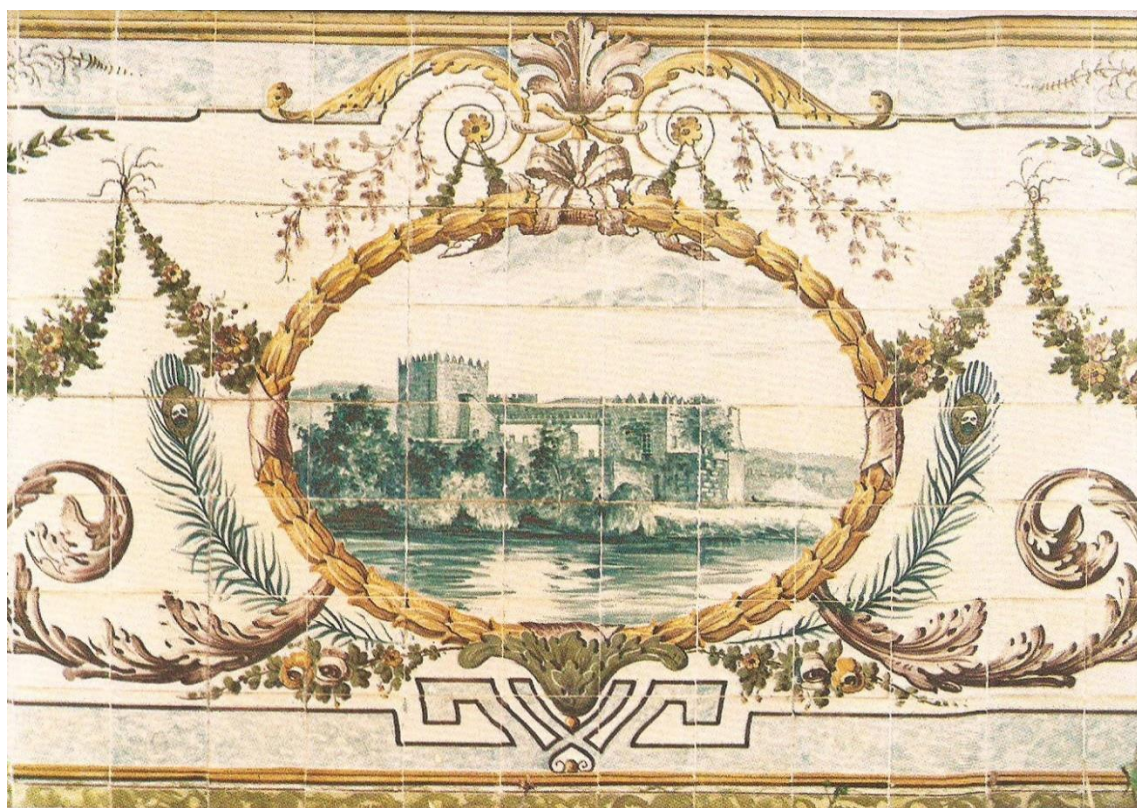


Fig. 129 – “Casa da Torre de Lanhelas” (reprodução dos azulejos da Estação do Caminho de Ferro de Caminha)

imóveis de interesse público e valores concelhios, contribuindo assim para a melhor preservação, valorização e divulgação do seu valor cultural, histórico e científico."¹⁰⁹

A "Casa da Torre de Lanhelas" é o testemunho capaz de contar a sua própria história através das marcas que nela permanecem, resultantes da relação entre as pessoas que contactaram com ela e seu lugar. Deste modo, e por ser parte de um conjunto de monumentos protegidos pelo seu interesse histórico e artístico, pretende-se apresentar de seguida uma análise dos seus elementos mais relevantes.

A avaliação do interesse dos elementos e o reconhecimento dos que resistiram à passagem do tempo é um processo necessário, de modo a estabelecer o que apresenta mais valor e merece mais respeito. Numa perspetiva de intervenção e de descoberta do valor intrínseco à casa - como detentora de traços e qualidades que lhe merecem a classificação como Imóvel de Interesse Público e que a enquadram num legado de valor a preservar - é imperativo saber o que é importante refazer e o que não apresenta qualquer interesse do ponto de vista histórico, garantindo assim a preservação do objeto de estudo através da passagem dos anos, dos seus ambientes e constituintes e o respeito pelo valor dos mesmos.

A "Casa da Torre de Lanhelas" revela-se um importante marco do local onde se insere, pelas funções defensivas, residenciais e religiosas que desempenhou e que lhe inculcaram interesse cultural, histórico e social. As marcas presentes atualmente são provas físicas dos estratos acumulados ao longo dos sete séculos de existência, fruto da vontade dos proprietários e das épocas pelas quais foi passando. Todas alterações que sofreu transformaram-no em edifício *palimpsesto*.

As várias correntes artísticas presentes no conjunto edificado traduzem a estratificação e a sucessiva ampliação do mesmo ao longo dos séculos. Os que têm

¹⁰⁹ Decreto n.º 45/93, DR, I Série-B, n.º 280, de 30-11-1993 <https://dre.pt/application/dir/pdf1s/1993/11/280B00/66986702.pdf>

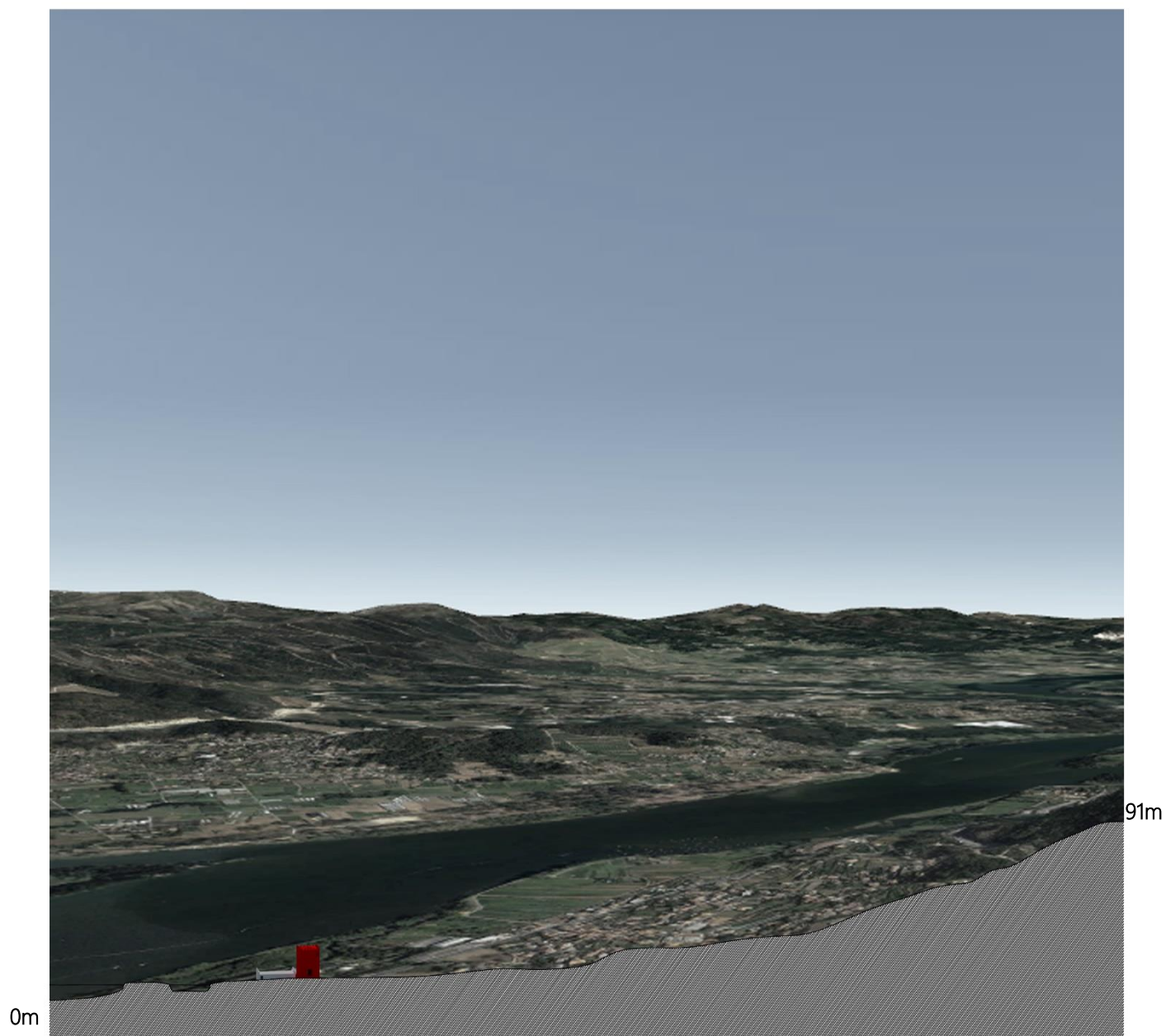
mais presença e se encontram mais demarcados no caso de estudo são: o momento medieval (fase 2), o manuelino (fase 3) e o historicista (fase 4).

Numa fase inicial - séc. XV - foi construído um volume de apoio à atividade agrícola, numa posição central da propriedade, cujos terrenos férteis eram a sua mais-valia. Na primeira metade do século seguinte tem lugar a construção de uma torre medieval com carácter militar - defensivo e estratégico -, essencial devido à sua localização fronteiriça e à possibilidade de ataques provenientes da outra margem do rio. Apesar de possuir um carácter defensivo, a torre teria funções residenciais, sendo denominada de "domus-fortis" (residência senhorial fortificada) ou "casa-torre", como é vulgarmente conhecida. A mesma ainda persiste com as características de outrora, sem adaptações ou introdução de um novo programa, o que faz dela um exemplo autêntico na perpetuação da sua história ao longo das várias épocas e lhe adjudicam grande valor patrimonial. Esta fase revelou-se crucial para estabelecer a imagem da casa como a conhecemos atualmente - "casa-torre". Sendo este um dos estágios mais importantes para a história do edifício, merece uma explicação mais detalhada.

A génese da residência senhorial fortificada remonta ao século XI, época em que parte da nobreza vivia em torres de menagem, podendo ser também detentoras de um solar.¹¹⁰ Durante a primeira metade do século XIII as famílias nobres abandonaram os castelos e começaram a habitar as "domus-fortis". Deu-se então a passagem de uma estrutura maioritariamente de componente militar, a uma cota elevada, por norma de difícil acesso e afastada da população, para edifícios em que a componente civil se sobrepunha à militar e se implantavam a uma cota mais baixa, junto das populações e próximos de cursos de água.

Já na segunda metade do século XII, e em particular no século XIII, ocorreram algumas alterações no ambiente senhorial, sendo a mais marcante a criação e disseminação da "domus-fortis". Com a disseminação desta nova tipologia por toda

¹¹⁰ BARROCA, Mário Jorge - *"EM TORNO DA RESIDÊNCIA SENHORIAL FORTIFICADA, Quatro Torres Medievais na região de Amares"*, 1989, pág. 12



"CASA DA TORRE DE LANHELAS"

CAMINHA

IMPLANTAÇÃO DA TORRE PRINCIPAL

ESCALA 1/2500

Fig. 130 – Implantação da torre principal – perfil com modelo tridimensional e vista por satélite (GoogleEarth)

a Europa ocidental, fez-se a passagem das anteriores residências nobres, de construção perecível e efémera, para casas fortificadas construídas em pedra, em que a perenidade passou a ser uma preocupação, assemelhando-se ao método de construção dos castelos e suas torres de menagem.

No século XIV, mais precisamente em 1314, D. Sancho I proibiu, “sob pena de morte, a construção de torres fortificadas”¹¹¹, havendo algumas exceções desde que autorizadas pelo soberano.

No mapa do Norte de Portugal e Galiza apresentado encontram-se representados alguns dos exemplares mais emblemáticos, coevos e com características semelhantes ao objeto em estudo. A opção pela representação destas duas regiões ficou a dever-se à implantação da “Casa da Torre de Lanhelas” na zona fronteira e às semelhanças tipológicas, morfológicas, topográficas e do tipo de povoamento.

Esta tipologia teve grande incidência por toda a Europa ocidental. Portugal e Espanha viram vários exemplares construídos para defesa das terras durante o período de “Reconquista Ibérica”. Porém, através da análise do mapa (fig. 131), conclui-se que na Galiza há um número menor de “domus-fortis” relativamente ao mapa do Norte de Portugal. Salvaguarda-se que, apesar de não se encontrarem representados devido ao seu grande número e ao facto de pertencerem a outra tipologia, tanto em Portugal como em Espanha se deu a transição de castelos e em particular torres de menagem, para casas-torre ou “domus-fortis”, como referido anteriormente, existindo ainda testemunhos de grande parte deles, essenciais para a história do país.

A edificação da segunda torre, com maior proximidade ao rio, teve lugar na segunda metade do século XVI (fase 3) e veio sucedida de uma ala de ligação entre esta e a primeira torre. Adossado aos novos volumes, a Norte, teve lugar a construção

¹¹¹ BARROCA, Mário Jorge - *“EM TORNO DA RESIDÊNCIA SENHORIAL FORTIFICADA, Quatro Torres Medievais na região de Amares”*, 1989, pág. 21



Fig. 131 – Localização das “Domus-fortis” na Galiza e Norte de Portugal

no limite da propriedade, orientada a Nascente - afastada do restante conjunto, acrescentando funções religiosas à casa. Esta ampliação, que aliou o carácter civil ao militar, permitiu a passagem de casa-torre a paço – lugar frequentado pela nobreza e por figuras do alto clero - cujo principal partido arquitetónico era o manuelino, presente maioritariamente em elementos decorativos exteriores, salientando-se gárgulas em forma de canhão, merlões chanfrados e guarnições de portas e janelas. Esta transição de *domus-fortis* a paço deveu-se à necessidade de ampliação da mesma, de modo a adequá-la a habitação residencial que respondesse às necessidades da época.

O período de estagnação em que se deu a passagem da casa da mão de Pedro Lopes de Azevedo para D. Quitéria Josefa de Sá no século XVIII, foi o responsável pela lacuna do gosto barroco na mesma.

A construção da terceira e última torre é precedida de um pequeno volume voltado a Norte, adossado à ala residencial. Paralelamente, tem lugar a passagem da estrada nacional e da linha de caminho de ferro pelo interior da quinta, separando casa de capela. Mais tarde dá-se a plantação de um jardim de buxo, centrado com a casa e a integração de novas dependências no conjunto edificado, de modo a torná-lo maior e mais coeso formalmente. Nesta quarta fase o tom artístico predominante é historicista - presente maioritariamente na torre e suas aberturas e no jardim –, identificável através da tentativa de recriar a arquitetura de épocas passadas, inspirando-se nas mesmas.

A estratificação dos vários “estilos” artísticos e a interação da casa com as diferentes escalas conferem-lhe graus de genuinidade e originalidade próprias das épocas pelos quais o edifício passou, contribuindo para o reconhecimento do seu valor patrimonial. A preservação do objeto de estudo garante o contacto das gerações futuras com a sua história, contribuindo para o enriquecimento da mesma a nível local, nacional e da casa senhorial portuguesa. No entanto, são vários os

modos de conservação do património edificado e encontram-se em permanente discussão, bem como o próprio conceito.

Desde as teorias defendidas por John Ruskin, Viollet-le-Duc no século XIX, por Camillo Boito na transição dos séculos, até à posição de Françoise Choay e Ignasi Solà-Morales, - entre outros - no século XX, desenvolveu-se um conjunto de posições perante a intervenção em construções reconhecidas como patrimoniais. Ante a impossibilidade de reaver o passado, nasce a necessidade de conservação e/ou transformação da pré-existência.

John Ruskin defendia que se mantivesse a pré-existência tal como tinha sido encontrada, preservando a genuinidade e a beleza do edifício, mesmo que isso implicasse mantê-lo em ruínas. O respeito pelas construções originais e a ruína como símbolo de honra, do belo e da expressão da sua idade, eram os principais ideais de Ruskin. Por sua vez, Viollet-le-Duc primava pela continuidade do estilo arquitetónico, requerendo o exercício de nos colocarmos na pele do arquiteto responsável pela obra à sua época. *"É necessário uma descrição religiosa, uma completa renúncia a todas as ideias pessoais, e nos novos problemas, quando seja necessário acrescentar novas partes ainda que nunca tenham existido, é necessário situarmo-nos no lugar do arquiteto primitivo e supor o que ele faria se voltasse ao mundo e tivesse diante de si o mesmo problema."*¹¹² Camillo Boito defendia a manutenção do património, de modo que as construções mantivessem o seu carácter autêntico e original, sem serem necessárias novas edificações, contudo, quando inevitáveis, a intervenção teria que assumir um estilo contemporâneo, de modo a serem facilmente distinguíveis.

Os autores posteriores, por sua vez, apresentam uma visão mais crítica da problemática. Françoise Choay, nos seus livros *"A Alegoria do Património"* (1992) e *"As Questões do Património: Antologia para um Combate"* (2009), apresenta a sua definição de património e a história que lhe é inerente, assim como expõe a sua visão crítica acerca do culto do património e dos seus excessos. *"O culto que se rende hoje*

¹¹² VIOLLET-LE-DUC, Eugène-Emmanuel. *Entretiens sur L'architecture*. 1977, p.14

ao património histórico deve merecer de nós mais do que simples aprovação. Ele requer um questionamento, porque se constitui num elemento revelador, negligenciado mas brilhante, de uma condição da sociedade e das questões que ela encerra."¹¹³

Ignasi Solà-Morales expõe no seu livro *"Património arquitetónico ou parque temático?"* (2002), a sua preocupação para com o futuro das construções, alertando para o excesso de preservação das mesmas, correndo o risco de as transformar em objetos museificados, em vez de objetos arquitetónicos integrados na urbe, chamando a isto 'efeito parque temático'.

A recente reabilitação da "Casa da Torre de Lanhelas" alinhou pela tradição de Viollet-le-Duc, que partiu da busca por referências a outras obras da mesma época numa tentativa de manter as correntes arquitetónicas presentes, porém, capacitando-a para receber o programa que abriga atualmente (residencial e de organização de eventos). No entanto, apesar da vontade de manter a integridade e genuinidade do objeto arquitetónico e respeitar a preexistência tanto no seu exterior como interior, as obras deram lugar a algumas demolições de elementos seculares, do mesmo modo que foram introduzidos novos materiais e modos de construção contemporâneos, na sua essência camuflados, de modo a não apresentar grande disparidade visual entre o novo e o antigo.

A história da "Casa da Torre" tem particular interesse por reunir vários componentes de grande importância na leitura do conjunto e valor próprio. Estes podem agrupar-se em duas categorias - *domus-fortis* (torre, alçado principal, terreiro e espaços interiores) e questões paisagísticas (jardim de buxo, relação casa-capela e integração nos caminhos de Santiago) - e o seu possível desvirtuamento põe em causa a identidade patrimonial do objeto de estudo. Para além da torre principal, que ganhou mais ênfase no discurso até agora, os restantes elementos que lhe conferem o seu valor patrimonial, são apresentados individualmente:

¹¹³ CHOAY, Françoise - *As Questões do Património: Antologia para um Combate*. França, 2009, pág. 12

A. Alçado principal voltado para o terreiro

O alçado que se encontra voltado para o terreiro, a nascente, é original do século XVI e um dos mais antigos da casa. O traçado, modo de construção e coroamento paramilitar traduzem o seu gosto artístico - o manuelino -, assim como o carácter dos vãos, revelador do programa presente no interior. Apesar de parte dos seus vãos terem sido alterados nas transformações do século XX, o carácter destes ainda é representativo da diferença de funções entre o piso -1, de serviços, e o *piano nobile*.

B. Terreiro

O terreiro, voltado a nascente, é desenhado pelas duas primeiras torres a serem construídas na propriedade e pela ala residencial (séc. XVI) e é reflexo social da casa. Este espaço foi a primeira área exterior a ser conformada e manteve os seus limites inalterados até às transformações do século XX (fase 5), que modificaram consequentemente a sua configuração retangular. As suas cotas viram-se alteradas, regularizando o local, de modo a tornar o espaço mais adequado para zona de estar, anulando o seu carácter de serviço.

C. Espaços interiores

Os espaços interiores, nos três pisos principais, sofreram algumas intervenções, de modo a adaptá-los ao programa que visava albergar. O piso nobre é aquele que melhor preserva o ambiente e a decoração adquirida desde a sua construção. Os pisos -1 e 1 viram alteradas as suas divisões na última fase; contudo ainda mantêm parte do traçado original. Os cuidados tidos para com estes espaços traduziram-se na conservação e restauro dos tetos de masseira, presentes nas divisões mais nobres da casa senhorial, em manter a textura/cor dos paramentos e a ancestralidade dos ornamentos, evitando o cruzamento de estilos decorativos díspares no tempo.

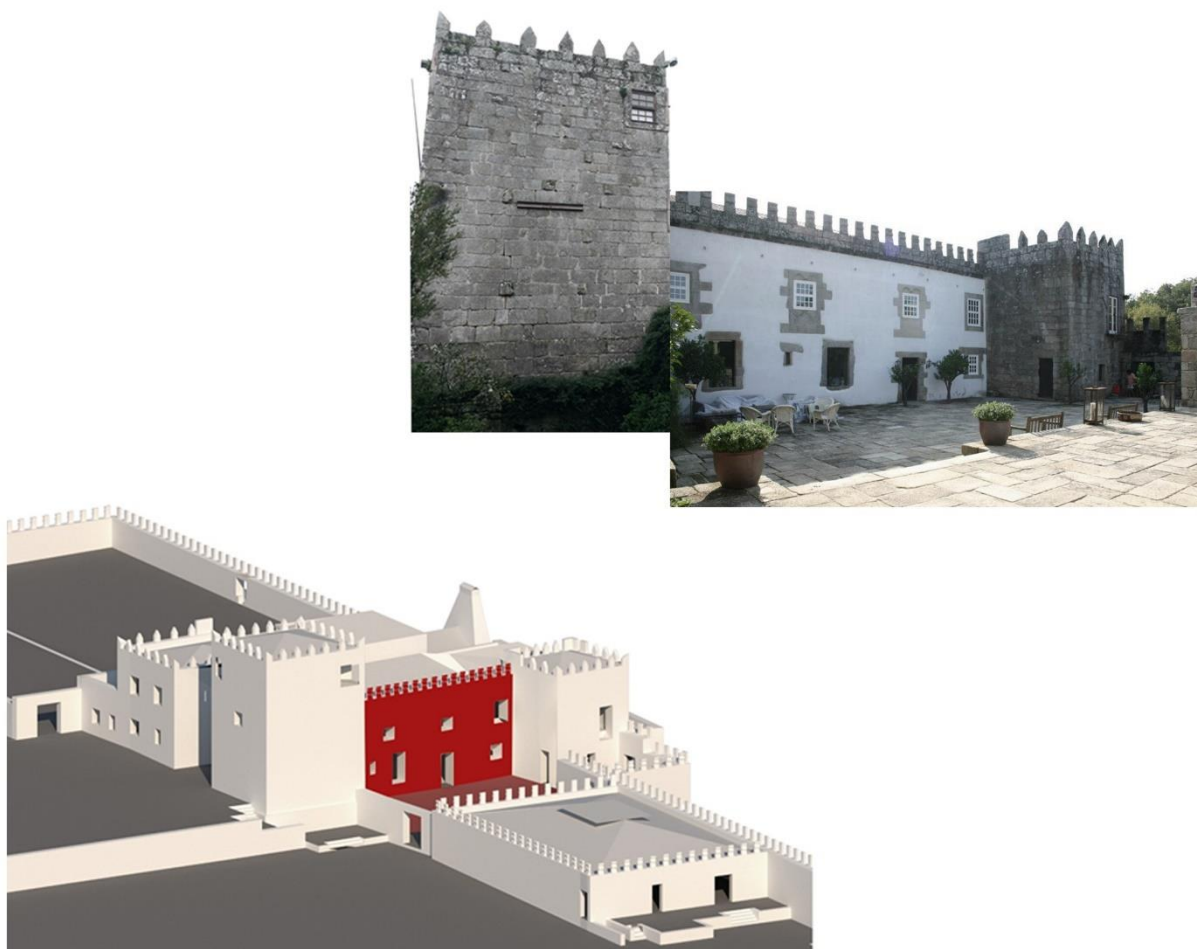


Fig. 132 – Identificação do alçado principal e terreiro

D. Jardim de buxo

O jardim de buxo foi um dos elementos acrescentados à quinta no século XIX e trata-se de um exemplar típico; é definidor do romantismo vivido na mesma e testemunho da riqueza que se fazia sentir na época. Na centúria de oitocentos, os jardins tinham uma grande importância por estimularem a relação interior-exterior e proporcionarem o contacto direto com a natureza, sendo encarados como uma extensão da própria casa. Centrado com a entrada da casa, este elemento consistia outrora numa paragem “obrigatória” para quem se aproximava da mesma pelo seu pórtico de entrada situado a nascente.

E. Relação casa-capela

A capela de Santo António e a casa, apesar de se encontrarem orientadas a nascente, não apresentam relação física devido ao afastamento entre elas. Contudo, a capela - assim como o pórtico de entrada - é responsável pela mediação entre a comunidade e o conjunto residencial até meados do século XIX (chegada das infraestruturas de transporte terrestres), embora de diferentes modos. O pórtico de um modo mais direto, permite a entrada de pessoas na quinta; a capela é um elemento onde os proprietários e a restante comunidade se juntam, beneficiando a comunicação entre eles. Nela encontra-se sepultado João de Sá, presidente da câmara e um dos proprietários mais proactivos na história do concelho.

F. Integração nos caminhos de Santiago

O pórtico de entrada para a quinta e a capela de Santo António, referidos no tópico anterior, situam-se na passagem de um dos caminhos de Santiago, o caminho português da costa. Apesar de alterada a delimitação geral da quinta com o aparecimento das infraestruturas de transportes terrestres, a entrada e a capela – com a singularidade que lhe é inerente – continuam a fazer parte de um dos locais de paragem obrigatória para todos os caminheiros, desde a sua construção até à atualidade.

Nesta resenha condensam-se os principais elementos que conferem o valor patrimonial que a “Casa da Torre de Lanhelas” detém, construídos ao longo de sete séculos, de modo a incitar a consciencialização da comunidade para a proteção e valorização do património, crucial para futuras intervenções, informadas e conscientes.

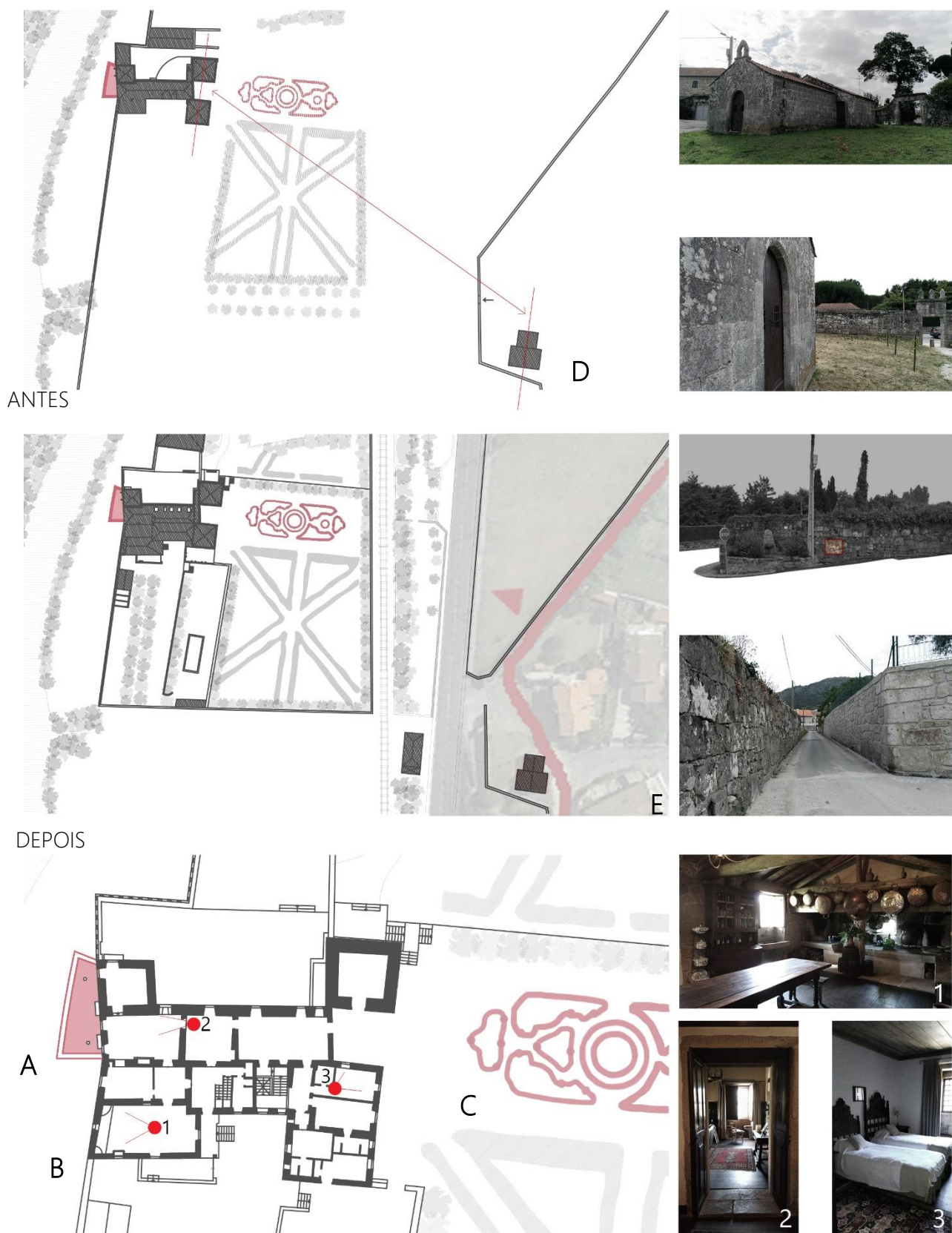


Fig. 133 – Identificação da varanda voltada para o rio (A); espaços interiores (B); jardim de buxo (C); relação casa-capela (D) e caminho de Santiago (E)

6 | CONCLUSÃO

O conjunto edificado da “Casa da Torre de Lanhelas” é o testemunho físico das intervenções realizadas aquando a busca incessante pelo conforto, riqueza e beleza no modo de habitar, ao longo de sete séculos.

De modo a avançar na investigação, foi necessária a criação de uma metodologia que permitisse retirar conclusões de cada fase, contribuindo com conteúdo útil para o resultado final desejado. Numa primeira instância procedeu-se à análise e interpretação de cada constituinte da quinta, seguindo-se o cruzamento dessas mesmas informações, de modo a alcançar os conhecimentos necessários para proceder à especulação das alterações morfológicas ocorridas e posterior reconstituição das várias fases que compuseram o objeto arquitetónico desde a sua construção até aos dias de hoje.

As ferramentas essenciais para alcançar os objetivos propostos foram o levantamento métrico e fotográfico, as fontes - sejam elas escritas ou visuais – e o conhecimento adquirido. Os instrumentos de trabalho, relacionados com as conclusões que do mesmo advêm, possibilitam o registo, análise, contextualização histórico-artística e a comparação com casos coevos, tendo como objetivo a reconstituição das cinco fases identificadas, a criação de uma evolução cronológica e de uma síntese estratigráfica, apoiadas em modelos tridimensionais, de modo a permitir uma leitura célere das mesmas.

Para além da produção de registos acerca da casa, a investigação pretende contribuir com uma reflexão acerca da importância de cada um dos estratos históricos existentes. No entendimento contemporâneo, o objeto de estudo enquanto *edifício palimpsesto* - estratificado ao longo de sete séculos – representa a síntese da evolução entre épocas construtivas, regista as marcas das transformações por que passou, enfatiza o valor patrimonial e apela à sua preservação.

Para além de alertar para a salvaguarda da casa, a presente dissertação é um contributo monográfico em relação à mesma, auxiliando o desenvolvimento do tema enquanto ferramenta vetorial - detentora de um levantamento original, inexistente até então - e enquanto documento que compila um estudo bibliográfico e procede ao cruzamento de fontes com a proposta de uma história presente nas marcas do edifício. Este documento revela-se uma ferramenta útil para futuras intervenções numa obra em curso, bem como repositório de conhecimento para estudos relacionados com a história da arquitetura local, regional e nacional, de várias épocas. Apenas deste modo é possível obter as bases necessárias para que seja possível uma futura intervenção consciente e informada, incitando a conservação da identidade da casa senhorial do Minho - em especial da "Casa da Torre de Lanhelas" – e do local onde se encontra implantada.

“Para cada povo a história dos seus monumentos é a história da sua individualidade, porque não há monumento artístico que não traduza, mais ou menos diretamente, a ação intelectual e política da sociedade que o concebeu.”

RAMALHO ORTIGÃO

- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - *Alto Minho*. Lisboa. Editorial Presença, 1987
- ALVES, Lourenço - *Caminha e o seu Concelho (Monografia)*. Caminha, 1985
- ALVES, Lourenço - *Do Gótico ao Manuelino no Alto Minho (Monumentos Cívicos e Militares)* in *Caminhiana*, vol. XI. Caminha, 1985
- ANACLETO, Maria Regina D. B. Teixeira – *Arquitetura Neomedieval Portuguesa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1997
- ATANÁZIO, M. C. Mendes – *A arte do Manuelino*. Lisboa: Editorial Presença, 1984
- AZEVEDO, Carlos de - *Solares Portugueses: introdução ao estudo da casa nobre*. Lisboa: Livros Horizonte, 1969
- BANDA MUSICAL LANHELENSE – *152 anos*. Caminha: [s.n.], 2002
- BARROCA, Mário Jorge - *"EM TORNO DA RESIDÊNCIA SENHORIAL FORTIFICADA, Quatro Torres Medievais na região de Amares"*, 1989
- BARROCA, Mário Jorge – Torres/ Casas-torres ou Casas-fortes: a conceção do espaço de habitação de pequena e média nobreza na Baixa Idade Média (século XII-XV). *Revista de História das Ideias: "A Cultura da Nobreza"*. Coimbra: Universidade de Coimbra. ISSN: 0870-0958. Volume 19 (1995)
- BINNEY, Marcus – *Casas Nobres de Portugal*. Lisboa: DIFEL, 1987. ISBN 978-972-29-0160-4
- CAPELO, Rui Grilo et al - *História de Portugal em datas*. Círculo de Leitores, Lda. e Autores, 1994. ISBN 972-42-1004-9
- CARITA, Helder – *A Casa Senhorial em Portugal* . Fotografia de Homem Cardoso . Alfragide . Leya, 2015 . ISBN 978-989-660-393-9
- CARVALHO, S.; AZEVEDO, J. - *O bilhete postal ilustrado no Concelho de Caminha na primeira metade do século XX*. Caminha: Câmara Municipal de Caminha e Região de Turismo do Alto Minho, 1991
- CEPA, A. Guerreiro – *Caminhiana – Revista de Cultura histórica, literária, artística, etnográfica e numismática, vol.I - XVI*. Caminha: [s.n.], 1980

CHOAY, Françoise – *A alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70, 1999. ISBN: 972-44-1037-4

CHOAY, Françoise - *As Questões do Património: Antologia para um Combate*. UNESP, França, 2009. ISBN: 978-972-44-1624-3

COSTA, António Carvalho da - *Corografia portuguesa e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal, Tomo I*. Lisboa: oficina de Valentim da Costa Deslandes, 1706

DESCRIPÇÃO DA VILLA DE CAMINHA, cap.II. Caminha. [s.n.], 1739

DE STOOP, Anne – *Arquitectura Senhorial do Minho*. Fotografia de João Paulo Sotto Mayor. Braga . Caminhos Romanos, 2015 . ISBN 978-989-8379-43-6

DIAS, Pedro – *A Arquitectura Manuelina*. Porto. Civilização Editora, 1988. ISBN 972-26-0458-9

ENCICLOPÉDIA LUSO BRASILEIRA DA CULTURA, vol. XI. Verbo, 1998. ISBN: 9789722218504. p.1432-1434

ESPÍRITO SANTO, Moisés – *O Brasonário português e a cultura hebraica*. Lisboa: Instituto de Sociologia e Etnologia das Religiões da U.N.L., 1997

FELGUEIRAS, Guilherme – *Castelos, torres e solares acastelados no distrito de Viana* in *Cadernos Vianenses*, tomo 7. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1983, p.15

GUERREIRO, Castro – *Cadernos de Viagem - Lanhelas – Pelos Caminhos do Vale do Minho*. Tui, Galiza. ISBN: 972-99127-1-8

HAUPT, Albrecht – *A arquitectura do Renascimento em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1986

MARQUES, A. H. de Oliveira – *Nova História de Portugal, vol.2: Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Editorial Presença, 1987

MATTOSO, José - *O essencial sobre a cultura medieval portuguesa: (séculos XI a XIV)*. Imprensa nacional – Casa da Moeda, 1985, p.53

PEREIRA, Paulo – *Arte Portuguesa, História Essencial*. Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011, ISBN: 978-989-644-287-3

PEREIRA, Paulo – *História da Arte Portuguesa: Do "Modo Gótico" ao Manuelino (séculos XV-XVI), Do Renascimento ao Maneirismo (séculos XVI-XVII)*. Volume 5. Lisboa: Círculo de Leitores, 2007, ISBN: 978-972-42-3957-6

RAMALHOSA, João – *Lanhelas – Monografia*. Lanhelas: edição de autor, 2015

SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *História de Portugal*, Volume II: Formação do Estado Moderno (1415-1495). 3º Edição. Lisboa: Editorial Verbo, 1980

SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *História de Portugal*, Volume III: O século de Ouro (1495-1580). 2º Edição. Lisboa: Editorial Verbo, 1980

SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *História de Portugal*, Volume V: A Restauração e a Monarquia Absoluta (1640-1750). 3º Edição. Lisboa: Editorial Verbo, 1980

SILVA, António Lambert Pereira da - *Nobres Casas de Portugal*, vol. 2. Porto, s.d.

SILVA, José Custódio Vieira da – *Paços Medievais Portugueses*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico, 1995, ISBN: 972-873-611-8

VIEIRA, José Augusto - *O Minho Pittoresco*. Lisboa: Livraria António Maria Pereira, 1886

VIOLLET-LE-DUC, Eugène-Emmanuel, *"Entretiens sur L'architecture"*, 1977. ISBN: 978-2-87009-076-3

PUBLICAÇÕES ACADÉMICAS

FERNANDES, Mário Jorge – *O Solar de Vila Garcia. Redescoberta da sua fábrica*. Orientação do prof. Doutor Jorge Manuel Simão Alves Correia. Guimarães: Universidade do Minho. Escola de Arquitetura, 2014. Mestrado em Arquitetura

GARCÊS, Patrícia – *A Honra de Barbosa: para uma retrospeção construtiva do seu Solar*. Orientação do prof. Doutor Jorge Manuel Simão Alves Correia. Guimarães: Universidade do Minho. Escola de Arquitetura, 2016. Mestrado em Arquitetura

GONÇALVES, Duarte Pinto - *Estudo às Casas Nobres Portuguesas - Para o entendimento da Casa de Alvelo*. Orientação da prof. Doutora arq.^a Edite Rosa. Porto: FCAATI – ULP, 2013. Mestrado em Arquitetura

MACEDO, Fernando - *Proteção e valorização de Paisagens associadas às casas-forte medievais*. Orientação da prof. Teresa Marques. Porto: FCUP, 2012. Mestrado em Arquitetura Paisagista

MENDES, Ana Filipa Almeida - *Para a construção de uma memória: organização sistémica do Arquivo dos Condes de Azevedo*. Orientação do prof. Doutor Armando Malheiro da Silva e coorientação da doutora Laura Garrido. Porto: FLUP, 2015. Mestrado em História e Património

PACHECO, Elsa - *Alteração das acessibilidades e dinâmicas territoriais na Região Norte: expectativas, intervenções e resultantes*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, GEDES, 2004. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto para a obtenção de grau de Doutor em Geografia

VILARINHO, Murilo Chaves - *O negro-cativo, o negro-alforriado e o negro-abandonado no realismo machadiano (1881-1908)*. Goiânia: Universidade Federal De Goiás. Faculdade de Ciências Sociais, 2015. Programa De Pós-Graduação Em Sociologia

CARTOGRAFIA

VILAS BOAS, Custódio José Gomes – *Mapa da província d'Entre Douro e Minho entre 1794 e 1795, 1771-1809*

MAPPA DA QUINTA DE LANHELAS – desenho do século XIX, autor anónimo

BIBLIOGRAFIA ELETRÓNICA

BENTO, Paulo – *A lenda negra do Quadro de Lanhelas*.
<http://www.caminha2000.com/jornal/n542/cmc3.html>. 4 de Janeiro de 2017. 14h38.

HOMEM, Lourenço et. al - *Carta militar das principaes estradas de Portugal*.
<https://www.loc.gov/resource/g6691r.hl000021/> 24 de Maio de 2017. 09h41.

- www.patrimoniocultural.gov.pt
- www.monumentos.pt
- www.caminha2000.com
- www.caminhosantiagoviana.pt

OUTROS RECURSOS

- Arquivo distrital de Viana do Castelo: Documentos do Arquivo Da Família Sá Pinto Abreu Sotomaior
- Departamento de Geografia da Univ. do Minho: Cartas militares de diferentes anos

- Fig. 1 - Metodologia de levantamento métrico
- Fig. 2 - Manuscritos do século XVIII/XIX
- Fig. 3 - Mapa da freguesia de Lanhelas dividida em 3 zonas
- Fig. 4 - Interpretação dos episódios da Guerra da Restauração
- Fig. 5 - Quadro representativo do episódio de 23 de Abril de 1644
- Fig. 6 - "Cadastro das vias municipais"; representação das vias de acesso responsáveis pela configuração atual da freguesia
- Fig. 7 - Fronteira entre Portugal e Espanha - Localização da "Casa da Torre" na topografia de Lanhelas
- Fig. 8 - Fronteira entre Portugal e Espanha - Localização da "Casa da Torre" na topografia de Lanhelas
- Fig. 9 - Existência de muros ameados a encerrar a casa com a presença pontual de namoradeiras
- Fig. 10 - Relação da casa com o rio
- Fig. 11 - Relação da casa com o cruzeiro / monte Góis
- Fig. 12 - Conjunto edificado da "Casa da Torre"
- Fig. 13 - Área de implantação da quinta
- Fig. 14 - Análise dos limites da propriedade antes da passagem das infraestruturas de transportes terrestres
- Fig. 15 - "*Mappa da quinta da torre de Lanhellas*" - gravura do século XIX, autor anónimo
- Fig. 16 - parte da Carta Militar das Estradas de Portugal de 1808
- Fig. 17 - Passagem da via férrea pela quinta"
- Fig. 18 - Caminho de Santiago – caminho português da costa
- Fig. 19 - Sinalização do caminho de Santiago – caminho português da costa
- Fig. 20 - Visibilidade da casa no século XIX
- Fig. 21 - Visibilidade da casa através da estrada nacional 13
- Fig. 22 - Visibilidade da casa através da estrada nacional 13
- Fig. 23 - Visibilidade da casa através da linha de caminho-de-ferro

- Fig. 24 – Visibilidade da casa através do rio
- Fig. 25 – Alteração dos limites da quinta antes e após a passagem das infraestruturas de transportes terrestres
- Fig. 26 - João de Sá
- Fig. 27 - Brasões das famílias que habitaram a casa
- Fig. 28 – Modelo tridimensional – Vista Sul
- Fig. 29 – Modelo tridimensional – Vista Nascente
- Fig. 30 – Modelo tridimensional – Vista Sudoeste
- Fig. 31 – Modelo tridimensional – Vista Nascente
- Fig. 32 – Modelo tridimensional – Vista Norte
- Fig. 33 – Estudo das fases
- Fig. 34 – Fotos da casa em 1996
- Fig. 35 – *"Mappa da quinta da torre de Lanhellas"* - gravura do séc. XIX, autor anónimo
- Fig. 36 – Parede que se mantém atualmente
- Fig. 37 – Análise da fase 1
- Fig. 38 – Reconstituição da fase 1
- Fig. 39 – Modelo tridimensional fase 1 – Vista Sul
- Fig. 40 – Modelo tridimensional fase 1 – Vista Nascente
- Fig. 41 – Análise da fase 2
- Fig. 42 – Janela com namoradeira
- Fig. 43 – Utilização do tabique no interior da torre
- Fig. 44 – Janelas de canto
- Fig. 45 – Marca heráldica da família Sá
- Fig. 46 - Análise da fase 2
- Fig. 47 – Namoradeira; janelas de canto; escadas interiores e porta com arco de volta perfeita
- Fig. 48 - D. Dinis
- Fig. 49 - D. Afonso III

Fig. 50 – Torre de Giela

Fig. 51 – Torre de Quintela

Fig. 52 – Torre de Azevedos

Fig. 53 – Torre de Lanhelas

Fig. 54 – Semelhanças morfológicas – modelo tridimensional da fase 2

Fig. 55 – Reconstituição da fase 2

Fig. 56 – Reconstituição da fase 2

Fig. 57 – Reconstituição da fase 2

Fig. 58 – Modelo tridimensional fase 2 – Vista Poente

Fig. 59 – Modelo tridimensional fase 2 – Vista Nascente

Fig. 60 – Modelo tridimensional fase 2 – Vista Norte

Fig. 61 – Diferença de cota; porta de acesso à torre e diferença de estereotomias

Fig. 62 – Aberturas presentes na torre

Fig. 63 – Brasão presente no teto da segunda torre

Fig. 64 – Comparação entre varandas do mesmo estilo presentes em corpos distintos

Fig. 65 – Análise dos elementos constituintes da capela

Fig. 66– Santo António presente na capela

Fig. 67 – Frei Bartolomeu dos Mártires

Fig. 68 - Análise da fase 3

Fig. 69 - Análise da fase 3

Fig. 70 - Análise da fase 3

Fig. 71 – Solar dos Pinheiros

Fig. 72 – Solar dos Távoras

Fig. 73 – Casa da Torre de Lanhelas (montagem alçado nascente)

Fig. 74 – Reconstituição da fase 3

Fig. 75 – Reconstituição da fase 3B

Fig. 76 – Reconstituição da fase 3B

Fig. 77 – Modelo tridimensional fase 3A – Vista Norte

Fig. 78 – Modelo tridimensional fase 3A – Vista Poente

Fig. 79 – Modelo tridimensional fase 3B – Vista Norte

Fig. 80 – Modelo tridimensional fase 3B – Vista Nascente

Fig. 81 - Análise da fase 4A

Fig. 82 - Análise da fase 4A

Fig. 83 – *"Mappa da quinta da torre de Lanhellas"* - gravura do séc. XIX, autor anónimo

Fig. 84 - Análise da fase 4B

Fig. 85 - Análise da fase 4B

Fig. 86 - Análise da fase 4B

Fig. 87 - Análise da fase 4C

Fig. 88 - Análise da fase 4C

Fig. 89 – Realce do diferente aparelhamento da pedra e junção entre partes

Fig. 90 – Carta Militar das Principais Estradas de Portugal de 1808

Fig. 91 – Casa da Torre de Lanhelas

Fig. 92 – Torre de Agrelos

Fig. 93 – Casa da Ínsua

Fig. 94 – Reconstituição da fase 4A

Fig. 95 – Reconstituição da fase 4A

Fig. 96 – Modelo tridimensional fase 4A – Vista aérea Poente

Fig. 97 – Modelo tridimensional fase 4A – Vista Norte

Fig. 98 – *"Mappa da quinta da torre de Lanhellas"* - gravura do séc. XIX, autor anónimo

Fig. 99 – Reconstituição da fase 4B

Fig. 100 – Reconstituição da fase 4B

Fig. 101 – Modelo tridimensional fase 4B – Vista Norte

Fig. 102 – Modelo tridimensional fase 4B – Vista Nascente

Fig. 103 – Jardim de buxo situado a Nascente do conjunto

Fig. 104 – Plantações a Sudoeste

Fig. 105 – Reconstituição da fase 4C

Fig. 106 – Reconstituição da fase 4C

Fig. 107 – Reconstituição da fase 4C

Fig. 108 – Modelo tridimensional fase 4C – Vista Poente

Fig. 109 – Modelo tridimensional fase 4C – Vista Noroeste

Fig. 110 – Modelo tridimensional fase 4C – Vista Sul

Fig. 111 – Adega (finais do séc. XX)

Fig. 112 – Representação da quinta através de postais dos séculos XIX/XX – Vista Norte

Fig. 113 – Reconstituição da fase 5

Fig. 114 – Reconstituição da fase 5

Fig. 115 – Modelo tridimensional fase 5 – Vista Sul

Fig. 116 – Modelo tridimensional fase 5 – Vista Nascente

Fig. 117 – Modelo tridimensional fase 5 – Vista Norte

Fig. 118 – Modelo tridimensional fase 5 – Vista Poente

Fig. 119 – Evolução da propriedade e transformações realizadas na fase 5 (2001-2013)

Fig. 120 – Tabela com imagens antes e após as transformações da fase 5

Fig. 121 – Mudanças no alçado – antes e após a fase 5

Fig. 122 – Síntese estratigráfica – planta de cobertura

Fig. 123 – Síntese estratigráfica – planta piso -1

Fig. 124 – Síntese estratigráfica – planta piso 0

Fig. 125 – Síntese estratigráfica – planta piso 1

Fig. 126 – Identificação dos elementos da casa por fases

Fig. 127 – Tabela síntese de conteúdos

Fig. 128 – Evolução estratigráfica

Fig. 129 – “Casa da Torre de Lanhelas” (reprodução dos azulejos da Estação do Caminho de Ferro de Caminha)

Fig. 130 – Implantação da torre principal – perfil com modelo tridimensional e vista por satélite (GoogleEarth)

Fig. 131 – Localização das “Domus-fortis” na Galiza e Norte de Portugal

Fig. 132 – Identificação do alçado principal e terreiro

Fig. 133 – Identificação da varanda voltada para o rio (A); espaços interiores (B); jardim de buxo (C); relação casa-capela (D) e caminho de Santiago (E)

ANEXO 1 | MEMÓRIAS PAROQUIAIS DE 1758 - LANHELAS

Junto ao rio Alentejo na freguesia de Landello, em Concelho de
Bemalva, existe a casa de Torre, cujo principio do to de se-
culo XV, e a sua quinta uma das melhores da Provincia; as en-
gredas muros de cantaria e as pontagudas ameias attestam
aos vindouros a nobreza de seus Senhores. A sombra de suas
larangeiras desconçou o Veneravel Arcebispo D. Fray Bartholomeu
dos Martyres

copia a Vasco Fernandes Baellar, filho de Izper da Anta, casado
com D. Maria Fernandes Baellar, filha de Affonso Var Baellar,
Figueiredo // Senhora da casa da Torre de Landello, e de sua mulher Dona Anna
da Guerra // de Barros; teve uma filha:

Affonso Var Baellar que casou com D. Maria Carmena de
Castro, filha de Joao Soares Pereira, e de D. Maria Carmena.

Consta-nos que foi este o reedificador da Torre e o institui-
dor do morgadio. Sua filha

D. Margarida de Barros Baellar desposou a Rui de Sa
Sottomayor, filho de Rui de Sa Sottomayor, o velho, e de D. Le-
onor de Sa. tiveram muitos filhos

Belcheor de Sa Sottomayor casado com D. Izper Pereira, da Pe-
reira da casa de Magarifes. Succedeu-lhes seu filho Rui
de Sa Sottomayor casado com Dona Vicenta Pereira, filha de
Joze Ribeiro Pereira e de D. Brites Malheiro, e depois por falta
de descendencia, a sua irma.

D. Marianna de Sa Sottomayor, mulher de Jacome
Soares Pereira, que falleceu em 1697 com 91 annos de idade.

Alguem de Sa Sottomayor, seu filho, desposou a Dona Dorothea
de Alencar, que por ordem do El-Rei foi recolhida no Convento de
Salvador, de Braga, onde professou, dando-lhe seu marido
220 pors. Este matrimonio ficou sem filhos.

D. Joao de Sa de Alencar, casado com D. Maria da Cu-
rta Sottomayor, e celebre no seu tempo, viveu com seu
thio Joaze Soares Pereira, na diarcha de successao, Por sen-
tença de 2 de Maio de 1742 passou a casa da meza de Pedro So-
ares de Alencar, que a retinha, a D. Quiteria Josefa de Sa, filha
de Joao de Sa Sottomayor e neto de D. Marianna, irma do
estragante D. Joao de Sa.

D. Quiteria casou com Antonio **Pereira** da Silva, e tiveram
a Camillo ^{Antonio} de Sa Pinto de Alencar Sottomayor Sr. da casa de Lan-
dello, Graciosa e morgadio de Vianna, Compadroeiros de
Reboredo, Cavalleiros na ordem de Christo, Sargento Mor

das ordenanças de Vianna, que casou com D. Clara ou Maria Clara de Azevedo e Araujo, filha do Doutor Antonio Fernandes Lima, Cavalleiro na ordem de Christo, juiz de foy de Gouveia, e de sua mulher Dona Joana Angelica de Azevedo e Fonseca. Tiveram

Antonio de Pa' Pinto de Abreu Gottomayor, Senhor de Santhello, Cavalleiro da Ordem de Christo, Coronel de Voluntarios Reaes de Vianna, e Procurador por esta Villa, a' cortes de 1828 que desposou a D. Candida Rachel de Barros de Mesquita Pimentel, filha de Francisco Xavier de Barros de Mesquita Pimentel, Capitão mór de Favaros, e Pa do Morgador do Espirito Santo, e de sua mulher D. Maria Carolina Botelho da Vasconcellos Castello Branco, sua sobrinha, senhora do morgado de Sabroga sem graca, e por isso passou a casa de Santhello a um irmão joão de Pa' Gottomayor. ^{7m} de Pa' Pinto de Abreu Gottomayor: que segue

D. Marianna
D. granna } falleiram sotteiras

D. ^{7m} joão de Pa' Pinto de Abreu Gottomayor, Fidalgo da casa Real, Desembargador de Relação do Porto, Conselheiro Papeado na Ordem de Christo, Senhor da casa e morgado de seu irmão [†] ~~afilhado~~ mór, casou com D. [†] Carlota Joaquina Augusta de Almeida Almeida Machado e Araujo, filha do Capitão mór de Val D. Carlos Lodares, José Joaquina de Almeida Machado (filho de D. Carlos Lodares e Araujo) e de sua mulher D. Maria Theresa da Rocha Cabral e Guadalupe, acafada da Prainha, D. Carlota Joaquina tiveram a

Cornelia Antonio de Pa' Pinto Abreu Gottomayor que morreu com D. Maria de Carmo Felicidade de Pa' Pinto de Abreu Gottomayor que de seu casamento com o Tenente Manuel Joaquin do Porto tem uma filha D. Maria Angelina e dois filhos, Cornelia e Manuel

D. Maria Condida de Protonio que casou com Ventura Althier os Primos Telles de Almeida, ~~Althier~~ fidalgo da casa Real e tem 4 filhos Ventura, Maria Condida, José, Maria Maximiano

Cornelia de Pa' Pinto de Abreu Gottomayor, Comendador de Nossa Senhora da Conceição de Villa Rica Fidalgo Cavalleiro da casa Real, e Pa da Casa de Santhello e de mais vizinhos, de Vianna e do Porto de Lima, casou na cidade do Porto com a Sra

D. Maria Corbeto do Paço de La Pinta dhen Gottenoygo qur vira
soffreira em Loubellos e folla em um 74 annos eta no semitario de
Loubellos

Excellendissimo e Rmo Sr

Não tem log^o a pretensão do
supplicante, em quanto na sua
capella se celebra o S^o Sacrificio
da Missa publicamente, aos fins
que nos dias santificados ancor
recem a civit^o



5.9.4.C.3-11

Braga 25 de Setembro de 1871

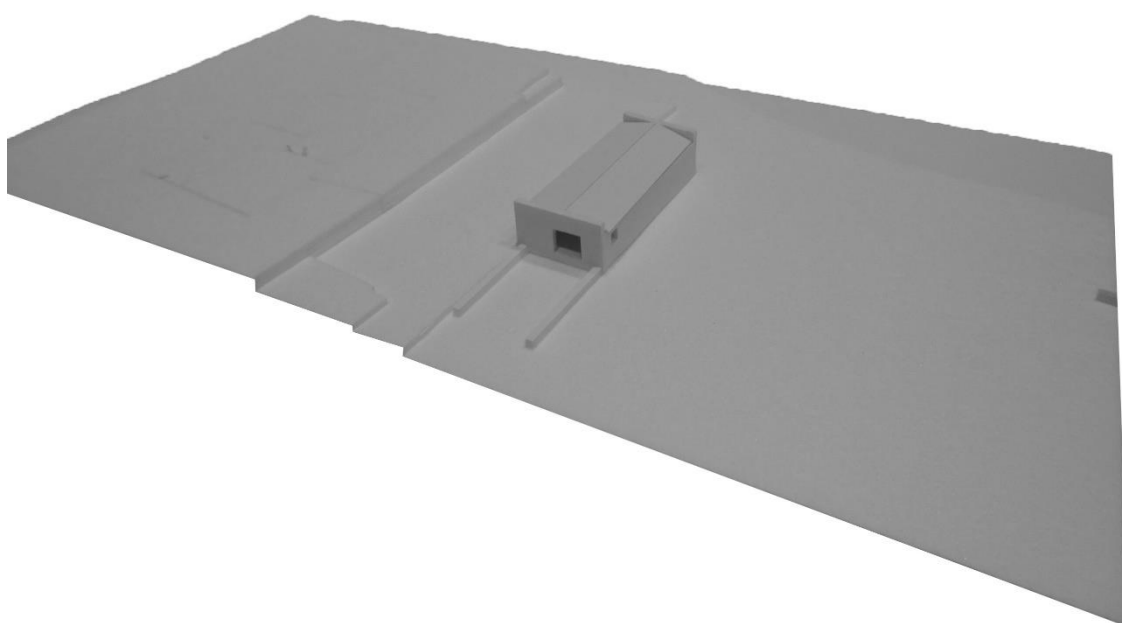
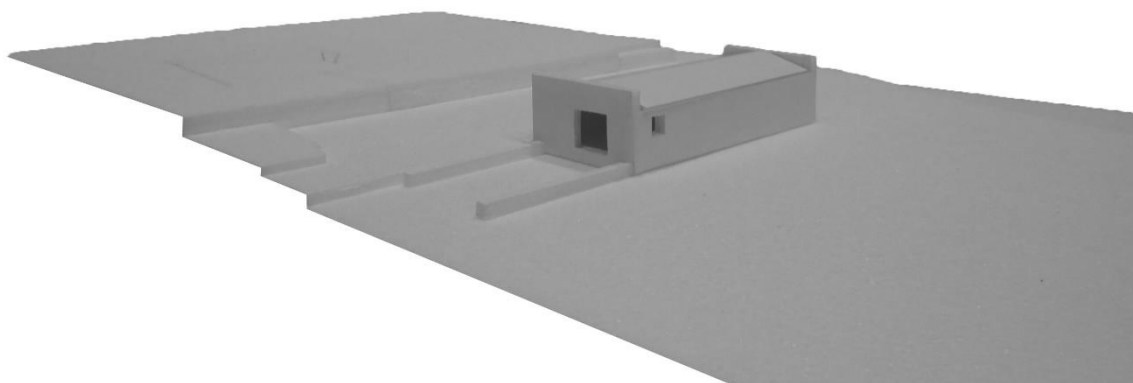
Diz Camello de S^a Pinto Abreu Sotto-maior, residen-
te na 2^a Casa da Freg^a. de Lanhellas do conselho da Ca-
minha, que possui na m^a Freg^a. uma Capella, pertença do
seu Morgado, a qual tem porta para o publico, e nella manda
celebrar uma Missa rezada, todos os Domingos e dias Santifica-
dos, pelas 9h. da manhã. Acontece agora, que o seu R^{do}
Capellão (para cumprir com a sua obrigação, segundo diz) faz
em antes da Missa, a leitura de Livro que se chama = de
Catholicismo, ou Doutrinas = e como o Supp. tenha presen-
cia do, que em Viana do Castello, e mais Villas e Cidades, des-
de a Missa de Nossa athen a de meio dia, se não faz a tal
leitura, a excepção das missas Parochiaes; por isso o Supp.
implora de V^o Ex. a graça de lhe conceder a isenção
daquelle leitura, como gozão as Capellarias particulares,
que deixa referidas. Além disto, Ex. Rmo Sr, co-
mo os Sacerdotes desta Freg^a. não tem querido athen ho-
je, obedecer ao sabio despacho de V^o Ex. Rmo com objecto
desta de Junho do corr. anno, e que consta do documento
juncto, e como omissos pode acontecer agora a outro qual-
quer

P^a V^o Ex. Rmo. Seja servido de
mandar, por portaria, conceder
ao Supp. a graça q^a pede, e o cumprir.
do Despacho que se juncto.

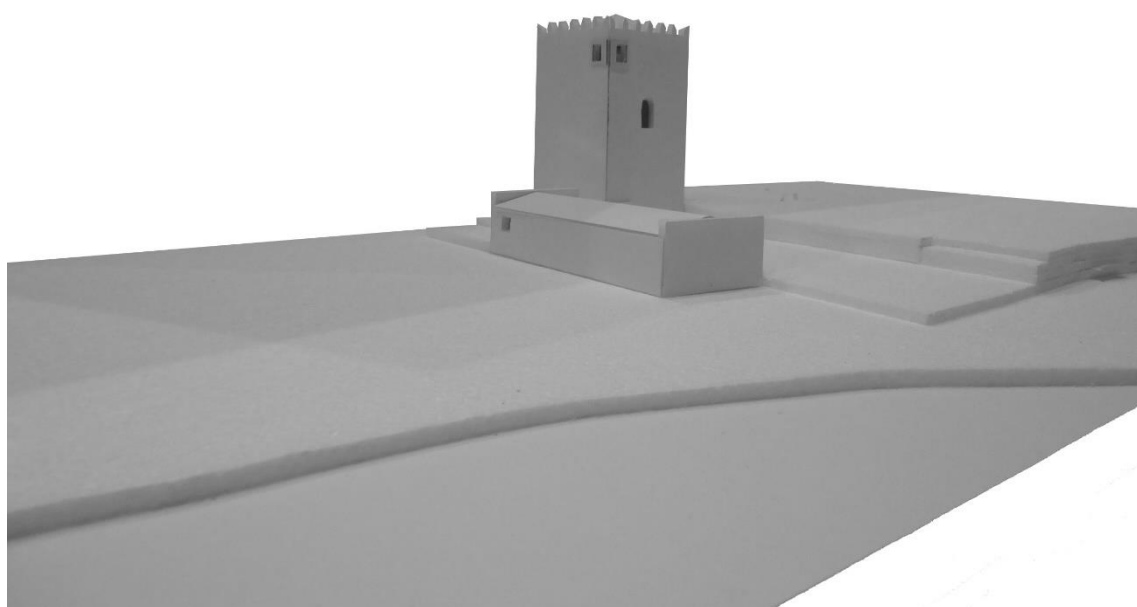
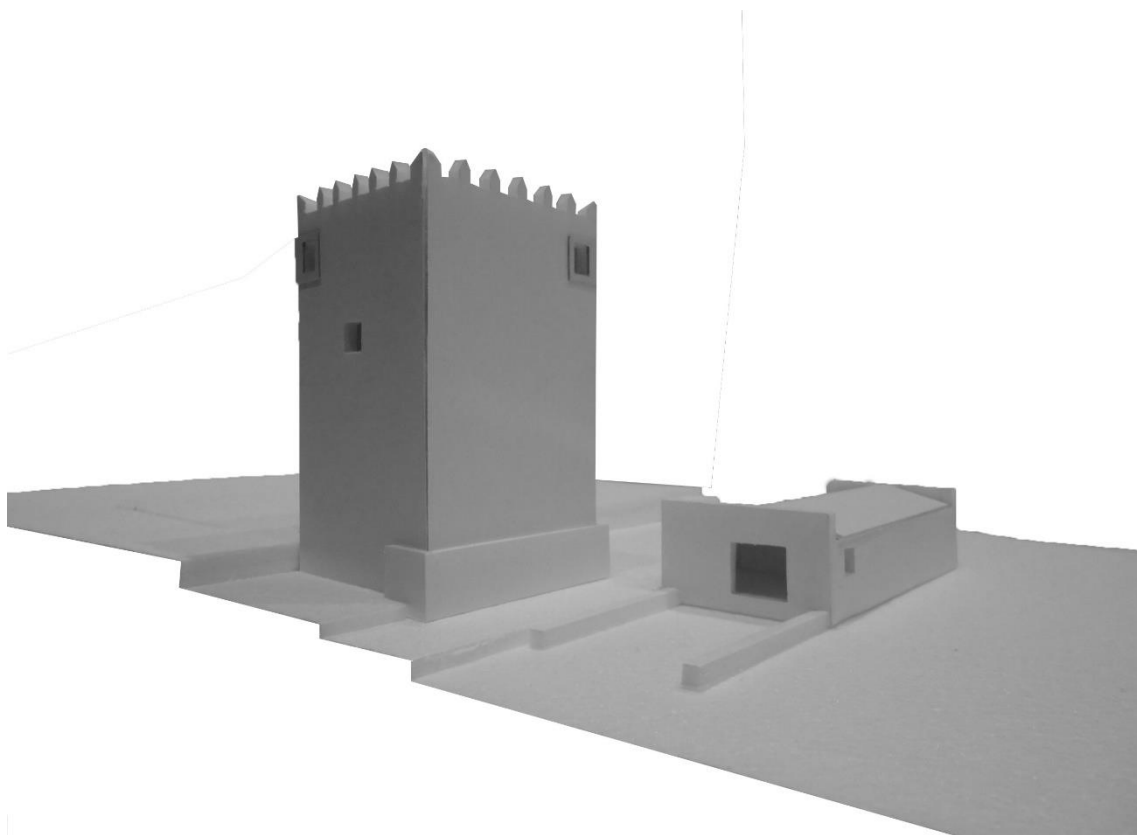
C R M.

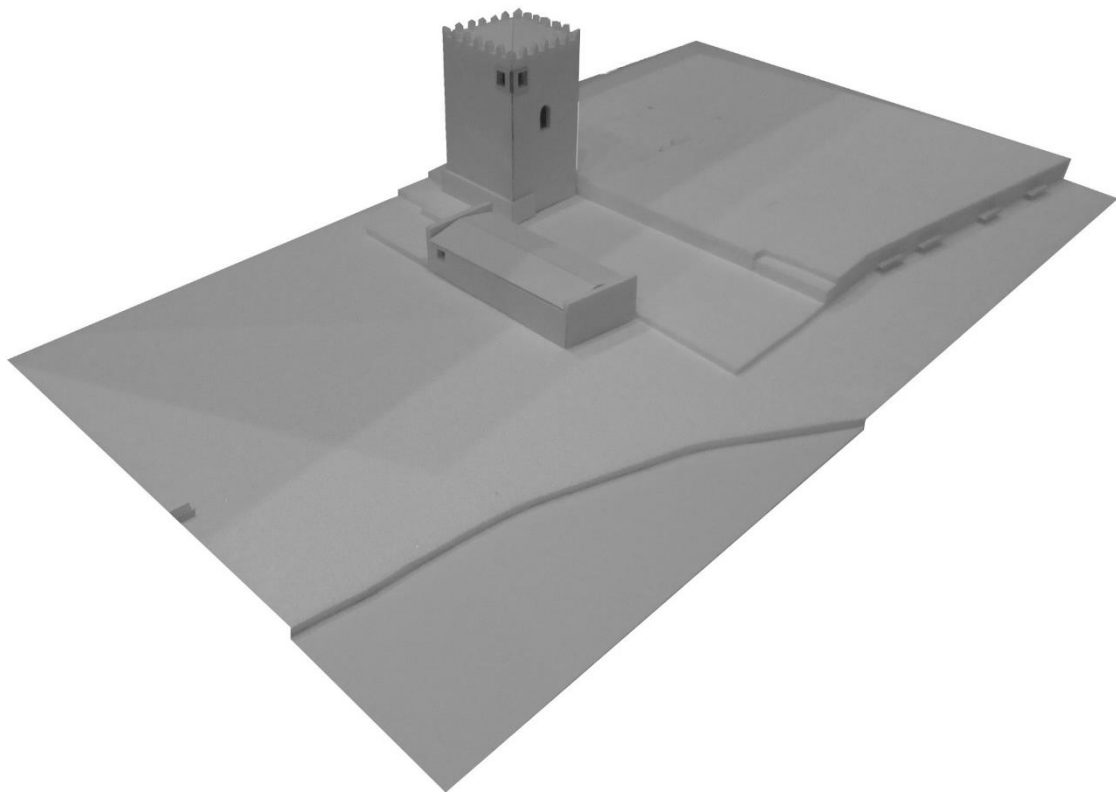
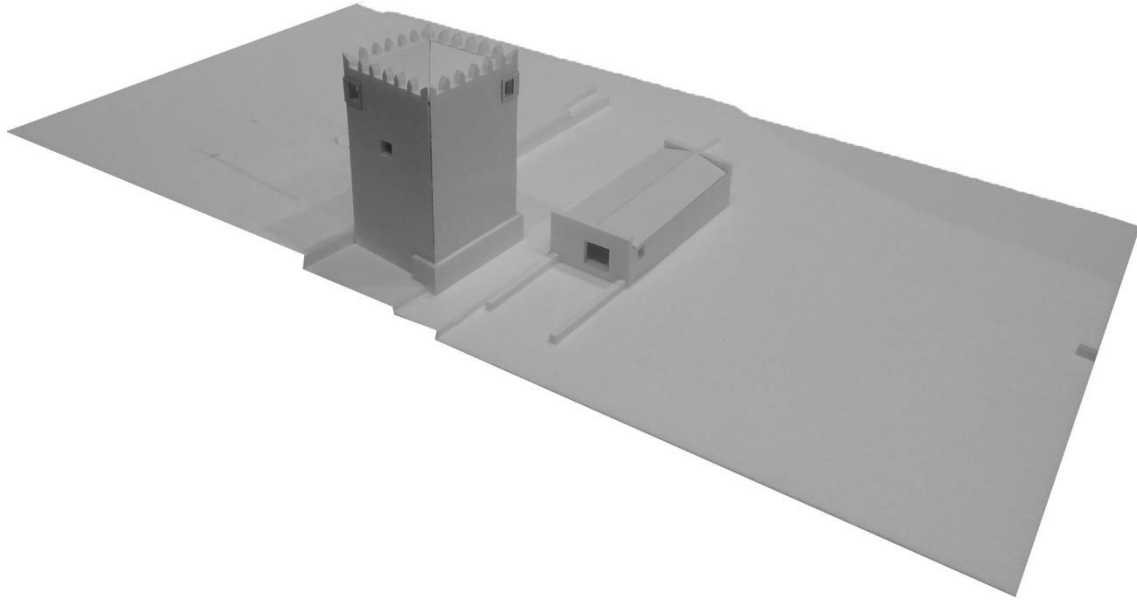
ANEXO 3 | LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO DA MAQUETE 1/100

FASE 1

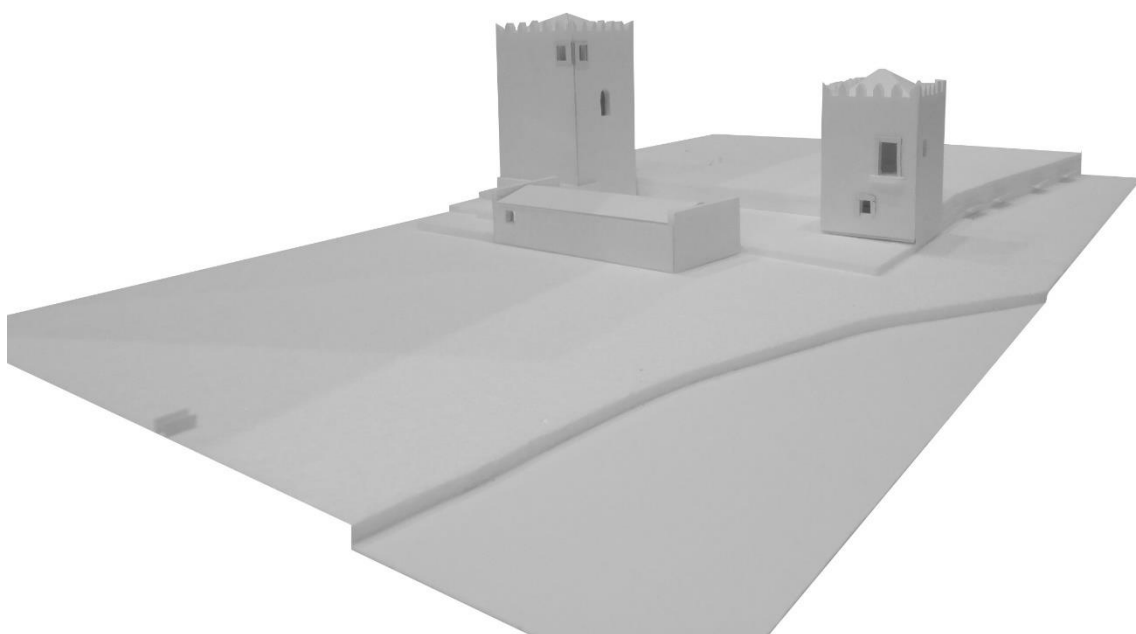
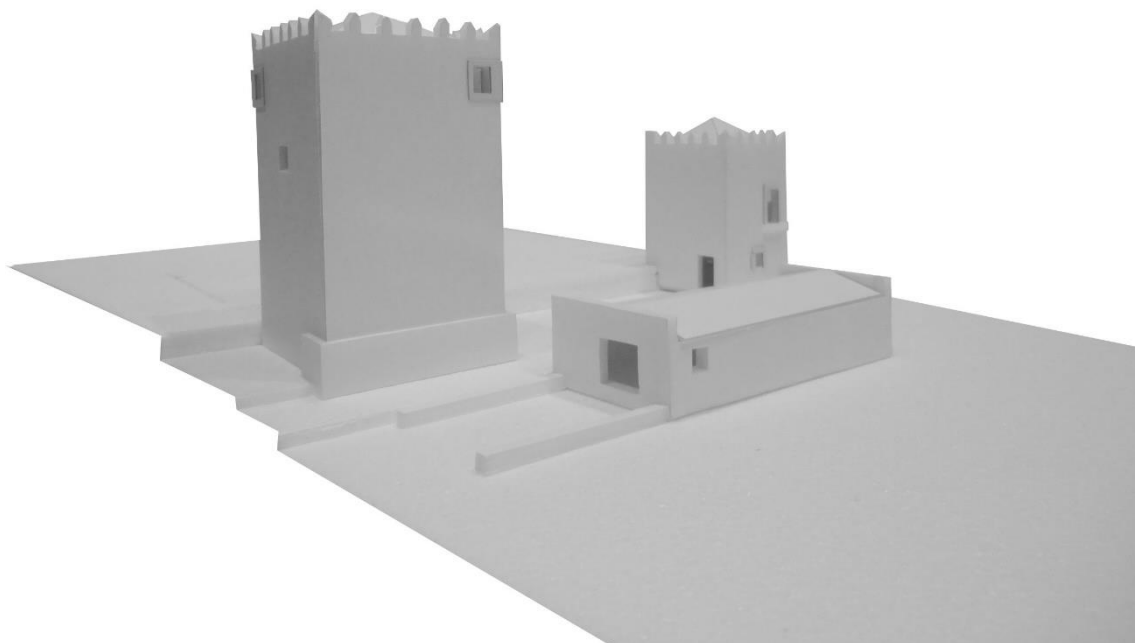


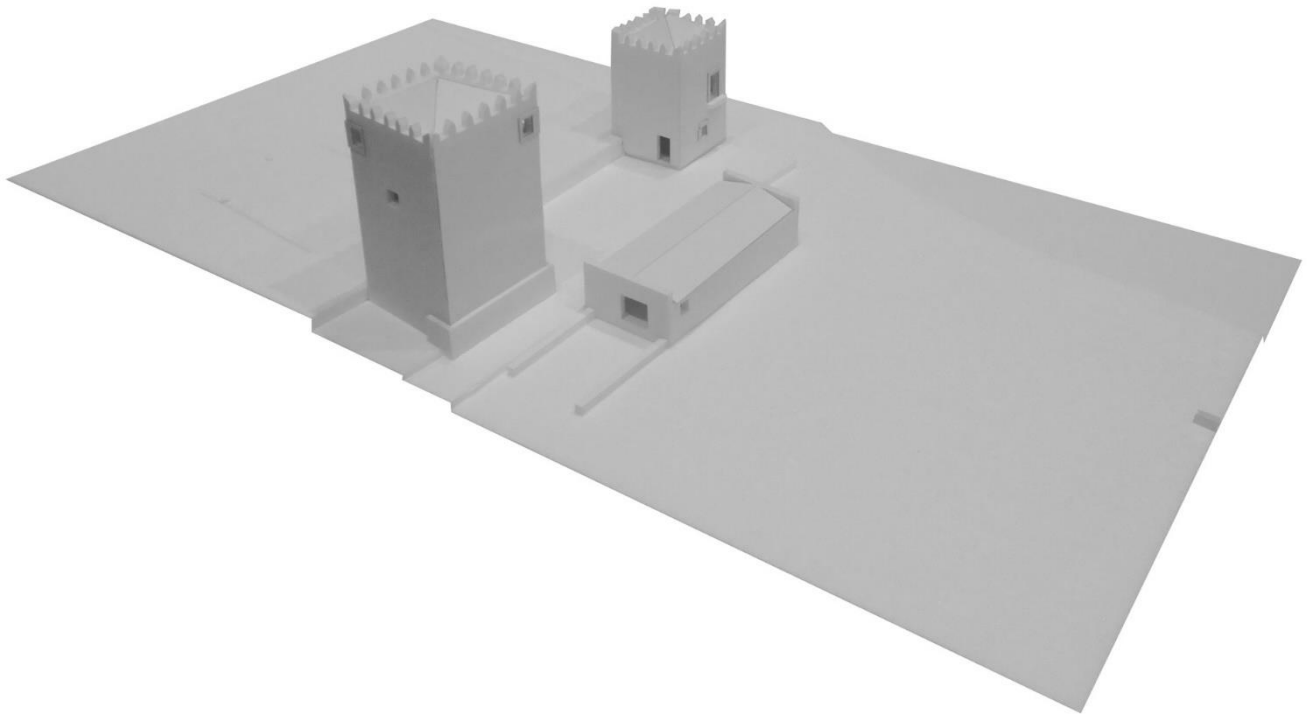
FASE 2



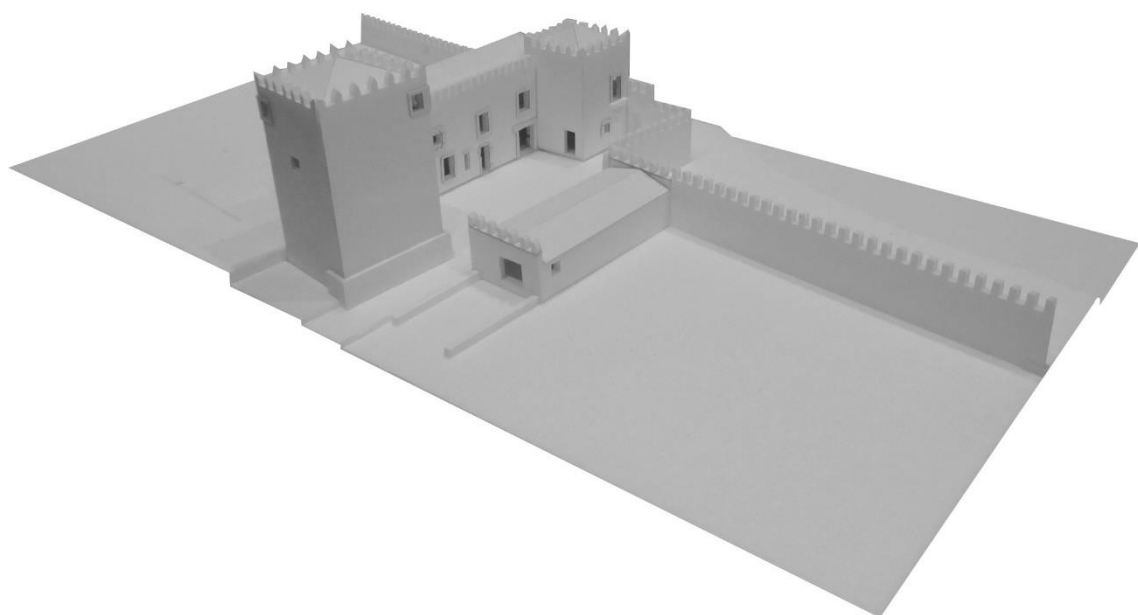
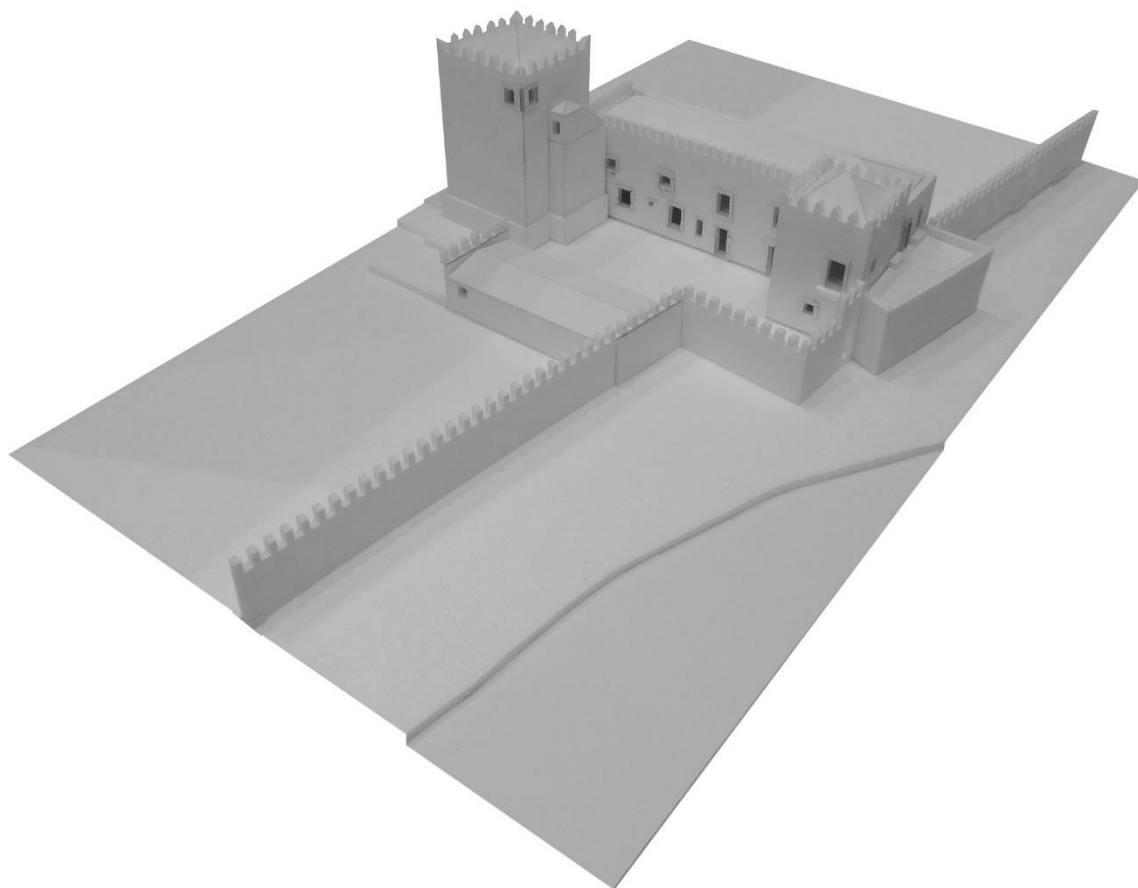


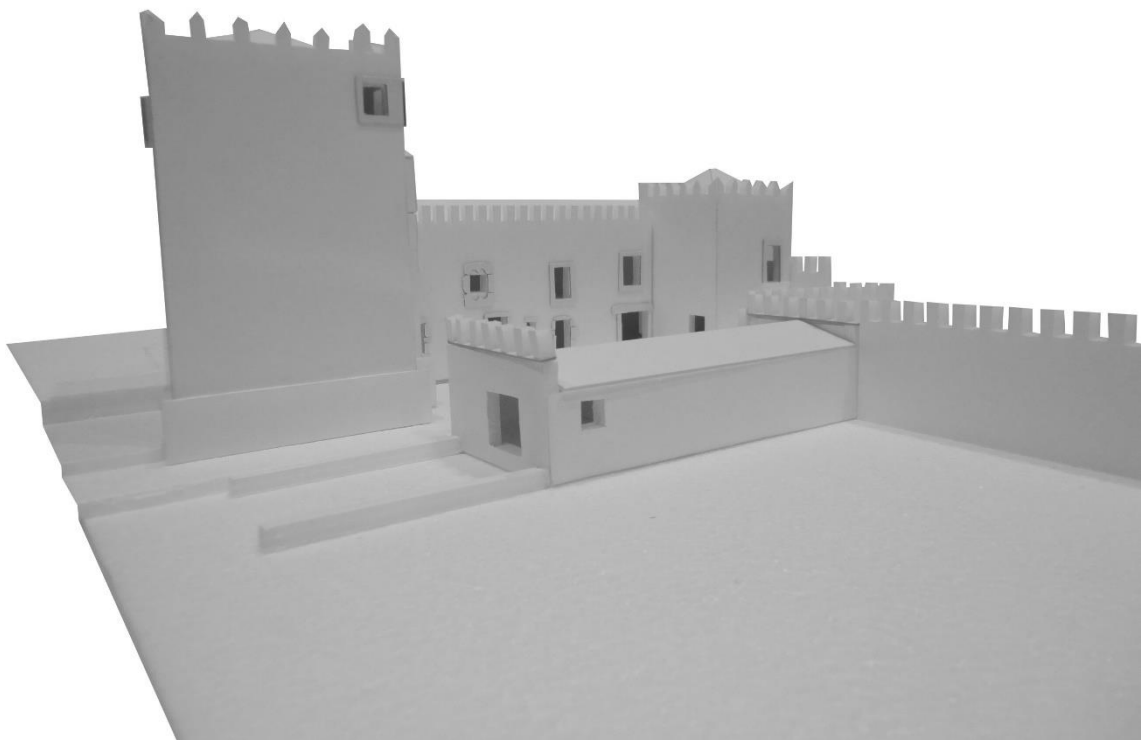
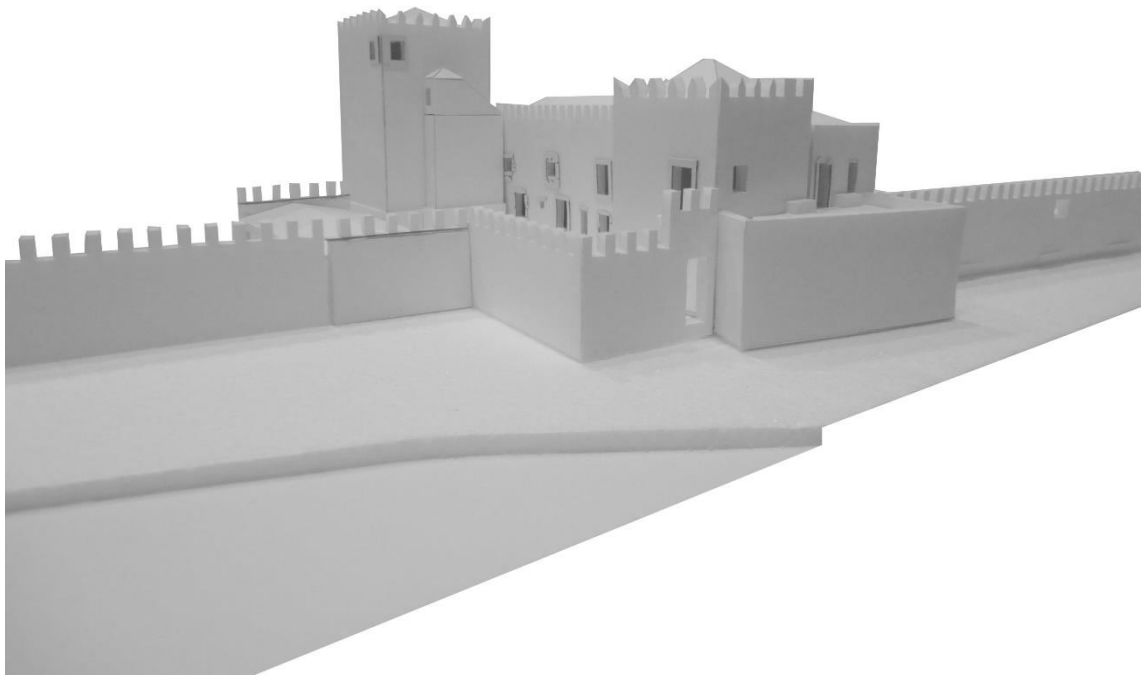
FASE 3A



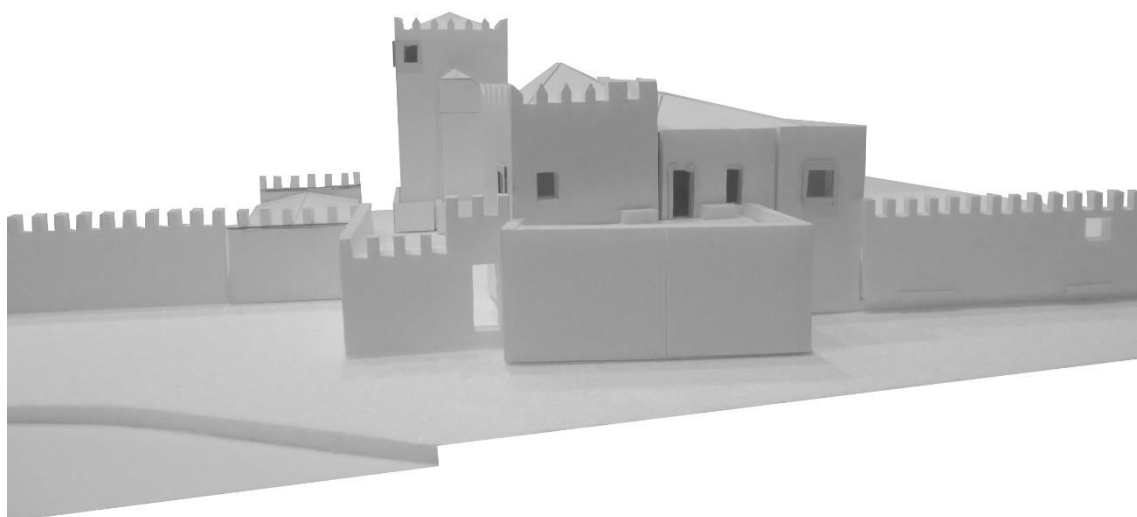
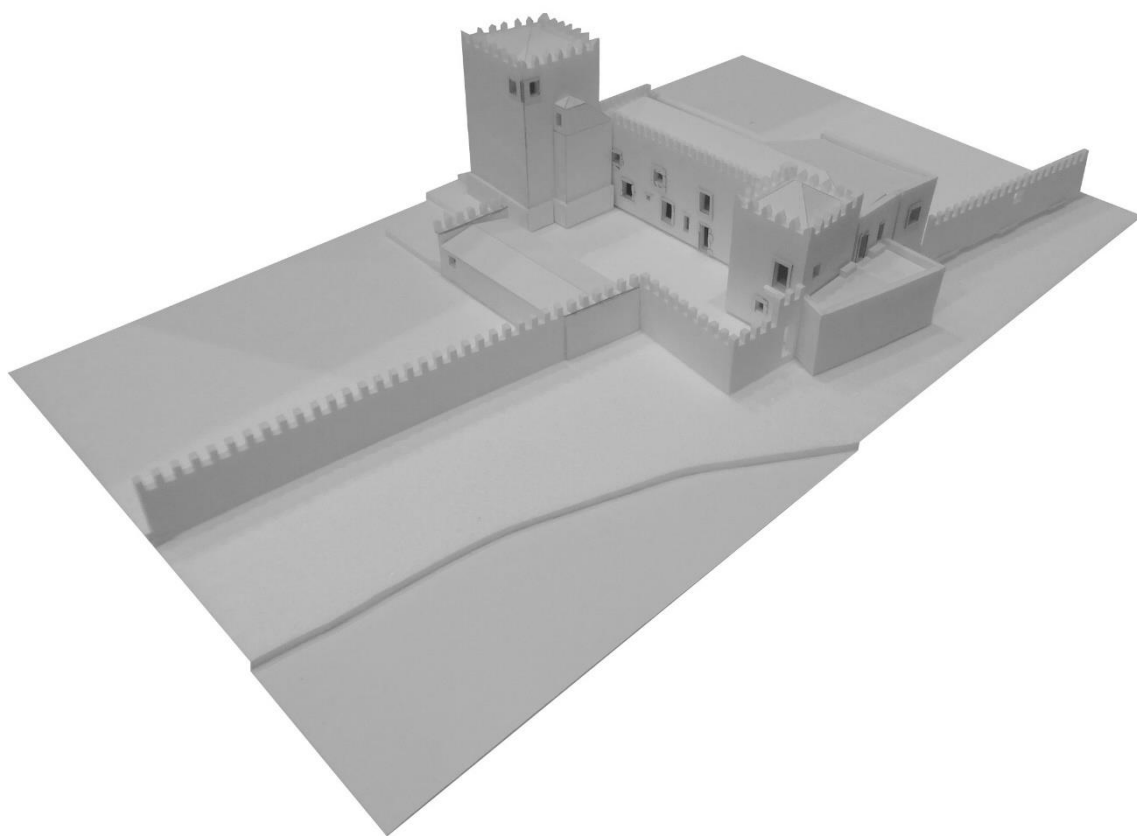


FASE 3B

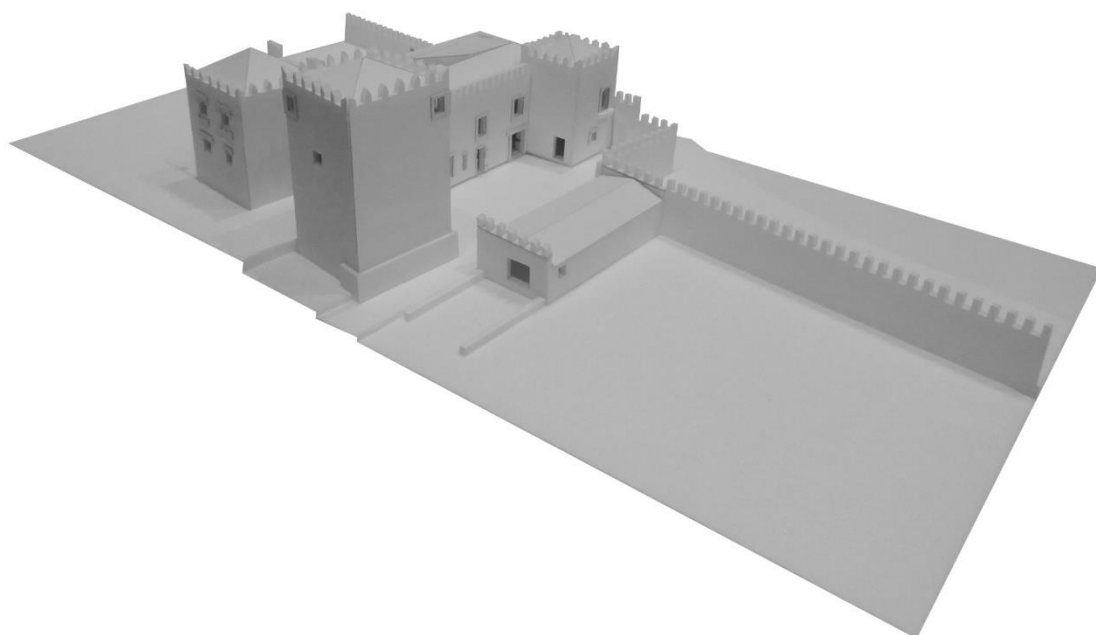
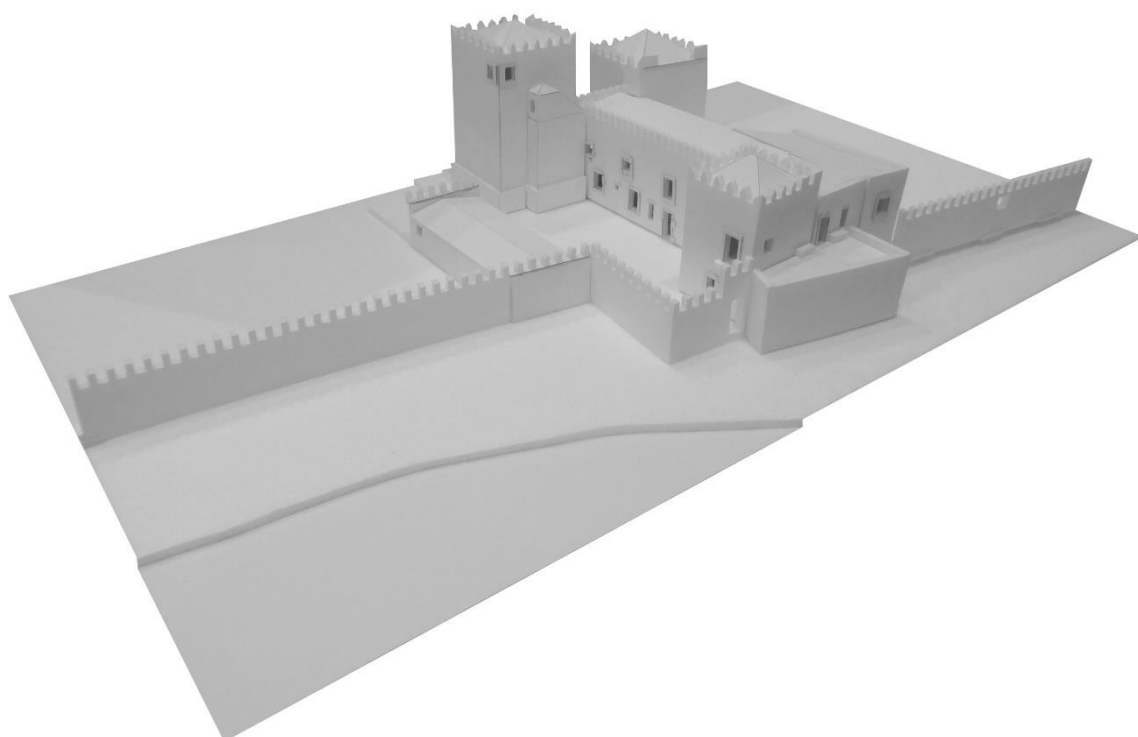


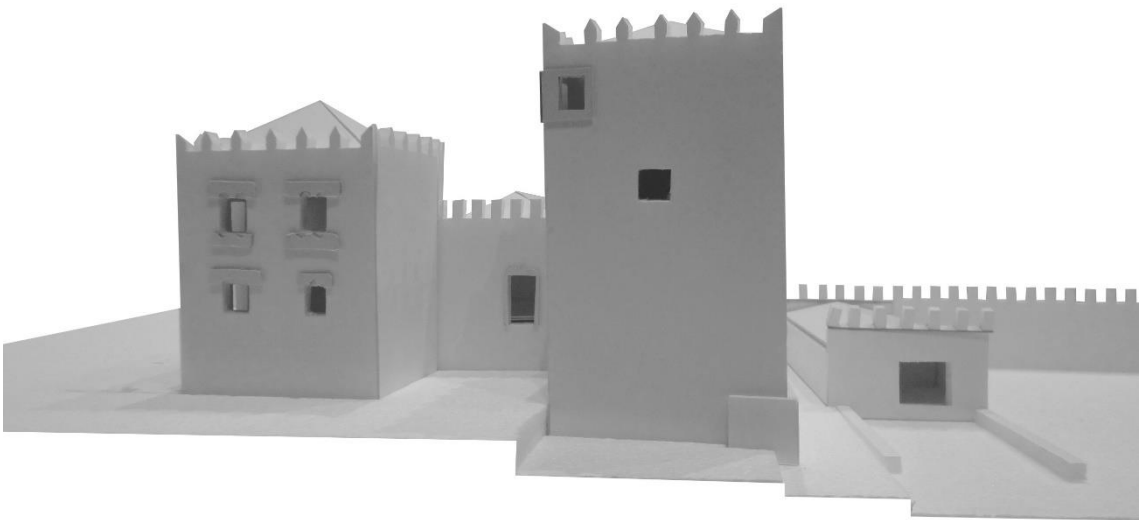
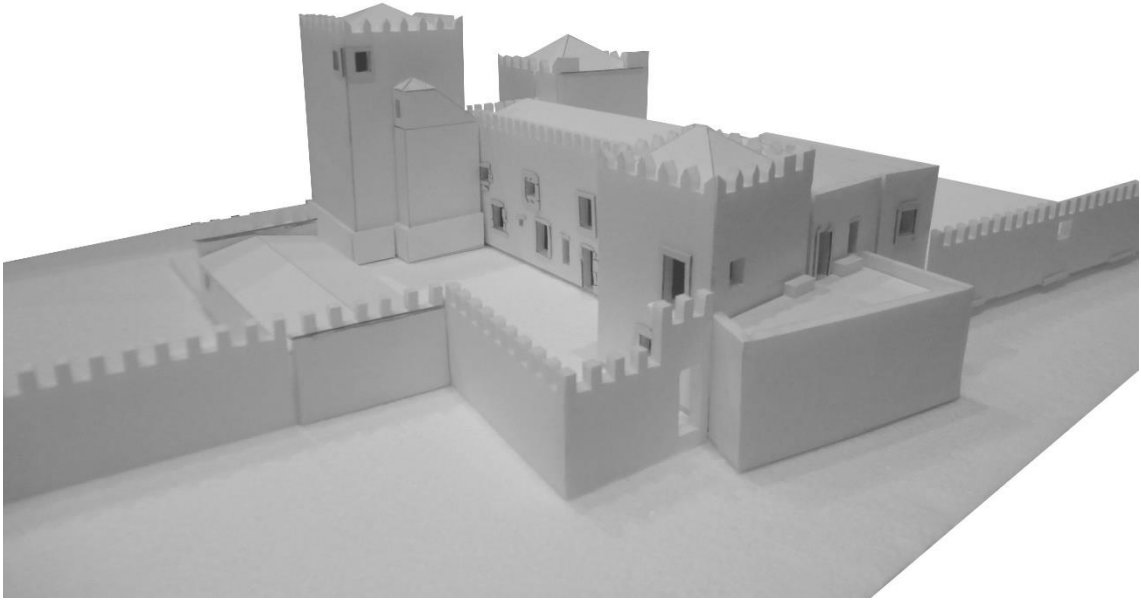


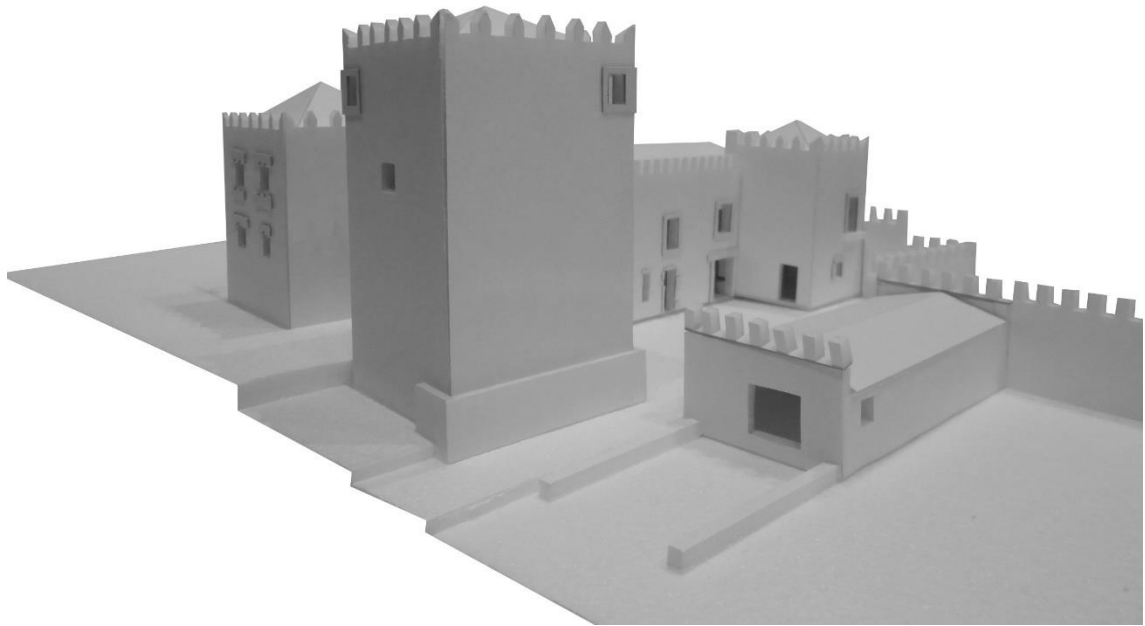
FASE 4A



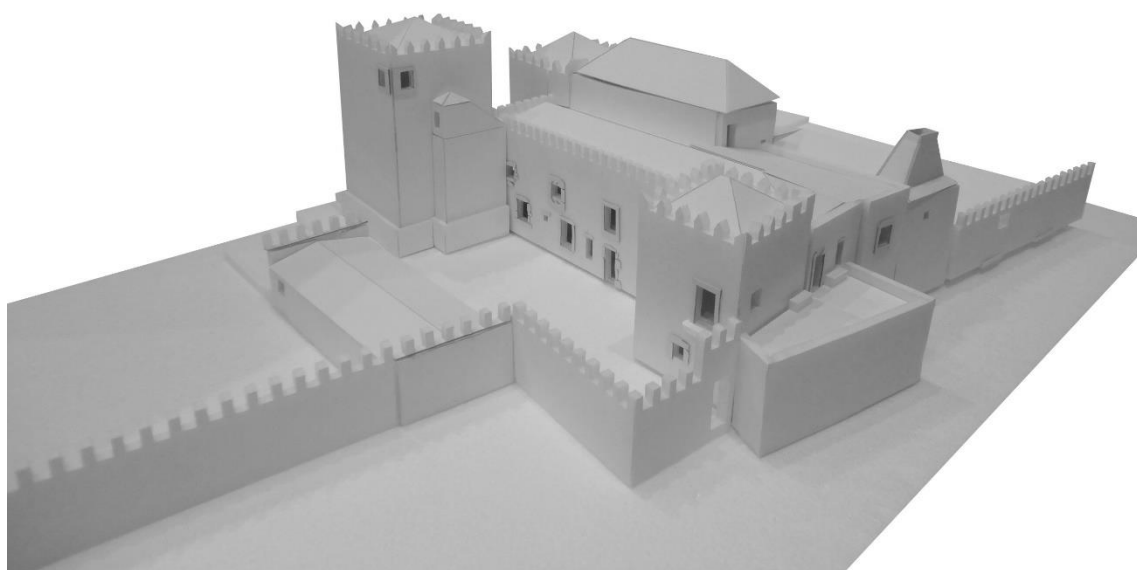
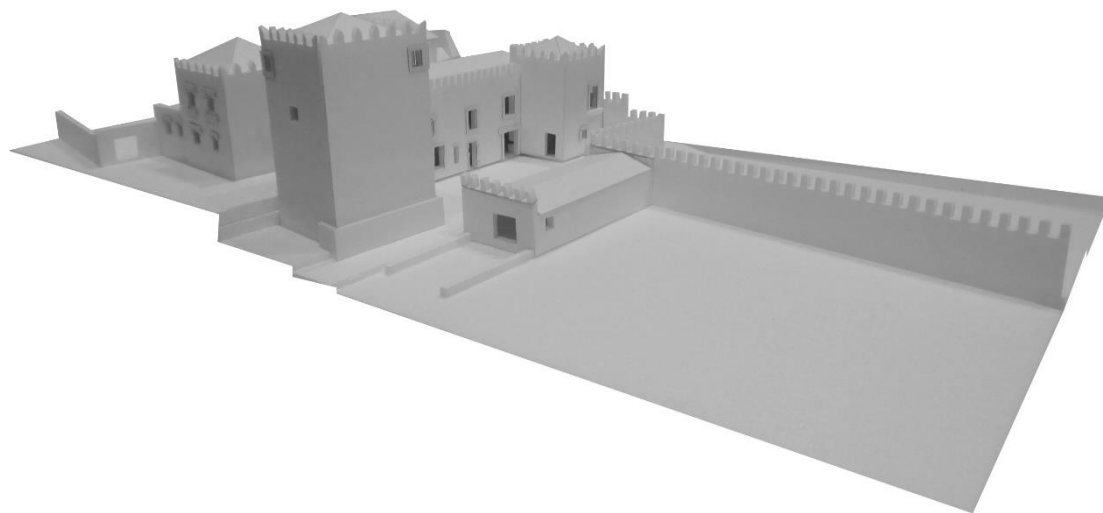
FASE 4B

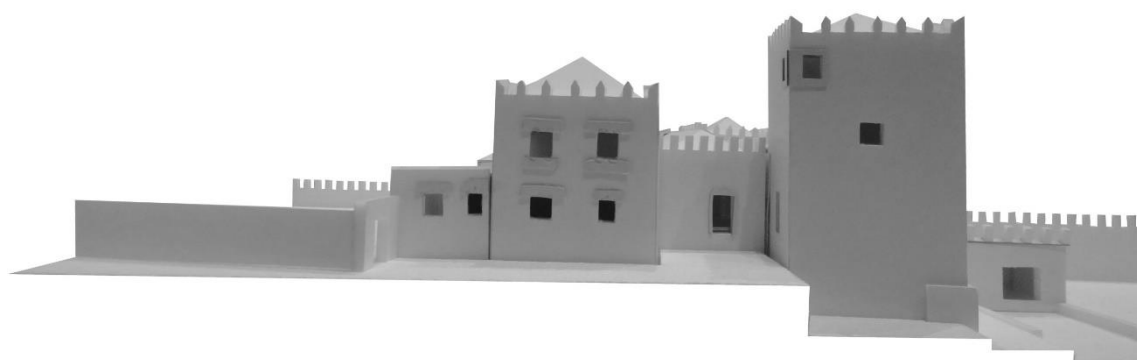
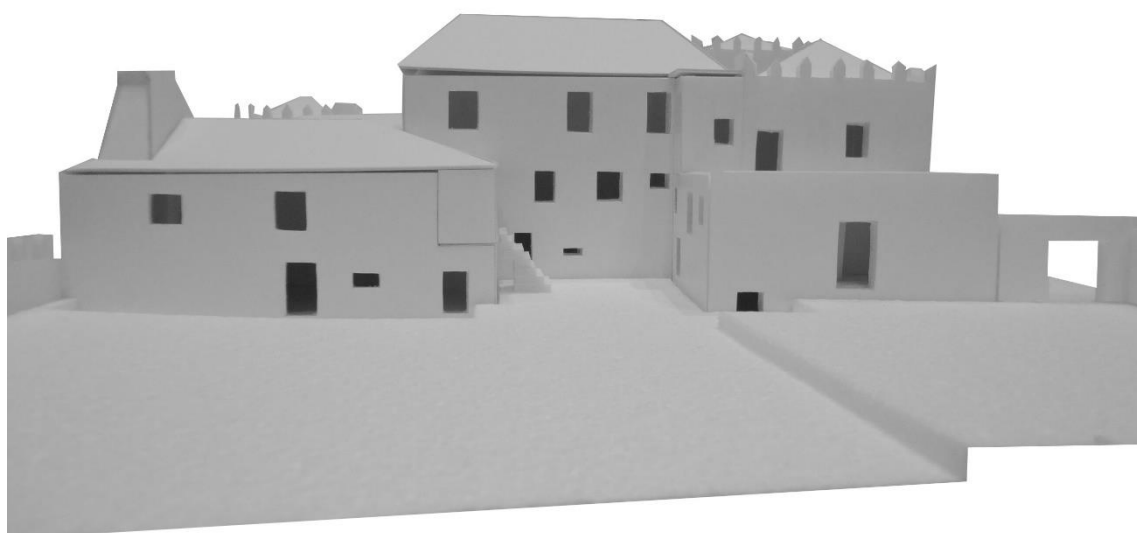
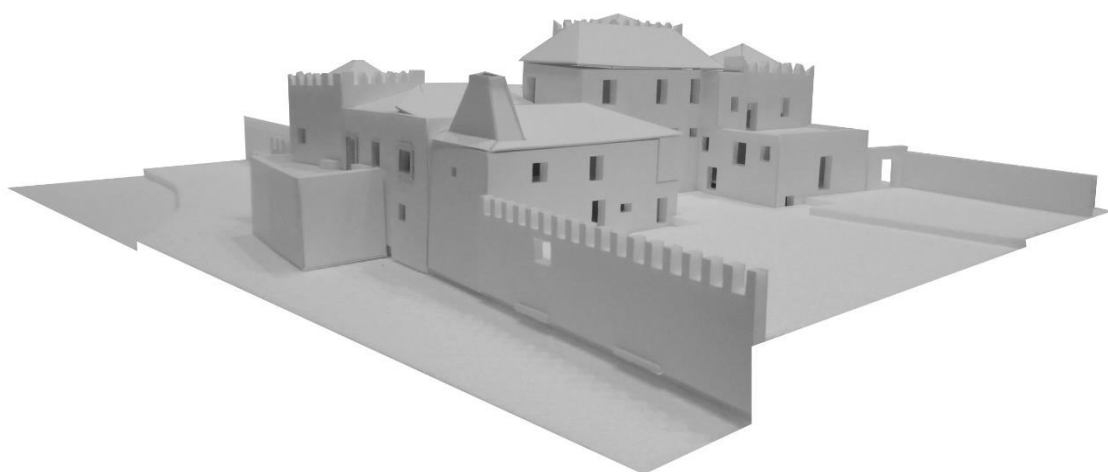






FASE 4C





FASE 5

